

PONTOS DE MEMÓRIA: DE POLÍTICA CULTURAL A MUSEUS EM PERIFERIAS

CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA





CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

**PONTOS DE MEMÓRIA:
DE POLÍTICA CULTURAL A MUSEUS EM PERIFERIAS**

Tese de Doutorado

**Belém, Pará
2021**



CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

**PONTOS DE MEMÓRIA:
DE POLÍTICA CULTURAL A MUSEUS EM PERIFERIAS**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof. Dra. Renata de Godoy

**Belém, Pará
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

A347p ALCÂNTARA, Camila de Fátima Simão de Moura.
Pontos de Memória : de política cultural a museus em
periferias / Camila de Fátima Simão de Moura ALCÂNTARA.
— 2021.
282 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Renata de Godoy
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Antropologia, Belém, 2021.

1. Política Cultural. 2. Pontos de Memória. 3.
Processos Museais. 4. Periferia. 5. Terra Firme. I. Título.

CDD 301.2



CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

**PONTOS DE MEMÓRIA:
DE POLÍTICA CULTURAL A MUSEUS EM PERIFERIAS
Tese de Doutorado**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Renata de Godoy (UFPA)
Orientadora e presidente da banca

Prof^a. Dra. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)
Examinadora Externa

Prof^a. Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira (UNIR)
Examinadora Externa

Prof. Dr. Diogo Jorge de Melo (UFPA)
Examinador Externo

Prof^a. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo-Marin (UFPA)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)
Examinador Interno

Belém, 5 de novembro
2021

**Em memória do meu avô Tarciso Simão e da minha amiga e mestra,
Helena Quadros. E em agradecimento a minha mãe, Elisabeth, meu
marido Zezão e ao meu filho José Eduardo.**

**Antes de mim, vocês acreditaram que esse sonho se
realizaria. Muito Obrigada!**

Agradecimentos

Há muito o que dizer quando se chega aqui, mas as palavras fogem quando precisamos nos expressar no momento final da escrita. Eu só sei dizer que mudei, fui alterada completamente pela Antropologia. Sinto-me não apenas conseguindo um título de pós-graduação, tão caro e necessário, mas para além do papel certificado da Universidade Federal do Pará, sinto-me formada em Antropologia Social. Foram sete longos anos tentando me encontrar nas interpretações das interpretações que fazemos do mundo, da sociedade e de nós mesmos. Chorei muito, ri bastante, mas sempre me senti envolvida com essa disciplina que me acolheu em 2014, no curso de mestrado, neste Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Há muito o que aprender, certamente, mas finalizar uma tese de doutorado foi e é uma conquista enorme. Hoje, sinto-me como uma jovem recém-formada que solta as mãos de seus grandes mestres e segue a construir suas próprias teorias sobre o mundo e sobre si mesma.

Por isso, para começar, quero agradecer a todos que compõem o PPGA/UFPA. Ao corpo docente, agradeço as trocas de conhecimento, as escutas necessárias e as provocações que nos formam como pesquisadores e pesquisadoras conscientemente políticos e comprometidos socialmente. Em especial, à Profa. Dra. Renata de Godoy por todo acolhimento e leveza que conduziu a orientação desta tese, vencemos juntas. Ao secretário Antônio Carlos pela disponibilidade em sempre nos ajudar da melhor maneira possível, contribuindo para o bem-estar de nossos deveres e fazeres como discentes. À colega de turma que virou uma amiga tão querida, Dra. Tallyta Suenny, agradeço muitíssimo por ter dividido comigo as angústias e alegrias de uma antropóloga em formação. Aproveito também para estender o meu agradecimento à Laura Vieira que me representou no colegiado em alguns momentos dessa jornada.

Às instituições que me formaram: Universidade Federal do Pará e o Museu Paraense Emílio Goeldi por estimularem em mim o pensamento crítico e por garantirem o ensino público, com qualidade e democrático a toda sociedade paraense. À Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela oportunidade financeira de conduzir minhas pesquisas.

À Dra. Helena do Socorro Alves Quadros, a quem sempre me disse que eu seria uma doutora. Ela gostava de me pegar pelas mãos e me contar dos museus não como lugares que remetem a um passado, possível de pesquisa, de conservação, de comunicação e exposição de bens culturais. Mas ela gostava de me contar como esses lugares confiam o tempo presente às suas lutas e resistências sociais. Helena me dizia sempre, que os museus poderiam ser meu campo de pesquisa e ação. E me fez acreditar que por meio dos movimentos sociais de direito à memória eu me encontraria como agente cultural. Sinto uma dor terrível por não poder sentir o calor das tuas mãos. Mas eu consigo ouvir o barulho das tuas gargalhadas e as vozes de incentivo me parabenizando por essa conquista. Muito obrigada Helena, jamais esquecerei o que fizeste por mim, minha amiga, minha eterna orientadora.

Estendo meu agradecimento à família Quadros por compartilharem comigo o amor e o carinho de Helena. Em especial, à Camila Quadros, Pedagoga, Mestre em Educação, que se tornou uma grande amiga, parceira acadêmica e irmã.

Agradeço às lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme, pessoas de luta e bravura que me revelaram que as mudanças sociais só são possíveis quando nos permitimos ajudar uns aos outros. Agradeço em nome de Eliete Santana (Nerci), Francisca Rosa dos Santos (Chiquinha), Jéssica Gusmão, João Batista, José Maria (Zé Maria), Maria Francisca Araújo (Chicon), Maria Madalena Pantoja, Paula Santos (Paulinha) e Sâmia Queiroz. A vocês, Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, muito obrigada por me acolherem mais uma vez como pesquisadora, sobretudo por confiarem a mim a produção de projetos colaborativos de educação e comunicação museológica.

À rede dos Pontos de Memória pioneiros, sou grata pelo nosso encontro. Com vocês aprendo diariamente sobre movimentos políticos, formação pessoal e teoria prática no campo dos museus e da memória social.

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos interlocutores desta pesquisa que foram fontes de reflexão, aprendizado e de teoria. Muito obrigada por terem confiado a mim as vossas narrativas pessoais e reflexivas sobre o processo de consolidação dos Pontos de

Memória pioneiros pelo Brasil. Espero ter respeitado as falas, os pensamentos e o silenciamento de cada um e cada uma de vocês. Muito obrigada: Adriano Almeida, Cláudia Feijó, Camila Quadros, Eduíno Mattos, Helena Quadros, Inês Gouveia, Jéssica Gusmão, João Batista dos Anjos, José Maria Vale, José Nascimento Junior, Marcele Pereira, Maria Francisca Araújo, Maria Abadia Teixeira, Sâmia Queiroz, Teresinha Beatriz Medeiros, Tereza Dutra, Viviane Rodrigues e Wellington Pedro da Silva. Sem vocês essa etnografia não faria sentido.

À banca examinadora desta tese, sinto-me muito feliz em compartilhar o resultado desta pesquisa com todos e todas vocês. Obrigada por terem aceitado o convite e terem feito diferença na minha vida acadêmica, ao me inspirarem com seus textos, com trocas de conhecimento em eventos, em sala de aula e em ações práticas em campo. Muitíssimo obrigada!

Sem esquecer, quero registrar o meu amor e a minha gratidão aos amigos e amigas que me acompanham por essa vida e me enchem de confiança para seguir com o meu propósito de ser quem eu sou, respeitando minhas escolhas pessoais e meus afastamentos presenciais quando se fez necessário. À minha grande amiga Bárbara Paolla Mourão que esteve comigo na minha primeira jornada acadêmica e se faz presente até hoje mesmo tendo seguido caminhos profissionais diferentes do meu. À Thabata Farias, Luana Oliveiras e Débora Lopes, amigas com quem divido as dores e as alegrias de ser acadêmica, mãe e professora. À Janaína Conceição, Mayara Farias e Tayná Lima que torcem por minha felicidade e pelos meus sonhos. Às amigas Ana Bárbara e Maíra Airoza que não soltaram mais as minhas mãos desde o mestrado. Aos amigos de Altamira que tornam meus dias mais leves e divertidos: os casais Carla Fisher e Alessandro Costa; Fernando e Cinthia Vieira; Fernanda e Ítalo Ferrari; e as amigas Ana Carolina Lopes, Eliane Faria, Geruza Vale, Liliane Aranha e Tânia Martins. Aos amigos de Santarém: Thiago Vieira e Denise Lustosa, professores tão queridos e inspiradores, agradeço o acolhimento e torcida de sempre. Aos amigos de Belém que me recebem com festa: os casais Flávia e Marcelino, André Luiz e Franci.

Aproveito para estender meus agradecimentos às profissionais que me ajudaram a seguir acreditando que tudo daria certo, as psicólogas Natália Serafim e Mariany Costa. A quem cuida da minha saúde física, atenta às minhas dores e exaustão diária, a personal trainer Suyanne Laryssa. E à Dona Socorro que se dedica a cuidar do meu bebê respeitando o silêncio

e o conforto que preciso para dar continuidade aos meus afazeres como pesquisadora dentro de casa.

E por fim, mas não menos importante, minha família. Obrigada por torcerem por mim, mesmo não entendendo muitas vezes o que estudo, mas sempre estão dedicados a me escutarem e compartilharem comigo a minha felicidade de chegar mais uma vez ao fim de ciclo. Minha avó, Tereza Simão, que despertou em mim a vocação de escutar o próximo e fazer dele o seu irmão. À minha mãe por ter me incentivado a estudar e nunca ter medido esforços para realizar os sonhos, sobretudo, ter se mudado para minha casa nos últimos meses para que eu desse conta de terminar a escrita no prazo final. Ao meu pai Assis, por tantas vezes ter me levado ao Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi quando eu ainda era criança e ter despertado em mim a curiosidade em saber da minha própria história e da história das outras pessoas. Meus irmãos Pedro, Larissa e Lariana que vibram comigo cada escada subida nessa vida. Minha madrastra Luzia Barra, obrigada por todo carinho e por ter me feito sua família. Meus sobrinhos Pedro Tarciso e João Victor e minha sobrinha Beatriz, tão pequenos, mas tão especiais. Meus primos e tios, minhas primas e tias, obrigada por dias de muita risada e amor. Meus sogros José Alcântara e Maria José Vieira, por me receberem com tanto carinho e terem me “emprestado” o seu amor maior. Às minhas cunhadas Jane Vieira e Cinthia Sabino por torcerem por mim e pela minha família.

E aos meus meninos, Zezão e José Eduardo. Eu quero gritar para o mundo o quanto eu amo vocês e quanto me fortalecem como mulher, mãe e hoje antropóloga. Obrigada por tudo e por tanto! Sigamos juntos, com certeza que temos uns aos outros como espelho de amor, respeito e fé.

Obrigada, muito obrigada por terem escrito esta tese junto comigo.

“Quem tem um amigo tem tudo
Se o poço devorar, ele busca no fundo
É tão dez que junto todo stress é miúdo
É um ponto pra escorar quando foi absurdo”
(Emicida, Quem tem um amigo)

Museu na periferia é dar espaço ao **novo**, é **narrar à vida**, é **valorizar**
o **conhecimento**, a **diversidade** e o **movimento** em **comunidade**.

Mas, museu na periferia, é, sobretudo, dar representatividade.
(Frase formada a partir das palavras em destaque em uma atividade de campo com
moradores do bairro da Terra Firme)

RESUMO

A seguinte tese apresenta uma pesquisa etnográfica sobre as iniciativas comunitárias de Pontos de Memória que participaram de um processo democrático para a construção de uma política pública cultural no Brasil, pautada na museologia social. O objetivo deste estudo é compreender os (re)arranjos políticos e sociais que as doze iniciativas autodenominadas de “pioneiras” fazem para manter seus processos museais nas periferias brasileiras. Territórios marcados pela privação e abandono de políticas públicas efetivas, onde há proliferação de todo tipo de violência com o lugar e com a sua gente. As reflexões sobre o objeto da pesquisa deram-se por meio da Antropologia dos Museus que forneceu uma interpretação dos processos museais em contato com a percepção das representatividades dos Pontos de Memória pioneiros sobre as suas realidades nos seus lugares de existência. Organizada em cinco capítulos, a tese traz uma discussão sobre museus em processos que se servem das realidades e soluções criativas nos espaços urbanos periféricos para registrar a memória social e salvaguardar o patrimônio cultural dos diversos grupos sociais que vivem nesses territórios. Apresentando as principais diretrizes de políticas públicas voltadas para museus que incentivaram esses grupos a criarem os seus processos museais. As iniciativas dos pontos pioneiros são revisitadas a partir de uma visão privilegiada do Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém do Pará, em que considerou os movimentos em comunidade para defender o desenvolvimento territorial, social, cultural e político das comunidades que representam. Nesta pesquisa etnográfica compreendo que os Pontos de Memória pioneiros são museus em processos formados por sujeitos diversos que se enriquecem como comunidades, ao desenvolverem pensamento crítico sobre suas realidades e organizarem ações coletivas transformadoras nas cidades onde acontecem, a partir das forças ativas da memória. Esses processos museais ganham vida no interior das comunidades as fortalecendo como sujeitos que criam, recriam e decidem sobre suas realidades.

Palavras-chave: Política Cultural. Pontos de Memória. Processos Museais. Periferia. Terra Firme.

ABSTRACT

The following thesis presents an ethnographic research on the community initiatives of Points of Memory that participated in a democratic process for the construction of a cultural public policy in Brazil, based on social museology. The objective of this study is to understand the political and social (re)arrangements that the twelve self-styled “pioneers” initiatives make to maintain their museum processes in the Brazilian peripheries. Territories marked by deprivation and abandonment of effective public policies, where there is a proliferation of all kinds of violence against the place and its people. Reflections on the object of the research took place through the Anthropology of Museums, which provided an interpretation of museum processes in contact with the perception of the representations of pioneer Memory Spots about their realities in their places of existence. Organized into five chapters, the thesis discusses museums in processes that use realities and creative solutions in peripheral urban spaces to register the social memory and safeguard the cultural heritage of the various social groups that live in these territories. Presenting the main public policy guidelines aimed at museums that encouraged these groups to create their museum processes. The pioneering points' initiatives are revisited based on a privileged view of the Terra Firme Memory Spot, in Belém do Pará, in which it considered community movements to defend the territorial, social, cultural and political development of the communities they represent. In this ethnographic research, I understand that the pioneering Memory Spots are museums in processes formed by different subjects who enrich themselves as communities, when they develop critical thinking about their realities and organize transformative collective actions in the cities where they take place, based on the active forces of memory. These museum processes come to life within communities, strengthening them as subjects who create, recreate and decide on their realities.

Keywords: Cultural Policy. Points of Memory. Museum Processes. Periphery. Firm Earth.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS PONTOS DE MEMÓRIA PIONEIROS NO TERRITÓRIO NACIONAL.	25
FIGURA 2 CONSELHEIROS DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.....	62
FIGURA 3 TRAJETO DO PERCURSO INTERATIVO NO BAIRRO DA TERRA FIRME (SILVA ET. AL 2017).....	63
FIGURA 4 INTERAÇÕES DOS PARTICIPANTES DO PERCURSO COM UM FEIRANTE DO BAIRRO DA TERRA FIRME.	65
FIGURA 5 INTERVENÇÃO NA PRAÇA OLAVO BILAC, OUVIR E SENTIR O BAIRRO DA TERRA FIRME.	67
FIGURA 6 A CONSELHEIRA DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME, HELENA QUADROS, APRESENTADO NO PAINEL EDUCAÇÃO E MUSEUS DO 7º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS.	70
FIGURA 7 REUNIÃO INTERNA DO GRUPO DE REPRESENTATIVIDADES DOS PONTOS DE MEMÓRIA FORMADO NO 7º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS.	72
FIGURA 8 REUNIÃO DPMUS/IBRAM E REPRESENTATIVIDADES DOS PONTOS DE MEMÓRIA NO 7º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS.....	73
FIGURA 9 MOMENTOS DAS ENTREVISTAS COM AS REPRESENTATIVIDADES DOS PONTOS DE MEMÓRIA.	77
FIGURA 10 MOMENTOS DA VISITA AO PONTO DE MEMÓRIA LOMBA DO PINHEIRO.	80
FIGURA 11 REGISTRO DA ENTREVISTA COM CHICONA.....	82
FIGURA 12 JOSÉ NASCIMENTO JUNIOR.....	86
FIGURA 13 FRANCISCA ROSA E MARCELE PEREIRA (DA ESQUERDA PARA DIREITA) NO BAIRRO DA TERRA FIRME.	86
FIGURA 14 INÊS GOUVEIA NO PONTO DE MEMÓRIA DA ESTRUTURAL.	87
FIGURA 15 ABADIA TEIXEIRA AO FIM DA ENTREVISTA PARA ESSA PESQUISA.	87
FIGURA 16 WELLINGTON PEDRO MINISTRANDO OFICINA NO BAIRRO DA TERRA FIRME.....	88
FIGURA 17 CLÁUDIA FEIJÓ.	88
FIGURA 18 TERESINHA MEDEIROS NO MOMENTO DA ENTREVISTA PARA ESSA PESQUISA.	89
FIGURA 19 TEREZA DUARTE AMOSTRANDO OS PAINÉIS EXPOSITIVOS DO PONTO DE MEMÓRIA LOMBA DO PINHEIRO.....	89
FIGURA 20 EDUÍNO MATOS NO MOMENTO DA ENTREVISTA PARA ESSA PESQUISA.	90
FIGURA 21 VIVIANE RODRIGUES (AO MEIO) QUANDO ESTEVE EM BELÉM DO PARÁ REPRESENTANDO A COGEPACO.	90
FIGURA 22 ADRIANO ALMEIDA EM VISITA AO POVOADO KAINGANG EM LOMBA DO PINHEIRO, PORTO ALEGRE.	91

FIGURA 23 HELENA QUADROS EM ENTREVISTA PARA ESSA TESE.	91
FIGURA 24 CHICONA NO MOMENTO DA SUA ENTREVISTA PARA ESSA PESQUISA.	92
FIGURA 25 JÉSSICA GUSMÃO NA CAMPANHA DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.	92
FIGURA 26 SÂMIA QUEIROZ EM REUNIÃO COM CONSELHO DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	93
FIGURA 27 CAMILA QUADROS NO MOMENTO DA ENTREVISTA PARA ESSA TESE.	93
FIGURA 28 ZÉ MARIA NO MOMENTO DA ENTREVISTA PARA ESSA PESQUISA.	94
FIGURA 29 BATISTA NO MOMENTO DA ENTREVISTA PARA ESTA TESE.	94
FIGURA 30 LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO “TERRA FIRME: DE TUDO UM POUCO”, EM 12 DE JANEIRO DE 2013, NA QUADRA DA PARÓQUIA SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO, NO BAIRRO DA TERRA FIRME. ACERVO DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	118
FIGURA 31 JOVENS APRENDENDO TÉCNICAS DE ENTREVISTAS NA OFICINA DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO. ACERVO: PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	119
FIGURA 32 FOTOGRAFIA DOADA DURANTE A ENTREVISTA DA LÍDER COMUNITÁRIA MARIA DE FÁTIMA PARA O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	120
FIGURA 33 PARTICIPANTES DA OFICINA “DESING PARTICIPATIVO: A TERRA FIRME FALA”. ACERVO DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	121
FIGURA 34 ESTUDO DAS CORES PARA OS PROTÓTIPOS DA EXPOSIÇÃO.	122
FIGURA 35 DA ESQUERDA PARA DIREITA: MAÍRA AIROZA, CAMILA QUADROS, EU, HELENA QUADROS E IURI QUADROS.	171
FIGURA 36 CARTOGRAFIA DO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO A PARTIR DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS LEVANTADAS NO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO. FONTE: FEIJÓ, 2014.	175
FIGURA 37 PAINÉIS QUE COMPÕEM A EXPOSIÇÃO MUSEU DE RUA DO PONTO DE MEMÓRIA LOMBA DO PINHEIRO.	177
FIGURA 38 REGISTRO DE UMA DAS LOMBAS DO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.	183
FIGURA 39 AVENIDA JOÃO DE OLIVEIRA REMIÃO, PRINCIPAL VIA DE ACESSO AO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.	184
FIGURA 40 REGISTRO DA PLACA QUE SINALIZA A DEMARCAÇÃO DE TERRA DO POVOADO INDÍGENA KAINGANG EM LOMBA DO PINHEIRO, PORTO ALEGRE (RS).	186
FIGURA 41 RECINTO COMUNIDADE KAINGANG, LOMBA DO PINHEIRO, PORTO ALEGRE (RS).	187

FIGURA 42 CONCEITO DE MUSEU NA PERIFERIA ELABORADO A PARTIR DA DINÂMICA DE PALAVRAS GERADORAS COM OS PARTICIPANTES DA OFICINA "VIVER PARA LEMBRAR, MORRER PARA ESQUECER?" DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	190
FIGURA 43 CHIQUINHA E CHICONA (DA ESQUERDA PARA DIREITA) DO BAIRRO DA TERRA FIRME.	195
FIGURA 44 AS MULHERES DA AMAZÔNIA (DESCRITAS PELO PROFESSOR MÁRIO CHAGAS) NO EVENTO DA I TEIA DOS PONTOS DE MEMÓRIA, EM SALVADOR (BA). DA ESQUERDA PARA DIREITA: HELENA QUADROS, JÉSSICA LUIZA, CHIQUINHA, NERCI, MÁRIO CHAGAS, ANA CLÁUDIA SILVA E CHICONA.	197
FIGURA 45 REPRESENTATIVIDADES CIVIS DO CONSELHO DE GESTÃO COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA DOS PONTOS DE MEMÓRIA, TITULARES E SUPLENTE.	236
FIGURA 46 DIVULGAÇÃO DA AÇÃO DO COMITÊ POPULAR DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO GRANDE BOM JARDIM E DEMAIS PERIFERIAS DE FORTALEZA.	239
FIGURA 47 REUNIÃO ENTRE A DPMUS, COMUSE E PROCURADORIA DO IBRAM COM AS REPRESENTATIVIDADES DOS PONTOS DE MEMÓRIA PRESENTES NO 7º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS.	243
FIGURA 48 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM-PA..	251
FIGURA 49 MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO JOGO DIGITAL DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.....	267

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 REPRESENTATIVIDADES CIVIS DO CONSELHO DE GESTÃO PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA DO PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA, BIÊNIO 2015-2017.	235
QUADRO 2 PESQUISAS CIENTÍFICAS DESEMPENHADAS SOBRE O PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME. ...	260
QUADRO 3 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO BAIRRO DA TERRA FIRME QUE TEM A PARTICIPAÇÃO DO PONTO DE MEMÓRIA	262
QUADRO 4 ATIVIDADES REALIZADAS PELO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME PAUTADAS NA EDUCAÇÃO POPULAR.....	264
QUADRO 5 ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO REALIZADA PELO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME	266

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 DIRETRIZES DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME	253
DIAGRAMA 2 LINHA DO TEMPO HISTÓRICA DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME, PERÍODO DE 2009 A 2016.	256
DIAGRAMA 3 LINHA DO TEMPO HISTÓRICA DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME, PERÍODO DE 2017 A 2021.	257
DIAGRAMA 4 MATRIZ CONCEITUAL DA IMAGINAÇÃO MUSEAL DO PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME.	258

ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABRAM	Agência Brasileira de Museus
ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
CCBJ	Centro Comunitário Bom Jesus
CEASM	Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré
COGEPACO	Coordenação de Museologia Social e Educação
COMUSE	Coordenação de Museologia Social e Educação
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DPMUS	Departamento de Processos Museais
FNM	Fórum Nacional de Museus
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPDAE	ONG Instituto Popular de Arte e Educação
ICOM	Conselho Internacional de Museus
MCLP	Museu Comunitário Lomba do Pinheiro
MECE	Movimento de Educação e Cultura da Estrutural
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MTUR	Ministério do Turismo
MUF	Museu de Favela
NUVOP	Núcleo de Visitas Orientadas ao Parque Zoobotânico
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura
PC	Pontos de Cultura
PMTF	Ponto de Memória da Terra Firme
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPM	Programa Pontos de Memória
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rede DLIS	Rede de Desenvolvimento Local Integrada e Sustentável do Grande Bom Jardim
REMUS – RJ	Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SECULT-PA	Secretaria de Cultura do Estado do Pará
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UFPA	Universidade Federal do Pará
UIPP	Unidade Integrada Pro Paz
UPP	Unidades de Policiamento Pacificadoras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I O DESENHAR DO CAMPO ETNOGRÁFICO	29
1.1 CONTEXTO	29
1.2 SENTIDOS	48
1.3 ENCONTROS	57
1.4 PESSOAS	85
<i>1.4.1 Grupo de entrevistados – Profissionais</i>	<i>86</i>
<i>1.4.2 Grupo de entrevistados – Pontos de Memória Pioneiros</i>	<i>87</i>
<i>1.4.3 Grupo de entrevistados – Pontos de Memória da Terra Firme</i>	<i>91</i>
CAPÍTULO II MUSEU, PATRIMÔNIO DAS CIDADES	95
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL, SIGNIFICADOS E SIGNIFICAÇÕES	96
2.2 PERIFERIA, REALIDADES E SOLUÇÕES CRIATIVAS	106
2.3 MUSEUS, PROCESSOS E AÇÕES COMUNITÁRIAS	123
CAPÍTULO III O DIREITO À MEMÓRIA	137
3.1 POLÍTICA CULTURAL, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	138
3.2 POLÍTICA MUSEAL, INSTITUCIONALIZAÇÃO E MUSEODIVERSIDADE	148
3.3 POLÍTICA DE MEMÓRIA, PONTO A PONTO	156
CAPÍTULO IV PONTO DE MEMÓRIA, MOVIMENTO EM COMUNIDADE	166
4.1 MUSEUS DE COMUNIDADE	167
<i>4.1.1 (Des)caminhos</i>	<i>170</i>
<i>4.1.2 (Re)existências</i>	<i>189</i>
<i>4.1.3 (Auto)representação</i>	<i>205</i>
4.2 A VISÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	217

CAPÍTULO IV O MUSEU NA PERIFERIA DE BELÉM DO PARÁ	248
5.1 TERRA FIRME, AÇÃO MUSEAL	250
5.1.1 <i>Diretrizes</i>	253
5.1.2 <i>Ações continuadas</i>	254
5.2 TERRA FIRME, IMAGINAÇÃO MUSEAL	258
5.2.1 <i>Pesquisa, registro da memória social</i>	259
5.2.2 <i>Mobilização social</i>	261
5.2.3 <i>Educação popular</i>	263
5.2.4 <i>Nós, comunicação</i>	265
MEMÓRIAS DE UMA TESE QUE NÃO TERMINA POR AQUI.....	268
REFERÊNCIAS	271
SITES VISITADOS	282

Introdução

Os Pontos de Memória são iniciativas comunitárias de memória e museologia social que vão à contramão dos museus tradicionais de destaque em nossa sociedade, no sentido de que as iniciativas comunitárias incorporam formas e maneiras de ser a partir da capacidade humana de transformação sociocultural (Abreu, 2012). Tratam-se de formas específicas de museus que emergem de movimentos sociais, especialmente, em defesa da transformação social do território que acontecem, desdobrando-se em novas modalidades de museus na perspectiva antropológica, como os museus comunitários, os museus sociais, os museus indígenas e os ecomuseus. Nesta tese de doutorado, apresento uma etnografia sobre as iniciativas comunitárias autodenominadas de Pontos de Memória pioneiros que participaram de um processo democrático para a construção de uma política pública cultural no Brasil, pautada na museologia social.

Essa política cultural institucionalizada como Programa Pontos de Memória (PPM) é promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desde o ano de 2009, com a criação de ações e incentivos de reconhecimento e valorização da memória social de povos, comunidades, grupos e movimentos sociais pelo país. Fundamentada na Política Nacional de Museus (PNM), o PPM iniciou com uma Ação-Piloto em comunidades urbanas localizadas em territórios de periferia, de modo que pudesse realizar um experimento prático nessas comunidades para a condução de processos museais, de produção de projetos museológicos e museográficos e ainda a criação de metodologias participativas para a preservação da memória social no Brasil. O experimento envolveu profissionais do campo museal brasileiro, agentes do governo e representatividades de 12 comunidades periféricas que trabalharam para a construção coletiva de uma política pública de direito à memória.

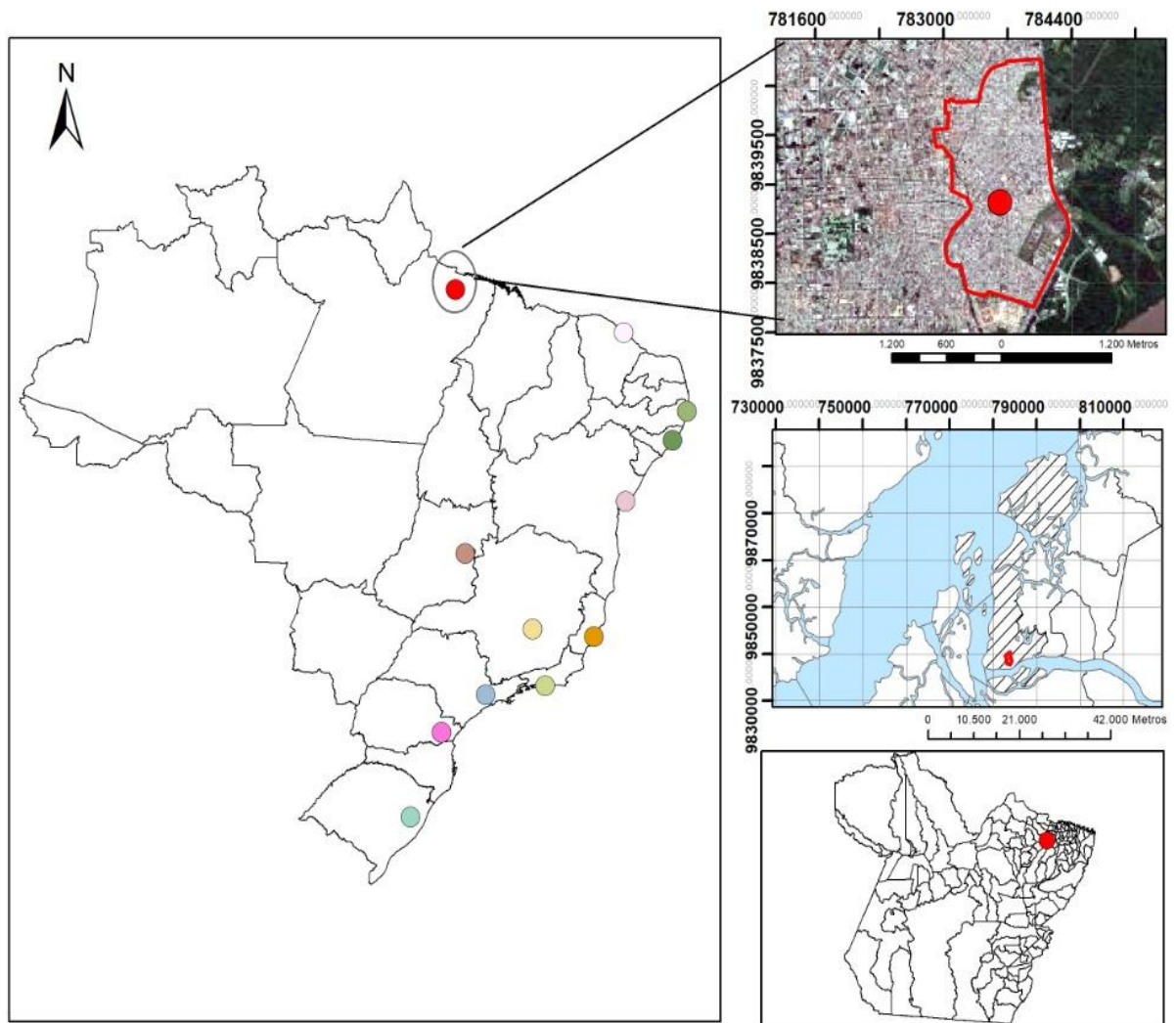
O objetivo desse estudo é de compreender os rearranjos políticos e sociais que essas iniciativas pioneiras de Pontos de Memória fazem para manter seus processos museais nas periferias brasileiras, perguntando-se: quais, como e por que essas comunidades escolhem se organizar politicamente por meio dos museus? Os questionamentos surgem em decorrência da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória que propiciou no movimento de fazer-cidade

por processos museais de comunidades periféricas que revelam os acontecimentos, as experiências vividas e as injustiças que as aproximam e as mantêm nos territórios ocupados das cidades. A minha investigação tem um Ponto de chegada e de partida autodenominado de Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF), no bairro da Terra Firme em Belém do Pará, processo museal que participo desde a sua formação inicial em 2009.

O PMTF é uma iniciativa comunitária, participativa, de caráter sociocultural e educacional que se apropria dos princípios da museologia social para desenvolver ações transformadoras dentro do bairro visando maior qualidade de vida para os moradores do lugar. O Conselho Gestor desse Ponto de Memória lidera a iniciativa comunitária há mais de uma década, trabalhando para reconstruir a história da Terra Firme pelas narrativas de seus moradores (Quadros et. al. 2013; Alcântara, 2016) de modo que possa contribuir para a afirmação da identidade coletiva no lugar. A minha atuação multifacetada nos últimos doze anos no Ponto de Memória da Terra Firme fez-se tecer algumas análises sobre os momentos de construção e consolidação do processo museal na periferia de Belém (Alcântara 2015, 2016, 2017, 2018, 2019), que também serão possíveis de ser encontradas por aqui, contudo, a pesquisa que compõe esta tese centra-se no encontro das experiências de pontos pioneiros.

Apresento, assim, uma pesquisa etnográfica sobre os Pontos de Memória pioneiros autodenominados de: Ponto de Memória da Terra Firme (Terra Firme, Belém – Pa); Ponto de Memória Grande Bom Jardim (Grande Bom Jardim, Fortaleza – CE); Museu Mangue do Coque (Coque, Recife – PE); Museu Cultura Periférica (Jacintinho, Maceió- AL); Ponto de Memória do Beiru (Beiru, Salvador – BA); Ponto de Memória da Estrutural (Cidade Satélite Estrutural, Brasília – DF); Ponto de Memória Museu do Taquaril (Taquaril, Belo Horizonte – MG); Museu de Favela (Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Rio de Janeiro – RJ); Ponto de Memória Museu Comunitário da Grande São Pedro (Grande São Pedro, Vitória – ES); Ponto de Memória Museu Social da Brasilândia (Brasilândia, São Paulo – SP); Museu de Periferia (Sítio Cerrado, Curitiba – PR); Ponto de Memória Lomba do Pinheiro (Lomba do Pinheiro, Porto Alegre – RS). Na Figura 1, tem-se a localização dessas iniciativas de memória e museologia social pelo território nacional, com destaque para o bairro da Terra Firme, lugar de partida e de retorno desta tese.

Localização dos Pontos de Memória Pioneiros no Brasil



Legenda

Pontos de Memória Pioneiros

- Ponto de Memória da Terra Firme (Belém - PA)
- Ponto de Memória Grande Bom Jardim (Fortaleza - CE)
- Museu Mangue do Coque (Recife - PE)
- Museu Cultura Periférica (Maceió - AL)
- Ponto de Memória do Beiru (Salvador - BA)
- Ponto de Memória da Estrutural (Brasília - DF)
- Ponto de Memória Museu do Tuaquaril (Belo Horizonte - MG)
- Museu de Favela (Rio de Janeiro - RJ)
- Ponto de Memória Museu Comunitário Grande São Pedro (Vitória - ES)
- Ponto de Memória Museu Social da Brasilândia (São Paulo - SP)
- Museu de Periferia (Curitiba - PR)
- Ponto de Memória Lomba de Pinheiro (Porto Alegre - RS)

Chronus

Sistema de Coordenadas UTM
 DATUM: SIRGAS 2000
 Base de dados: CODEM, JBGE
 Projeto Cartográfico Pontos de Memória Pioneiros no Brasil
 Responsável Técnico: Tallyta Suenny
 Software: ArcGis 10

Chronus

Figura 1 Localização geográfica dos Pontos de Memória pioneiros no território nacional.

A pesquisa foi orientada pelos estudos relacionados ao que se tem convencionado chamar de Antropologia dos Museus, campo analítico que aproxima o fenômeno museu das teorias antropológicas, possibilitando novas perspectivas de diálogos que valorizam os vários grupos e categoriais sociais existentes nos acervos museológicos (Vasconcelos, 2011). A abordagem científica apresentada aqui, consistiu em pensar o lugar dos processos museais no desenvolvimento territorial, social, cultural e político nas comunidades periféricas brasileiras. De maneira que possamos apreender a ressonância da política pública pautada na museologia social nas 12 comunidades participantes da fase de implementação do Programa Pontos de Memória.

A partir de um trabalho colaborativo com sujeitos consciente e politicamente significativos para a construção de processos museais nas periferias brasileiras, faço uma interpretação desses processos no contato com as representatividades¹ dos Pontos de Memória pioneiros e com intelectuais do campo museal brasileiro que atuaram no Instituto Brasileiro de Museus para implementar o Programa Pontos de Memória. A interpretação acompanha as produções bibliográficas sobre o processo de formação, implementação e efetivação da política pública cultural no país, avaliando os cenários políticos que interferem nas relações estabelecidas entre as comunidades e o poder público. Assim, a tese organizada em cinco capítulos defende que os Pontos de Memória pioneiros são museus em processos formados por sujeitos diversos que se enriquecem como comunidades, ao desenvolverem pensamento crítico sobre suas realidades e organizarem ações coletivas transformadoras nas cidades onde acontecem, a partir das forças ativas da memória.

No primeiro capítulo, são apresentados o contexto, os sentidos e os encontros que contribuíram para desenhar o campo etnográfico desta tese sobre os museus e os territórios periféricos que participaram da construção democrática da política cultural brasileira dos Pontos de Memória. Explicando desta maneira como foi possível produzir esta etnografia com uma descrição cultural sintética baseada na observação participante, cujo maior desafio foi a realização do trabalho de campo com as iniciativas frente às adversidades da vida atual que

¹ Categoria utilizada pelos sujeitos participantes do movimento dos Pontos de Memória para referenciar as pessoas que são engajadas nos processos museais locais e que são atores políticos nacionais na defesa da memória social no país.

necessitou de novos arranjos no método de análise para compreensão do objeto de pesquisa, especialmente depois da chegada da Pandemia da COVID-19 tão severa em nosso país. Nesse capítulo inicial, apresento também quem são as dezoito representatividades entrevistadas que colaboraram com seus pensamentos e percepções sobre o PPM para a elaboração desta pesquisa.

O segundo capítulo reflete sobre a conquista da cidade pelos moradores das periferias brasileiras ao delinear os processos museais que acontecem nos 12 territórios selecionados para participarem da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória. O processo de construção e desconstrução das cidades brasileiras pelos agentes dos Pontos de Memória é analisado a partir do conjunto tríade: cidade, patrimônio e museu, sob o entendimento de que a periferia é também lugar de representação e subjetividade dos moradores da cidade. Tomando como referência os estudos dos antropólogos Michael Agier e Heitor Frugóli sobre a dinâmica observada na construção permanente por transformação urbana dos moradores de periferia; a apreensão de patrimônio como categoria de pensamento discutida pelo teórico Reginaldo Gonçalves e reinterpretada pelos intelectuais Regina Abreu e Mário Chagas nos ajudaram a compreender os movimentos de patrimonialização e musealização de bens culturais no país, como os pontos pioneiros que acontecem fora de instituições museais.

O terceiro capítulo, por sua vez, centra a discussão na conquista do direito à memória, tomando como referência a noção política que levou à criação da política cultural pautada na museologia social e o papel ocupado pelo Estado na implantação e consolidação dos pontos pioneiros. Apresentando as principais diretrizes voltadas para os museus que foram elaboradas a partir do movimento social em defesa da cultura no Brasil na primeira década do século XXI. Levando em consideração as políticas específicas que atenderam as demandas da sociedade no segmento cultural para os museus, que foram o Plano Nacional de Cultura (2010), a Política Nacional de Museus (2003) e o Programa Pontos de Memória (2017).

Seguido das reflexões sobre o movimento científico, político e social no campo museal brasileiro que favoreceu para o surgimento dos Pontos de Memória no Brasil, o quarto capítulo se dispõe a refletir sobre o processo museal das iniciativas comunitárias de pontos pioneiros, a partir da análise das entrevistas com as representatividades e intelectuais do

campo que trabalharam para pôr em prática o Programa Pontos de Memória. Neste capítulo, também revisito, as iniciativas de memória e museologia social a partir de uma visão privilegiada do Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém do Pará, e da minha pesquisa in loco no Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre em maio de 2017. O movimento em comunidade dos Pontos de Memória pioneiros é apresentado pelos (des)caminhos que percorri como antropóloga em formação, no trabalho de (re)existência e (auto)representação dos organismos sociais que se afirmam como museus. Ainda no quarto capítulo trago a visão dos entrevistados sobre a política pública do Programa Pontos de Memória e como os processos museais têm se mantido vivos com as diferentes mudanças micropolíticas na cultura brasileira.

O último capítulo faz uma interpretação do processo museal desenvolvido no bairro da Terra Firme ao longo do tempo, de forma estrutural, com o intuito de ilustrar como a prática social dos Pontos de Memória pioneiros acontecem, levando em conta a funcionalidade dessas experiências museais de preservação, de investigação, de comunicação e sobretudo de função social política. O apontamento das diretrizes e das ações museais realizadas pelo Ponto de Memória da Terra Firme são resultados da minha observação de doze anos do trabalho realizado pelo seu Conselho Gestor. No meu entendimento esse trabalho atua dentro de quatro eixos temáticos – pesquisa, mobilização social, educação popular e comunicação – para pôr em prática a museologia social na periferia de Belém do Pará.

A tese elaborada sob a orientação da Professora Doutora Renata de Godoy, portanto, é uma pesquisa etnográfica sobre os museus em processos autodenominados Pontos de Memória pioneiros que se servem das realidades e soluções criativas nos espaços urbanos periféricos brasileiros para registrar a memória social e salvaguardar do patrimônio cultural dos diversos grupos sociais que vivem nesses territórios. Ao ganharem a vida no interior das comunidades, fortalecem os sujeitos que criam, recriam e decidem sobre as suas realidades. Pretendo, assim, contribuir para o reconhecimento dessas iniciativas comunitárias de memória e museologia social como museus que falam de si mesmos e nos auxiliam a identificar uma museologia compreendida e libertária, como tem nos ensinado a enxergar o mestre e professor Mário Chagas.

Capítulo I

O desenhar do campo etnográfico

1.1 Contexto

Eu tenho um fascínio pelos museus e pela sua possibilidade de nos transportar para um mundo novo, de pessoas e coisas diferentes da nossa realidade habitual. Alguns motivos dessa fascinação devem-se à curiosidade das pessoas que transitam por esses espaços, às amostras expositivas de objetos que conversam entre si, às salas de encontros e descobertas, aos prédios clássicos ou modernos, e aos lugares que por si só são acervos. Penso, muitas vezes, que todos têm o direito de ter seu próprio museu, sob a perspectiva de comunicar a sua forma e maneira de ser e acontecer dentro de uma sociedade, no entanto, reconheço que a escolha de grupos sociais de ter ou não um museu implica em dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais que trazem para esses grupos mais questões de difíceis soluções.

Aqueles que reconhecem a importância de estar representados dentro de um museu criam espaços de memória a partir da vontade política de dizer “o que somos? E de onde somos?” resignificando, assim, as instituições museais (Silva 2017). No bairro da Terra Firme, em Belém do Pará, essa vontade política tem sido exercida pelo Ponto de Memória da Terra Firme, que desenvolve um processo museal no território periférico da capital paraense. O PMTF é uma iniciativa comunitária que trabalha junto aos pressupostos da museologia e, é mantida e gerida por agentes sociais pertencentes à comunidade a qual representa (Alcântara e Godoy, 2017). A iniciativa comunitária de memória e museologia social do bairro de Terra Firme é o meu ponto de partida e chegada nesta tese.

A minha relação com o Ponto de Memória da Terra Firme se dá pela minha trajetória de formação como mulher e pesquisadora. Pois, foi por meio do contato, da interação com os sujeitos que ajudam a consolidar essa iniciativa no bairro da Terra Firme que eu fui me identificando como uma mulher amazônida, periférica, negra e pesquisadora de museus. Esse

processo de autoconhecimento e descoberta sobre os outros levou 12 anos para chegar até aqui, frente às minhas escolhas acadêmicas e pessoais que me fizeram cursar antropologia nos últimos seis anos. A ponte que me leva até o bairro da Terra Firme é fincada no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), instituição centenária do estado do Pará, tida como a maior referência de museu local na região Amazônica². Por meio de Helena Quadros³, Educadora Doutora da instituição, eu conheci e vivenciei o bairro nesses últimos anos.

Em 2008, Helena coordenava o Núcleo de Visitas Orientadas do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi (NUVOP)⁴ quando integrei a sua equipe de estagiários. No NUVOP acompanhava as visitas programadas às dependências do Parque Zoobotânico, em especial as das escolas, para informar sobre os animais e as plantas que compõem o lugar. Também participava de eventos e ações dentro de projetos específicos do núcleo, como por exemplo as ações voltadas para a realização do projeto de extensão “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade”. Que por sua vez, acontece desde 1985 nos bairros próximos ao Campus de Pesquisa, estreitando relações entre o museu e as comunidades do seu entorno.

No Museu Goeldi, ao mesmo tempo fui bolsista de iniciação científica, com orientação de Helena Quadros, onde nos debruçamos no registro da história e cultura do Município de Curuçá⁵, por meio da coleta de histórias de vida dos sujeitos envolvidos nas atividades de manguezais, pesquisa que ocorreu no período de 2008 a 2011. Naquele momento, tínhamos a pretensão de contribuir para a formação do acervo do futuro Ecomuseu do Mangue⁶, que infelizmente não saiu do papel. De todo modo, essa primeira experiência científica me possibilitou compreender que os museus em seus desdobramentos locais podem ser vias de acesso à educação e à mudança social nos territórios onde atuam.

² O Museu Goeldi tem três sedes científicas: o Parque Zoobotânico e o Campus de Pesquisa localizados em Belém e, a Estação Ferreira Penna na Reserva Nacional de Caxiuanã, na cidade de Melgaço, também no Pará.

³ Doutora em Educação – PPGED/ICE/UFPA, Mestra em Educação (UNAMA), Especialista em Ação Educativa e Cultural em Museus (UNIRIO) e em Educação Ambiental (NUMA-UFPA).

⁴ Helena Quadros foi coordenadora do NUVOP no período de 2006 a 2012.

⁵ Localizado há 135km de Belém, região conhecida como Salgado Paraense.

⁶ A proposta do Ecomuseu do Mangue é parte de um projeto conveniado entre o Museu Goeldi e o Instituto Peabiru denominado Escola Casa da Virada, com investimento do Programa Petrobrás Ambiental. O projeto tinha como objetivo buscar informações biológicas, históricas, culturais e etnográficas sobre o ambiente do manguezal.

Nesse caminhar, conheci outras áreas de conhecimento, como a antropologia e a museologia, que me ofertaram arcabouço teórico das categorias de análise “memória e patrimônio”, as quais utilizo desde então. Sendo orientada a desenvolver uma pesquisa que usa de fontes empíricas para a construção de suas análises, deparei-me com as técnicas e conceitos atrelados à etnografia, que ao longo dos anos aprimorei ao executar o trabalho acadêmico. Sem dúvida, esse trabalho no Museu Goeldi foi decisivo para minha trajetória como pesquisadora. Foi nos espaços do renomado museu de ciências da Amazônia que eu fui tomada pela corrente de pensamento da museologia social, a qual reconhece a importância dos museus na defesa das realidades e potencialidades de comunidades específicas. Tornando instituições tradicionais, como o Museu Goeldi, a serviço do que é urgente e necessário para a permanência de grupos sociais em seus lugares de existência, ao assumirem compromissos sociais, éticos de dimensões científicas, políticas e poéticas, a diferenciando da prática museológica instituída no século XIX (Chagas e Gouveia 2014).

O projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade”, citado anteriormente, é exemplo do compromisso social, ético, político e poético com as comunidades do entorno ao Campus de Pesquisa da instituição; ação que possibilita a democratização da ciência pelas vias museológicas na Amazônia. Segundo Quadros e Ferreira (1993), o projeto tem como objetivo valorizar as práticas comunitárias e estimular o desenvolvimento pessoal e de coesão social, em prol de melhorias e condições de vida e reconhecimento de identidade dessas comunidades. Em 1980, quando o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi⁷ fora instalado no bairro da Terra Firme os moradores do lugar ficaram curiosos em saber o que estava por trás dos muros que abriga a sede científica, realizando uma série de atitudes consideradas como invasões pelos diretores e pesquisadores do museu. Foi então que em 1985, Helena Quadros, como pedagoga, a convite do diretor Hélio De La Penha, criou estratégias de aproximação da vizinhança que findam em uma relação de confiança até o presente momento (Quadros e Ferreira 1993; Quadros 2014).

⁷ O Campus de Pesquisa do Museu Goeldi abriga as coordenações de ciências: Humanas, Botânica, Zoologia e Ciências da Terra; um acervo de 13 coleções: arqueologia, etnografia, linguística, herbário, xiloteca, entomologia, aracnologia, ictiologia, herpetologia, ornitologia, mastozologia, minerais e rochas, e paleontologia; a biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e o escritório da Estação Científica Ferreira Penna.

Destacam-se entre as estratégias: pesquisas para identificar o perfil socioeconômico dos moradores; cursos voltados para a alimentação saudável; acompanhamento da saúde das crianças do bairro; criação de uma biblioteca e uma horta comunitária nas proximidades do Centro Comunitário Bom Jesus em Terra Firme; participação de funcionários de diversos setores do MPEG na realização do projeto de acordo com a demanda apresentada pelos moradores. Nesses mais de 30 anos essas foram algumas das ações resultadas da parceria entre o museu e as comunidades vizinhas, localizadas no bairro da Terra Firme, Guamá, Curió Utinga e Canudos.

Compreendo que o processo museal do bairro da Terra Firme é resultado da parceria entre os moradores do lugar e o MPEG, que com a contribuição de outras organizações sociais, como os centros comunitários, lutam constantemente para a permanência da comunidade no território com maior qualidade de vida. O bairro constituiu-se por meio de um processo de ocupação iniciado na década de 1970 em terras pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), nas delimitações do Rio Tucunduba e da Avenida Perimetral. Famílias oriundas do interior do estado ou do centro da capital ocuparam o território visando os investimentos para estruturação da região que abrigaria o novo campus da universidade e outras instituições de ciências - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Universidade Federal Rural da Amazônia e o próprio Museu Goeldi.

Por muito tempo, a ocupação irregular foi justificativa para a falta de políticas públicas no lugar, atribuindo ao bairro estereótipos negativos que o associa a falta de qualquer coisa que coloca em ordem o urbano. Contudo, esse mesmo tempo foi decisivo para que os sujeitos que permaneceram no bairro tomassem consciência dos seus direitos enquanto moradores da cidade de Belém, reivindicando o direito à cidade, que é o direito de estar ali e ali levar uma vida urbana (Agier 2015). Assim, por diversos movimentos de luta, conseguiram algumas conquistas para o bairro, como: instalação de escolas e unidades básicas de saúde; estruturação das vias de acesso com os asfaltamentos das ruas; canalização de água e esgotos; coleta urbana de resíduos sólidos; mercado público de produtos alimentícios; dentre outras, que possibilitaram a chegada de equipamentos urbanos para prestação de bens e serviços a toda comunidade.

Esse processo histórico de luta associado à descoberta dos museus enquanto meios de transformação social despertou em alguns moradores do bairro da Terra Firme a necessidade de possuir o seu próprio museu, gerido e mantido pela comunidade. A vontade política de registro da memória social dos moradores do lugar parte do dever de afirmação da identidade coletiva dos moradores e a reconstrução da história do lugar pelas narrativas dos comunitários (Quadros et. al. 2013; Alcântara 2016). A céu aberto, o museu tem se constituído como um espaço de reflexão e ação sobre as realidades existentes no bairro, e uma ferramenta política de reivindicação de direitos sociais.

A senhora Chiquinha (Francisca Rosa), moradora do bairro há mais de 30 anos, presidente do PMTF, constantemente, em suas falas em público, afirma que no bairro da Terra Firme há um museu, um museu diferente, chamado Ponto de Memória da Terra Firme. A denominação de “Ponto de Memória” foi adotada pelos moradores participantes da iniciativa comunitária no ano de 2009, quando se inseriram na Ação Piloto do Programa Pontos de Memória. O grupo se reconheceu como iniciativa de memória e museologia social ao participar das metodologias de formação e consolidação da política pública.

Assim como na Terra Firme, outras 11 comunidades periféricas no Brasil passaram pelo mesmo processo de formação e consolidação de iniciativas de memória e museologia social, que se firmou como um experimento prático do PPM. Desde o seu surgimento, o programa tinha o objetivo de consolidar, no país, uma política pública voltada para os campos do Patrimônio Cultural, da Memória Social e dos Museus. O IBRAM contava com a parceria do Ministério da Justiça e da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI/Brasil) para mapear em território nacional comunidades periféricas que trabalhavam ou desejam fazer um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias (IBRAM e OEI 2016; Pereira 2018).

Os pontos pioneiros, como se autodenominam as 12 iniciativas comunitárias de memória e museologia social que integram a Ação Piloto do PPM, entre o período de 2009 a 2012, realizaram diversas ações em seus territórios para o registro das memórias sociais de seus grupos de pertença. Os técnicos do IBRAM orientaram os moradores dessas comunidades na condução das ações, ao disponibilizarem metodologias participativas

pautadas na museologia social. Foram discutidos com as lideranças comunitárias conceitos de memória, patrimônio, museu e cidadania, pelo viés das ciências sociais. As concepções foram incorporadas nas práticas locais dos Pontos de Memória, possibilitando a criação de ferramentas próprias de registro da memória social nesses territórios periféricos.

Dentre os resultados das ações posso listar: formação de conselhos gestores de caráter comunitário para conduzir as iniciativas; instituição de nomes para os grupos recém-criados, contemplando ou não Pontos de Memória; criação de logomarcas para dar uma identidade visual ao grupo; desenvolvimento de práticas de educação popular e museologia social na condução das iniciativas; desenvolvimento de atividades de rodas de conversa e inventários participativos para identificação da história dos lugares, dos grupos culturais e saberes populares, entre outras vontades de registro que surgiam nas localidades (IBRAM e OEI 2016). Essas ações contribuíram para fortalecer os processos museológicos dos pontos pioneiros.

Em Terra Firme estive junto dos moradores do bairro nessa fase de implantação do Ponto de Memória, pois o IBRAM entrou em contato com os moradores do lugar por meio do projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência a comunidade”. As 12 comunidades periféricas da Ação – Piloto do PPM foram pré-mapeadas no processo de planejamento do programa sob a condição de que eram territórios violentos marcados pelo abandono de políticas públicas sociais, que receberiam o projeto museológico como meio contribuição para a transformação desses lugares. Para Belém, mapeou-se os bairros do Guamá e Terra Firme, mas durante a visita técnica do IBRAM para conhecer esses territórios os mediadores dessa conversa obtinham somente informações sobre as iniciativas comunitárias do bairro da Terra Firme.

Então, a partir de 2010 as ações para a formação do Ponto de Memória da Terra Firme de fato começaram. Acompanhando as líderes comunitárias que firmaram compromisso com o IBRAM – Chiquinha, Chiconá (Maria Francisca), Nerci (Eliete Santana), Jéssica Santos – integrei a equipe técnica desse projeto, composta por Helena Quadros e Ana Cláudia Silva do Museu Goeldi; e eu como bolsista da instituição. Juntas mobilizamos entidades e outras lideranças do bairro para participarem do Seminário “Ecomuseus e Museus Comunitários uma nova proposta ao bairro da Terra Firme”, evento que teve o objetivo de esclarecer sobre a

proposta de implantação do PM na comunidade e, realizar uma chamada pública para a formação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme.

Durante a chamada pública os não moradores do bairro puderam se candidatar ao Conselho Gestor do PMTF, sob a condição de que são agentes sociais que contribuem por meio de projetos comunitários para o bem-estar do lugar. Dessa maneira, tornei-me conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme, devido minha participação no projeto do Museu Goeldi que me levaram a mobilizar a criação deste conselho. Nesse caminhar que se estendeu até o ano de 2013, também me tornei consultora local do Programa Pontos de Memória após um processo seletivo no Ministério da Cultura (Minc), com a indicação dos conselheiros do PMTF.

O IBRAM selecionou um(a) consultor(a) para cada ponto pioneiro a fim de assegurar que os processos museológicos pudessem ser iniciados ou fortalecidos nos territórios periféricos mapeados, assim, os conselhos gestores deveriam indicar o (a) representante que se responsabilizaria em realizar ações nas comunidades a partir da elaboração de um plano de ação. Dessa maneira, nós, consultores pudemos: agilizar processos entre as iniciativas comunitárias e o IBRAM; resolver imprevistos locais e garantir a execução dos planos de ação propostos pelos Pontos de Memória. O plano de ação do PMTF consistia em: 1) realização de um inventário participativo; 2) produção de dois produtos de difusão: cartilha e exposição; 3) desenvolvimento de ações e eventos para legitimar a iniciativa dentro e fora do bairro. E assim, fora feito no bairro da Terra Firme.

Em 2012, destaca-se a realização do inventário participativo em torno das lutas sociais dos moradores, do processo histórico do bairro, das manifestações culturais existentes no lugar, do registro do cotidiano das pessoas e da presença de instituições de pesquisa no território. Nesse mesmo ano, produzimos dois vídeos documentários que retratam a importância das feiras para o morador (do feirante ao consumidor) e o registro de grupos culturais do bairro. Em 2013, promovemos a concepção coletiva da exposição itinerante “Terra Firme de tudo um pouco”; além de oficinas, seminários e cursos voltados para a museologia social que ocorreram no decorrer do ano (Alcântara 2016). Naqueles primeiros anos, o processo criativo de formação do Ponto de Memória da Terra Firme nos despertava a

vontade de construir um Museu Comunitário no bairro, de forma a contribuir na mudança da imagem negativa atribuída ao lugar, apropriando-se das memórias contadas pelos moradores do bairro em nossas ações (Quadros et al. 2013).

Durante os encontros nacionais dos consultores, eventos proporcionados pelo IBRAM, percebi que esse desejo das iniciativas virarem museus era comum em todos os pontos pioneiros. O fato é que havia uma pretensão dentro do PPM, pelo menos inicialmente, de que as iniciativas comunitárias definissem ao longo de seus processos de implantação local o tipo de representação museal (de território, comunitário, ecomuseu, interativo) que gostariam de ter em sua comunidade, elegendo memórias e histórias para serem salvaguardadas em museus (Alcântara 2016). Contudo, no decorrer do tempo elas foram incorporando amplas dimensões simbólicas ao que estavam produzindo, refletindo sobre os temas, significados e objetos adquiridos em suas ações. Distanciando-se, assim, do que haviam projetado a elas.

No exercício do fazer antropológico, identifico que nos últimos anos houve uma resignificação da categoria museu nesses processos museológicos incentivados pelo Programa Pontos de Memória. Posto que a maioria das 12 comunidades integradas à Ação-Piloto do PPM não ditam, não nomeiam ou se não conceituam como museus, definindo-se como Pontos de Memória, categoria criada pelo Estado. De todo modo, o que antes era colocado para identificar dinâmicas de memória que levariam à concepção de museu (como são conhecidos), as comunidades se apropriaram da nova categoria - Pontos de Memória - para dá-la novo sentido e nova dinâmica de trabalho.

O embate entre ser ou não ser museu foi o que me levou a fazer mestrado em antropologia social na UFPA (mesmo curso de pós-graduação que elaboro esta tese), no ano de 2014, visualizando na ciência a possibilidade de compreensão do que estava acontecendo, especialmente no bairro da Terra Firme. Busquei cercar-me de teoria para solucionar meu problema, desejava ir a campo com a proposta de que a minha atuação dentro da iniciativa comunitária Ponto de Memória da Terra Firme não influenciasse as impressões e análises futuras, e por fim buscava construir uma etnografia que atendesse apenas concepções antropológicas. O que eu fiz disso tudo? Quase nada!

O fazer antropológico foi um desafio dentro da minha trajetória enquanto pesquisadora, pois a minha formação profissional em Turismo por meio do exercício da Museologia fora provocada pelas teorias antropológicas. Com o tempo fui apreciando essa formação multidisciplinar, mas não posso negar as dificuldades para chegar até aqui. A primeira lição que aprendi dentro da antropologia foi a de estarmos a todo o momento construindo alteridade, até quando achamos que conhecemos os sujeitos de nossa pesquisa. Ao cursar as disciplinas e ao acompanhar os debates em sala percebi que a pesquisa se revela – de situações e inquietudes – principalmente, no contato com os sujeitos em campo.

Cardoso de Oliveira (2006) ao abordar sobre a relação dialógica entre observador e observado situados no mesmo momento histórico afirma que nessa dinâmica do encontro etnográfico entre as partes envolvidas há uma fusão de horizontes, “o que significa que o outro é igualmente estimulado a nos compreender” (p. 68). No meu encontro com os moradores que integram o Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, houve essa fusão quando meus antigos companheiros de trabalho buscavam entender qual o meu papel como pesquisadora dentro da iniciativa, provocando em mim conflitos íntimos descritos na minha dissertação de mestrado intitulada “Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-Pa” (2016). Esses conflitos fizeram-me perceber que eu não era mais reconhecida como integrante do grupo, mas uma nova pessoa que se inseria em outro momento que o PMTF estava vivenciando.

Preciso salientar que após o encerramento da consultoria local do Programa Pontos de Memória eu me afastei do trabalho como conselheira do PMTF, por motivos pessoais e profissionais, que me impediram de acompanhar algumas ações e desdobramentos da iniciativa comunitária dentro e fora do bairro da Terra Firme. Portanto, quando retomo a minha participação dentro do grupo, eu me apresento como pesquisadora mestranda, com interesse de conversar com aqueles moradores e agentes sociais do Ponto de Memória em formato de entrevista, com anotações constantes e munida de ideais teóricos sobre o que estavam fazendo. Há de se reconhecer que eu havia mudado.

O controle de impressões fora feito (Berreman 1980) até conseguir estabelecer novas formas de confiança com aqueles sujeitos, transformando-os nos principais interlocutores da

minha pesquisa de mestrado. Assim, aprendi a lição de que construímos etnografias no confronto entre a teoria do pesquisador e a observação dos sujeitos, conforme propõe Peirano (1995). Na dissertação, faço análises das diferentes situações e movimentos dos sujeitos pesquisados, observando aqueles apreendidos, primeiramente, como naturais e com o passar da elaboração da etnografia foram vistos como intencionais para garantir espaços ou mudar as estruturas operantes que interferem no grupo.

Nesse caminhar, o que para mim foi um problema no início das investigações, tornou-se um afago quando me envolvi com as questões que desde muito antes me inquietavam. Aprendemos na antropologia a sermos militantes do que pesquisamos, assumindo o compromisso ético e moral durante o exercício prático (Cardoso de Oliveira 2004). Por isso, trago em meus escritos questões relevantes sobre a importância do registro da memória social como patrimônio cultural dos seus grupos de pertença para a formação de cidadania ativa nos espaços que esses sujeitos transitam. A militância pelos museus, enquanto agentes de transformação do presente, foi exercida, por mim, na prática dos pontos de memória, sobretudo determinante ao cursar antropologia.

Deste modo, as minhas inquietações como antropóloga pesquisadora de museus não se findaram ao concluir a dissertação. As análises interdisciplinares entre os campos da Antropologia e da Museologia, junto às descobertas sobre o que esses sujeitos e seus pares faziam, pensavam e realizavam – parafraseando Malinowski (1926) – ajudaram a identificar que os processos museológicos das iniciativas integradas à Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória, tratam de organizações politizadas que se utilizam do espaço museal para questionar as estruturas jurídicas, políticas e socioculturais das cidades que existem. Uma vez que estão localizadas em territórios à margem de políticas públicas, que se constituem em redes solidárias entre as suas estruturas operantes para atender as necessidades locais dos moradores e lugares que compõem essas regiões.

A museóloga Marcelle Pereira⁸, que esteve na Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do IBRAM no período

⁸ Professora Reitora da Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT em Lisboa Portugal; Mestre pelo Programa de Pós-graduação

que corresponde à implantação do PPM (anos de 2009 a 2012), em sua tese de doutorado sobre o Programa Pontos de Memória assegura que as articulações interministeriais, entre o Minc e o MJ, com o organismo de cooperação internacional, OEI/Brasil, possibilitou o mapeamento, o apoio e o fortalecimento das 12 iniciativas comunitárias, dando a elas condições políticas e econômicas de existirem (2018). A pesquisadora afirma ainda que as cidades que receberam a proposta do PPM foram indicadas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do MJ, com o qual tinha uma parceria com o Programa Mais Cultura do MINC⁹. Partindo da premissa de que nessas cidades havia localidades que eram caracterizadas como violentas e com alto índice de homicídios e crimes hediondos, (*Ibidem*).

Diante desse cenário, Marcele discorre como o Programa Pontos de Memória percorreu o Brasil apoiando as iniciativas comunitárias que desenvolviam trabalhos com a memória ou não, mas que “mostraram-se interessadas em fazer parte do projeto, especialmente por compreenderem como ela poderia contribuir para a consolidação do trabalho social que estava em curso nas comunidades por movimentos diversificados” (p. 133). A diversidade desses movimentos que a pesquisadora se refere chamou a minha atenção nas Teias da Memória, eventos promovidos pelo IBRAM, para que as iniciativas trocassem experiências e afinassem metodologias (Alcântara 2016, 2019; Pereira, 2018). Outro evento, em destaque, é o Fórum Nacional de Museus (FNM) que desde o ano de 2009 possibilita também o encontro dessas iniciativas nas cidades que recebem o evento; além de reuniões entre as representatividades dos PM para tratar de questões específicas na sede do IBRAM, em Brasília – DF.

Nos encontros que estive presente - III e da IV Teia da Memória; ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em 2011 e Belém em 2014; 6° e 7° Fórum Nacional de Museus que aconteceram em Belém no ano de 2014 e em Porto Alegre no ano de 2018; e, I e II Encontro de Consultores Locais em Brasília e Salvador no ano de 2011 – identifiquei que a forma criativa que os Pontos de Memória expressam o seu poder de resistência mobilizam e ativam

em Museologia e Patrimônio da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO PPG-PMUS e Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

⁹ O programa foi uma plataforma de fomento e incentivo a projetos culturais em territórios de periferia.

cidadania dentro das cidades (Alcântara 2016, 2019). E que, muito pela metodologia de formação do programa, passaram a reivindicar dentro de suas localidades o direito à memória.

O exercício do direito à memória foi um meio encontrado pelas iniciativas comunitárias, tratadas nesta pesquisa, para resolver seus problemas e organizar suas vidas dentro de processos museológicos (Alcântara 2019). Entendo que esse direito está atrelado ao que o pesquisador Javier Lifschitz (2016) define como memória política, para aquelas sociedades que são marcadas pela violência política, como vítimas do holocausto e etnias indígenas, sendo a escolha desses povos o não esquecimento como meio de permanecerem vivos e seguros. Esse tipo de violência também atinge as populações periféricas pelo Brasil, quando esses grupos vivem em territórios marcados pela insegurança, abandono e ausência de direitos sociais.

As políticas públicas culturais contribuem para fortalecer a autoestima dessas populações ao afirmarem suas origens e códigos, dentro de práticas culturais próprias que se inserem na cena urbana. As ações gradativas com as 12 iniciativas comunitárias de memória, realizadas de acordo com as peculiaridades locais, estruturais e de momento tornaram-se essenciais para a consolidação do Programa Pontos de Memória como política cultural no país (IBRAM e OEI 2016). Novos direcionamentos dentro do PPM foram tomados a partir do ano de 2012. Editais foram ofertados pelo IBRAM nos anos de 2012, 2013 e 2014 para premiar outras experiências de registro da memória em território nacional e estrangeiro, reconhecendo assim mais de 140 iniciativas em todo Brasil e 12 no exterior¹⁰. Contudo, houve um aumento considerável de iniciativas que se autodeclaram como Pontos de Memória, a partir do mapeamento do IBRAM (Pereira 2018). Essa reformulação dentro do programa impossibilitou a continuidade de metodologias participativas e uma mudança também conceitual no processo.

Na pesquisa de Marcele Pereira, algumas abordagens nos levam a pensar sobre a ampliação do programa pelo IBRAM, posto que “as categorias e critérios para a premiação das

¹⁰ Há registros de premiações nos seguintes países: Portugal (Lisboa e Serpa); Estados Unidos da América (Boston e Nova Iorque); Espanha (Zamora, Madri e Barcelona); Uruguai (Montevideo); Bélgica (Bruxelas); Áustria (Viena); Alemanha (Bremen e Republica Tcheca).

experiências que, em alguns casos, poderia estar desconectada com os pressupostos da Museologia Social” (2018, p. 156). Nos capítulos dessa tese, discutiremos o quanto isso refletiu nos pontos pioneiros, mas a princípio faz-se necessário indicar os desdobramentos do PPM, após a ampliação do número de iniciativas de memória mapeadas no país, que alcançou outras regiões e cidades brasileiras (*Ibidem*). Para dar continuidade às ações de desenvolvimento, fomento e criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, o IBRAM incentivou que as iniciativas se organizassem em redes de temas específicos (IBRAM e OEI 2016; Pereira 2018; Alcântara 2019).

O surgimento das redes em âmbito local, regional e nacional; de caráter territorial ou temática tem como referência outras experiências de organização em redes de memória, museus comunitários, ecomuseus que já existiam no país naquele momento, como por exemplo a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC) e a Rede Cearense de Museus Comunitários. As Redes de Pontos de Memórias promovem a aproximação e a articulação de ações e trocas de experiências entre as iniciativas culturais de base comunitária que atuam no campo da memória, patrimônio cultural e museologia (Chagas e Gouveia, 2014). Com esse incentivo, surgiram naquele momento algumas redes que possuem destaque nos dias de hoje devido a sua atuação no campo da museologia social, como as seguintes: Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul; Rede LGBT de Memória e Museologia social; Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Rede São Paulo de Museologia Social.

Visando ainda as mudanças que estavam em curso no PPM, fora promovido pelo IBRAM o Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários no mês de junho 2012, em sua sede em Brasília. O encontro contou com a participação de 32 representações do campo da Museologia Social, entre profissionais, comunitários e pesquisadores; assim como a equipe técnica do programa. Esse evento é recorrentemente lembrado pelos diversos atores que atuam nos pontos de memória, devido a elaboração da Carta das Redes dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social (Pereira 2018; Alcântara 2016, 2019).

Os princípios tratados na carta são os seguintes:

1. Garantir o direito à memória às comunidades, grupos e sujeitos locais historicamente excluídos;
2. Salvaguardar que os Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social sejam geridas por instâncias participativas, organizadas para esta finalidade, no seio de suas próprias populações;
3. Garantir a autonomia e a descentralização das iniciativas comunitárias de memória, fomentando a cooperação entre as redes estaduais de memória e museologia social;
4. Reconhecer, respeitar e valorizar as diversidades, especificidades e potencialidades das comunidades, priorizando o desenvolvimento local e visando à sustentabilidade;
5. Adotar metodologias de conhecimento sistêmico do território como garantia da relação entre memória social e sustentabilidade;
6. Instituir a formação em rede como parte do processo de articulação das redes estaduais, garantindo uma formação continuada que atenda às reais necessidades de desenvolvimento e sustentabilidade dos Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social. (Carta das Redes dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social 2012)

Portanto, o documento leva em consideração a memória social de comunidades, grupos e sujeitos que historicamente foram negligenciados da constituição da memória oficial brasileira. E firma o compromisso, entre os participantes do evento e suas representações, de reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade sociocultural desses grupos por meio de trabalhos participativos e em rede dentro do seio de suas próprias comunidades e entes da federação (IBRAM 2012). Com essas premissas a Carta dos Pontos de Memória serviu como orientação para que o programa se institucionalizasse como política pública cultural criada e atuada de forma participativa.

No 5º Fórum Nacional Museus, realizado em novembro de 2012 na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro, os Pontos de Memória estiveram reunidos com o objetivo de discutir os avanços, propostas e desafios das experiências até aquele momento, “rumo à consolidação de uma política pública de direito à memória” (IBRAM 2012, p. 277). As iniciativas aproveitaram os momentos de debate no evento para pontuar o fortalecimento do PPM de forma ampla e democrática, maior espaço do programa dentro das ações do IBRAM e a implementação de um Comitê Gestor do Programa Pontos de Memória com participativa das iniciativas existentes. Algumas representações que estiveram no 5º FNM relataram-me, em entrevista, que as discussões foram acaloradas entre os participantes para garantia de que essas manifestações fossem compreendidas e aceitas pela diretoria do programa.

O poder de articulação entre as iniciativas de Pontos de Memória chama a atenção em todo o fazer dessa etnografia. A construção participativa e o fortalecimento da política pública de direito à memória propiciam arranjos sociais de fusão – entre pontos pioneiros e premiados, redes e atores – necessários para assegurar a legitimidade dos processos museológicos em curso. Dessa forma que se reconheceu a criação da Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa (COGEPACO) do Programa Pontos de Memória com representatividades das organizações que estiveram no 5º FNM, atuante nos dois anos seguintes.

A COGEPACO contribuiu para as propostas sistematizadas sobre a minuta de “Portaria que institui o Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória” (IBRAM 2017). As propostas surgiram de dez encontros regionais realizados nos meses de outubro e novembro de 2014 pela equipe do PPPM e a Comissão nos estados de: Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e no Distrito Federal. A Comissão também teve a sua importância ao garantir que houvesse a IV Teia da Memória na cidade de Belém, no trabalho para a sua realização junto com a Comissão da Teia da Memória¹¹, eleita em plenária no 5º FNM.

O trabalho das duas comissões assegurou com que as 120 iniciativas comunitárias reconhecidas como Pontos de Memória até aquele momento participassem da IV Teia. Evento descrito na minha dissertação de mestrado, por meio de uma análise situacional (Gluckman 2010; Van Velsen 2010), a qual observei o andamento do Programa Pontos de Memória, os posicionamentos das iniciativas comunitárias perante as medidas tomadas pelo IBRAM e a forma como o Ponto de Memória da Terra Firme inseria-se nas discussões e mobilizações dos pontos pioneiros (Alcântara 2016, 2019). Contudo, é interessante retornar às análises feitas durante a IV Teia para indicar que o principal encaminhamento do evento fora aprovado, o

¹¹ A Comissão da Teia da Memória teve a representação das seguintes iniciativas comunitárias de memória: Ponto de Memória do Pompéu (MG), Ponto de Memória do Taquaril (MG), Ponto de Memória da Grande São Pedro (ES), Museu de Favela (RJ), Rede Cearense de Museus Comunitários (CE), Rede LGBT de Museologia Social, Museu Treze de Maio (RS), Ponto de Memória de Terra Firme (PA), Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias e Memória Social do Rio Grande do Sul, Museu do Barro (PE) e Ecomuseu da Amazônia e Raízes Históricas Indígenas (AM).

Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa¹² foi eleito em plenária como instância colegiada permanente de debate e articulação para a construção e fortalecimento da política pública de direito à memória.

No artigo “Museus em periferias urbanas brasileiras” (2019) que publiquei na Revista Horizontes Antropológicos faço algumas análises sobre esses desdobramentos da IV Teia da Memória, em uma fase que se estendeu de 2014 a 2018. Essa fase é marcada pelos entraves políticos após a reviravolta no governo federal. O Brasil deixara de ser governado por lideranças esquerdistas que se comprometeram com os direitos sociais e culturais dos cidadãos brasileiros, para ser tomado por um Estado de direita e de extrema direita que negligencia tais direitos e é adepto à lógica do mercado capitalista.

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, que favoreceu essa mudança no cenário político desmobilizou as políticas públicas de cultura e educação. Assumiu no país governos autoritários, propícios à privatização das instituições e desmontes dos serviços públicos, com descaso e abandono do patrimônio cultural brasileiro. Portanto, o MINC e suas autarquias, como o IBRAM, deixaram de ser ativos, proativos e participativos. Reflexo disso foi a desmobilização do Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa do Programa Pontos de Memória após a eleição dos membros da sociedade civil em plenária durante a IV Teia, realizada em Belém. Havendo a legitimação do organismo depois de três anos, pela Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017 (IBRAM 2017), que institucionaliza o PPM como política pública e garante a participação da sociedade civil em sua condução com

¹² Os conselheiros eleitos são: *representantes regionais indicados por Pontos de Memória de cada região do país*: Alessandra (PM IBAÔ) e Solange (PM Recordança) da região sudeste; Cláudia (PM Lomba do Pinheiro) e Sarah (PM Trajetos da Memória) da região Sul; Abadia (PM da Estrutural) e Sônia (PM Chapada a Mão) da região centro-oeste; José (Associação Cultural Maracrioula) e Karl Marx (Museu do Cangaço Fundação Cabras de Lampião) da região nordeste; Helena e Chiquinha (PM Terra Firme) da região norte; *representantes indicados pelas redes de memória temáticas*: Anselmo (Rede de Memoriais e Museus de Terreiros da Bahia) e Tony (Rede LGBT de Memória e Museologia Social), representantes da primeira vaga de redes temáticas; Suzenilson (Ponto de Memória Museu Indígena Kanindé) e Viviane (Rede LGBT de Memória e Museologia Social) para segunda representação das redes temáticas; *representantes indicado pelas redes estaduais de Pontos de Memória*: Philipi (Rede Cearense de Museus Comunitários) e Aurelina (Museu Vivo de São Bento) para a representação das redes estaduais; e Raimundo (Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte) e Sônia (Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo) como representantes da segunda vaga de redes estaduais; *representante indicado pelos 12 Pontos de Memória pioneiros*: Adriano (Ponto de Memória Museu Comunitário Grande Bom Jardim) e Kleber (Ponto de Memória da Brasilândia).

a publicação do regimento interno de um Comitê Consultivo. Percebam que a representação civil dentro da política tem o caráter consultivo e mobilizador, em inconformidade ao desejo e negociação com o IBRAM no ano de 2014, que era deliberativo e administrativo.

A passagem de um “Conselho Gestor” para “Comitê Consultivo” fora discutida durante o 7º Fórum Nacional de Museus na cidade de Porto Alegre (RS) em 2017, quando as representatividades eleitas no 6º FNM de Belém reuniram com a COMUSE/IBRAM para tratarem do andamento da institucionalização do PPM. Estive no 7º FNM realizando minha primeira etapa de campo para esta tese e observei, no evento, que havia uma pretensão do IBRAM em desarticular a representação das iniciativas comunitárias na gestão participativa do PPM. Contudo, as representatividades, ao perceberem esses interesses necessitaram se rearticular para negociar a permanência da participação popular na implementação das políticas para a memória e museologia social (Alcântara 2019).

Desta forma, os representantes das iniciativas no 7º FNM reconheceram que a formação do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória poderia agilizar o seu processo de institucionalização, porém não aceitaram a proposta da COMUSE em reduzir a representatividade para cinco membros, haja vista que os dez representantes foram eleitos em plenária frente a representatividade de todos os Pontos de Memória até então. A institucionalização do PPM aconteceu dentro de uma conjuntura política que só se agravaria com o tempo e implicaria em mudanças na política cultural brasileira.

A ascensão do pensamento conservador e da extrema direita nos últimos quatro anos levou à extinção do Ministério da Cultura havendo transferência de atribuições a outras pastas interministeriais. Hoje, no país, cabe ao Ministério do Turismo (MTUR) dentro da Secretaria Especial de Cultura a formação de políticas, programas e projetos de promoção da cidadania por meio da cultura. E o IBRAM uma autarquia também do MTUR. O cenário político atual é de inconstância, falta de transparência e engavetamento de políticas públicas, o que favorece para que o Programa Pontos de Memória como política cultural não seja efetivo. Estamos vivendo no tempo em que há uma tentativa de normalização de discursos fascistas, machistas, homofóbicos e racistas que vão na contramão do que representou a década passada. Mas

frente a esse movimento a vontade de registro da memória de diversos grupos persiste, de certo modo até mais forte.

Os grupos sociais (e seus pares) que são atingidos por essa violência simbólica e algumas vezes até física, buscam por meio do registro da memória social maneiras de reexistir dentro dos territórios onde vivem. Os Pontos de Memória são iniciativas comunitárias de luta e resistência que se servem das memórias populares para fortalecer a identidade cultural de seu grupo e vivenciar novas formas de existência dentro de seus territórios. Sendo assim, a etnografia aqui apresentada busca compreender como essas iniciativas comunitárias de memória escolhem se organizar politicamente por meio dos museus a partir da construção de uma política pública cultural no Brasil.

Orientarão a experiência etnográfica desta pesquisa os estudos relacionados ao que se tem convencionado chamar de Antropologia dos Museus, um campo específico de estudos e pesquisa que se forma em decorrência do encontro entre os dois campos analíticos – a Antropologia e os Museus. A necessidade deste novo campo se dá pela “construção de novos paradigmas voltados para os estudos, as pesquisas, a difusão dos conhecimentos sobre as relações sociais e humanas na dinâmica da chamada diversidade cultural”, conforme afirmam as pesquisadoras desse campo, Maria Eunice Maciel e Regina Abreu (2019; p. 11 -12). No Brasil, as pesquisas nessa área são incentivadas por antropólogos em seus campos museais (pesquisa, coleção, documentação ou exposição); havendo diversas publicações que contribuem para os debates do campo, sendo algumas delas publicadas pelo Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA 2007, 2012, 2016).

Desta forma, aproprio-me dos estudos da Antropologia dos Museus para apreender a ressonância da política cultural dos Pontos de Memória nas 12 comunidades participantes da implementação do PPM, levando em consideração os (re) arranjos sociais que esses organismos fazem para construir e manter seus processos museológicos. Para isso, faz-se necessário no decorrer da análise um levantamento histórico e bibliográfico do processo de formação, implementação e efetivação da política pública cultural, avaliando os cenários políticos que interfere nas relações estabelecidas entre as comunidades e o poder público. Afinal, como afirma Pereira “o Estado que propõe é o mesmo que regula” (2018, p. 18).

Nesse sentido, são apreendidos os processos museológicos de: (1) Ponto de Memória da Terra Firme (Belém – Pa), (2) Ponto de Memória do Beiru (Salvador – BA); (3) Ponto de Memória da Estrutural (Brasília – DF); (4) Ponto de Memória Grande Bom Jardim (Fortaleza – CE); (5) Ponto de Memória Lomba do Pinheiro (Porto Alegre – RS); (6) Ponto de Memória Museu Social da Brasilândia (São Paulo – SP); (7) Ponto de Memória Museu Comunitário da Grande São Pedro (Vitória – ES); (8) Ponto de Memória Museu do Taquaril (Belo Horizonte – MG); (9) Museu Cultura Periférica (Maceió- AL); (10) Museu de Favela (Rio de Janeiro – RJ); (11) Museu de Periferia (Curitiba – PR) e (12) Museu Mangue do Coque (Recife – PE).

Esses processos museológicos acontecem nas periferias urbanas brasileiras, territórios das metrópoles que não só são marcados pela segregação social e carência de equipamentos coletivos, mas também como lugares que desenvolvem práticas e formas peculiares de relações de sociabilidade; modos de consumo e lazer; e de representações políticas (Frugóli 2005). Assim, nesta pesquisa a periferia é tida como um fenômeno social que nos últimos tempos tem produzido projetos comunitários para a inserção nas cidades. Entre os projetos encontram-se os museus e a sua diversidade museal que são incorporados no seio de grupos sociais que buscam transformação sociocultural em seus territórios.

A pesquisa propõe-se a refletir de um ponto de vista antropológico sobre o lugar dos museus nas relações sociais e na produção da diversidade cultural nos territórios periféricos pelo Brasil (Maciel e Abreu 2019), partindo da Ação Piloto do Programa Pontos de Memória. Em torno dos seguintes questionamentos: Qual a importância da existência de museus nas periferias urbanas brasileiras? Como os sujeitos que participam dos processos museológicos pensam e fazem museu? Por que se utilizam das práticas museais para se organizarem politicamente? Como se utilizam do direito à memória?

Busco tais respostas no fazer antropológico, com a intenção, se assim for possível, de contribuir para desmistificar as marcas desses territórios ao refletir sobre suas potencialidades, identidades e memórias. Servindo-me das diferentes formas de ser e fazer museu. A próxima seção detalha os sentidos que me levaram a estudar a experiência dos Pontos de Memória a partir da minha experiência pessoal com os pontos pioneiros, em especial o Ponto de Memória da Terra Firme.

1.2 Sentidos

Por mais de dois séculos, a Antropologia e os Museus vivem uma relação flutuante de aproximação, distanciamento, ruptura e reaproximação (Vasconcelos 2011); devido a forma como as sociedades reconhecem os marcos históricos e culturais dos grupos existentes no seu tempo. Sob a perspectiva da representação cultural e política do que, de quem e como representá-los dentro das instituições museais. Sejam elas, etnográficas ou de outras modalidades de museus na perspectiva antropológica, como os museus indígenas, os museus sociais e os ecomuseus.

A Antropologia dos Museus – aproxima o fenômeno museu das teorias antropológicas – possibilita novas perspectivas de diálogo que valorizam os vários grupos e categoriais sociais existentes nos acervos museológicos (Vasconcelos 2011). “Alguns dos temas e questões centrais na Antropologia hoje têm sido desenvolvidos pelos que pensam os museus” afirma a antropóloga Carmem Rial no prefácio do livro “Museus e Atores Sociais: perspectivas antropológicas” publicado pela ABA (Filho et al. 2016). Carmem Rial traz exemplos, nesse texto, da problemática sobre modos de se expor um acervo museológico e os seus significados nos museus pelo mundo.

Os profissionais de museus estão cada vez mais preocupados em “produzir novas interpretações em conjunto com os produtores das referências culturais de seu grupo na perspectiva de uma partilha de espaços e tempos sociais” (Filho et al. 2016; p. 8); ao repensar as questões éticas de exibição e publicação do acervo museológico. Esse tipo de preocupação iniciou na segunda metade do século XX, após uma larga revisão teórica e metodológica de conceitos tangíveis ao campo das ciências sociais, incentivada por movimentos sociais (movimento estudantil, negro, feminista, LGBTQIA+) e epistemológicos com os estudos pós-modernos. A revisão propiciou crítica às ciências sociais em curso e a sua forma de colonialidade do poder, do saber e do ser como discutem Aníbal Quijano (1980), Immanuel Wallerstein (1990) e Walter Mignolo (2005).

Nesse momento, emergiu o movimento científico e político da Nova Museologia, o qual representa o início de um sistemático e consciente desenvolvimento da museologia como

um campo disciplinar, operando como um processo de transformação de valores, levando a criação de documentos e conceitos que exprimem além do trabalho prático do museu a sua função social (Scheiner 2012; Brulon 2015). Há diversos estudos sobre o tema que fazem uma reflexão crítica se a Nova museologia não passou de um movimento ideológico (Ler Santos 2017). No entanto, o interesse desse trabalho dá-se sobre as mudanças políticas e científicas que o movimento provocou no fazer museológico, pois a partir delas surgiram os processos museológicos não institucionalizados, objeto desta pesquisa.

O fato é que o que se convencionou chamar de Nova Museologia possibilitou a construção de uma rede de significados e significações sobre o fenômeno museu, especialmente na América Latina (Moura Alcântara 2016). Em 1972, na cidade de Santiago, no Chile, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) das Organizações das Nações Unidas (UNESCO) promoveu um encontro entre museólogos latino-americanos para discutir sobre “O Papel dos Museus na América Latina” contemporânea. Os debates em formato de mesa redonda levaram à concepção de resoluções sobre a noção do museu como instrumento de desenvolvimento, atribuindo funções sociais a essas instituições e responsabilidades políticas de seus profissionais (Varine 2010).

O pensador do campo museal, o francês Hugues de Varine Bohan¹³, que liderou os debates da Mesa Redonda no Chile, considera que a Declaração de Santiago 1972 (documento produzido no encontro) teve um “sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário” (*Ibidem* p. 40) para o campo dos museus. Ao levar em consideração o contexto da época, contribuiu para desenvolver as noções principais de: *museu integral*, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; *museu como ação*, sendo este instrumento dinâmico de mudança social; e o conceito de *patrimônio global*, a ser gerenciado no interesse do homem e de todos os homens. De certo modo, essas noções refletem na produção de práticas museológicas na América Latina até os dias de hoje.

¹³ É um **arqueólogo, historiador e museólogo** francês. Foi Diretor do **Conselho Internacional de Museus – ICOM**, de 1965 a 1974, dando continuidade ao trabalho desenvolvido até então por Georges Henri Rivière, seu primeiro diretor.

Contudo, o processo de mudança e aplicabilidade desses princípios foram desafiadores e graduais em decorrência dos conflitos sociais, econômicos, ideológicos originários das ditaduras militares que devastaram os países latino-americanos. O próprio Varine mencionou, após 23 anos, da Mesa-Redonda de Santiago (1993) que: “nos grandes museus da América Latina não mudou muita coisa. As coleções nacionais e suas instituições imitam, mais ou menos, os estilos museológicos em vigor no mundo industrializado. Os imperativos turísticos, os gostos das oligarquias do poder e do dinheiro ainda são a norma” (2010, p. 40). E assim, “a maioria dos participantes de Santiago não pôde implementar as resoluções adotadas (...) No resto do mundo, o impacto de Santiago foi considerável, mas tardio” (Ibidem, p. 41).

De todo modo, o período subsequente a Santiago foi marcado por um esforço dos pensadores e atuantes do campo em gerar mudanças no cotidiano dos museus e na capacidade de gerar reflexão a partir da prática museológica (Primo 1993; Santos 2008; Varine 2010; Pereira 2018). Momento que representou o surgimento dos museus locais, museus escolares, museus comunitários, ecomuseus em países como: Brasil, México, Panamá, República dos Camarões, Mali, Portugal, Espanha, França, Suécia. Sob a intenção de descolonizar o museu e o pensamento museológico lidando com as reais necessidades – culturais, educativas, sociais e até econômicas – dos grupos sociais que os museus se propuseram colaborar (Chagas e Gouveia 2014; Pereira 2018).

Os museus locais e suas múltiplas termologias, que identifique a participação comunitária, não há uma preocupação disciplinar, “e muitas vezes sem muito profissionalismo, mas levando em consideração a identidade e os projetos de território e de sua população” afirma Varine (*Ibidem*, p. 42). Essas práticas possibilitaram um fortalecimento do campo museal que denunciava as múltiplas possibilidades de fazer museologia servindo-se da interdisciplinaridade, métodos contemporâneos de comunicação e meios de gestão moderno, integrando os usuários e agregando meios de desenvolvimentos (Declaração de Quebec 1984). Um grupo de museólogos se reuniu no I Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia em Quebec, no Canadá, ano de 1984 com objetivo de realizar intercâmbio de experiências das práticas museológicas que estavam emergindo naquele momento.

O Ateliê de Quebec tem sua importância por que foi a primeira vez que se falou em Nova Museologia, mas não somente por isso, no evento, os representantes dos museus locais acreditavam que existia outras museologias no campo museal, pautadas na interdisciplinaridade, na territorialidade e na participação popular (Horta 2010). No entanto, no evento não conseguiram definir conceitos que pudessem abarcar as práticas museológicas que estavam representando, mas reconheciam a necessidade da permanência do grupo de trabalho nas organizações internacionais, como o ICOM, cujo intuito era permitir o desenvolvimento e eficácia das novas museologias (Declaração de Quebec 1984).

O grupo de trabalho se consolidou no Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)¹⁴ em 1985, organização que fora reconhecida como instituição afiliada ao ICOM dois anos depois. A consolidação do MINOM levou duras críticas pela forma de pensar e fazer museologia dentro dos museus edificadas de coleções materiais voltados para atender um público específico, gerando um hiato de compreensão com a adoção de outra postura frente ao campo museal que acontecia dentro de um território, trabalhando o patrimônio cultural com uma comunidade participativa (Primo 1999; Pereira 2018). Esse hiato pode ser a força que criou a dicotomia entre a Nova Museologia X Museologia Tradicional, que move as discussões do campo até hoje.

Nesta etnografia, eu tenho a intenção de aprofundar os debates sobre as práticas museológicas resultantes do encontro entre as diversas museologias existentes. Se isso for possível, pois há quem defenda que a “museologia é ainda museologia (nova) – entre parênteses – porque a novidade da museologia representa, de fato, o início de um campo científico e não a sua reinvenção” (Brulon 2015, p. 271). Eu procuro ir além desses debates dicotômicos, sobre o que é novo ou o que é tradicional no fazer museológico, pois as transformações no campo que sucederam os debates propiciaram no surgimento da *museologia social ou sociomuseologia* que reconhece a diversidade das relações sociais e a pluralidade de culturas.

¹⁴ Documento produzido no evento “Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios” na cidade de Caracas na Venezuela Internacional – Nova Museologia / Museus Locais na cidade de Lisboa, em Portugal.

A minha abordagem científica será por meio da Antropologia dos Museus que consiste em repensar o lugar do museu, especialmente os museus etnográficos ou antropológicos; e refletir do ponto de vista antropológico sobre o lugar do museu nas relações sociais e produção da diversidade cultural, como definem as antropólogas Maria Eunice Maciel e Regina Abreu (2019). Levando em consideração as práticas museológicas não institucionalizadas reconhecidas como Pontos de Memória, que se tornaram possíveis após a ebulição de museus de protagonismo comunitário, em decorrência das transformações do campo museal. Para as pesquisadoras, o protagonismo desses grupos resulta em ações e projetos no campo museológico, antropológico e político.

Assim como Mário Chagas e Inês Gouveia (2014), museólogos brasileiros que contribuem para consolidação dos Pontos de Memória, considero que tais experiências são a representação dessa museologia social que abre caminhos para pensar e praticar o fenômeno museu. Que por sua vez, como menciona Abreu (2012) sobre a diversidade museal no mundo contemporâneo, são reflexos do contexto político, histórico e cultural que foram criados, mantidos, dinamizados e ressignificados. O contexto de formação do Programa Pontos de Memória, em que profissionais e militantes dessa museologia comprometida socialmente estiveram à frente do desenvolvimento de políticas públicas para o campo museal brasileiro, possibilitou a criação de processos museológicos de comunidades autênticas, conscientes e gestora de seus valores (Alcântara 2016).

No entendimento desta pesquisa, “os processos museológicos não estão restritos a instituição museu, podem anteceder a sua existência ou ser aplicado em qualquer contexto social”, como nos ensina a professora Maria Célia Texeira Moura Santos (2002, p. 79). Os pontos pioneiros que participaram da Ação-Piloto do PPM são tomados na etnografia como iniciativas de memória e museologia social que desenvolvem processos museológicos não institucionalizados nas 12 comunidades periféricas pelo Brasil, ao incorporarem amplas dimensões simbólicas e sociais de seus patrimônios, cabíveis de memória e representação (Alcântara 2019). No processo de transformação de um conjunto patrimonial em seus territórios, essas comunidades assumem compromissos sociais que se vinculam ao que Chagas e Gouveia (2014) apontam como atribuições da museologia social:

(...) a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (p. 17).

Percebam que essas iniciativas de memória e museologia social existem pela garantia de visibilidades das questões sociais que envolvem os sujeitos participantes dos processos museológicos. As ações de *pesquisa, preservação, educação e comunicação* ocorrem dentro dos processos, a partir das escolhas por temas e discussões propostas pelos comunitários. Do ponto de vista antropológico, o papel dessas iniciativas é criar espaços de representação cultural e política dos variados grupos e categorias existentes em seus acervos, de modo que possam contribuir na defesa da diversidade cultural dentro de seus territórios.

O impasse entre o que, quem e como representar permeia as instituições museais desde a sua formação, nos mais diferentes tipos de museus – etnográficos, de ciência, locais, sociais, indígenas, comunitários, de gênero; por exemplo. Essa preocupação recai, sobretudo aos bens culturais e patrimoniais das sociedades existentes. No exercício disciplinar da Antropologia dos Museus conseguimos compreender a interação, a interseção e o englobamento do patrimônio cultural enquanto prática de colecionamento (material) e de registro da memória social (imaterial), como aborda Abreu (2007).

Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves o patrimônio é uma categoria de pensamento diferente das categorias comuns da tradição antropológica (2009). Sendo o patrimônio cultural resultado de processos e procedimentos transitórios que estão sempre em transformação e não são de modo algum imutáveis, pelo próprio caráter transitório da história. Para tanto, deve ser usada como uma categoria etnográfica, tomando o outro como parâmetro de suas análises (Oliveira 2013). Práticas e saberes de múltiplas referências de memória social incorporaram patrimônios, tornando o museu como espaço de construção de alteridades, lugares que provocam a noção de diferença. Essa noção é produzida a partir das demandas sociais que surgem com a preservação dos patrimônios representados nos museus. Assim como sugere Gonçalves (2007), apreendo o patrimônio como uma categoria etnográfica

ao observar os Pontos de Memória pioneiros e seus processos de musealização em territórios de periferias.

Nas cidades acontecem uma série de fenômenos sociais e culturais a partir da diversidade humana (Hannerz 2015). Entre os fenômenos encontram-se os museus e as relações que se estabelecem com os patrimônios da cidade, fruto das trocas materiais e simbólicas exercidas no cotidiano das pessoas (Alcântara 2019). Observo que os processos de musealização dos territórios de periferia analisados nesta pesquisa partem da vontade política de registro da memória social das comunidades envolvidas. Néstor Canclini (2008), antropólogo pós-moderno sinaliza que na contemporaneidade a definição do que seria cidade não está mais relacionado à sua configuração física/espacial, mas o que a caracteriza como urbano, levando em consideração os processos culturais e os imaginários dos que compartilham as cidades. “Não atuamos na cidade só pela orientação que nos dão os mapas ou o GPS, mas também pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais”, afirma o autor (p. 15).

Os processos museais que têm acontecido nas periferias brasileiras são resultados dessa nova forma de experimentar as interações sociais dentro da cidade, onde indivíduos e grupos buscam maneiras de compartilhar o que seria o urbano – o sentimento de ser e o que pretende ser dentro de uma rede de informação e contatos com pessoas e instituições sociais. Não é intenção dessa tese fazer uma pesquisa etnográfica sobre as cidades, mas deseja-se refletir sobre de que forma os museus contribuem para que moradores de periferia compartilhem o urbano em suas cidades.

Desejo, ainda, formular teorias e reflexões sobre o que eu observei nesses lugares com as trocas de experiências entre os Pontos de Memória e o que os sujeitos representantes dessas iniciativas disseram-me sobre a forma de reexistir dentro das capitais brasileiras. Por isso a escolha de produzir uma pesquisa etnográfica, vincular teoria antropológica e pesquisa em campo para fornecer novas descobertas sobre as iniciativas comunitárias de memória e museologia social que acontecem em territórios periféricos no Brasil. Na obra clássica “A favor da etnografia” (1999) de Mariza Peirano, a antropóloga afirma que o processo de descoberta

antropológica resulta de um diálogo comparativo entre a teoria acumulada da disciplina e a observação etnográfica que traz novos desafios para ser entendida e interpretada.

Partindo do princípio de que “etnografia não é método, toda etnografia é também teórica” (Peirano 1999, p. 383), a autora defende que cada monografia é um experimento que reinventa a antropologia, repensando a disciplina. Mariza Peirano (*Ibidem*) acredita que esses experimentos resultam do diálogo dos pesquisadores com os sujeitos, as pessoas, a teoria da linguagem, o despertar de realidades e agências desconhecidas do senso comum. As discussões feitas pela autora me fizeram repensar sobre o meu fazer antropológico, o livro me foi apresentado no curso de mestrado deste mesmo programa de Pós-graduação, mas foi no exercício do trabalho acadêmico, amadurecido no curso de doutorado, que eu fui compreendendo o sentido das palavras e discussões da antropóloga.

No início das minhas pesquisas, ainda no mestrado, manifestei alguns conflitos internos sobre a forma como eu estava agindo e pensando a respeito dos sujeitos que pesquisava, pois como mencionei na seção anterior, sou parte integrante do Ponto de Memória da Terra Firme, logo também dos pontos pioneiros. Preocupavam-me as mudanças internas, quando eu observei que havia intencionalidades e estratégias nas ações individuais e coletivas dos sujeitos integrantes do grupo, o que dava sentido à iniciativa dos Pontos de Memória. Foi então, no exercício acadêmico de sala de aula e pesquisa de campo, que compreendi que as mudanças de pensamento e posicionamento para com os colegas de trabalho faziam parte da minha formação como antropóloga.

Nesse processo de formação, experimentei beber da mesma fonte teórica que os meus professores, absorvendo debates e ideias dos colegas e mestres em sala de aula, formando assim a minha biografia como pesquisadora. Dediquei-me a avaliar as situações que configuraram o contexto sócio-histórico de formação dos Pontos de Memória, compreendendo o meu posicionamento na dinâmica do encontro etnográfico entre observadora e observados. E como sugere Roberto Cardoso de Oliveira (2006), busquei vivenciar uma relação dialógica com os sujeitos que integram os Pontos de Memória, abrindo espaço para a perspectiva deles sobre o que estão fazendo sem abdicar da minha como antropóloga, ao observar a realidade e agências do PPM.

No contato com as representatividades dos Pontos de Memória - os agentes do programa, os outros desta etnografia - pude observar os atos, ouvir as narrativas e apreender os fatos etnográficos (Malinowski 1978). Não os tomando como verdade, mas como uma interpretação das experiências vividas e trocadas nessa última década, que as fazem ser iniciativas comunitárias de memória e museologia social no Brasil. A minha experiência com o Ponto de Memória da Terra Firme em Belém contribuiu para negociar a minha existência como etnógrafa no processo de consolidação do PPM.

Em “A Interpretação das culturas”, Clifford Geertz afirma “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho (...) escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (1926, p. 7). Sob o entendimento de que a cultura é um contexto que necessita de uma descrição densa das estruturas de significação, presentes nos acontecimentos sociais, nos comportamentos, nas instituições ou nos processos. E assim, à procura de significados para uma descrição antropológica começa com as nossas interpretações do que pretendem nossos informantes ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las em textos etnográficos (*Ibidem*).

O antropólogo James Clifford (2002) ao repensar a etnografia, a partir dos estudos de Geertz, levanta a discussão de que o fazer etnográfico se dá por uma negociação construtiva envolvendo sujeitos conscientes e politicamente significativos, dando lugar para relações de diálogo e polifonia entre os que vivenciam a prática. Para Clifford, o etnógrafo evoca uma presença participativa, de afinidade emocional com os observados, trazendo para os textos suas percepções em formato de narrativas, ocorrências significativas ou exemplos culturais compartilhados (*Ibidem*). Assim, tratei de produzir esta etnografia como uma descrição cultural sintética baseada na observação participante.

No vínculo textual do estar lá e estar aqui, como menciona Geertz (2005), tenho a pretensão de descrever minha experiência com os Pontos de Memória pioneiros apreendendo os significados – palavras, imagens, instituições, comportamentos – cujo as pessoas que compõem essas iniciativas comunitárias representam a si mesmas e para os outros em seus lugares. Para isso, reestabeleci relações, selecionei informantes, transcrevi textos, levantei

genealogias, mapeei campos, mantive um diário e revisei bibliografias; a fim de compreender a experiência das iniciativas comunitárias de memória e museologia social no Brasil a partir da percepção das pessoas que integram esses Pontos de Memória (Geertz 2005). Este texto parte da vontade de produzir uma teoria etnográfica sobre as ações e discursos dessas iniciativas e o diálogo entre elas, assim como sugere Márcio Goldman (2006). Acompanhe a seguir, como isso foi possível.

1.3 Encontros

No dilema antropológico, preso na ciência e na narrativa, elaborei uma etnografia sobre os Pontos de Memória e os seus processos museológicos não institucionalizados em territórios periféricos pelo Brasil. Propondo-me a fazer um trabalho de imersão e colaborativo com os pontos pioneiros, reconhecendo a formação de iniciativas comunitárias por parte de sujeitos consciente e politicamente significativos. O meu objetivo foi o de compreender quais, como e por que comunidades periféricas escolhem se organizar politicamente por meio dos museus, levando em consideração a política cultural do Pontos de Memória, fomentada pelo Instituto Brasileiro de Museus.

O meu papel como antropóloga foi de provocar o encontro dessas experiências, ao ouvir as narrativas sobre o entendimento das pessoas do que fazem enquanto processos museológicos, ao observar alguns desses processos em seus lugares e interpretar as formas simbólicas que as fazem existir a partir das discussões teóricas sobre o campo. As minhas reflexões partem do Ponto de Memória da Terra Firme, iniciativa comunitária que inicio minhas imersões sobre o objeto da pesquisa e retorno para a compreensão das dinâmicas do Programa Pontos de Memória, que atravessam subjetividades e nuances de cada política e lugar. Em vista de que após a consolidação do PPM como política pública cultural um expressivo número de comunidades tem solicitado o reconhecimento como Ponto de Memória por parte do IBRAM, demonstrando ações de registro da memória social e valorização da cultura de seus pares.

No fazer antropológico as categorias e discursos foram interpretados nos três momentos estratégicos da pesquisa: o olhar, o ouvir e o escrever, devidamente tematizados

pelo exercício epistemológico, como discute Cardoso de Oliveira (2006). Cumprindo a função básica dos dois primeiros momentos no trabalho de campo e o terceiro cumprindo particularmente na minha sala de estudos (o gabinete). Os dados coletados no momento do olhar e do ouvir foram interpretados no terceiro momento para situar os significados em contextos mais amplos.

A princípio, apreendi a cidade como o lugar da investigação do meu objeto de estudo. Desejava conhecer os Pontos de Memória pioneiros em seus lugares para investigar, a partir dos movimentos e situações de interação com os sujeitos, as formas como acontecem em seus territórios dentro das cidades (Durham 1986). Esse desejo crescia com a vontade de conhecer outras iniciativas de pontos pioneiros pelo país, dando continuidade a uma jornada que se iniciou quando fui consultora do Programa Pontos de Memória. Nessa função pude participar dos eventos nacionais promovidos pelo IBRAM, que me levaram a conhecer no ano de 2010 o Museu de Favela das Comunidades Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro, primeira experiência reconhecida pelo programa; e no ano de 2011 visitei as iniciativas do Ponto de Memória da Estrutural na Comunidade de Estrutural em Brasília e a do Ponto de Memória do Beiru, na Comunidade do Beiru, na cidade de Salvador.

As visitas técnicas a esses lugares contribuíram para que pudéssemos, no Ponto de Memória da Terra Firme, implementar metodologias de trabalho e construção de agendas conjuntas para o fortalecimento da iniciativa no bairro da Terra Firme. As idas a esses lugares, antes mesmo do treinamento do olhar da disciplina antropológica, alteravam-me na forma de observar o nosso trabalho de registro da memória social do lugar, reconhecendo o nosso papel de valorização da história e da memória das pessoas que moram nesse território, além da salvaguarda dos patrimônios apreendidos como constituintes do bairro (Alcântara 2016). Porém, os encontros com essas experiências também revelaram que as iniciativas assim como o PMTF enfrentavam dificuldades e desafios diários no que se refere a recursos humanos, financeiros e interesses políticos externos, comprometendo em alguns momentos a realização dos trabalhos.

Foi interessante notar que essas dificuldades e desafios somente eram reveladas quando conhecíamos mais de perto o trabalho das iniciativas, tendo o contato com outras

peessoas que participavam das ações locais, além daquelas representatividades que eram comuns nos encontros nacionais. Permitindo também com as visitas, entender a dinâmica dos lugares que os processos museológicos acontecem, sobretudo as constituições enquanto territórios periféricos das capitais brasileiras. No entanto, reconheço que o tempo curto dos encontros pouco nos permitia trazer questões internas para as discussões coletivas, e que quando havia oportunidade de estarmos com o agente estatal tratávamos de garantir a participação social na condução política pública cultural dos Pontos de Memória.

Na oportunidade de elaborar esta tese, tomei como o momento certo de conhecer e vivenciar esses processos museológicos em seus lugares de existência, servindo-me da observação participante. O meu objetivo em campo era identificar os sentidos, as orientações e a dinâmica desses grupos, como descreve Eunice Durham (1986) sobre o método, para compreender o desenvolvimento dos processos museológicos. Partindo da minha relação com o Ponto de Memória da Terra Firme, inicialmente adotei a estratégia de imergir em mais duas iniciativas comunitárias para compreender as suas dinâmicas de produção museológica e constituição como grupos de interesse do registro da memória social de seus lugares.

As duas iniciativas que me propus a estar mais perto foram: o Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; e o Ponto de Memória da Estrutural de Brasília. A escolha dessas iniciativas deu-se pelo reconhecimento de que desenvolvem trabalhos similares ao da Terra Firme e que obtiveram êxito nas fases de implementação do Programa Pontos de Memória. Também é justificada pela minha relação próxima com as representatividades das duas iniciativas comunitárias que no decorrer dos anos criamos laços de trabalho e amizade.

Os processos museológicos instaurados nessas comunidades tiveram e têm uma enorme contribuição de mulheres. Em Lomba do Pinheiro encontramos as professoras Cláudia Feijó, Teresinha Medeiros, Márcia Vargas e a cozinheira, líder comunitária Tereza Duarte; na Estrutural, há o trabalho incansável da comunitária Maria Abadia Teixeira e suas parceiras, como a arquivista Deuzanir Noletto e a professora Caroline Soares. No encontro com essas mulheres em diferentes momentos, identifiquei que as ações de registro da memória social dessas duas comunidades já aconteciam antes mesmo da Ação-Piloto do PPM, e que havia um

despertar dessas iniciativas para questões sociais no que diz respeito a direitos como moradia, educação, saneamento básico e segurança.

Como mencionei anteriormente, essas medidas comunitárias de enfrentamento aos problemas sociais são comuns nos territórios periféricos. Contudo, as tomadas de decisão conscientes das representatividades dessas comunidades, especialmente Lomba e Estrutural, fizeram-me repensar sobre o papel político que esses processos museológicos têm ao determinar novos rumos para a história e a cultura de sua gente e seus lugares. Nas trocas de experiências com essas mulheres e as outras representatividades dos PM, eu fui entendendo que estávamos contribuindo para a emergência de um novo movimento político no Brasil, em prol do direito à memória, exigindo a participação na construção de uma política pública nacional que por séculos nos excluiu deste processo (Durham 1986).

Portanto, o trabalho de imersão em algumas dessas iniciativas comunitárias de memória e museologia social me ajudaria a compreender o funcionamento desse movimento dentro das comunidades de acordo com a realidade social de cada lugar. Sem renunciar à minha imersão no Ponto de Memória da Terra Firme, pois foi no meu trabalho com essa iniciativa que tomei consciência de que somos atores políticos desse movimento. Para esta pesquisa, tracei novas estratégias de observação do PMTF levando em consideração o meu envolvimento com o seu Conselho Gestor.

Eu me comprometi em colaborar com as ações do PM Terra Firme assim que entrei para o curso de doutoramento no PPGA/UFGA, com o objetivo de acompanhar as novas dinâmicas de funcionamento do Conselho Gestor e apreender as agências do movimento de registro a memória social do bairro da Terra Firme com os participantes dessas ações. Pois no curso das práticas eu conseguiria entender quais os propósitos que esse grupo deseja conseguir na realização das atividades e o que isso implicaria na consolidação da iniciativa dentro do bairro. Além claro, de observar como os moradores participantes dessas ações recebiam as propostas e refletiam nas interações coletivas dentro do território.

Segundo Daniel Miller (2020), na Antropologia aprendemos o método no curso da etnografia. Comprovadamente, vivenciei essa teoria nos cinco anos de pós-graduação, em vista de que a minha tese fora influenciada por acontecimentos planejados e outros nem

tanto, por situações controladas e outras totalmente fora do controle. Mudei de cidade. Tive um filho. Atravessei uma pandemia (se é que posso afirmar isso). Situações adversas que me levaram a reorganizar as estratégias da observação participante, cujo desafio foi a realização do trabalho de campo com as iniciativas.

Após um ano de dedicação às disciplinas ofertadas no curso de doutorado, iniciei o trabalho de imersão no Ponto de Memória da Terra Firme. As minhas relações pessoais com o Conselho Gestor da iniciativa comunitária facilitaram o meu engajamento nas atividades do grupo, fortalecendo a relação de trabalho para promoção do bairro da Terra Firme como um território musealizado que se preocupa em atender às expectativas de sua comunidade, valorizando e preservando o que esta reconhece como patrimônio cultural (Alcântara e Godoy 2017). No começo do ano de 2017, fiz um convite de reunião aos conselheiros do PMTF para explicar os objetivos da minha pesquisa, como também ouvir deles as expectativas sobre esse trabalho.

O atual Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme é formado por: Francisca Rosa dos Santos, a Chiquinha; José Maria de Souza, o Zé Maria; Helena Alves Quadros; Camila Alves Quadros; Jéssica Luiza Gusmão; Maria Madalena Pantoja, a Dona Madá; Eliete Santana, a Nerci; João Batista dos Anjos, o Batista; Sâmia Queiroz; Edevaldo Sales, o Índio; Paula Santos, a Paulinha; e Maria Francisca Santos, a Chicon. Na Figura 2, encontra-se o registro de parte deste grupo durante a gravação do Simpósio História, Memória e Cidadania¹⁵, em janeiro de 2021, na Escola Mário Barbosa.

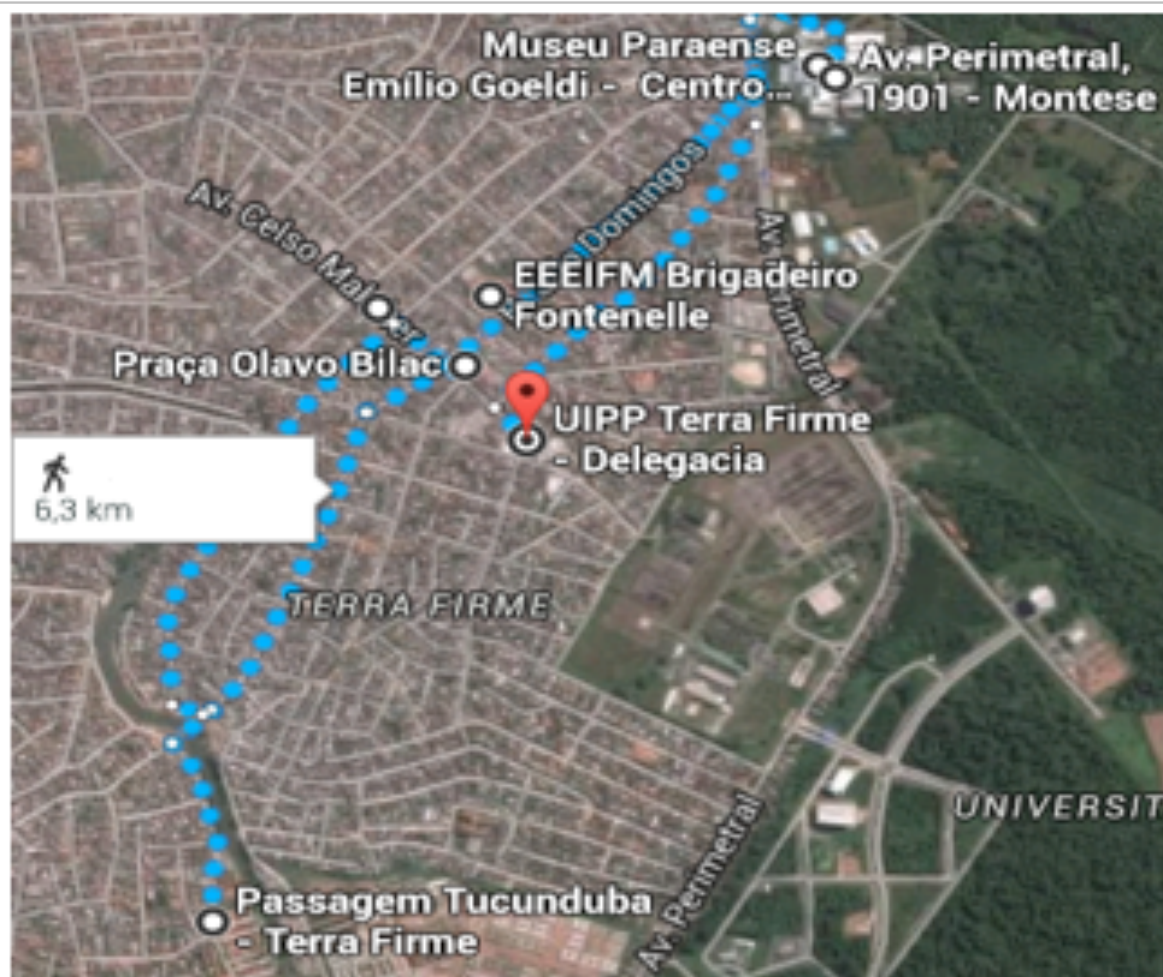
¹⁵ Ação contemplada no Edital Pontos e Pontões de Cultura – Lei Aldir Blanc Pará – SECULT/PA.



Figura 2 Conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme.
Foto: Gomes, 2021.

A reunião de alinhamento de expectativas aconteceu em uma das salas da Coordenação de Ciências Humanas do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, espaço ocupado pelo Conselho Gestor do PMTF desde a sua formação por articulação de Helena Quadros, funcionária da instituição e conselheira da iniciativa comunitária. No encontro estiveram presentes as conselheiras Chiquinha, Camila e a própria Helena; como também os conselheiros Zé Maria e Batista. Naquele momento, discutimos sobre como eu poderia contribuir para as ações do PMTF nesse período da minha pesquisa de doutorado, colocando-me a disposição para as atividades futuras.

No mesmo dia, recebi o convite de participar de um Percorso Interativo pelas principais ruas do bairro da Terra Firme tendo acesso aos espaços públicos com evidência dos lugares de memória e de pertencimento dos moradores (Silva et. al. 2017). O roteiro de visitação fora criado de forma colaborativa entre os moradores do bairro e o Ponto de Memória no âmbito de uma oficina participativa, ministradas pelas Turism logas Karoline Brito e Ana Claudia Silva. Na oficina, os participantes identificaram os patrimônios culturais do bairro e elaboraram percurso de acordo com a disposição desses lugares na paisagem como demonstra a Figura 3, com a finalidade de atrair visitação turística no lugar.



Fonte: Google Maps

Figura 3 Trajeto do Percurso Interativo no bairro da Terra Firme (Silva et. al 2017)

Enquanto conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme contribuí para a promoção da interação de pessoas com os espaços sociais do bairro, quando realizávamos alguma oficina, seminário com os moradores ou quando recebíamos visitas de pesquisadores, agentes culturais que se interessavam em conhecer o bairro da Terra Firme e o seu museu. Mas as visitas aconteciam de forma despreocupada, sem planejamento prévio e nem com finalidades para atração turística. O Percurso Interativo chamou-me a atenção principalmente por causa dessa finalidade.

Na disciplina “Patrimônio Cultural e Turismo” do PPGA/UFGA, ministrada pela minha orientadora, Renata de Godoy, acompanhamos roteiros turísticos alternativos que discutem

as diferentes formas de relações entre as populações, instituições e seus processos de codificação do patrimônio cultural. Além disso, esse tipo de visitação vinha tornando-se comum no Rio de Janeiro com o turismo nas favelas, territórios de periferia assim como na Terra Firme. Vivenciei um desses roteiros quando estive no Museu de Favela, subindo os morros de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo sob a condução de moradores do lugar.

Portanto, interessei-me em participar de um dos percursos realizados no bairro da Terra Firme, junto aos conselheiros do Ponto de Memória que estavam envolvidos na atividade. E pela caminhada nas ruas do bairro fui conduzida a experimentar um novo olhar sobre o lugar, pois as memórias contadas pelos moradores quando parávamos em algum ponto do roteiro trouxeram lembranças pessoais de quando caminhava com algum deles para entrevistar ou convidar moradores a participar das nossas atividades. Recordo-me que no dia do percurso quando paramos em frente a EEEIFM Brigadeiro Fontenelle, uma conquista dos moradores narrada pela Chiquinha constantemente quando estamos em alguma atividade, a conselheira e moradora do bairro relatou que foram muitos dias e noites de luta para que essa escola fosse construída e mantida no lugar, ocasionando algumas horas de detenção em uma delegacia por acusação de destruição do patrimônio público.

Eu conhecia as histórias da Escola Brigadeiro Fontenelle antes mesmo de a conhecê-la, no colegial tive um professor de matemática que nos contava sobre a dificuldade que os alunos e professores passavam para garantir o ensino de qualidade na escola. E depois quando comecei a participar do PMTF foi o primeiro lugar que estive no bairro, participando da apresentação da proposta da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória a moradores do lugar. Lembranças como essas foram surgindo no percurso interativo, e mais uma vez fui tocada pela necessidade dos moradores de Terra Firme de refletir sobre suas realidades a fim de entender o processo histórico de formação do lugar e da sua gente.

As discussões sobre o desenvolvimento da atividade turística nessa comunidade foram apresentadas no artigo “Os museus emanados da periferia e suas perspectivas para o turismo cultural: uma proposta da Amazônia urbana brasileira”, escrito por mim e pela minha orientadora, publicado na Revista O Ideário Patrimonial no ano de 2017. Nele trazemos as dinâmicas de construção da paisagem do bairro, carregada de significado simbólico que

ultrapassa o cotidiano do lugar, e que é carregada de significados nem sempre conscientes. A Figura 4, a seguir, registra um momento desse Percurso Interativo realizado em 2017 com o Ponto de Memória da Terra Firme.



**Figura 4 Interações dos participantes do percurso com um feirante do bairro da Terra Firme.
Foto: Alcântara, 2017.**

A minha participação no Percurso Interativo do Ponto de Memória da Terra Firme para além das observações na ação foi importante para dar continuidade à minha imersão com o grupo me dispondo a ofertar uma oficina participativa para os conselheiros e moradores do bairro durante a 7ª Semana Nacional de Museus, em maio daquele mesmo ano. A proposta foi muito bem recebida pelo Conselho Gestor e boa parte deles se dispuseram a colaborar com a atividade. Na busca de fazer o exercício etnográfico de forma dialógica e polifônica convidei para ministrar a oficina comigo, a conselheira Camila Quadros.

O trabalho de Camila no bairro da Terra Firme pautado na pesquisa científica e na promoção da educação museal fez com que a Pedagoga, Especialista e Mestra em Educação fosse convidada pelos conselheiros do PMTF a integrar o seu Conselho Gestor, no ano de 2014.

O olhar disciplinado cientificamente de Camila para a iniciativa comunitária que também faz parte, despertou-me o anseio de convidá-la a construir a proposta e realização da oficina “Viver para lembrar, morrer para esquecer? A Terra Firme e suas representações museais” no bairro. Esse encontro propiciou a colaboração da conselheira nesta pesquisa ao ouvir e discutir com ela sobre as observações do processo museológico do bairro da Terra Firme naquele momento.

Partindo dos nossos interesses como pesquisadoras, os nossos objetivos com a atividade foram os seguintes: observar como moradores do bairro da Terra Firme não participantes do Conselho Gestor do Ponto de Memória apreendem o processo museológico no lugar; relacionar as percepções com outras experiências de museus comunitários existentes no país; e vivenciar como pesquisadoras-participantes as atividades do PMTF (Alcântara e Quadros 2018). Assim, nos dois dias de evento, 17 e 18 de maio, na Escola Mário Barbosa colhemos relatos, ouvimos conflitos internos dos participantes – alunos do ensino público, líderes comunitários, conselheiros do PMTF – que foram apreendidos como narrativas para nossas pesquisas. Por fim, elaboramos o artigo “Ponto de Memória da Terra Firme: um museu comunitário na periferia amazônica” com os resultados das nossas análises, seguindo os pressupostos teóricos que envolvem a relação Museus Comunitários e Museologia Social.

Algumas das narrativas ouvidas e das percepções que tivemos no evento serão descritas no decorrer dos capítulos desta tese. Contudo neste momento gostaria de pontuar de que como, Camila e eu, estivemos em vigília com a nossa própria forma de fazer pesquisa e atuar dentro do bairro na defesa do processo museológico que ajuda na transformação social do lugar, especialmente quando estar voltado para a juventude que tem anseio em conhecer suas origens para a mudar a realidade presente. Tomamos consciência disso quando levamos os participantes da oficina, por exemplo, para realizar o Percurso Interativo, que por mais que os lugares presentes no roteiro eram conhecidos por aqueles jovens, reconheceram que a atividade provoca um novo olhar sobre o cotidiano no bairro, que os permitiu parar, ouvir e observar situações dificilmente apreendidas no vai e vem da casa para a escola, por exemplo. Vejam um registro de um dos momentos do percurso com participantes da oficina na Figura 5, abaixo.



Figura 5 Intervenção na Praça Olavo Bilac, ouvir e sentir o bairro da Terra Firme.
Foto: Alcântara, 2017.

Nos encontros com os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme para tratar da realização da oficina participativa fiquei sabendo da confirmação do 7º Fórum Nacional de Museus na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, um evento que sofreu ameaças de não acontecer. Naqueles anos, a crise política e econômica generalizada entre a transição dos governos Dilma e Temer, ascendeu a implementação de medidas reformistas de viés liberal no país, de desmontes dos serviços públicos, propício à privatização das instituições e reconfiguração no interior dos ministérios (Barbalho 2018). Diante desse cenário, as frentes populares de construção, implementação e manutenção das políticas públicas foram afastadas em diversos setores do governo.

Estabeleceu-se no país um verdadeiro descaso e abandono com o patrimônio cultural brasileiro, um bom exemplo disso foi a extinção e recriação do MINC, em menos de uma

semana, no mês de maio de 2016. Comprometendo, assim, a gestão compartilhada e participativa do Programa Pontos de Memória, cujo reflexos foram: as ausências por parte das coordenações do IBRAM na condução das atividades locais, falta de recurso para a realização de eventos nacionais, como o Fórum Nacional de Museus e a Teia da Memória; e a falta de atuação do Conselho do Programa eleito em 2014, gerando dúvidas quanto a sua legitimidade e freio nas articulações civis. Apesar dessa instabilidade no setor cultural, o 7FMN pôde ser realizado no ano de 2017.

No período de 30 de maio a 4 de junho do referido ano, nas instalações da PUC/RS, o 7FNM aconteceu com uma programação extensa - conferências internacionais, painéis com convidados nacionais e estrangeiros, minicursos, apresentação de trabalhos de pesquisa, reuniões de grupos de trabalho, reuniões paralelas, atividades culturais e feira temática (IBRAM 2017) – pela qual fora inclusa uma reunião específica dos Pontos de Memória. Contudo, esse encontro só foi possível após uma reação das iniciativas comunitárias que conseguiram inserir na programação do fórum a reunião com as representatividades do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória.

A reação das iniciativas foi motivada pelos pontos pioneiros e agentes da museologia social, que conseguem articular com outros PM e com o IBRAM o envolvimento dessas iniciativas comunitárias nas políticas para os museus no Brasil. As redes dos Pontos de Memória têm um papel decisivo nessa articulação, pois têm garantido nos últimos anos apoio com outras esferas do poder público (estaduais e municipais) e com as iniciativas privadas para gerir e multiplicar as experiências museológicas, como a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e a Rede Cearense de Museus Comunitários. Sobretudo são os agentes que estão desde a implementação da Ação-Piloto que contribuem de fato para mobilizar as estruturas de desmonte das políticas museais para as iniciativas comunitárias, referindo-me a nomes como: Mário Chagas, professor, pesquisador e poeta; Marcelle Pereira, professora e reitora da Universidade Federal de Rondônia; Inês Gouveia, pesquisadora e professora da Universidade de São Paulo; que estiveram à frente da COMUSE nos primeiros anos do programa. E claro, as representatividades das iniciativas, como Adriano Almeida do PM Grande Bom Jardim, Wellington Pedro do PM de Taquaril, Viviane Rodrigues do PM de Jacintinho, além de Abadia e Claudia, mencionadas acima nesse texto.

Dessas pessoas somente Viviane Rodrigues, a Vivi, não esteve presente no 7 Fórum Nacional de Museus. As demais participaram do encontro por serem representatividades do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do PPM ou por terem sido convidadas a explanarem painéis do evento sobre suas experiências em processos museológicos não institucionalizados. Helena Quadros, do PMTF, também foi uma dessas convidadas participando do painel sobre Educação e Museus, onde contou um pouco da sua experiência como Pedagoga do Museu Paraense Emílio Goeldi e sua relação com o bairro da Terra Firme. Eu não hesitei em também participar do encontro sabendo da reunião dessas representatividades em Porto Alegre, que por sua vez é a cidade do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.

Tomei a experiência de participar do 7FNM como uma etapa de campo desta pesquisa, cujo objetivos foram: observar os arranjos sociais das representatividades dos pontos pioneiros nas situações adversas que poderiam surgir no evento; entrevistar essas representatividades no decorrer do encontro; e conhecer o processo museológico de Lomba do Pinheiro indo até o território e entrevistando os comunitários que estão à frente da iniciativa. Para tornar isso possível, elaborei uma carta de apresentação destinada às representatividades de cada ponto pioneiro que estaria no Fórum, comunicando, por e-mail, o meu interesse em entrevistá-los e os objetivos desse trabalho para minha pesquisa (modelo no Anexo 1). Assim o mesmo, fiz com o envio de uma carta a coordenação do PM Lomba do Pinheiro manifestando o meu desejo de conhecer a experiência (Ver no Anexo 2).

Segundo Max Gluckman, o antropólogo da Escola de Manchester, qualquer evento que envolve ou afeta os seres humanos pode ser considerado uma situação social, definida por ele como “comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões” (1987, p.238). Partindo desse entendimento, eu considero os encontros nacionais dos Pontos de Memória como uma situação social, que pode ser analisada e comparada quando se observa os comportamentos das representatividades que determina a existência do grupo como pontos pioneiros, dentro e fora desse tipo de encontro. O trabalho de imersão no decorrer do 7º Fórum Nacional de Museus levou-me os posicionamentos das representatividades dos PM

enquanto grupo os comparando com as tomadas de decisão individual ao narrarem seus pensamentos em entrevistas pessoais.

Com meu caderno de campo sempre às mãos participei da programação oficial do 7FNM, na qual os Pontos de Memória fizeram suas apresentações e acompanhei as discussões internas sobre os desdobramentos do programa conforme a conjuntura política daquele ano. Além de Helena (Figura 6), as representatividades dos PM da Estrutural e de Taquaril, Abadia e Wellington também foram convidadas a descreverem suas experiências na programação oficial do Fórum. A fala deles para os profissionais de museus interessados no tema esteve tocada de questionamentos sobre para quem e por que se deve preservar a memória de um lugar, trazendo argumentações que defendem os processos museológicos não institucionalizados no Brasil, haja vista que há tantas memórias que merecem estar preservadas dentro de um museu.



Figura 6 A conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme, Helena Quadros, apresentado no Painel Educação e Museus do 7º Fórum Nacional de Museus.
Foto: Alcântara, 2017.

As reuniões dos Pontos de Memória se estenderam durante toda a programação do evento. O então presidente do IBRAM, Marcelo Mattos Araújo¹⁶, recebeu os PM no primeiro dia do Fórum, com o objetivo de discutirem juntos sobre a institucionalização do Programa, pauta recorrente em todos esses anos. Um grupo formado por 22 pessoas¹⁷ questionou a presidência do instituto sobre a forma como pretendiam institucionalizar a política, sem garantir a legitimidade do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada, pela qual se transformaria em um Comitê Consultivo de apenas 5 representantes. Marcelo Araújo durante a reunião foi muito claro em suas palavras ao dizer que o Comitê era a única maneira de garantir a participação popular dentro da política cultural dos PM, pois o regimento do instituto não assegura a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão de uma política pública, mas que com esse formato de comitê as representatividades das iniciativas comunitárias continuariam contribuindo para melhorar as decisões internas do PPM. Nessa primeira reunião, fora acordado que o grupo iria se reunir internamente pensando em suas representatividades para contrapor a proposta do IBRAM, cabendo à Renata Bittencourt¹⁸, Diretora do Departamento de Processos Museais (DPMUS), o papel de mediar os debates entre o grupo e presidência do instituto.

Nesse sentido, o grupo de PM e colaboradores participantes do 7FNM passaram a se reunir nos espaços públicos do evento para discutirem juntos sobre os apontamentos levantados pelo IBRAM para a institucionalização do Programa Pontos de Memória (Figura 7). A principal pauta fora a transformação do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada eleito em plenária pública na IV Teia da Memória para um Comitê Consultivo que não reduziria o quantitativo de representatividade para 5 membros. Para além dessa estrutura desejariam continuar os encontros nacionais de PM, dando continuidade principalmente às Teias de

¹⁶ Marcelo Mattos Araújo é museólogo, doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Foi Presidente do IBRAM no período de 2017 a 2018.

¹⁷ Além de mim, como colaboradora do PM da Terra Firme, estavam: Welligton Pedro (PM Taquaril), Adriano Almeida (PM Grande Bom Jardim), Suzenilson Santos (PM Museu Indígena Kanindé), João Paulo (Rede Cerarense de Museus Comunitários), Paula Nunes (Secretaria de Cultura do Espírito Santos), Marcelle Pereira (UNIR), Mário Chagas (Museu da República), Waldemar Lima (UFSC), Abadia Texeira (PM Estrutural), Diego (PM Museu das Missões), Camila Quadros e Helena Quadros (PM da Terra Firme), Cláudia Feijó, Teresinha Medeiros, Tereza Duarte, Eduíno (PM Lomba do Pinheiro), Raimundo Melo (Rede dos Pontos de Memórias e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte), José Nascimento (PM Associação Cultural Maracriola), Flávia Lemos (UEMG).

¹⁸ Renata Bittencourt é Mestre e Doutora em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas. Foi diretora do DPMUS/IBRAM no período de 2017 a 2019.

Memória, haja vista que todo esse processo ajudaria a elaboração de uma Política Nacional de Museologia Social no Brasil. Após dois dias de reuniões internas, o grupo formado no evento reuniu-se mais uma vez com o DPMUS/IBRAM para negociar os acordos.



Figura 7 Reunião interna do grupo de representatividades dos Pontos de Memória formado no 7º Fórum Nacional de Museus.

Foto: Quadros, 2017.

De acordo com o Relatório de Participação dos Pontos de Memória no 7º Fórum Nacional de Museus (2017), ficou acordado entre as iniciativas comunitárias e o DPMUS/IBRAM os seguintes encaminhamentos:

- 1) *Institucionalização* – a procuradoria do Ibram tomará como caráter de urgência a finalização da minuta de legalização do Programa Pontos de Memória, cabendo ao DPMUS/COMUSE agilizar o processo de institucionalização em até 40 dias;
- 2) *Comitê Gestor* – substituirá o Conselho Gestor dos Pontos de Memória, mas manterá as 10 (dez) representatividades eleitas no 6º Fórum Nacional de Museus em Belém –Pa;
- 3) *Encontros Comitê* – DPMUS garante criar um canal de discussão virtual para reunir com os 10 (dez) representantes dos Pontos de Memória e viabilizar um encontro presencial anualmente com 5 (cinco) dos 10 (dez) representantes;
- 4) *Teia da Memória* – DPMUS e Comitê Gestor trabalharão de forma colaborativa para a realização da Teia da Memória, no momento não há possibilidade de definição de data. Mas o grupo estreitará interesses com outras iniciativas para a concretização do evento, refere-se a Fundação Nabuco e o Museu do Homem do Nordeste;

- 5) *Política Nacional de Museologia Social* – DPMUS acordou que a próxima Teia da Memória tomará como meta a criação de uma Política Nacional de Museologia Social;
- 6) *Conselho SBM* – DPMUS levará as considerações para serem definidas com o presidente do IBRAM.

Abaixo, na Figura 8, encontra-se o registro desse momento de discussão no 7FNM.



Figura 8 Reunião DPMUS/IBRAM e representatividades dos Pontos de Memória no 7º Fórum Nacional de Museus.

Foto: Alcântara, 2017.

As minhas percepções sobre as estratégias do grupo para garantia da institucionalização do Programa Pontos de Memória serão descritas no decorrer dos capítulos desta tese. A princípio é importante frisar que esses movimentos nos bastidores do evento colocaram-me em contato com essas representatividades novamente, tornando possível a realização de entrevistas com algumas delas, entre uma discussão e outra. Para essa etapa de campo, preparei-me para conversar com dois grupos de representatividades: os profissionais de museus que estiveram no processo de implementação do PPM e as representatividades de Pontos de Memória.

Apreendo que os profissionais que estiveram à frente da Coordenação do Programa Pontos de Memória no Instituto Brasileiro de Museus possuem um papel importante para as iniciativas comunitárias darem início aos processos museológicos em seus territórios. Pois, considero que a metodologia participativa implementada por esses profissionais na condução da Ação - Piloto despertaram nas 12 comunidades ideias, propostas e projetos pautados na museologia social. A atuação de profissionais como: José Nascimento Junior, Mário Chagas, Marcelle Pereira, Inês Gouveia, Cláudia Rose, Wélcio de Toledo à frente da construção de políticas para museus fora reflexo do esforço do MINC, na gestão de Gilberto Gil¹⁹ e Juca Ferreira²⁰, em respeitar e valorizar a diversidade cultural brasileira, garantindo o acesso da população aos equipamentos e bens culturais, tomando a cultura como produção econômica e simbólica (Moraes 2011).

Sabendo da participação de parte desses profissionais no 7FNM enviei por e-mail cartas de apresentação da minha pesquisa manifestando o interesse em entrevistá-los. Durante a programação extensa, como já mencionei, fora difícil encontrar momentos que pudesse realizar as entrevistas. Contudo, seguindo a sugestão de Claudia Feijó, representante do PM Lomba do Pinheiro, conversei rapidamente com José Nascimento Junior sobre a experiência dele em presidir o IBRAM, entre 2009 e 2013, no momento da criação do Programa Pontos de Memória.

A conversa com o antropólogo e museólogo José Nascimento Junior seguiu um roteiro de perguntas semiestruturado, que fora elaborado para entrevistar ao longo da pesquisa esses profissionais que estiveram à frente da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória. O roteiro de perguntas teve os seguintes questionamentos: *qual era a proposta inicial dos Pontos de Memória? Em que contexto político ela está inserida? Por que havia a preocupação de criar museus na periferia brasileira? Qual era a definição de museu que o grupo de profissionais a frente da Ação-Piloto do PPM apreendia naquele momento? Qual a importância do PPM para a museologia brasileira? O que esse profissional esperava com os novos*

¹⁹ O cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor musical e político brasileiro esteve como Ministro da Cultura no período de 2003 a 2008.

²⁰ O sociólogo e político brasileiro esteve como Ministro da Cultura em dois períodos: 2008 a 2010; 2015 a 2016.

desdobramentos do PPM? Qual era a definição para este profissional de Ponto de Memória? E o que consiste o “Direito à Memória”?

A conversa com Nascimento esclareceu que a proposta de criação dos Pontos de Memória pelo IBRAM era uma realidade em diversos contextos da sociedade brasileira, por meio de registro da memória em etnias indígenas, comunidades rurais, comunidades quilombolas, bem como em grupos sociais urbanos. A novidade com a implantação do PPM é a formulação de políticas públicas afirmativas de memória e patrimônio voltadas, inicialmente, para comunidades periféricas (Alcântara 2019). Algo que me motivou ainda mais a entender como essas iniciativas comunitárias urbanas receberam a proposta e puseram em prática os seus processos museológicos. Foi então que pus em prática o objetivo de entrevistar as representatividades dos pontos pioneiros no decorrer do 7FNM.

Confesso que essa etapa de entrevistas nos bastidores do evento foi bastante exaustiva, eu tinha 5 dias para entrevistar 8 representatividades dos Pontos de Memória dentro de uma programação engessada de reuniões, mesas de debate, cursos livres e os encontros paralelos do grupo de PM formado no Fórum. Em alguns momentos, senti-me como uma “barata tonta” de casaco rosa²¹, que corria de um lado para outro do Centro de Convenções da PUC/RS com um caderno e gravador de voz numa mão, objetos pessoais em outra e máquina fotográfica pendurada no pescoço. Sob a cautela de encontrar o momento mais apropriado para perguntar (Berreman 1980), pois com certeza naqueles dias essa conversa era o que menos importava.

Eu tinha plena consciência de que as representatividades dos Pontos de Memória foram ao 7FNM para aprender e trocar experiências com outras pessoas do campo museal brasileiro, portanto, cabia a mim criar uma “atmosfera de confiança” com aquelas pessoas para garantir as entrevistas, como sugere Mirian Goldenberg (2013, p. 90). No meu entendimento, essa relação de confiança com os meus entrevistados fora sendo construída ao longo de toda a minha participação dentro do movimento dos PM, por isso não fora difícil

²¹ Tom do casaco que mais usei nos dias do evento, até porque é um tipo de peça que quase não tenho no meu guarda-roupa, onde moro não temos estações frias durante o ano.

conseguir deles os relatos. Porém, no exercício etnográfico eu me proponho também a ser ouvida, abrindo um diálogo para que tais sujeitos possam compreender os objetivos com aquela conversa e o que eu, enquanto parte integrante desse processo, entendo e reconheço o papel daquela pessoa para as representatividades dos Pontos de Memória.

Buscando fazer essa fusão de horizontes que se concretiza com a interação entre pesquisador e pesquisados (Cardoso de Oliveira 2006), procurei deixar os entrevistados desta pesquisa à vontade para responderem ou não minhas perguntas e escolherem o melhor momento para nossa conversa. Assim, consegui nesses cinco dias de encontro realizar entrevistas com: Wellington do PM de Taquaril, Belo Horizonte; Abadia do PM da Estrutural; Cláudia Feijó do PM da Estrutural; Helena do PM da Terra Firme. Essas pessoas representam os Pontos de Memória nos encontros nacionais por serem lideranças reconhecidas dentro do PPM pelo IBRAM e demais iniciativas comunitárias. Com elas eu usei o seguinte roteiro de perguntas: *Em que momento começou o Ponto de Memória na localidade que o/a entrevistado/a representa? Qual a importância de um museu para o seu lugar? Qual é a definição de museu para cada representatividade? O que significa a comunidade que representa fazer parte de um Programa Federal de Cultura? O que o/a entrevistado/a esperava com os novos desdobramentos do PPM? Qual era a definição de Ponto de Memória para o/a entrevistado/a? E o que consiste para a pessoa o “Direito à Memória”?*

De mesmo modo, utilizei esse roteiro para entrevistar as lideranças comunitárias do PM Lomba do Pinheiro, de Porto Alegre, que estiveram participando o 7FNM. Refiro-me a Teresinha Medeiros, coordenadora do ponto; e os demais colaboradores Eduíno e Tereza Duarte. A conversa com esses senhores antecedeu a minha visita ao bairro Lomba do Pinheiro, pois houve alguns contratempos no dia agendado que impossibilitaram de estar com eles reunidos no dia da visita ao lugar. Individualmente, contaram-me sobre os desafios de manter o processo museológico no território sem recursos humanos e financeiros suficientes para pôr em prática novas ações. Contudo, senti, em seus depoimentos, que ficaram entusiasmados com o meu interesse em conhecer o Lomba do Pinheiro, especialmente Tereza Duarte que se dispôs a me levar ao bairro no dia seguinte à sua entrevista.

A seguir, na (Figura 9) tem-se registrado alguns momentos das entrevistas com Abadia, Welligton, Eduíno, Teresinha Medeiros e Tereza Duarte (Da esquerda para direita, de cima para baixo).



Figura 9 Momentos das entrevistas com as representatividades dos Pontos de Memória.
Foto: Airoza, 2017.

Conhecer o bairro Lomba do Pinheiro pelos olhares e narrativas de Dona Tereza Duarte foi um afago nesses dias corridos de campo dentro da programação do 7FNM. A experiência de entrevistar as representatividades e estar com aquelas nas tomadas de decisão em poucos dias, me renderam inflamações na garganta e noites de febres. Acredito que esses sintomas tenham dois motivos, o primeiro a mudança de clima ao lidar com dias frios em Porto Alegre, pois havia acabado de me mudar para a cidade de Altamira, no Pará, onde o clima é constantemente úmido e quente; e o segundo motivo a ansiedade de garantir o sucesso no trabalho de campo. Contudo, os laços que a gente firma nessa caminhada acadêmica também são importantes para se conseguir êxito no trabalho de pesquisa.

Viajei para Porto Alegre com a museóloga técnica da UFPA, Maíra Airoza. Conheço Maíra desde o curso de mestrado neste mesmo PPG, onde formamos uma parceria de trabalho e afeto, que nos levam a cinco anos de amizade. Durante a etapa de campo no 7FNM, ela esteve comigo em boa parte das entrevistas, prontificando-se em me ajudar nos dias e

diferentes horários que acompanhei os *pontos pioneiros*. O apoio incansável de Maíra me ajudou a pôr em prática os objetivos dessa etapa de campo e a refletir sobre os acontecimentos vividos naqueles dias de evento, ao trazer questionamentos técnicos e científicos sobre esses processos museológicos não institucionalizados no Brasil.

O meu interesse em conhecer o bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre ocasionou em uma visita coletiva ao território de algumas representatividades de PM, entre eles Adriano Almeida do PM Grande Bom Jardim e o professor da UFS que havia sido consultor do PPM, Waldemar Lima, o Vavá. Ao sermos recebidos na residência da Dona Tereza, uma das vistas mais bonitas que observei nessas terras, seguimos andando pelas ruas do bairro da Terra Firme, conhecendo alguns lugares que são importantes para ações museológicas do Ponto de Memória. A moradora nos levou à escola infantil do bairro, o Centro de Tradições Gaúchas que existe no lugar, a uma aldeia indígena Kaingang e a casa de Maria, uma costureira assim como Tereza que desenvolve uma prática artesanal de confecção de bonecas, panos de prato, turbantes, dentre outros produtos que são ensinados às mulheres do bairro.

A fala mansa, o sorriso largo e palavras acolhedoras de Dona Tereza revelaram uma vontade de dar continuidade ao processo museológico no bairro do Lomba do Pinheiro, sob a preocupação de que necessitava de apoio humano e financeiro para a condução do trabalho. Cheguei a conhecer o PM Lomba do Pinheiro em um momento deliciado, de muitas ausências e silenciamento por parte das lideranças comunitárias, que a princípio me assustaram bastante porque apreendia essa experiência como uma das mais atuantes dentro do Programa Pontos de Memória. Após o campo, o trabalho de reflexão alheio aos estudos teóricos e acompanhamento de outras iniciativas comunitárias, levaram-me a compreender essas pausas dentro dos PM de outra maneira.

As conversas com as outras representatividades dos Pontos de Memória demonstraram em entrevista que essas pausas são recorrentes dentro das iniciativas comunitárias. E que assim como em Lomba do Pinheiro, os PM precisaram se reinventar e resistir ao longo de todos esses anos, levando em consideração as necessidades coletivas dos lugares e também pessoais de cada membro integrante das iniciativas. Trago essas reflexões

nos próximos capítulos quando discutirei sobre a maneira como os Pontos de Memória existem e persistem em seus lugares.

Contudo, conhecer o Lomba do Pinheiro também me proporcionou reflexões sobre como as periferias urbanas brasileiras distribuem-se no território, haja vista que existir dentro das cidades requer condições humanas de moradia, educação, saúde, segurança, saneamento básico, cultura, arte. E a organização do espaço interfere diretamente nessas condições. Relendo meu caderno de campo para a elaboração final deste texto, dei-me conta novamente de que fiquei surpresa ao conhecer o bairro Lomba do Pinheiro por ele ser de montanhas (lombas como chamam por lá) e que esse tipo de relevo propicia a construção de casas abaixo e acima da montanha. Algo totalmente novo para mim, que venho de cidades planas e que as casas são construídas conforme marcações em linhas retas.

Essa forma de apreender o espaço e de entender o que é periferia nessas cidades eu trago no segundo capítulo, no qual discutirei sobre as realidades e soluções criativas das periferias brasileiras, tomando como referência as minhas experiências nesses lugares, especialmente Terra Firme e Lomba do Pinheiro. Abaixo, encontram-se alguns registros da minha visita ao Ponto de Memória Lomba do Pinheiro (Figura 10).



Figura 10 Momentos da visita ao Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.
Foto: Alcântara, 2017.

Ao concluir esse trabalho de imersão durante o 7FNM tratei de qualificar esta tese no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do qual faço parte, permitindo a avaliação de professores internos e externos ao programa para garantir a aprovação de continuidade do trabalho. A banca examinadora, composta pelas professoras Regina Abreu e Rosa Elizabeth, Renata de Godoy e o professor Fabiano Gontijo levantaram apontamentos importantíssimos sobre esse trabalho que mudaram o curso da pesquisa até então. Principalmente, no que se refere ao formato desse trabalho final que a princípio seria feito por meio de três artigos científicos, mas que pela necessidade das descrições e análises do trabalho de campo sugeriram manter a tese em formato de capítulos, seguindo o meu cronograma de pesquisa.

Em meio a esse exame de qualificação eu descobri a gestação de meu filho, José Eduardo, cujos planos e prioridades acadêmicas e pessoais exigiram novas organizações. Conforme a minha barriga e o José iriam crescendo, os rearranjos para esta tese foram sendo ajustados. Dei-me conta que dificilmente conseguiria ir até a Cidade Satélite Estrutural em Brasília, vivenciar mais uma vez a experiência do Ponto de Memória. Ainda grávida tentei ir ao lugar, mas por indicação médica tive que cancelar o trabalho. Também pensei em ir à Teia

da Memória na Região Sudeste ocorrida em setembro de 2018, onde aconteceram as reuniões do Comitê Consultivo do PPM, mas avaliando a correria que seria o evento, optei por vivenciar os momentos da gravidez e exigir menos daquele pequeno que chegaria logo mais.

Feito isso, em 2019, com o José Eduardo nos braços retomei o trabalho de imersão realizando entrevistas com os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, colocando-me mais uma vez à disposição para ouvi-los e responder qualquer questionamento que pudessem surgir no decorrer desse processo. Estive no bairro da Terra Firme em todo o mês de dezembro deste mesmo ano, indo até as casas dos conselheiros que puderam me receber e fazendo um trabalho de redescoberta do meu campo, haja vista que fazia pouco mais de um ano que não falávamos sobre o que estava pesquisando e o porquê de continuar o trabalho. Nessa etapa consegui conversar com as conselheiras Chicona, Helena, Camila, Sâmia e Jéssica; e também os conselheiros Zé Maria e Batista.

As entrevistas foram gravadas por meio de recursos audiovisuais para auxiliar na etapa seguinte ao trabalho de campo, que corresponde à transcrição, análise e interpretação das narrativas. O roteiro de perguntas utilizado para essas conversas teve os seguintes questionamentos: *Em que momento começa o Ponto de Memória da Terra Firme? O PMTF é um museu? Se não, o que seria o Ponto de Memória? O que é um museu para o/a entrevistado/a? Por que um museu no bairro da Terra Firme? Qual a importância do Ponto de Memória para o bairro? O que se espera com os novos desdobramentos do PPM? O que seria o Direito à Memória? O que é um Ponto de Memória?* Na figura 11, abaixo, tem-se o registro da minha entrevista com a conselheira Chicona em sua casa, ao lado do meu filho José Eduardo e marido José.



Figura 11 Registro da entrevista com Chicona.
Foto: Quadros, 2019.

Ainda no exame de qualificação, a Professora Regina Abreu, por meio de uma plataforma de videoconferência sugeriu que eu explorasse essas ferramentas e as usasse ao meu favor frente ao distanciamento geográfico que me separava das demais representatividades dos Pontos de Memória. Com o apoio da minha orientadora, apreendemos que essa poderia ser a solução para continuar a observação participante com as iniciativas comunitárias sem ir até os seus lugares, adotando outros métodos de imersão. Em 2020, quando passamos a vivenciar dias pandêmicos, esse tipo de observação passou a ser explorado por muitos colegas das ciências sociais, a fim de garantir que a pesquisa continuasse mesmo com medidas de isolamento social.

As entrevistas obrigatoriamente tiveram que ser realizadas por meio de plataformas digitais. Os eventos científicos foram transmitidos de forma on-line, nos quais os palestrantes, no conforto de suas casas, apresentaram suas linhas de pesquisa repensando sobre o fazer

acadêmico em meio a uma crise sanitária mundial. O antropólogo Daniel Miller trouxe esses questionamentos em uma live (evento comuns nesses tempos) em um canal do YouTube em que afirma “o método é algo que você aprende, não algo que já começa com você” (2020, p. 4).

O pesquisador argumenta que mesmo com o trabalho off-line o antropólogo precisa dar conta dos problemas que surgem no decorrer da pesquisa, exigindo novos arranjos no método para compreensão de como as sociedades estudadas funcionam. Portanto, com a chegada do José Eduardo e o enfrentamento de uma pandemia passei a utilizar certas ferramentas digitais para garantir o processo de imersão com os pontos pioneiros, especialmente com a iniciativa comunitária no bairro da Terra Firme. Nesse período, notei que as representatividades dos PM estiveram mais acessíveis via WhatsApp tratando de responder o meu chamado de entrevista de forma imediata.

Foi, então, que realizei entrevistas com as seguintes representatividades: Vivi do PM de Jacintinho, Adriano Almeida do PM Grande Bom Jardim e a professora da USP, Inês Gouveia, que foi consultora durante a Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória. Tratei de organizar as entrevistas conforme os roteiros semiestruturados utilizados no 7FNM, em que as duas primeiras representatividades responderam perguntas do grupo de pontos pioneiros e a professora respondeu questionamentos dos profissionais atuantes no movimento dos PPM. Também solicitei aos sujeitos autorização para gravar as entrevistas com o intuito de orientar o trabalho pós-campo.

O esforço em realizar entrevistas por meio de plataformas on-line requer uma soma de fatores que independem do nosso controle, como por exemplo o bom funcionamento da internet, a escolha de um lugar propício que não tenha interferência de ruídos externos, além, claro, da disponibilidade do entrevistado ou entrevistada. A experiência com esse tipo de ferramenta foi sendo amadurecida ao longo desta etapa, que por si só merece uma análise mais complexa sobre esses momentos em campo. Mas para esta pesquisa tratarei de interpretar as narrativas que foram ditas sobre as experiências dessas pessoas em processos museológicos não institucionalizados no Brasil.

A etapa de campo on-line também contemplou o meu envolvimento com o Ponto de Memória da Terra Firme ao interagir com o Conselho Gestor por mídias sociais, propiciando o meu engajamento com a iniciativa durante todo ano de 2020. Neste ano, o PMTF lançou o seu canal no YouTube²² com o objetivo de dar continuidade às ações da iniciativa comunitária em tempos de pandemia e assim garantir que públicos diversos conheçam a proposta do Ponto de Memória para o bairro da Terra Firme. A principal responsável por essa ação é Helena, que conta com a sua estagiária no Museu Goeldi, Ana Carla Gomes, para fazer o trabalho de produção e edição dos vídeos.

Até fevereiro de 2021, o canal do Ponto de Memória da Terra Firme tem 141 inscritos e já publicou 16 vídeos. Fui convidada a participar do evento “MemorArt – Pontos de Memória: História viva e cultura em movimento”²³ no qual algumas representatividades dos pontos pioneiros relataram suas experiências nos processos museológicos. Na roda de conversa, publicada no dia 1 de dezembro de 2020, pude falar um pouco da minha experiência como consultora no PMTF dialogando com os parceiros Vivi, Wellington, Adriano, Ícaro, Helena e Camila.

Sem dúvida, a praticidade do encontro virtual me fez estar mais atuante como colaboradora do Ponto de Memória da Terra Firme, dispondo-me a atuar em outras frentes como a elaboração de um E-book e a organização de uma exposição virtual. Esses produtos de difusão foram contemplados pela Lei Aldir Blanc da Secretaria de Cultura do Estado do Pará e estão sob coordenação dos conselheiros Chiquinha, Zé Maria e Helena. O trabalho, em parceria com Camila Quadros, segue nesses dois projetos, com o interesse de divulgar o processo museológico na Terra Firme, em comemoração aos mais de 10 anos da iniciativa no bairro.

De todo modo, essa pesquisa não seria possível se não fossem esses encontros que foram vivenciados nos últimos cinco anos. Segundo Geertz (1926:2014) a descrição na antropologia parte de um sistema em desenvolvimento de uma análise científica, onde “começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes,

²² Link para acessar o canal: https://www.youtube.com/channel/UCEEHrF_wmhWE-JOe8koEWEw

²³ Link para acessar a roda de conversa: <https://www.youtube.com/watch?v=k0Toyx4IApA>

ou achamos que eles pretendem, e depois passamos a sintetizá-las” (p. 11). As observações e os diálogos que tive nessas etapas de imersões serão descritos no decorrer do texto, conforme a perspectiva de cada capítulo, para entender a política pública dos Pontos de Memória na prática. Nesse sentido, tratarei de sintetizar as experiências das representatividades das iniciativas comunitárias, listadas na seção a seguir, a partir da minha experiência pessoal como pesquisadora e militante dentro desses processos museológicos.

1.4 Pessoas

Nesta seção, farei uma apresentação breve das representatividades dos Pontos de Memória pioneiros que colaboraram com a elaboração desta pesquisa, com intuito de torná-los visíveis neste trabalho, posto que a partir dos seus conhecimentos e vivências nas iniciativas comunitárias, que eu pude tecer análises científicas sobre os processos museológicos que conduzem dentro de territórios periféricos no Brasil. No total, foram 18 representatividades, divididas em três grupos de entrevistas – profissionais do campo, pontos pioneiros e conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, cujo o contexto e método de observação destes grupos foram descritos nas seções anteriores. As interpretações sobre o que pensam, o que falam e o que fazem acompanharão os capítulos seguintes deste trabalho final, onde discutirei sobre as ressonâncias da política cultural dos Pontos de Memória nas 12 comunidades periféricas que participaram da Ação-Piloto, levando em consideração os estudos sobre o processo histórico que levou a implantação do programa, por meio de levantamento bibliográfico.

1.4.1 Grupo de entrevistados – Profissionais

1.4.1.1 José Nascimento Junior



Figura 12 José Nascimento Junior
Fonte: Agência Brasil, 2010.

Nascimento é antropólogo, doutor em museologia (UFRGS). Esteve na presidência do IBRAM no período de 2009 a 2013 quando a Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória fora implementada (Figura 12). Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus.

1.4.1.2 Marcele Regina Nogueira Pereira



Figura 13 Francisca Rosa e Marcele Pereira (da esquerda para direita) no bairro da Terra Firme.
Foto: Alcântara, 2017.

Marcele é doutora em Sociomuseologia (ULGT – Lisboa), docente e reitora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenou de 2009 a 2012 a área de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus, coordenando a implantação e execução de Políticas Públicas Nacionais como o Programas Ponto de Memória e a Política Nacional de Educação Museal - PNEM. Entrevista concedida em junho de 2017 quando esteve no bairro da Terra Firme para uma etapa de campo de sua tese de doutorado (Figura 13).

1.4.1.3 Inês Cordeiro Gouveia



Figura 14 Inês Gouveia no Ponto de Memória da Estrutural.

Fonte: Agência Brasil, 2011.

Inês é doutora em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UNIRIO-MAST), docente da USP. Desde 2009 se dedica à elaboração de políticas públicas para a Museologia (Figura 14). Atuou como consultora no Programa Pontos de Memória em dois períodos: 2009 a 2011, e 2013 a 2014. Também esteve na articulação para formar a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro entre 2013-2019. Entrevista concedida em fevereiro de 2020 por plataformas de videoconferência e telefone.

1.4.2 Grupo de entrevistados – Pontos de Memória Pioneiros

14.2.1 Maria Abadia Texeira



Figura 15 Abadia Teixeira ao fim da entrevista para essa pesquisa.

Foto: Airoza, 2017.

Abadia integra o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, como representatividade do PM da Estrutural. Moradora da Cidade Satélite do Distrito Federal trabalha em defesa da economia criativa e dos direitos humanos. Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus (Figura 15).

14.2.2 Wellington Pedro da Silva



Figura 16 Wellington Pedro ministrando oficina no bairro da Terra Firme.
Foto: Quadros, 2018.

Wellington é representante do Ponto de Memória Museu do Taquaril, de Belo Horizonte, Minas Gerais (Figura 16). Atua como professor na cidade de Brasília, no Distrito Federal, onde cursa o doutorado em Linguística na UNB, pesquisando o PPM. No período de 2011 a 2013 foi consultor local do programa no bairro de Taquaril, lugar que viveu a maior parte de sua vida. Também atuou como consultor na COMUSE/IBRAM no período de 2014 a 2015. Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus.

14.2.3 Cláudia Feijó da Silva

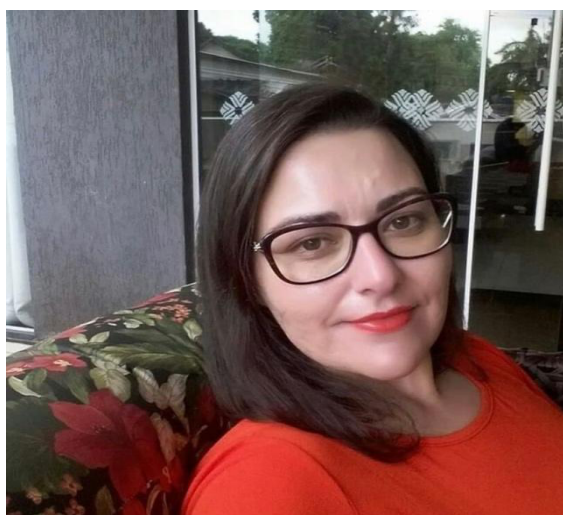


Figura 17 Cláudia Feijó.
Foto: Google, 2021.

Cláudia integra o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, como representatividade do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, iniciativa comunitária que contribui desde o processo inicial em 2009 (Figura 17). Tem formação em história e mestrado em Educação pela PUC-RS, atua como professora na rede estadual de ensino. Esteve como articuladora geral da Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias de Memória e Museologia Social do RS (REPIMRS) no período de 2012 a 2013. Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus.

14.2.4 Teresinha Beatriz Medeiros



Figura 18 Teresinha Medeiros no momento da entrevista para essa pesquisa.
Foto: Airoza, 2017.

Teresinha é coordenadora do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro. Líder comunitária do bairro onde mora em Porto Alegre, atua em defesa da educação, saúde e assistência às famílias mais carentes de Lomba do Pinheiro. Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus (Figura 18).

14.2.5 Tereza Duarte



Figura 19 Tereza Duarte amostrando os painéis expositivos do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.
Foto: Alcântara, 2017.

Tereza Duarte é conselheira do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro. Artesã e cozinheira profissional atua no bairro em defesa da cultura popular e das causas femininas (Figura 19). Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus.

14.2.6 Eduíno de Mattos



Figura 20 Eduíno Matos no momento da entrevista para essa pesquisa.
Foto: Airoza, 2017.

O Sr. Eduíno é conselheiro do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro (Figura 20). Atua na cidade de Porto Alegre em defesa dos direitos ambientais e humanos. Tem um papel importante dentro da iniciativa comunitária que é de fotografar as ações do PM. Entrevista concedida em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus.

14.2.7 Viviane Rodrigues



Figura 21 Viviane Rodrigues (ao meio) quando esteve em Belém do Pará representando a COGEPACO. **Foto:** Silva, 2015.

Viviane é representante do Ponto de Memória de Jacintinho, o Museu Cultura Periférica. Atuou como conselheira local do PPM no período de 2011 a 2013. Fez parte da COGEPACO (Figura 21). Formada em relações públicas pela UFAL tem cursado mestrado em Intervención Social, Cultura y Diversidade na Universidad Pablo de Olavide. Também é membro do Centro de Estudos e Pesquisas Afro Alagoano Quilombo. Criadora e empreendedora na Magrela Vivi, produzindo livros sensoriais, com foco em educação antirracista. Entrevista concedida em março de 2020 por plataformas de videoconferência.

1.4.2.8 Adriano Almeida



Figura 22 Adriano Almeida em visita ao povoado Kaingang em Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. Foto: Alcântara, 2017.

Adriano integra o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, representando o PM Grande Bom Jardim e os pontos pioneiros (Figura 22). Cientista social pela UECE possui mestrado em Linguística Aplicada pela mesma universidade. Atuou como consultor local do PPM no período de 2011 a 2012. Entrevista concedida em novembro de 2020 por plataformas de videoconferência.

1.4.3 Grupo de entrevistados – Pontos de Memória da Terra Firme

1.4.3.1 Helena do Socorro Alves Quadros



Figura 23 Helena Quadros em entrevista para essa tese. Foto: Airoza, 2017.

Helena integrou o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, representando o Ponto de Memória da Terra Firme. Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação, atua como educadora no Museu Paraense Emílio Goeldi (Figura 23). Entrevistas concedidas em junho de 2017, nos bastidores do 7º Fórum Nacional de Museus e em dezembro de 2019, em Belém

1.4.3.2 Maria de Araújo Santos



Figura 24 Chicona no momento da sua entrevista para essa pesquisa.

Foto: Alcântara, 2019.

Maria Francisca é líder comunitária do bairro da Terra Firme, conselheira do PM desde a sua formação em 2009. Mais conhecida como Chicona, a comunitária atuou no Centro Comunitário Bom Jesus em defesa da moradia, educação, saúde e saneamento básico para o bairro, nas décadas de 1980 e 1990. Entrevista concedida no bairro da Terra Firme em dezembro de 2019 (Figura 24).

1.4.3.3 Jéssica Luiza dos Santos Gusmão



Figura 25 Jéssica Gusmão na campanha do Ponto de Memória da Terra Firme durante a pandemia do COVID-19.

Foto: Quadros, 2020.

Jéssica é conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme (Figura 25). Formada em serviço social, Jéssica começou o trabalho em defesa do bairro que mora ainda na escola, quando pôde ser bolsista do Museu Goeldi, sob orientação de Helena, auxiliando nas pesquisas e no trabalho comunitário no lugar. Entrevista concedida no bairro da Terra Firme em dezembro de 2019.

1.4.3.4 Sâmia Queiroz



Figura 26 Sâmia Queiroz em reunião com conselho do Ponto de Memória da Terra Firme.
Foto: Alcântara, 2017.

Sâmia é conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme (Figura 26). Possui um comércio de produtos variados e uma barraca na Feira do bairro da Terra Firme de produtos regionais, como farinha e camarão. Atuou no Centro Comunitário Bom Jesus como diretora nos anos 2000. Entrevista concedida no bairro da Terra Firme em dezembro de 2019.

1.4.3.5 Camila Alves Quadros



Figura 27 Camila Quadros no momento da entrevista para essa tese.
Foto: Alcântara, 2019.

Camila é conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme. Pedagoga, Mestre em Educação pela UFPA, atua como professora na rede de ensino privado em Belém. Entrevista concedida em dezembro de 2019 (Figura 27).

1.4.3.6 José Maria Vale de Souza



Figura 28 Zé Maria no momento da entrevista para essa pesquisa.

Foto: Alcântara, 2020.

José Maria de Souza, conhecido como Zé Maria é conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme (Figura 28). É morador e servidor público no bairro. Na Escola Parque Amazônia, onde trabalha, desenvolve um trabalho como arte educador orientando os alunos na produção de peças teatrais sobre a temática de meio ambiente, direitos sociais e memória social. Entrevista concedida no bairro da Terra Firme em fevereiro de 2020.

1.4.3.7 João Batista da Costa dos Anjos



Figura 29 Batista no momento da entrevista para esta tese.

Foto: Alcântara, 2020.

Batista é conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme (Figura 29). Agente de saúde no bairro da Terra Firme, o morador atuou no Centro Comunitário Bom Jesus em defesa da moradia, educação, saúde e saneamento básico para o bairro, nas décadas de 1980 e 1990. Entrevista concedida no bairro da Terra Firme em fevereiro de 2020.

Capítulo II

Museu, patrimônio das cidades

Os processos museais estudados nesta pesquisa acontecem em metrópoles brasileiras, cujas as funções, equipamentos e instituições assemelham-se, porém, as experiências concretas sobre as memórias e os patrimônios desses lugares são particulares de cada cidade, de acordo com o agenciamento das relações dos moradores com o espaço urbano (Magnani 2014). Ao realizar antropologia na cidade, especialmente em Belém do Pará, observei como essas experiências concretas do espaço possibilitam o movimento do “fazer cidade” de grupos sociais que estão à margem de posição epistemológica e política, como define o antropólogo francês Michael Agier (2015). A dinâmica observada consiste na construção permanente por transformação urbana dos moradores de periferia, que no caso dos Pontos de Memória movimentam-se politicamente por meio do registro da memória social e salvaguarda dos seus patrimônios culturais.

Compreendo a cidade como múltipla, inserida em um campo de força e tensão por causa da diversidade de sujeitos que as constroem, eles dão-lhe forma e sentido. Neste segundo capítulo proponho-me a refletir sobre a conquista da cidade pelos moradores das periferias brasileiras ao descrever os processos museais que acontecem em seus territórios. A descrição atenta-se às situações observadas durante esses anos como pesquisadora de museus, sobretudo aquelas que as representatividades dos pontos pioneiros me narraram em entrevistas durante essa pesquisa, afinal como afirma Agier “Não se vê a cidade, apenas se veem situações que passam na cidade” (2011).

Na relação museus e cidades, observo que o patrimônio cultural atravessa esse campo de força e tensão, onde aproxima os sujeitos/habitantes dos diversos sentidos que fazem sobre o espaço urbano. Na condição de agentes esses sujeitos apreendem o território urbano como patrimônio, “erigido na interseção da cultura herdada e da cultura que se vive no dia a dia”, como afirma o museólogo Moacir Freitas (2014, p. 7). Assim, discutirei nas próximas

secções o processo de construção e desconstrução das cidades brasileiras pelos agentes dos Pontos de Memória pioneiros, inseridos no conjunto tríade – cidade, patrimônio, museu – sob o entendimento de que a periferia é também lugar de representação e subjetividade dos moradores da cidade.

2.1 Patrimônio cultural, significados e significações

A cidade, de modo geral, constitui-se de moradias, empreendimentos industriais e comerciais, aparatos administrativos, jurídico-policiais, vias de acesso, produção, distribuição e controle, mas para além dessas estruturas, como assegura o profissional de museu e linguista Luiz Borges, “toda cidade é constituída na e pela história e, por isso mesmo, é também uma forma cultural, um modo de ser e de revelar-se”, (2014, p. 229). Essas atribuições às cidades revelam o quanto elas são heterogêneas e fluídas, onde os sujeitos habitantes fazem recorte memoráveis do que imaginam e vivenciam nos espaços urbanos. No contexto das metrópoles, a criação dos museus e a preservação dos bens patrimoniais possuem características próprias relativas ao tempo e às condições urbanas localmente verificáveis, que se inserem no intercampo do ordenamento planejado e às demandas imprevisíveis dos sujeitos habitantes (*Ibid*).

Com o surgimento da modernidade em que a vida passou a ter um ritmo acelerado, intensificado pelos meios de transporte e comunicação, as cidades buscaram guardar a memória de sua existência com o objetivo de exaltá-la no tempo futuro, atribuindo valor a elementos do passado que se inseriram na paisagem urbana, como por exemplo: bibliotecas, museus, monumentos, prédios, obras de arte. A pesquisadora do campo dos museus e do patrimônio, Regina Abreu (2012) elucida que essas referências do passado foram apropriadas por narrativas modernas dentro das cidades, caracterizando uma polissemia e multiplicidade de informações na paisagem urbana, onde elementos do passado uniram-se a outros elementos que representavam progresso. A autora assegura que esse momento representou a emergência da noção de patrimônio cultural pelas sociedades ocidentais, desencadeada em diversos sentidos de acordo com a época e a necessidade do tempo presente.

A argumentação de Abreu está relacionada a constituição histórica e social da noção de patrimônio cultural pelas diversas culturas e os seus modos de produção e apropriação de bens e práticas culturais. A autora, para compreender essa noção da categoria no sentido que conhecemos hoje, enquanto bem coletivo, um legado ou uma herança cultural que determinado grupo se reconhece (*Ibid.*), usa como referência os estudos do antropólogo José Reginaldo Gonçalves, professor e pensador desse complexo campo, que também é referenciado nesta pesquisa. Gonçalves apreende o patrimônio como uma categoria de pensamento universal, “extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (2009, p. 26).

Para o antropólogo podemos transitar com esta categoria entre diversos mundos sociais e culturais, desde que consigamos perceber as suas dimensões semânticas e não naturalizar as nossas representações a seu respeito (*Ibid.*). Pois, segundo o autor, a noção de patrimônio está inserida em diversos contextos, nas sociedades ocidentais historicamente construídas são atreladas a outras categorias como natureza e cultura, e em contextos sociais e culturais não modernos coincidem com categorias mágicas de fronteiras imprecisas. Todavia, são os estudos sobre os usos sociais e simbólicos que levam a concepção moderna de patrimônio cultural que se centram as pesquisas de Gonçalves (2005, 2007, 2009, 2015).

De acordo com o antropólogo, o patrimônio deve ser pensado como uma categoria etnográfica sob a concepção de que é um “fato social total”, conforme a definição para Marcel Mauss (2003). Sendo, portanto, bens:

(...) simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduo (Gonçalves 2009, p. 27)

No entendimento de Gonçalves, o patrimônio cultural é fato social total por ser elemento mediador de diversos domínios sociais e simbolicamente construídos pelas nações, grupos ou famílias que desejam articular e expressar suas identidades e as suas memórias (2005, 2007). O autor refere-se aos domínios: do passado e do presente; dos cosmos e da sociedade; da cultura e dos indivíduos; da história e da memória. A mediação entre esses

domínios configura a categoria como ambígua que ultrapassa as fronteiras das classificações sociais e culturais (objeto e sujeito, material e imaterial, natural e cultural, sagrado e profano, masculino e feminino; como exemplos), evocando forças complexas e dinâmicas de onde emergem os bens patrimoniais, reconhecidas pelo pesquisador como ressonâncias²⁴ (*Ibid.*).

O poder de ressonância dos patrimônios culturais constitui-se na materialidade das relações sociais e simbólicas dos sujeitos para com os seus bens culturais, não se limitando a algo físico, como por exemplo, objetos, monumentos ou espaços urbanos. Quando Gonçalves refere-se à materialidade associada a categoria, o autor elucida a relação simétrica entre as dimensões materiais e imateriais que demonstram aspectos ideais e valorativos das formas de vida das sociedades (2009, 2013). Sendo um importante mediador no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas.

Sob o entendimento de que não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva, para o antropólogo do campo, as variações de significados nas representações sobre o que seria patrimônio está entre o que entendemos como parte e extensão da experiência, como extensões morais e simbólicas dos sujeitos (Gonçalves 2005). E o que entendemos como patrimônio objetificado, relacionado a objetos identificados, classificados e preservados. Portanto, essas atribuições ao que seria patrimônio, segundo o antropólogo, “exercem a mediação entre aspectos da cultura classificados como herdados por determinada coletividade humana e aqueles considerados como adquiridos ou reconstruídos, resultantes do permanente esforço no sentido do autoaperfeiçoamento individual e coletivo” (p. 28).

No campo do patrimônio, o museu desempenha as suas funções básicas: conservar, investigar, comunicar e expor os bens culturais, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Estatuto Brasileiro de Museus 2019). Além de evocar lembranças; exemplificar e inspirar comportamentos; realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas (Chagas 2009). Nos museus, os bens patrimoniais representam aspectos da cultura

²⁴ José Reginaldo Gonçalves usa o termo ressonância como referência aos estudos do teórico norte americano de Stephen Greenblatt (1991).

de diversos grupos, na expectativa de serem representações de natureza total e eminentemente mediadoras, entre a ação e o homem, entre a lembrança e o esquecimento.

Essa mediação, segundo Mário Chagas, liga e desliga mundos, indivíduos e tempos diferentes, “o que está em jogo nos museus e no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação” (2009, p. 53). Portanto, para o museólogo interessa compreender a dinâmica social com os quais foram criados, mantidos e dinamizados e o que se pode fazer com eles e a partir deles. Em vista de que desempenham um papel social e político de ordenamento do pensamento sobre indivíduos ou grupos distintos, associados a ideia de propriedade (material ou espiritual, econômica ou simbólica) e preservação.

Nesta etnografia, a discussão centra-se na tomada de consciência que dirige os julgamentos e raciocínios de comunidades periféricas sobre a construção de significados de bens culturais possíveis de patrimonialização nas capitais brasileiras. Considerando as dinâmicas sociais para a manutenção dos processos museais dos Pontos de Memória pioneiros que acontecem em 12 territórios de periferia pelo país. Os supracitados: Brasilândia (São Paulo – SP), Beiru (Salvador – BA), Coque (Recife – PE), Estrutural (Brasília – DF), Grande Bom Jardim (Fortaleza – CE), Jacintinho (Maceió – AL), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre – RS), Pavão-Pavãozinho-Cantagalo (Rio de Janeiro – RJ), São Pedro (Vitória – ES), Sítio Cerrado (Curitiba – PR), Taquaril (Belo Horizonte – MG) e Terra Firme (Belém – PA).

Os estudos dos pesquisadores Regina Abreu (1996, 2007, 2008a, 2008b, 2012) e Mário Chagas (2007, 2008, 2009) orientam essa discussão, devido dedicarem vossas carreiras acadêmicas a compreender os movimentos de patrimonialização e musealização de bens culturais no país, dentro e fora de instituições museais. Assim como Gonçalves (2005, 2009), reiteram que a noção de patrimônio é dinâmica, mediadora entre diferentes tempos e mundos, cujos significados sobre determinados bens culturais vão justapondo-se no embate entre políticas de lembranças e esquecimentos. Ao apreenderem que no ato de identificar, restaurar, preservar e difundir um bem coletivo que determinado grupo se reconhece, ocorre um outro movimento, de escolhas, seleções, decisões e julgamentos sobre qual herança cultural deve estar sujeita a preservação.

Considerando as escolhas feitas em torno da preservação de bens culturais nos museus das cidades brasileiras, pergunto: Quais são esses bens? Eles representam as histórias e as memórias de todos os moradores das cidades? Quem determinou que são patrimônios das cidades? O recorte desta pesquisa não me permite aprofundar as discussões sobre os museus brasileiros localizados em centros urbanos, entretanto possibilita-me a investigação dos processos museais que buscam representação em instituições culturais dentro das principais capitais deste país. Partindo do questionamento as representatividades desses processos museais sobre “o que os fizeram pensar e fazer museu nas periferias urbanas do Brasil?”.

Antes de irmos às respostas, seguem algumas reflexões necessárias ainda nesta seção.

As cidades, como organismos vivos, possuem a urgência de guardar as memórias de suas existências anteriores ao mesmo tempo em que estão em desenvolvimento, tornando os museus meios de revelar as origens, os habitantes, as estórias e histórias de cada canto e recanto do espaço urbano (Costa 2012). Dentro de uma perspectiva histórica, os museus representam as histórias e as memórias das cidades (e das pessoas), imbricadas de códigos culturais (materiais e imateriais), presentes nos testemunhos dos patrimônios (históricos, culturais e ambientais). Todavia, as instituições enfrentam um desafio de alta complexidade, como sinaliza Mário Chagas (2007, 2009), ao terem que considerar os interesses múltiplos e, muitas vezes, conflitantes das populações que representam e as suas identidades culturais locais que não são homogêneas.

O anseio dos Pontos de Memória pioneiros por representação em espaços culturais, como os museus, dá-se por uma vontade política de registro da memória social de grupos e movimentos sociais que foram historicamente negligenciados da constituição da memória oficial brasileira (Alcântara 2019). Narrada pela perspectiva do mundo burguês que universalizou suas conquistas durante a formação do Estado Nacional, atribuiu um passado monarca e excluiu as múltiplas versões e veracidades da história do país. Seguindo a noção moderna de patrimônio e de museus, fundamentadas no pensamento iluminista que valorizava os sistemas construtivos e os estilos arquitetônicos, as obras de arte, testemunhos do saber humano e do processo histórico renascentista (Abreu 2007; Chagas 2009a).

Nas primeiras décadas do século XX, a universalidade e a singularidade dessas noções influenciaram o estado brasileiro a adotar medidas de valorização do acervo do patrimônio nacional com fins políticos para um projeto de nação, restrito à conservação de bens móveis e imóveis considerados memoráveis para a história do país (Abreu 2007; Londres 2009; Sant`Anna 2009; Chuva 2012). A preservação, por exemplo, de edifícios do período colonial e palácios governamentais foi capaz de produzir uma imagem de solidez do Brasil, a qual os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegados ao esquecimento. Tais medidas preservacionistas, conhecidas como “pedra e cal”, tinham como base a observância da função social da propriedade, em que os valores da monumentalidade e excepcionalidade sobrepuseram a memória nacional (Abreu 2007).

A política conservadora e elitista predominou até a década de 1990, como prática paralela à consolidação das metrópoles brasileiras, em que se projetava o futuro por meio do patrimônio tombado protegido da ação destruidora do tempo e dos homens. Os museus e suas coleções tornaram-se partes expressivas do patrimônio nacional, monumentalizando a “história do Brasil” (*Ibid*). Ainda que a vida cotidiana intensificada pelos meios de comunicação e transporte punha em movimento um campo de tensão e de conflito sobre as lembranças de ordem velha em contato com ações e medidas de nova ordem, que propunham construir novas simbologias e criar lugares e padrões de representação da memória (Chagas 2009).

O museólogo Mário Chagas em seus estudos sobre a imaginação museal, considerada por ele como “conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais desenvolvem sobre museus e museologia” (2009a, p. 58), levanta a importante questão de estarmos atentos à complexidade dos museus, não os reduzindo somente a “lugares de memória”, mas os compreendendo como microcosmos sociais. De dimensão especificamente humana, onde as suas subjetividades revelam um campo de conflito e luta por poder; por memória e esquecimento; por falação e silêncio; e por resistência. Seja qual for a forma de existir e lidar com esses museus, para Chagas (*Ibid*) não devemos eliminar o caráter mítico e poético de articular no espaço (tridimensional) a narrativa das coisas.

Mário (*Ibid*) acredita que a tradição museal brasileira tenha começado ainda no século XVIII, como parte de um projeto civilizador de modernidade, que instalou hortos e jardins

botânicos²⁵, transformando a paisagem, a cultura e a ciência nas cidades da colônia portuguesa. O professor relembra a instalação do Museu de História Natural (conhecido como Casa dos Pássaros), entre os anos de 1784 e 1813, na cidade do Rio de Janeiro, como um indicador embrionário dessa tradição, constituído de acervos de produtos naturais e adornos indígenas destinados a Lisboa. Contudo, somente no século seguinte datam o surgimento das primeiras instituições museais no Brasil, com fins classificatórios e enciclopédicos sobre a diversidade natural e humana que habitavam por aqui (Abreu 2008; Sepúlveda 2004).

Seguindo os critérios da universalidade do conhecimento, embasados em uma ciência positivista, o Museu Real (1818) hoje denominado de Museu Nacional na cidade do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) em Belém e o Museu Paulista (1895) situado em São Paulo foram os primeiros museus que se dedicaram a formar coleções de propriedade nacional. Por décadas, essas instituições voltaram-se às atividades de fins acadêmicos, restritos a um público elitista e conversador, de interesse colonialista, que mantinham coleções sobre os povos indígenas, a fauna e a flora brasileira (Abreu 2008). Tornando-as responsáveis por grandes expedições científicas no Brasil, que foram resultados de intercâmbios com outros museus europeus, norte e latino-americanos, compondo acervos de produtos naturais e de objetos culturais “dignos de observação e exame que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes” (Brasil 1818 apud. FIOCRUZ 2021).

Esse cenário político, econômico e social representa para Chagas a formação de um passado brasileiro de aristocratas locais, de homens ricos e livres, de famílias abastadas, do clero católico, dos cientistas, dos artistas renomados e dos viajantes estrangeiros. Cabendo os índios bravios?, os negros aquilombados, os alfaiates, os jagunços de Canudos, os beatos de Contestados e os trabalhadores sem-terra, “inventores de uma contramemória e de um contrapatrimônio cultural” (2009, p. 67). Vejamos, portanto, a constituição dos acervos de diversos museus históricos pelo país, que em suas fases de formação dedicaram a conservar objetos (como exemplo: pregos, agulhas, caixas de ferramentas e de costura, leques, broches

²⁵ Desde que se considere que essas instituições possam ser incluídas na categoria museu.

de propaganda política, facas de ponta, moedas, louças portuguesas, panelas de barro, santos, carruagens, coroas, garrafas de vidro) da elite brasileira para representar a nação.

A ideia de nação, onde se celebraria a memória, a identidade e a cultura nacional se propagou com a criação do Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência. Institucionalizando acervos biográficos, etnográficos, históricos, artísticos que consagram a elite aristocrata como fundadores do patrimônio cultural do Brasil, relegando ao esquecimento qualquer forma de participação popular na história do país. Para o primeiro grupo, o museu além de ser um instrumento de ilustração, de atualização científica, era um dispositivo disciplinador, “indicando o que se pode saber, o que se pode lembrar e esquecer, o que se pode e como se pode dizer e fazer” (Chagas 2008, p. 68).

Apesar disso, a “contramemória” e o “contrapatrimônio cultural” do Brasil foram preservados por meio da oralidade e das manifestações festivas, religiosas, artísticas, literárias, plásticas e lúdicas, de grupos sociais excluídos e marginalizados socialmente no país. A transferência das suas formas de existência às gerações seguintes mantiveram vivas as narrativas e o manuseio de materiais tradicionalmente atribuídos a conhecimentos e práticas populares. Era evidente que em algum momento esses outros suportes de memória e valores patrimoniais (re) surgiram como bem cultural possível de ações preservacionistas.

As lutas populares contra a dominação e a fixação de parâmetros de comportamento socialmente estabelecidos, que deram início na década de 1970, mundo a fora, refletiram nas reivindicações sobre a preservação de memórias e bens patrimoniais não valorizados pelo Estado (Ferraz 2008). Provocando, assim, a ampliação e a democratização da noção de patrimônio que amparou e compartilhou os diversos significados de diferentes grupos sociais sobre seus bens de natureza material ou imaterial. Essa condição foi favorável para que a imaginação museal mudasse em muitos países pelo ocidente, inclusive no Brasil.

A professora Regina Abreu ao estudar as representações de diferentes culturas em instituições de memória e documentação, como os museus, recorrentemente sinaliza as mudanças de paradigmas a partir da noção antropológica de cultura, estabelecida no século XX, que atravessou diferentes domínios do campo intelectual e da vida social (2007, 2008,

2009). As reflexões culturalistas de Franz Boas e Bronislaw Malinowski e seus seguidores levantaram questões sobre diversidade, valorização da diferença, contextualização, relativização, cujos debates segundo Abreu (2007) foram favoráveis para as lutas contra o racismo, o etnocentrismo, o evolucionismo e a hierarquização dos povos. A diferença, portanto, tornou-se elemento constitutivo de apreensão social dentro do plano cultural de reconhecimento das singularidades, das práticas cotidianas e das manifestações e saberes diversos (Nogueira 2014).

A mudança que a perspectiva antropológica imprimiu no campo do patrimônio cultural no Brasil incidiu na criação de políticas preservacionistas, como ações complementares à proteção urbanística, paisagística e arquitetônica. A noção de patrimônio assentada na atribuição de valores e sentidos aos bens patrimoniais em si cedeu lugar à concepção preocupada com os processos e sujeitos produtores desses bens culturais. O desafio de preservar os processos respondia à pressão e às demandas de grupos e nações de tradições não-europeias para que a dimensão intangível do patrimônio fosse inserida no acervo do chamado patrimônio cultural, discute o professor historiador Antônio Nogueira (2014).

Essa conjuntura social e política, potencializada na década de 1980, trouxe para o centro das lutas sociais a defesa da diversidade cultural e do direito à memória de distintos grupos sociais, como o indígena, o negro e os de culturas tradicionais. O professor Nogueira relembra a importância desses movimentos para assegurar juridicamente a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial e a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, na Constituição de 1988 (Brasil 1988) assegurados nos artigos 216 e 215, respectivamente. Discutiremos a fundo sobre essas mudanças nas políticas preservacionistas no próximo capítulo, tão somente aqui nos interessa a absorção dessas noções por diversos segmentos sociais, que se serviram dos seus patrimônios para criarem processos de auto representação e construção de identidades em museus de comunidade ou de movimentos sociais.

Os chamados ecomuseus, etnomuseus, museus locais, museus de bairro, museus de vizinhança, museus comunitários, museus de território, museus de sociedade, sobretudo os Pontos de Memória, segundo Chagas (2009) romperam as fronteiras e os limites do

patrimônio histórico e artístico nacional, tornando como prática social a musealização para além dos muros das instituições. A céu aberto, nos territórios, as práticas culturais e os modos de vidas das sociedades, seus recursos e paisagens naturais, os saberes e as tradições comunitárias passaram a ser musealizados. Dando lugar para o testemunho das multiculturalidades, para as minorias e suas diferentes identidades, fazendo valer a democratização nos museus.

Esses fenômenos formados a partir de temas e não de coleções têm criado formas de materializar e musealizar a cultura exercendo o que denominamos de museologia social, uma nova forma política, acadêmica e institucional de representação do outro. Pautada na construção de processos museais de sujeitos ativos que gerenciam suas práticas culturais, as mantêm vivas e dinâmicas, atribuindo aos seus conjuntos materiais e simbólicos novas concepções de bens patrimoniais. É nesse sentido que acontecem as novas ações museais e as novas bases sobre as quais as ações patrimoniais orientam-se, grupos populares despontam um campo de lutas políticas e disputas de memória, como uma tentativa de representar vozes silenciadas (Ferraz 2008).

As experiências urbanas de museus de comunidade ou de movimentos sociais, como por exemplo o Museu da Maré de representação das comunidades da Maré na cidade do Rio de Janeiro, ampliaram as estratégias sociais e simbólicas para o campo museal, ao fortalecerem uma imagem positiva das periferias urbanas brasileiras e melhorarem a autoestima de seus moradores (Abreu 2007). O Museu da Maré é museu de periferia, feito por gente da periferia abrangendo temas locais e universais que chamou a atenção de vários segmentos da sociedade, por representar a periferia como “lugar de cultura, de memória, de poética, de trabalho, e não apenas como território privilegiado da bala perdida ou teatro de guerra, onde policiais enfrentam bandidos e bandidos enfrentam policiais”, declaram Chagas e Abreu (2007, p. 133). Territórios como dessas comunidades são pertinentes em todo o Brasil, onde, devido aos agravantes da desigualdade social no país, os sujeitos que os compõem enfrentam as duras condições de vida por meio de redes de sociabilidade que compartilham gostos e valores socioculturais.

Quando esses territórios ganham os holofotes da mídia e o apoio do governo tais sujeitos fortalecem sua autoestima e afirmam suas origens e códigos, ao participarem de práticas culturais próprias inserindo-se na cena urbana (Silva 2013). A experiência do Museu da Maré inspirou outros museus de valorização das trajetórias e cotidianos de cultura e memória de grupos minoritários e excluídos socialmente, servindo também como modelo nos processos dialógicos de construção do Programa Pontos de Memória (Pereira 2018). Os movimentos sociais que consolidaram os pontos pioneiros, juntos a outros movimentos ocorridos nas periferias brasileiras, contribuíram para que esses territórios passassem a ser reconhecidos como um conjunto polifônico de representações nativas dentro das cidades, que recorrem à memória social para desenvolverem processos de auto representação e de construção de identidade.

2.2 Periferia, realidades e soluções criativas

O aceleração do processo de urbanização no Brasil a partir dos anos de 1950 despertou nas populações, que se concentraram nas grandes metrópoles, a emergência de acessos à moradia digna e aos equipamentos urbanos coletivos (educação, transporte, atendimento médico, lazer e recreação). Acarretando o surgimento de movimentos de defesa contra o empobrecimento crescente que transformavam as cidades em territórios segregadores e caóticos, em detrimento do desenvolvimento econômico que afetava profundamente o modo de vida nesses lugares. Nas décadas que sucederam o processo de urbanização, as pesquisas da antropóloga brasileira Eunice Durham revelaram que o crescimento das cidades afetou, concomitantemente, diversos setores populares provocando a emergência de uma nova cultura, no sentido antropológico (2004).

A partir de uma perspectiva marxista, Durham descreveu em seus ensaios que os movimentos sociais efervescentes nas últimas décadas do século XX não estavam relacionados à inserção no processo produtivo, mas diziam respeito à esfera do consumo. Em função das carências comuns que iam desde a “ausência de asfalto até o sentimento de um tratamento discriminatório no nível das relações sociais em seu conjunto” (2004, p. 287). As

reivindicações coletivas, portanto, apontavam heterogeneidade e desigualdade nos elementos constitutivos da vida urbana brasileira, assim como em outras metrópoles latino-americanas, segundo a pesquisadora.

Viam-se surgindo reivindicações em defesa das vivências das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos moradores de uma rua, dos frequentadores de um parque público ou dos usuários de um serviço. A diversidade dos movimentos apontava em direção às formações de comunidades, em que diante da mesma carência, todos tornavam-se iguais e viviam a mesma experiência em comunidade no espaço urbano. Para Durham, a noção de comunidade “refere-se a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros” (p. 221).

Ao passo que a noção remete a uma abstração da igualdade como representação plena, de unidades territoriais de tamanho limitado, na qual a vida social cotidiana acontece, cujos interesses estão agregados em atividades comuns, não necessariamente de formação comunitária (Durham 2004). O caráter comunitário, em que valoriza a participação de todos e de cada um, confere quando a coletividade decide criar ação conjunta para todos. Algo que tomou conta dos movimentos sociais decorrentes da vida urbana, com o fato de que as pessoas puderam falar, opinar, decidir sobre interesses do plano público (*Idem*)

Os grupos se multiplicaram em torno das reivindicações, estabelecendo canais de comunicação entre os indivíduos e as sociedades e o Estado, com efeito tornando o movimento plenamente social. Os canais de comunicação (internos e externos) possibilitaram a passagem da pessoa da dimensão privada para a pública, chamando a atenção da pesquisadora ao acompanhar esses movimentos na grande São Paulo (2004). Segundo Durham os participantes dos movimentos não eram somente vendedores da força de trabalho, compradores de mercadorias, usuários do transporte público, eleitores, homens-massa; os participantes tornavam-se sujeitos dentro do movimento que mereciam e exigiam cidadania (*Idem*).

A pesquisadora observou que o espaço da cidadania nos centros urbanos brasileiros fora redefinido pelos movimentos sociais que transformaram carências em formulações de reivindicações, mediadas pela afirmação de um direito. Para os moradores das periferias o

direito a água, luz, esgoto, assistência médica; para as mulheres direito à igualdade de gênero; aos indígenas o direito à terra; a todos o direito à proteção contra violência, a educação e a saúde de qualidade. Em um dos ensaios sobre a redefinição de cidadania na década de 1980, Durham descreveu os movimentos sociais como “um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como auto evidentes, pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder” (2004, p. 292).

A legitimidade do poder que a autora se refere não era apenas o reconhecimento da legitimidade do Estado, mas uma avaliação da sua legitimidade, enquanto provedor de direitos e respeito à população. As análises feitas por Eunice Durham em décadas passadas sobrevivem à passagem do tempo por nos revelar como se deu, a princípio, o movimento de construção das cidades brasileiras, que hoje é debatido densamente por Michael Agier. No primeiro momento, preciso percorrer essas discussões teóricas para que possamos descobrir mais à frente como chegamos aos debates de uma política pública de direito à memória em territórios de periferia no Brasil, pois observo que é no movimento de construção permanente da cidade que acontecem os processos museais dos Pontos de Memória pioneiros.

As pesquisas do antropólogo francês Michael Agier são importantes para esta etnografia por investigar zonas marginais (como o próprio autor se refere) de cidades da Europa, África, Ásia e América Latina; que passam por processos de ocupação em territórios semelhantes aos das periferias brasileiras, algumas delas também estudadas pelo professor (2011, 2015). O interesse por espaços precários e de um certo despojamento de bens, de sentidos e de relações levou Agier a investigar o que ele define como “locais fora do lugar”, uma etnografia urbana dos acampamentos. Esses locais são considerados como campos das cidades formado por populações adversas que passam por situações de precariedade em casos particulares de cada continente, para o professor a reunião dessas pessoas em um tempo indefinido, em um dado espaço, criam mudanças culturais e eventualmente novas formas políticas aparecem (2015).

Portanto, o conjunto de coisas que são essencialmente urbanas (edifícios, bens, agrupamentos físicos, por exemplo) não revela a multiplicidade das cidades que está presente

nas práticas, nas relações e nas narrativas dos habitantes. Agier ao realizar etnografia nas *favelas, bidonville, slum, chalco* ou qualquer outra palavra sinônima que remeta a autoconstrução do habitat em tábuas de madeira, toldos plastificados que progressivamente são substituídos por materiais mais sólidos (tijolo, cimento) observa um movimento de fazer-cidade. Um processo sem fim, contínuo e sem finalidade que expande o universo social e urbano por meio de diferentes formas de sociabilidade, pondera o professor (2015).

O antropólogo fala de cidade vivida em acontecimentos que dão sentido à própria existência das pessoas. Vivenciada nas ruas, nas passagens, nas memórias, nas imagens, nas ficções e nos desejos dos indivíduos e de seus grupos. Michael Agier discute sobre “uma cidade nem virtual nem irreal, antes imaterial, no sentido que existe a mais e no seio da sua organização visível, que lhe dá uma parte importante do seu sentido diário” (2011). A organização descrita pelo professor trata-se das comunidades que são formadas por laços culturais, políticos, sociais e locais.

Nesse sentido, quando o professor traz para o centro das discussões a formação dos territórios periféricos, sejam eles conhecidos de nomes distintos, não coloca em evidência o processo universal de conquista do espaço. Mas sim, a negociação para que esses territórios existam, investigando os acontecimentos que levaram as comunidades a movimentarem-se como gesto político de ocupação. Agier faz um convite, a nós pesquisadores das margens, a compreender o que se passa nesses movimentos, situar-se no interior dos acontecimentos, imergir nas experiências vividas, permitir descrever de que modo, em um certo momento, pessoas expressam uma injustiça e decidem ocupar as cidades (2015).

Não pretendo me debruçar sobre o processo de ocupação do espaço urbano que constituiu a formação das periferias brasileiras, porque esse não é o meu objeto de pesquisa. Dedicar-me-ei à construção das cidades por comunidades periféricas que desenvolvem processos museais não institucionalizados para revelarem os acontecimentos, as experiências vividas e as injustiças que os aproximaram e os mantiveram nos territórios ocupados das cidades. Esse movimento de fazer-cidade dos Pontos de Memória pioneiros insere-se nas trocas simbólicas e sociais que têm acontecido nas grandes cidades, como movimento

identitário que em meio às fragmentações sociais e raciais reúnem, ligam e aproximam as pessoas.

O professor Agier observa que atualmente há diversas conexões e associações entre os habitantes das cidades, correspondentes ao vazio de sentido e de relações que espreitam e ameaçam esses sujeitos, resistindo a uma ordem urbana de solidão e da negação do mundo comum (2011). A verdade é que essa solidão e negação do mundo para nós, sujeitos periféricos, sempre existiu, apenas tem movimentado-se diferente diante das transformações universais e locais que nos interagem um com os outros e com outras partes da cidade. Observo essas questões sendo uma mulher amazônida, periférica e no trabalho de escuta com as outras representatividades dos Pontos de Memória que participaram desta pesquisa.

Venho da casa 76, Rua Ezeriel Mônico de Matos, esquina com o beco, bairro do Guamá, periferia de Belém. A referência é da casa dos meus avós maternos, Tarciso (falecido) e Tereza, que assim como outras famílias nordestinas pobres que fugiam da seca, por volta da década de 1950, seguiram o movimento de ocupação no território próximo ao ponto de entrada e saída da cidade, no bairro de São Braz, onde localizava-se a Estação Estrada de Ferro de Belém-Bragança. Os imigrantes embrenhavam-se nas matas próximas, formando caminhos e passagens para fixarem moradia nos terrenos alagados que sofriam influência do Rio Guamá (Dias Junior 2009). O aumento populacional desenfreado nas décadas seguintes fez surgir em todo território passagens, becos e ruelas constituídas de casas simples, construídas por famílias vindas também de outras regiões do estado do Pará.

Meus avós adquiriram um desses terrenos, onde puderam construir um casebre de madeira para morarem com os seus 6 filhos. Apesar das duras condições de vida os mantiveram no lugar até os dias de hoje, sobrevivendo por muito tempo à falta de água encanada, luz elétrica, saneamento básico, transporte público e violência urbana. Viram de perto as mudanças estruturais do bairro acontecerem, aproximando-os cada vez mais do centro da cidade, em que os moradores, entre as suas experiências cotidianas que não se restringem apenas a delimitações territoriais do Guamá, socializam-se com os demais moradores de Belém que utilizam os serviços públicos subsidiados no bairro, como o campus

da Universidade Federal do Pará, Hospital Pronto Socorro do Guamá, Cemitério Santa Izabel, além de escolas, creches e hotéis, por exemplo.

Devido o processo de ocupação feito por populações carentes sem planejamento e incentivo político, o Guamá, assim como outros bairros periféricos pelo Brasil, mantém-se em situação periférica do restante da cidade de Belém, cuja segregação e os estigmas sociais os define como um lugar feito por pessoas pobres, violentas e com duras condições de existência dentro da cidade. Contudo, não é dessa forma que eu vejo o bairro. Observo um lugar marcado por alianças, conflitos e divisões que como parte essencial e criativa organizam a vida e enfrentam situações de abandono histórico e social.

A observação etnográfica de perto e de dentro (Magnani) que eu passei a fazer no Guamá, mais especificamente na rua da minha avó, me ajudaram a entender a periferia como um lugar de construção da cidade e de formação identitária. Por muito tempo, morando em outro bairro, precisava ir almoçar ou fazer horas na casa dos meus avós porque não tinha tempo o suficiente para eu ir em casa, almoçar e voltar para escola, a universidade ou qualquer atividade cotidiana. Eu achava aquilo uma verdadeira perda de tempo, para mim não fazia sentido morar no bairro distante que apesar de ter mais estrutura e equipamentos urbanos, não me servia de nada. Todas as minhas atividades eram no Guamá ou nos bairros vizinhos: São Brás, Canudos ou Terra Firme. Enquanto meus primos pouco se deslocavam para fora do bairro – iam a escola, não pegavam ônibus, brincavam na rua, sentavam-se na frente das casas, conheciam os vizinhos, frequentavam a casa um dos outros. E a mim, restava apenas passar a noite no lugar que eu chamava de casa.

Percebo, na minha família, que ocorreram dois movimentos de inserção na cidade, os que partiram e os que ficaram. Os que partiram, como minha mãe, mudaram-se, assim que puderam financeiramente, para lugares mais bem estruturados, com asfalto na porta de casa, água na torneira todos os dias, bairros aparentemente com sensação de segurança porque as casas possuem muros altos e as pessoas nem circulam nas ruas, as feiras são poucas e os supermercados são muitos, mal conhecem a vizinhança, mas moram ali. Entretanto, os que ficaram, construíram casas independentes no terreno do meu avô, vivem no pedaço que se estabelece entre a casa e a rua, desenvolvem atividades econômicas informais não ilegais que

os trazem melhores recompensas financeiras, criaram uma rede de sociabilidade com a vizinhança, dando-lhes maior sensação de segurança e senso de dignidade.

Segundo Michael Agier (2011), são as pessoas que fazem a cidade, os grupos sociais que fazem a cidade e não a cidade que faz a sociedade, o fazer-cidade para o antropólogo parte justamente dessa relação social entre as pessoas que desencadeiam agrupamentos, não necessariamente familiares, que dão sentido a sua própria existência. Condicionada às trocas sociais e simbólicas que confere sentidos aos lugares, não cristalizados em sua fixação espacial, mas em movimentos identitários. Portanto, para o professor a cidade é um espaço de construção múltiplas de experiências pessoais e sociais de enfrentamento das comunidades que se formam no fluxo contínuo de fazer-cidade.

Foi no Guamá, no dia a dia da rua, da vizinhança, da família que eu fui me entendendo como parte de uma condição social periférica, inerente a minha situação de morar ou não no bairro, em vista das minhas relações, em diferentes formas de sociabilidade, que me reinventaram como moradora de Belém. Os percursos que percorri pela cidade, morando em um bairro distante, de classe média, estudando numa escola particular, não me fizeram parte de outro lugar que não seja o Guamá. Por isso, me identifico com as discussões de Agier sobre a cidade como construção permanente, pois o pesquisador considera que a maior parte dos movimentos identitários atuais nas cidades partem dos primeiros grupos, das primeiras experiências de vivenciar a cidade que emergem para enunciar a identidade das comunidades.

Certamente, o bairro não é o mesmo de décadas passadas, muito mais populoso e bem estruturado com asfaltamento de ruas, ofertas de serviços, equipamentos urbanos coletivos de fácil acesso, tem se tornado atrativo para o mercado imobiliário e de consumo, como rede de supermercados e farmácias. Mas ainda identifico as trocas simbólicas e sociais que dão sentido ao lugar, como o sentimento de solidariedade ao ajudar um vizinho que esteja passando dificuldades financeiras ou de saúde. A celebração coletiva que fecha as ruas para festejar aniversários, festas juninas ou jogos esportivos. E ainda, a mobilização social para melhorar o atendimento público no bairro de transporte, saúde, educação que constantemente precisam ser reivindicados para alertar o Estado que ali moram cidadãos que exigem direitos.

Néstor Canclini tem-se debruçado sobre os estudos culturais nas cidades contemporâneas, abordando discussões sobre o pensamento urbano que ultrapassa a ocupação de um território, construção de edifícios e de interações materiais. O pensamento urbano, segundo o pesquisador, existe na tensão do que são as cidades e o que queremos que elas fossem (2008), pondo em reflexão as representações culturais nas quais se manifestam a heterogeneidade e a complexidade social. Dessa maneira, considera importante a narrativa que os habitantes elaboram sobre os fatos duros da cidade em contraponto às redes de comunicação que promovem informação e conhecimento sobre o espaço urbano.

O pesquisador observa que há o predomínio do marketing e a captação de investimentos sobre o sentido social dos bens materiais e simbólicos nas cidades contemporâneas, transformando-as, muitas vezes, em espetáculos do reconhecimento e desconhecimento daqueles que as habitam (2008). Para esta etnografia sobre os Pontos de Memória pioneiros, interesse-me sobre os estudos de Canclini, no que diz respeito ao imaginário das cidades, criado pela rede de comunicação que desequilibra e cria incertezas sobre o lugar das periferias. O antropólogo descreve que a mídia de massa (rádio, televisão e internet) capta o descontentamento dos habitantes das cidades que não se resignam a viver entre redes difusas e inapreensíveis, tornando essas narrativas verdades absolutas, provocando uma explosão de estigmas sobre as periferias.

Do mesmo modo que os moradores desses lugares constantemente precisam negociar a imagem de marginalidade dentro e fora das cidades, ao criarem movimentos internos que modelam as próprias vidas em meio aos conflitos da contemporaneidade, como o narcotráfico (Canclini 2008). A intenção desses movimentos é ordenar a vida, a economia e a política que promovem ações conflitantes e de acesso desigual à vida urbana. Diferente de momentos passados, em que se dedicavam a melhorar a vida nos territórios periféricos (Durham 2004), os movimentos atuais têm-se dedicado a reconhecer nesses lugares processos diversificados de representações nativas, para além das discussões de segregação social.

Cabe, então, reconhecer a pluralidade que se tem falado sobre territórios, aos diversos graus de consolidação dos bairros periféricos e destes no que diz respeito aos equipamentos coletivos urbanos, como sugere o cientista social brasileiro Heitor Frugóli (2003, 2005, 2007).

O cientista não trata do entendimento da cidade apenas mosaico de territórios, mas a cidade que põe em contato sociedades heterogêneas, de distintos modos juntos às camadas populares. Abrindo espaço para compreensão das organizações políticas que unem as comunidades locais, em um fenômeno de atuação de diversos atores sociais rejeitados de forma recorrente pelo planejamento urbano (2005).

Segundo Frugóli (2003), a noção de comunidade persiste como uma espécie de referência simbólica ao que se estabeleceu na época das emergências das sociedades moderna, urbanas e industriais. Sendo uma “tipologia social marcada em geral por grupos de pequena escala, que estabeleceriam relações solidárias, coesas, pessoais, espontâneas, cotidianas e permanentes, em que se configurariam certas identidades comuns”, afirma o pesquisador (2003, p. 108). Entretanto, faz-se necessário para ele focar a noção de comunidade como “uma estratégia discursiva atrelada a determinadas práticas, vinculadas, por sua vez, a objetivos políticos, por vezes difusos, entre outros casos, bastante definidos” (*Idem*, p. 108).

Nesse sentido, observo os processos museais não institucionalizados dos Pontos de Memória pioneiros como articulação comunitária de diferentes grupos sociais políticos, que observados de formas distintas propiciam a consolidação de territórios periféricos como representação da diversidade cultural das cidades (Alcântara 2019). Assim como outros movimentos que se estabelecem em decorrência da rejeição do planejamento urbano, os pontos de memória negociam o seu modo de ser e estar nas cidades, utilizando como estratégia o registro da memória social das comunidades periféricas frente às novas formas políticas, acadêmicas e institucionais dos museus. Os grupos sociais que desenvolvem esses processos passaram a se impor como sujeitos ativos em relações interculturais dentro de instituições museológicas (Abreu e Lima Filho 2007), deixando de ser objeto de estudo, exibido nos grandes museus, para negociar a construção de processos museais em seus territórios de pertença.

Pensar Pontos de Memória pioneiros como museus, é imaginar um museu novo e, ao mesmo tempo, sistematizar novas práticas, sublinhando as diferenças em relação a outros modelos teóricos (Chagas 2009). Descendentes do museu integral discutido e potencializado

na Declaração de Santiago (1972), servem à conscientização dos problemas do meio urbano, abarcando o território e a comunidade, em que os habitantes, além de visitantes, assumem a condição de agentes dentro do museu. A musealização, nesse caso, configura-se como uma forma de organizar as narrativas da e sobre a cidade, ordenar seus significados, como também, aprisionar e silenciar a materialidade histórico-simbólica que compõe o espaço urbano, de acordo com Luiz Borges (2014).

Do ponto de vista antropológico, as iniciativas comunitárias de Pontos de Memória produzem narrativas que ampliam categorias nativas a respeito da cultura produzida nos territórios de periferia, como movimento político de valorização do patrimônio que se insere no fazer-cidade desses grupos sociais. Nessa pesquisa, a cultura é apreendida como a universalidade humana que compõe um conjunto de valores, crenças, costumes, artefatos e comportamentos com os quais os seres humanos interpretam, participam e transformam o mundo que vivem. Partindo de uma perspectiva geertziana que entende a cultura como uma teia de significado que o próprio homem teceu, para representar o mundo que vive quanto criar um conjunto de regras para atuar nele (Geertz 1926).

Estamos vivenciando o fenômeno da globalização em que o avanço do capital e dos mercados em escala mundial, bem como os meios de comunicação intensos e rápidos têm promovido grandes debates e lutas políticas em torno dos fenômenos identitários e culturais. Debates que vão de encontro às novas possibilidades de usos e experiências em torno da cultura, reconhecendo-as como múltiplas, diferentes, irredutíveis entre si e, sobretudo não hierarquizáveis. Os moradores das cidades que habitam os territórios de periferia têm produzido práticas culturais para a garantia de fruição à arte e afirmação identitária, inseridos no movimento de autoconsciência cultural que se tornou fenômeno no fim do século XX.

Observa-se que esses movimentos de autoconsciência cultural nas chamadas periferias partem também do processo de conquista do espaço urbano, que não se limita na luta por direitos constitucionais, mas se manifesta em diferentes práticas que requalificam o lugar e fortalecem a agenda cidadã daqueles que o habitam. No Brasil, há um crescente número de coletivos urbanos que utilizam as linguagens artísticas para afirmar uma identidade territorial periférica e apontar posicionamentos políticos frente aos

descontentamentos sociais. Por exemplo, vê-se a produção de manifestos literários; de cinema e vídeo; samba; teatro; rappers; grafites; cuja arte ultrapassa as fronteiras geográficas e simbólicas das cidades ao serem consumidas por uma lógica de mercado interessada na “inovação” e no lado “bom” da periferia (Tommasi 2013).

Contudo, nos interessa saber para esta pesquisa que essas manifestações culturais são realizadas como atos de resistência política provocando duras críticas ao sistema socioeconômico e político em que os artistas estão submetidos, conforme releva a socióloga Livia De Tommasi em suas pesquisas exploratórias com alguns desses movimentos em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife (2013). A socióloga assegura que os moradores das periferias por meio desses movimentos culturais afirmam seu direito de fazer arte, saindo da invisibilidade e da criminalidade ao se colocarem como produtores artísticos. Nessa nova posição social, os moradores conseguem fazer uso da arte e da cultura como instrumento de gestão das populações que compartilham do mesmo território.

Os Pontos de Memória pioneiros se inserem nesses movimentos que ativam a agenda cidadã como prática cultural de requalificação do espaço urbano ao desenvolverem dinâmicas de valorização da memória social. Juntos a outras organizações políticas e culturais que acontecem nos territórios de periferia, no Brasil, impulsionam a autoestima dos moradores desses lugares como resistência criativa às situações de abandono e descaso social. A diversidade e a multiplicidade de práticas culturais presentes nesses territórios são apreendidas pelos experimentos de musealização do espaço urbano, em que a construção coletiva por meio da memória contrapõe o silenciamento e a marginalização em que foram submetidos (Pereira 2018).

Dentro das cidades, esses Pontos de Memória apropriam-se das memórias afetivas e das narrativas de vida dos moradores das periferias urbanas para realizarem o processo de musealização de seus territórios. Assim como os movimentos de patrimonialização de bairros com valores históricos e artísticos das capitais, esses processos de musealização pressupõem na compreensão do real patrimônio das comunidades, imaginadas ou territorializadas em espaços físicos e políticos bem definidos, cujos modelos são compostos de sujeitos com emoção e razão (Costa 2012). Para engajar os diversos atores no processo de salvaguarda e

preservação da memória social e do patrimônio cultural desenvolvem ferramentas da museologia como instrumento de enfrentamento das questões sociais e humanas, cotidianamente.

As experiências museológicas e museográficas dessas iniciativas comunitárias partem do inventário dos sentidos e usos sociais das coisas no seu contexto original, como um novo processo museológico que serve a uma comunidade de pessoas segundo os seus referenciais patrimoniais. Isso não quer dizer que se excluem os atos de selecionar, reunir, guardar e expor coisas em um determinado espaço, mas o fazer museológico comunitário está atento à preservação das narrativas que se constroem nas práticas sociais cotidianas. Os Pontos de Memória pioneiros inserem-se na nova imaginação museal, descrita por Chagas (2008), em vista de que as experiências museológicas se realizam na primeira pessoa, ressignificam a ferramenta museu e sua participação nas lutas de diferentes movimentos sociais, como também costuram práticas políticas e pedagógicas para valorização das contra-memórias nos espaços urbanos das cidades brasileiras.

A exemplo, voltemos ao meu lugar de partida desta tese, o processo museal desenvolvido pelo Ponto de Memória da Terra Firme no bairro da Terra Firme, periferia de Belém do Pará. No ano de 2013, a iniciativa comunitária inaugurou a exposição itinerante “Terra Firme: de tudo um pouco” - constituída de nove painéis expositivos, um totem quadricular de sinalização e dois painéis em cavaletes para interação com o público visitante – como representação da realidade social do bairro (Figura 30). Concebida para ser itinerante, a exposição é um dos principais produtos difusão do PMTF até os dias de hoje, a amostra tornou-se possível após uma série de oficinas participativas com os moradores do bairro, ministradas pelos conselheiros e parceiros da iniciativa, com o intuito de que essas pessoas pudessem se sentir parte do museu que começava a ser implantado no lugar (Alcântara 2016).



Figura 30 Lançamento da exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”, em 12 de janeiro de 2013, na quadra da Paróquia São Domingos de Gusmão, no bairro da Terra Firme. Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme.

No período que antecedeu a inauguração da exposição, eu atuava como consultora do Programa Pontos de Memória no bairro da Terra Firme, onde dediquei-me a formar o primeiro acervo do PMTF, em discussão com os anseios e vontades dos conselheiros sobre o que se pretendia registrar da memória social do lugar. Em conjunto, nos propusemos a envolver a juventude do bairro da Terra Firme nas atividades do Ponto de Memória, realizando parcerias com os professores das Escolas Estaduais Celso Malcher e Brigadeiro Fontenelle que nos indicaram os alunos para participar das ações, jovens na faixa etária de 15 a 18 anos. E assim deram-se as oficinas participativas para a concepção da exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”.

Como etapa de planejamento, realizamos a “Oficina de Inventário Participativo” para 10 jovens moradores que demonstraram interesse em inventariar as manifestações socioculturais do bairro. Os participantes, durante a atividade, receberam orientações sobre a importância do registro da memória social para afirmação de identidades coletivas em

bairros como Terra Firme, assim como técnicas de entrevistas que poderiam ser utilizadas nas etapas de realização do inventário (Figura 31). A programação permitiu, ainda, que definíssemos os macrotemas que deveriam ser inventariados no bairro, levando em consideração os interesses de pesquisa dos jovens e as temáticas trabalhadas pelo Ponto de Memória em outras ações, tratando-se dos seguintes macrotemas: a cultura e o cotidiano do bairro; a história e o processo de luta e conquista por moradia no lugar; e a chegada das instituições científicas na Terra Firme que desenvolvem ações em parceria com os moradores para melhorias no bairro, como por exemplo o Museu Goeldi. Desta maneira, no período seguinte à oficina, em um intervalo de três meses, os jovens participantes realizaram 59 entrevistas de história de vida com moradores do lugar, dando início à formação do acervo do Ponto de Memória da Terra Firme.



Figura 31 Jovens aprendendo técnicas de entrevistas na Oficina de Inventário Participativo. Acervo: Ponto de Memória da Terra Firme.
Foto: Alcântara, 2012.

Após as entrevistas, formamos um grupo de trabalho, entre os conselheiros, para analisar as narrativas compartilhadas com os jovens entrevistadores e identificar em seus relatos quais as memórias e patrimônios reconhecidos pelos moradores que o Ponto de Memória deveria preservar em suas ações de registro, preservação e comunicação dentro do bairro da Terra Firme. Nesse momento, observamos que não poderíamos esquecer das

marcas sociais que o lugar sofria por ser considerado violento e marginal, mas que no movimento contrário, história de formação do bairro era protagonizada por grupos sociais políticos que sempre buscaram melhorias na qualidade de vida dos moradores. Isso foi possível de ser contestado nas falas, como também nas fotos e documentos que os entrevistados doaram ao PMTF no exercício do inventário participativo (Figura 32).



Figura 32 Fotografia doada durante a entrevista da líder comunitária Maria de Fátima para o inventário participativo do Ponto de Memória da Terra Firme.

Levantamos que entre o emaranhado de coisas – de fios elétricos, placas, barracas comerciais, meios de transporte – observados no ir e vir dos moradores, constituem-se também o patrimônio do bairro da Terra Firme. Entre lugares como a feira na Rua Celso Malcher, as escolas, os pontos de ônibus e os comércios; demonstravam importância ao mesmo tempo para os saberes e fazeres nas construções das casas populares e dos centros comunitários que muitas das vezes foram construídos em mutirão pela vizinhança. Segundo Miller “uma sociedade particular elabora suas práticas culturais mediante um padrão subjacente que é manifestado numa multiplicidade de formas diferentes” (2013, p. 82). Na

Terra Firme, portanto, as formas materiais são meios efetivos onde os valores, ideias e distinções sociais são reproduzidos e legitimados ou transformados, a partir de relações que se instalam na cultura material (Alcântara e Gontijo, 2015).

A fim de compreender os sentidos e significados que se atribuíam às coisas, às narrativas e à forma de existência das pessoas na Terra Firme demos continuidade ao planejamento coletivo da exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”, ofertando mais duas oficinas aos moradores do bairro, uma de montagem de exposição e outra de designer participativo (Figuras 33 e 34). Nessa atividade, mais uma vez, o PMTF pôde contar com a parceria do Museu Goeldi, como articulação da Dra. Helena Quadros que garantiu que a arquiteta e funcionária do MPEG, Carlota Brito, pudesse ministrar as oficinas para os moradores do lugar. Contamos também com alunos do Curso de Museologia da UFPA que nos ajudaram a elaborar os protótipos conceituais e técnicos da exposição.



Figura 33 Participantes da oficina “Desing Participativo: A Terra Firme fala”. Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme.

Foto: Caio Brito, 2012.



Figura 34 Estudo das cores para os protótipos da exposição.
Foto: Camila Alcântara, 2012.

Planejamos a exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” para itinerar pelo bairro e em outros pontos estratégicos na cidade de Belém, de modo que seja contemplativa e política por ter preocupando-se com as histórias, as memórias e os patrimônios narrados e reconhecidos pelos moradores do lugar. Tratamos de criar uma amostra a partir do inventário participativo, expondo os seguintes temas: cotidiano e movimentos culturais do bairro da Terra Firme; ações resultantes do encontro da ciência com a educação e a comunidade do bairro; um expositor em memória as personalidades que contribuíram para o movimento que levou a consolidação do PMTF; apresentação da iniciativa comunitária de PM; e um breve recorte do Programa Pontos de Memória. Esperava-se com esse trabalho que o Ponto de Memória da Terra Firme pudesse ter o reconhecimento dos moradores como uma organização comunitária que também procurava soluções para os problemas debatidos no lugar, uma vez que construíram juntos instrumentos educativos e pedagógicos que se serviam dos patrimônios para salvaguardar a memória social dos diversos sujeitos que compõem o território.

Ouso dizer que esse reconhecimento veio durante todo o processo de elaboração da exposição, sobretudo pelo conjunto de ações que o Ponto de Memória da Terra Firme desenvolveu ao longo desses doze anos de atuação no bairro. Os moradores da Terra Firme têm demonstrado, não somente nas ações do PMTF, que os sinais e as narrativas que se estabelecem nas relações entre as pessoas e o lugar são patrimônios que ressoam, de forma individual e coletiva, no fazer-cidade desses habitantes-visitantes. Nesse movimento, o bairro eleva-se como um lugar de representação e subjetividades dentro da cidade de Belém.

Assim como em Terra Firme, as outras experiências de Pontos de Memória incorporam amplas dimensões simbólicas e sociais às suas práticas culturais, desenvolvendo formas específicas de fazer museu. Inseridos no movimento teórico e político da museologia social, que reconhece um conjunto patrimonial em acervo museológico dentro um território musealizado, cabível de memória e representação, essas iniciativas reformulam práticas e saberes comunitários em torno de suas memórias. No entanto, observa-se que entre os diversos atos de vontade de transformação social desses territórios periféricos, os processos museais foram tidos como caminhos e estratégias de construção permanente desses lugares quando suas representatividades foram convidadas a participar do Programa Pontos de Memória.

2.3 Museus, processos e ações comunitárias

Os Pontos de Memória dentro das periferias brasileiras tornaram-se espaços de discussão e mobilização social em defesa do desenvolvimento dos lugares e de sua gente, por meio de ações voltadas para a valorização da memória, da reconstrução histórica e da apropriação de bens culturais (Alcântara e Godoy 2017). Inseridos em uma política pública de governo que nasceu da articulação do Instituto Brasileiro de Museus com o Ministério da Justiça, comunidades aceitaram o desafio de desenvolver processos museais e aquelas que já trabalhavam nesta perspectiva avançaram nas discussões (Pereira 2018). Essas ações comunitárias, utilizando termos e conceitos presentes na discussão da museologia social,

tornaram-se espaços de apropriação social, ao falarem de museus, adotarem categorias museais, criarem acervos e exposições.

A museologia social propõe-se a pensar e praticar museus além do sentido comum do termo, adequando as estruturas museológicas ao condicionamento das sociedades contemporâneas (Moutinho 1993, Varine 2009, Chagas e Gouveia 2014). Desta maneira, reconhece os processos de musealização que criam estratégias que permitem a visibilidade das memórias produzidas no diálogo e no enfrentamento de ideias (Pereira 2018). Nos territórios das cidades formam-se por meio das redes de contato e de fortalecimento da diversidade da vida urbana, em que as origens e os códigos traduzem-se na criação, na produção e na circulação de informação e de produtos culturais.

As práticas culturais, próprias da periferia, inseridas nos processos de musealização do território, fazem com que o sujeito marginalizado sinta-se incluído na cena urbana, livrando-se do estigma da invisibilidade social de classes (Alcântara e Godoy 2017). Assim como aconteceu na comunidade da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, após as ações de memórias realizadas pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) despertarem a sua vocação para museu, ao criarem uma rede de diálogo e parceria com um grupo de profissionais integrados ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do IPHAN. O papel político do Museu da Maré de superar os estigmas em relação às comunidades periféricas, tomando o museu como instrumento de transformação social, serviu de inspiração para a implantação do Programa Pontos de Memória.

O engajamento político dos profissionais do campo museológico que articulou a Política Nacional de Museus (em 2003) e o Plano Nacional Setorial de Museus (decênio 2010-2020), a partir de diretrizes e propostas construídas com diversas instâncias por meio de consultas públicas, tornou possível a criação do Programa Pontos de Memória, no ano de 2009 (IBRAM 2014). Uma política de governo com forte inspiração nas Políticas Públicas de Cultura durante os governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva que ganhou projeção por conectar-se com bases ideológicas do Programa Pontos de Cultura (Pereira 2018). Que por sua vez, defende a cultura como processo desenvolvido a partir da autonomia e protagonismo social de iniciativas comunitárias, em que o foco do programa “não está na carência, na ausência de

bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos” (Turino 2009, p. 64).

As políticas e ações para o campo museal, que dizem respeito à formação, o modo de compreender e fazer museológico que levou à implantação do Programa Pontos de Memória serão apresentados e discutidos no próximo capítulo desta etnografia. Nessa seção, nos interessa discutir como a proposta do PPM propiciou a construção de novas metodologias, práticas e processos museais em territórios de periferia pelo Brasil. Levando em consideração a escolha das 12 comunidades periféricas que participaram do experimento prático do programa, devido o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PRODOC) do IBRAM e do Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, com a Organização dos Estados-Ibero Americanos.

Em decorrência do que vivenciei para pôr em prática as ações propostas pelo Instituto Brasileiro de Museus no bairro da Terra Firme, para esta etnografia entrevistei as representatividades dos Pontos de Memória pioneiros com a intenção de entender como as iniciativas comunitárias fortaleceram-se ao apropriarem-se da prática museal, podendo refletir e mudar a própria realidade. E como contraponto, tive o interesse de ouvir quais eram os planos e as expectativas dos profissionais que atuaram no desenvolvimento das primeiras ações do Programa Pontos de Memória. Os entrevistados não me mostraram um cenário desconhecido, acredito que seja pelo fato de terem conseguido estabelecer vínculos como movimento social e político para a implantação do PPM dos quais me incluo, porém, as entrevistas são importantes para entendermos como foi pensada e articulada a política de governo, sobretudo a sua continuidade por meio dos processos museais em contextos de luta e resistência contra o desmonte na área cultural brasileira, desde 2016.

Revirando cadernos antigos que são do tempo em que eu era bolsista de iniciação científica do Museu Goeldi, encontrei anotações da primeira reunião do IBRAM com as representatividades do bairro da Terra Firme. Não identifiquei a data precisa, mas ela remetia ao VI Festival da Gastronomia Inteligente, do ano de 2009, mês de outubro, nas instalações

do Parque Zoobotânico. Uma programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia²⁶ do MPEG, que era coordenada por ela e por Vera Bastos²⁷, voltada ao estímulo da alimentação saudável, ampliando a divulgação científica sobre os hábitos alimentares, a partir do entendimento de que a alimentação interfere tanto nos processos socioeconômicos do país como influencia nas mudanças biológicas do patrimônio genético humano (MPEG 2017).

O festival que teve mais de 15 edições era planejado e executado com a participação comunitária de moradoras do bairro da Terra Firme, educadoras e merendeiras de escolas públicas de Belém, além da consultoria de Clara Takaki Brandão²⁸, médica nutróloga, pesquisadora de alimentos regionalizados. Naquele ano específico, quando as líderes comunitárias, conhecidas como Chiquinha, Chicon e Nerci dedicavam-se a ensinar aos participantes do VI Festival a produção da farinha conhecida como multimistura²⁹ (um alimento que fornece vitaminas e minerais essenciais para o crescimento de crianças, além de prevenir e combater a anemia, a desnutrição e mortalidade infantil) foram convidadas a participar de uma reunião com os técnicos do IBRAM.

O convite foi intermediado³⁰ por Helena Quadros que devido a coordenação de práticas e ações de diálogo com comunidades vizinhas ao Museu Goeldi, desde 1985, tinha uma relação muito próxima com as lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme. É inevitável não lembrar do sorriso e da alegria de Helena (que sinto tanta falta hoje) em proporcionar o encontro das comunitárias com a museóloga e professora Marcelle Pereira que era coordenadora de Museologia Social e Educação do IBRAM; com Claudia Rose Silva, historiadora e uma das fundadoras do Museu da Maré, que estava como diretora do Núcleo de Museologia Social; e com o poeta e professor Wélcio de Toledo, que era um dos consultores responsáveis pela implantação do Programa Pontos de Memória. Esses profissionais chegaram em Belém tomando como referência a vocação e militância do

²⁶ Programação incentivada anualmente pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação desde 2004 para promoção

²⁷ Engenheira Agrônoma, responsável pelo manejo e conservação da flora do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi.

²⁸ Idealizadora do programa de orientação alimentar do Ministério da Saúde na década de 1990.

²⁹ A receita contém: pó da folha da maniva, gergelim, farelo de arroz ou de trigo.

³⁰ , Helena foi informada por Lílian Bayma, servidora do Museu Goeldi que estava no Rio de Janeiro realizando o seu doutorado em Museologia e Patrimônio (PPGMP/UNIRIO/MAST), sobre a chegada de técnicos do recém-criado IBRAM em Belém para conhecer as comunidades do bairro da Terra Firme e do Guamá.

Professor Mário Chagas, pesquisador político atuante na museologia social, que estava como diretor do Departamento de Processos Museais (DPMUS) da instituição.

Helena contava-me muito sobre o trabalho do professor Mário e orientava-me a acompanhar as suas publicações para referenciar a pesquisa que fazíamos no Município de Curuçá (mencionada no capítulo anterior desta tese). Havia uma sensação de satisfação, de reconhecimento do que se fazia há mais de uma década em Belém, de um museu atuante que contribuía para as reflexões sobre a realidade de lugares e grupos em situação de vulnerabilidade social. Sempre confiante, a educadora sabia que ali começava uma nova trajetória da relação Museu Goeldi e o bairro da Terra Firme.

A convite dela, participei da reunião com o objetivo de elaborar uma espécie de ata, um breve registro sobre o que viríamos a discutir, sendo esses os escritos encontrados naquele velho caderno (que hoje podemos também dizer “de campo”). Participaram também outras duas servidoras do MPEG, que realizavam pesquisas sobre memória e patrimônio no estado, e dois coordenadores do Ecomuseu da Amazônia³¹. Entre os pontos de discussão, dei-me conta que alguns entraves foram observados a partir de um ponto específico mencionado pelos servidores do Instituto Brasileiro de Museus, que diz respeito a um critério de seleção dos territórios que participariam do Programa Pontos de Memória.

As comunitárias da Terra Firme sentiram-se incomodadas com o esclarecimento de que o bairro participaria do PPM por ser considerado como o território mais violento da cidade paraense naquela década, assim como o bairro do Guamá que também poderia ser incluído no programa. A moradora Nerci, de forma firme e direta, questionou-lhes sobre como queriam conhecer Terra Firme e Guamá se já chegaram com ideias prontas sobre esses lugares. Nerci é uma mulher engajada politicamente, militante de diversos movimentos sociais no Pará, foi uma das principais lideranças comunitárias do movimento de ocupação do

³¹ Ecomuseu da Amazônia é um museu aberto que vivencia o cotidiano das comunidades do território amazônico, demonstrando o acervo natural e cultural de uma região.

território que hoje é Terra Firme, responsável na época pelo Centro Comunitário São Francisco. A fala assertiva dessa mulher provocou um debate entre os presentes na reunião.

Uma das servidoras do MPEG que estava no encontro, ao tentar contornar a situação, fez um comentário de que ainda era preciso entrar em alguns lugares do bairro com escolta policial, caso não quisesse sofrer violência, referindo-se a furto de coisas pessoais. E que considerava importante o movimento de entrada do Estado nesses territórios por meio dos projetos de pacificação de favelas, pois atribuía a essa política pública a segurança e maior qualidade de vida nesses lugares. A servidora falava do programa de segurança pública que se expandia pelo país, instalando unidades de policiamento comunitário, abrindo caminho para serviços públicos em territórios dominados por facções criminosas. O programa tinha como referência as Unidades de Policiamento Pacificadoras (UPP) nas favelas do Rio de Janeiro, iniciado em 2008.

O comentário inflamou ainda mais o debate. As Chicas (como as chamo carinhosamente quando estão reunidas), Chiquinha e Chiconá, fizeram outros questionamentos, principalmente para nós que éramos moradoras da cidade, sobre se já havíamos sofrido algum incidente no bairro. Levantaram o posicionamento de que a mídia só mostrava a violência do lugar, não se importava com a história de vida das pessoas, com o descaso público e social que constantemente sofriam. E que o Estado, esse que em breve instalaria a Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) no bairro em 2011, chegava com uma polícia violenta e autoritária desde os primeiros contatos com os moradores do território, que várias vezes tiveram que protestar contra essa política de segurança, como aconteceu na década de 1970, quando essas mulheres ocuparam e lutaram por moradia em Terra Firme.

O Guamá não teve participação de liderança comunitária nessa reunião. Somente ficamos sabendo nas primeiras falas dos técnicos do IBRAM o interesse em conhecer as iniciativas comunitárias daquele bairro. Helena lembrou que havia um zelador do Parque Zoobotânico que era morador do lugar, que poderia de alguma forma contribuir para encontrar os movimentos culturais do bairro, já que as participantes da reunião não conheciam lideranças comunitárias do Guamá. O senhor que fora chamado no momento exato do encontro, pouco se posicionou nos debates.

Contudo, o zelador não titubeou em concordar com as lideranças comunitárias de Terra Firme sobre a falta de políticas governamentais eficazes para o combate a violência e a pobreza nos bairros periféricos de Belém, o que muito os entristeciam, pois apesar da atuação de um Estado democrático, no âmbito do governo Lula, o mesmo discurso sobre esses lugares permanecia. Sabe-se que a escolha dos territórios que participaram das primeiras ações do Programa Pontos de Memória é resultado de uma pesquisa do Ministério da Saúde e de informações da própria polícia que indicavam que eram lugares violentos, devido o alto índice de homicídios e crimes hediondos (Pereira 2018). Algo que foi explicado pelos técnicos do IBRAM para as representatividades locais que estiveram na reunião de Belém.

Entre alguns agendamentos e contratempos de uma pesquisa que atravessa o momento mais delicado e triste do país, a pandemia da COVID-19 com mais de 500 mil mortes de brasileiros, consegui entrevistar em momentos distintos, o primeiro diretor do IBRAM, o antropólogo José Nascimento Junior; e as professoras que atuaram na execução do Programa Pontos de Memória: Marcelle Pereira, atual reitora da UNIR, e Inês Gouveia, da USP. Acerca do ponto de discussão da reunião de aproximação de Belém sobre o critério de seleção dos territórios que participariam do PPM, em entrevista, os profissionais apontaram que a seleção deu-se única e exclusivamente por conta da cooperação técnica entre Minc e o MJ, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública. O PRONASCI, instituído pela Lei nº 11. 530, de 24 de outubro de 2007, destinava a articulação de segurança pública para prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

Resultado de um debate do governo com especialistas e com as sociedades civis, o programa tomou como principal enftretamento a exposição de jovens à violência e à criminalidade, adotando ações de apoio ao policiamento comunitário, ouvidorias de polícias, reforma e construção de estabelecimentos penais para jovens e de unidades de internação de adolescentes infratores (Forte 2008). A criação do Programa Pontos de Memória, no âmbito dessa política de segurança pública, “integrou-se como mais uma ação social que viria contribuir com a diminuição da violência local por meio de ações dedicadas às memórias realizadas junto à população, em especial com a atuação voltada para os jovens em situação de risco” (Pereira 2018, p. 125). A celebração do termo de cooperação técnica interministerial assegurou que os recursos financeiros alocados no PPM fossem provenientes do PRONASCI,

por sua vez exigindo a atuação nas 12 regiões metropolitanas que também participavam do outro programa, consideradas naquele momento como mais violentas do país.

O experimento prático que levaria à Ação-Piloto do PPM aconteceu, portanto, nas seguintes cidades: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. Em conversa com as representatividades dos Pontos de Memória pioneiros, o incômodo por esse critério de seleção é unânime, seja nas entrevistas ou nos eventos e encontros diversos que de alguma maneira precisam verbalizar por que foram selecionadas a participarem da Ação-Piloto do PPM. Estamos nos referindo a lugares e pessoas que antes da chegada do IBRAM já possuíam articulação comunitária que congregavam práticas “urgentes que é do agora” (2020), como afirmou Adriano Almeida em entrevista sobre o processo museal no território Grande Bom Jardim de Fortaleza, Ceará.

Este território periférico fica localizado na região sudoeste de Fortaleza, formado por 5 bairros oficiais e 45 comunidades de pertença, “maior que muitas cidades do interior do Ceará” (Almeida, entrevista 2020), onde, segundo o conselheiro do PM Grande Bom Jardim, tem uma população estimada de 200 mil habitantes. No lugar existe um coletivo de articulação popular conhecido como Rede DLIS (Rede Desenvolvimento Local Integrada e Sustentável do Grande Bom Jardim) que utiliza ferramentas populares e técnicas para construir plataformas políticas em defesa do território. Atuante desde dezembro de 2003, por meio de um pacto territorial entre organizações associativas do Grande Bom Jardim, a Rede DLIS foi acionada pelo IBRAM, no ano de 2009, para criar o Ponto de Memória no território cearense.

Adriano Almeida não é morador do território Grande Bom Jardim, no entanto, ele considera-se “um periférico em todos os sentidos, sou negro, homossexual, moro em favela e dediquei a minha vida a contribuir na luta por direito” (entrevista 2020). Essa luta que se assemelha à história da Rede DLIS, a qual atua desde 2003, passando pelas funções de estagiário, técnico e hoje, como conselheiro desta instituição. Uma personalidade importante para a consolidação do PM Grande Bom Jardim assim como na articulação política para a

permanência do Programa Pontos de Memória por meio do Comitê Consultivo, regularizado em 2017.

Outra representatividade que também se dedica a ampliar as discussões sobre os processos museais em território de periferia é a conhecida e afetuosa Vivi, a Viviane Rodrigues, integrante do Museu Cultura Periférica, o Ponto de Memória da cidade de Maceió, em Alagoas. O PM específico nasceu dentro do Centro de Estudos e Pesquisas Afro Alagoano – Quilombo uma organização comunitária formada desde 2002 voltada para as questões culturais e políticas do movimento negro na região metropolitana de Maceió, “que vivia a conhecida inchação urbana e a construção de áreas consideradas sofisticadamente de periferia, mas, na realidade, resultado da distribuição da desigualdade” (Rodrigues 2011). Dedicado a integrar a juventude no seu conjunto de ações, o Quilombo congrega grupos culturais de maracatu, capoeira, coco de roda, hip-hop, danças afros e contemporâneas, escola de samba, teatro popular, dentre outros movimentos ligados à história, cultura e identidade local (IBRAM 2014).

Os integrantes do Quilombo receberam o convite do IBRAM para criar no bairro de Jacintinho um Ponto de Memória, com a presença de Cláudia Rose e Wélcio de Toledo, em outubro de 2009. O tecido social do bairro que integra uma população estimada de 200 mil habitantes é formado por uma diversidade de expressões culturais que acontecem nos seus quatro núcleos de comunidades - Jacintinho, Vergel, Vila Emater e Vila de Pescadores. Essa diversidade foi levada em consideração para a construção coletiva do PM, que desde o primeiro momento, ampliaram a ideia do IBRAM e tornaram possível a formação do Museu Cultura Periférica, dedicando-se a difundir as histórias das pessoas e grupos que vivificam a memória em movimento, também em outros espaços da capital alagoana (IBRAM 2014).

Todo esse processo de consolidação do Museu Cultura Periférica está sendo analisado por Viviane Rodrigues em sua pesquisa de mestrado em Intervención Social, Cultura y Diversidade pela Universidad Pablo de Olavide, na Espanha. Conversei com Vivi, logo após o seu retorno ao país, com a suspensão das disciplinas presenciais, bem no início do contexto de Pandemia aqui no Brasil, em março de 2020. A moradora de Jacintinho mostra-se um pouco aflita sobre as possibilidades de análise que teria de fazer ao registrar o processo museal no

bairro, contudo havia uma certeza do que não gostaria de discutir, especialmente no que se refere aos estigmas negativos atribuídos ao lugar, quando me disse:

Eu não posso fazer uma pesquisa nessa perspectiva de diminuição ou não da violência porque o museu não trabalhou com o estado, o museu trabalhou com as pessoas e quem pratica a violência nas periferias... **é uma violência institucionalizada pelo estado** (grifo nosso), então se a gente não trabalhou diretamente com o estado, não tem como isso ter dado resultado. Eu não posso medir isso com os gráficos, porque não é uma violência entre as pessoas. É uma das coisas que nós pioneiros desde o início, que todos disseram que o governo chegou com essa proposta, com esse olhar “sobre”, mas eu lembro que todos os encontros as pessoas sempre colocavam a parte boa de suas comunidades. Todo mundo queria ressaltar que estava ali para falar de uma história de resistência do seu território e não do seu território como um espaço de sangue. Então, isso ficou muito claro desde o início, que o viés não era esse (Rodrigues, entrevista 2020).

A fala de Vivi nos traz reflexões sobre essa violência de estado nas periferias brasileiras que reproduz um genocídio físico, material e cultural às populações desses territórios, como uma ação normativa. Para além da violência policial armada que promove o massacre dessa população, sobretudo da juventude negra, essa abordagem traz observações sobre a precariedade da vida que fundamenta tais violências. O morador da periferia é colocado numa condição de “subcidadania”, que não o exclui completamente, mas não o insere nas políticas de direitos daquele que habita (mal) a cidade, usando a violência para controlar esses sujeitos em termos de oportunidades, acessos e liberdades.

Compreendo que Vivi e as demais representatividades, quando falam por si, relacionam a trajetória de resistência do território à luta contra o silenciamento, à invisibilidade e à desvalorização do uso da arte e de sua cultura. Fazendo isso por meio da produção coletiva em torno dos elementos da comunidade que são comunicadas por meio de exposições, documentários, como também na produção de pesquisas, palestras e eventos. Ações comunitárias que fortalecem o território, as populações e o indivíduo que vivencia o estado de subalternidade.

De mesmo modo, aprende Maria Abadia Texeira, líder comunitária da Cidade Estrutural no Distrito Federal, onde localiza-se o Ponto de Memória da Estrutural, que abriga um acervo sobre a vida das pessoas que habitaram os redores daquele que por muito tempo

foi um dos maiores lixões³² da América Latina. Antes mesmo de iniciarmos a entrevista de fato, nos corredores do 7º Fórum Nacional de Museus, ocorrido na PUC/RS, Abadia fez a seguinte afirmação: “Eu tenho entendimento que as comunidades periféricas elas têm um trabalho político na questão da sobrevivência mesmo, porque ou você se organiza politicamente ou você é engolido pelo sistema, então a gente na estrutural, nós já tínhamos um trabalho de memória e o trabalho político” (Texeira, entrevista 2017). Trabalho político voltado principalmente para o direito à moradia, segundo a entrevistada.

A conversa com a coordenadora do PM da Estrutural é sempre um aprendizado sobre movimentos sociais no Brasil. Nascida na cidade de Unaí, Minas Gerais, em 1963, Abadia chegou a Brasília por volta dos seus 20 anos de idade com o sonho de estudar e tornar-se professora, mas as dificuldades na capital brasileira exigiram muito trabalho e articulação política. Chegou na Cidade Estrutural no ano de 1997, onde com sua família adotou a reciclagem de resíduos sólidos (ferro, madeira, papelão, garrafas) e produção de adubo orgânico como principais fontes de renda, garantindo, assim, a construção de casas e certa melhoria de vida, além da conscientização do meio ambiente com a produção de adubo orgânico (Abadia Catadora Editora 2016).

Dessa iniciativa surgiu a Associação de Moradores da Cidade Estrutural, onde conheceu Deuzanir Noletto, bancária aposentada que dava aulas de alfabetização na cidade, “e dessa mobilização em favor da educação e economia solidária, que traz a Estrutural um Banco Comunitário e sua primeira Biblioteca Comunitária” (Idem, *on line*). A biblioteca foi formada com livros encontrados e reaproveitados do lixão, em que a família Teixeira recolhia, limpava e emprestava. Com muita articulação, Abadia conseguiu um espaço próprio para a biblioteca, formou o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE), a Editora Abadia Catadora, projetos que contemplam a Casa dos Movimentos, trabalhos pelos quais o IBRAM apoiou para implantar o Ponto de Memória da Estrutural.

O respeito às articulações comunitárias e a autonomia dos lugares foram os primeiros princípios firmados entre o IBRAM e os Pontos de Memória pioneiros. A indução das cidades pelo PRONASCI para participar do PPM significou alguns desgastes para equipe de

³² O antigo Lixão da Estrutural encerrou as atividades em 20 de janeiro de 2018.

profissionais que iniciaram a Ação-Piloto, segundo Pereira (2018), assunto que trataremos no capítulo posterior. Porém, os projetos já existentes nesses lugares, com ou sem pretensão de registro da memória, tornaram-se essenciais para a construção da metodologia de implantação do programa.

A museóloga Marcelle Pereira concedeu-me uma entrevista, quando estive em Belém para acompanhar as atividades do PM da Terra Firme em vista da sua tese de doutorado. Na nossa conversa falamos das expectativas de cada uma sobre aquele projeto que estava bem no comecinho em 2009, Marcelle, a respeito das suas perspectivas, disse-me que de fato ela e os demais profissionais responsáveis pela implantação do PPM não sabiam como o projeto aconteceria em torno da formulação e aplicação de metodologias, chegando a afirmar que: “tudo pra gente foi uma grande descoberta à medida que a gente avançava a gente ia encontrando elementos que nos ajudavam” (Pereira, entrevista 2017). Entretanto, desde o primeiro momento acreditavam que: “isso (referência ao PPM) precisava ter articulação de profissionais, universidades e museus que acompanhassem o trabalho dessas pessoas dentro das comunidades” (Pereira, entrevista 2017).

Sabe-se que as parcerias em âmbito locais foram formadas a partir dos interesses comuns dos grupos que se formaram para construção coletiva dos Pontos de Memória. Veremos mais adiante que há muitas controvérsias sobre o papel das instituições no acompanhamento dos processos museais nas comunidades. Contudo, a parceria do Ponto de Memória da Terra Firme com o Museu Goeldi é referenciada como uma experiência de sucesso, posto que as ações extramuros do projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência a comunidade” contribuíram para a formação crítica dos moradores da Terra Firme, ao revelarem o museu como um espaço de educação não formal que permite o morador/visitante fazer suas próprias escolhas com suas preferências ao participar e interagir com o acervo do museu (Alcântara 2016).

Desde quando era estagiária da instituição, a educadora Helena Quadros dedicava as décadas (em 2021 o projeto completaria mais de 36 anos) de existência do projeto à construção coletiva das atividades com os moradores de Terra Firme. Segundo ela, o alcance dos objetivos de desenvolver práticas de coesão social dentro dos bairros periféricos de Belém

só era possível com a ajuda de Chiquinha, Chiconá, Nerci e Batista, que estiveram junto dela desde a fundação do projeto. Esses moradores trazem consigo marcas da história do lugar e realizações pessoais associadas à luta pela permanência no território, despertando, até mesmo antes da chegada do IBRAM, a vontade de possuir o próprio museu, sob a perspectiva da livre circulação, da construção de espaços de debate e da afirmação de identidade cultural, assim como tinham clareza do que o Museu Goeldi representava para o bairro da Terra Firme (Alcântara 2016).

Recentemente, escrevi um artigo com a Pedagoga, Mestra em Educação, Camila Quadros, em que fazemos uma reflexão do processo museal em Terra Firme, a partir de uma oficina que ofertamos aos conselheiros do PMTF e aos moradores do bairro. Concluímos que para além do estabelecimento do diálogo com comunidades socialmente oprimidas, seja pelo poder público ou por outros setores da sociedade, o Programa Pontos de Memória possibilita que diferentes grupos sociais anseiem e busquem por auto representação dentro de espaços públicos, como os museus (Alcântara e Quadros 2018). Propiciando-lhes reflexões das realidades e potencialidades de seus lugares de pertença, a partir do registro da memória social.

No entanto, identificamos que essa memória social é um complexo campo de lutas e relações de poder que de maneira construtiva acontece coletivamente (Alcântara e Quadros 2018). Vemos isso na seguinte afirmação “a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento” (Gondar 2016, p. 20), algo inerente ao ser humano, dado pelo fato de se guardar no inconsciente e que não se escolhe ou delimita (Quadros 2017). Segundo a professora Regina Abreu (2016), a memória está em um lugar “entre” movimentos:

(..) lugar do ‘entre’ o que já foi, o que está sendo e o que será, é também lugar de pensamento. Porém, ao selecionar, ao reter algo num conjunto mais amplo de fatos e acontecimentos que serão relegados ao esquecimento, **a memória também produz novos mundos** (Abreu 2016:48) (grifo nosso).

Apreendemos que o estar entre o lembrar e o esquecer que propicia em novos mundos é a forma singular que os sujeitos detentores da memória se apropriam de suas experiências,

transformando-as em acontecimentos vividos. Ao fazermos relação com os Pontos de Memória acreditamos que essa memória exerce papel fundamental quando a necessidade de se recorrer ao passado é crucial, pois consideramos que essas iniciativas comunitárias recorrem à memória não somente para afirmar o direito de se lembrar, mas visando, sobremaneira, o empoderamento social e reconhecimento cultural em diversas possibilidades no espaço ocupado por seus indivíduos (Alcântara e Quadros 2018). Portanto, observamos que os Pontos de Memória são criados para transformar acontecimentos vividos também pelo manifesto da memória política.

Segundo o coordenador do Núcleo de Memória Política da UNIRIO, o professor Javier Lifschitz “o termo memória política remete à ideia de que enquanto alguns povos escolhem esquecer, outros recusam esse esquecimento” (2016, p. 68), o passado é retomado principalmente em sociedades marcadas pela violência política, como vítimas do holocausto, etnias indígenas, e pela emergência de novas forças e novos agenciamentos das memórias das minorias que sofrem violações do Estado. O professor Lifschitz busca fundamentação no clássico “A Memória Coletiva” de Mauricio Halbwachs (2006) que defende que a memória mais do que um fenômeno individual, é uma construção coletiva, ao constituir-se a partir das experiências vividas por grupos sociais. No entanto, acredita que os vínculos que estabelecem a memória social não são os mesmos presentes na memória política, enquanto a primeira está associada à espontaneidade, “a memória política se articula a vínculos intencionais (...) Ou seja, que mais que compreender, a questão é como exercer influência sobre outros ou confrontar-se para atingir uma finalidade” (*Ibidem*, p. 71-72).

No entendimento desta pesquisa, a violência política que esses grupos sociais urbanos sofrem está relacionada a falta de oportunidades, acessos e liberdades que os limitam a condição de subalternidade nas cidades brasileiras. As diversas ações e metodologias desempenhadas pelos Pontos de Memória para garantir que essa memória faça parte da construção e afirmação da identidade coletiva desses sujeitos, buscam interferir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política, que a partir das narrativas e práticas ganham força na esfera pública. Sigamos para o terceiro capítulo para entender como se deu esse despertar para os pontos pioneiros, a partir da articulação da política de governo denominada Programa Pontos de Memória.

Capítulo III

O Direito à memória

No Brasil, as políticas públicas direcionadas aos museus iniciaram no século XX, após transformações significativas no campo do patrimônio. A proliferação de museus no país, a partir dos anos de 1970, não se traduziu apenas em termos de quantidade, trouxe uma nova forma de compreensão da instituição e um maior esforço para a profissionalização do setor (Rangel 2010). Exigindo a formulação de políticas públicas que pudessem atender as necessidades de mudanças sociais, tecnológicas, gerenciais e científicas do campo.

Fundamentado no entendimento de Pierre Bourdieu (1989) sobre a concepção de campo, como um espaço comum de disputas simbólicas entre diferentes grupos e classes sociais que constroem representações hegemônicas das diversas experiências histórico-culturais, reconheço o enfrentamento político e cultural que se deu a implantação do Programa Pontos de Memória. Portanto, para tomar conhecimento sobre o modo e fazer museológico que levou à implantação dessa política pública, neste capítulo pretendo apresentar as principais diretrizes voltadas para os museus que foram elaboradas a partir do movimento social em defesa da cultura no país na primeira década do século XXI. Levando em consideração as políticas específicas que atenderam as demandas da sociedade no segmento cultural para os museus: o Plano Nacional de Cultura, a Política Nacional de Museus e o Programa Pontos de Memória.

A base legal das políticas públicas de cultura advém dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal (Tolentino 2007). De acordo com o texto constitucional, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, devendo proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Brasil 1988). A Constituição Federal também define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de

referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil 1988). E prevê, ainda, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (*Ibidem*).

Essa concepção sobre a cultura brasileira, presente na constituição federal, deve-se à expansão do conceito de cultura que trazia o reconhecimento do outro e sua cidadania, exigindo a incorporação de outros atores a agendas na vida pública e nas relações com o Estado (Tolentino 2007). Os museus que até então eram espaços da preservação da cultura das elites e do discurso oficial, foi sendo substituído por uma instituição que se abre aos meios de comunicação de massa e ao grande público. Assim, necessitando de uma legislação que atendesse essas mudanças internas e externas ao seu campo (científico, político, acadêmico, cultural, patrimonial), como veremos a seguir.

3.1 Política cultural, democrática e participativa

(...) não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir (GIL 2003, pp. 11-12)

As afirmações feitas pelo artista e político brasileiro Gilberto Gil, na sua cerimônia de posse como Ministro da Cultura, ecoam até os dias de hoje, quando refletimos sobre o lugar da cultura dentro da construção de políticas públicas. Esse lugar que é dos direitos, do desenvolvimento da cidadania e do fortalecimento da democracia. De que cabe ao Estado respeitar as diferenças e a complexidade cultural existente no nosso país, reformulando políticas e reorganizando instituições que possam vencer as tradições das políticas culturais no Brasil.

O sociólogo Antônio Rubim debruçou-se sobre o estudo das políticas culturais brasileiras para entender os desafios e os enfrentamentos que Gilberto Gil e o denso sistema de múltiplos atores que compuseram o Estado, no contexto político iniciado com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Tornando-se referência para compreendermos a noção política que levou à criação do Programa Pontos de Memória e o papel ocupado pelo Estado na implantação e consolidação dos pontos pioneiros, objeto desta pesquisa. Rubim assegura que o itinerário das políticas culturais no país produziu três tristes tradições que podem ser emblematicamente sintetizadas nas seguintes palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade (2008).

A ausência está presente entre nós desde os tempos da colônia em que o Estado pouco esteve atento à cultura, menosprezando e perseguindo as culturas indígenas e africanas, por exemplo (Rubim 2008). O panorama político no Império mantém a cultura no lugar dos privilégios de uma sociedade altamente excludente, inaugurando instituições com posturas mecenas de criação cultural, a falar dos Institutos Históricos e Geográficos. Durante a República, o professor considera que a tradição continua, de modo que “as esporádicas ações na área de patrimônio igualmente não podem ser vistas como uma nova atitude do Estado no campo cultural” (2008, p. 186). Na Nova República viu-se uma nova modalidade de ausência quando o Estado se colocou como fonte de financiamento em deliberações, escolhas e prioridades das empresas e gerências de marketing com as leis de incentivo fiscais³³, outrora referindo-se a cultura como “um bom negócio” durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (*Idem*).

No itinerário das políticas culturais analisado por Rubim, a tradição do autoritarismo foi trilhada nas ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos militares (1964 – 1985), em que se presenciou além de censura, repressão, medo, prisões, tortura, assassinatos, exílios; uma intervenção do Estado no campo cultural. O trabalho sistemático na cultura de Gustavo Capanema durante o governo de Getúlio Vargas inaugurou efetivamente políticas culturais no Brasil que se destacaram em medidas voltadas para a produção cinematográfica, a

³³ Com destaque para Lei Rouanet e Lei do Audiovisual.

radiodifusão e a criação de instituições culturais³⁴ como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (1937), hoje reestruturado como IPHAN. O golpe cívico-militar de 1964 reafirmou a triste tradição do autoritarismo com repreensões cruéis a intelectuais, artistas, cientistas e criadores populares, ao mesmo tempo, que deliberaram e investiram no desenvolvimento das indústrias culturais³⁵ no país, com destaque para a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE (1975) atuante até o momento. Segundo Rubim, o papel ativo do Estado nesses governos visava “instrumentalizar a cultura; domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade” (2008, p. 187).

O pesquisador, além do mais, ressalva que o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, devido a nossa estrutura desigual e elitista, que desconhece, persegue e aniquila culturas (*Idem*). As manifestações populares, indígenas, afro-brasileiras, por muito tempo, não foram definidas como culturas, tampouco empreendidas pelas políticas culturais. “A opção por uma concepção restrita de cultura, que engloba apenas as expressões mais reconhecidas pela elite, expressa com extrema fidelidade a visão autoritária e excludente da intervenção do Estado nacional no campo cultural” (Rubim 2008, p. 190).

Por fim, a terceira triste tradição das políticas públicas culturais abordada pelo professor é a instabilidade, que de imediato, associa-se à instabilidade institucional derivada de um conjunto de fatores: fragilidade, ausência de políticas mais permanentes, descontinuidades administrativas, desleixos, autoritarismo. Marcada por aberturas e fechamento de instituições culturais a trajetória política segue os interesses e as concepções de cada governo sobre o que é definido como cultura e qual a sua importância para manutenção desses governos. Rubim observa que: “a instabilidade decorre igualmente da incapacidade dos governantes de formularem e implementarem políticas que transcendam os limites dos seus governos e tornem-se políticas de Estado no campo da cultura, como

³⁴ Antônio Rubim (2008) em sua pesquisa cita também: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938).

³⁵ Em relação as indústrias culturais, Antônio Rubim (2008) refere-se aos: Conselho Federal de Cultura (1966); Instituto Nacional de Cinema (1966); Empresa Brasileira de Filme – EMBRAFILME (1969); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); a RADIOBRÁS (1976); o Conselho Nacional de Cinema (1976)

acontece em outras áreas da administração federal, a exemplo da Educação, da Saúde, da Ciência” (2008, p. 194).

Vemos isso acontecer com a institucionalização do Ministério da Cultura que desde a sua criação em 1953 até 2019 fora extinto três vezes, sendo uma revogada durante o Governo Temer. Entraremos nessa discussão mais a diante. Por outro lado, neste capítulo interessamos o papel ativo do Estado durante os anos de 2003 a 2010, no Governo Lula, em que se vivenciou a formulação e a implementação de políticas culturais em circunstâncias democráticas, onde visualizamos um esforço em enfrentar o desafio de vencer as tristes tradições instauradas nas políticas culturais brasileiras – ausência, autoritarismo e instabilidade (Rubim 2008). Contexto político que levou a criação do Programa Pontos de Memória.

A incorporação de novas demandas políticas e sociais aos programas de governo transversalizaram o campo da cultura, como pauta constante de reivindicações dos movimentos sociais e a sociedade civil, por toda segunda metade do século XX. As agendas políticas incluíram projetos voltados para: orientação sexual, modos de vida, estilos de sociabilidade, comportamentos, desigualdades sociais, diversidade cultural, valores sociais distintos, conforme descreve Antônio Rubim (2007). Acarretando tensões e conflitos no campo político.

Sabe-se que essas interferências no campo político passam pelo reconhecimento da cultura em sua dimensão antropológica, entendida como fruto da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem valores, afirmam identidades e diferenças frente as realidades cotidianas. Sendo atribuída a sua dimensão simbólica, que constitui a ação humana verbalizada no discurso, cristalizada no mito, no rito, no dogma ou incorporada nos objetos, aos gestos, posturas corporais, presente em qualquer prática social (Durham 2004). Segundo a gestora cultural e pesquisadora Isaura Botelho³⁶, para que as políticas públicas atinjam a cultura nessas dimensões é preciso que,

³⁶ Isaura Botelho se define como uma “militante da área cultural”. Graduada em Literaturas Vernáculas, com mestrado em Comunicação e doutorado em Ação Cultural, já atuou em instituições como Funarte e Memorial da América Latina, além de ter coordenado o setor de pesquisas e planejamento da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, no período de 2003 a 2005, contexto político que se insere essa pesquisa.

fundamentalmente, haja uma organização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos (2001).

A agenda política do governo Lula fora construída de forma participativa ainda no período eleitoral, ano de 2002, quando se formaram grupos de trabalho de áreas distintas a fim de elaborar o Plano de Gestão daquele que seria o primeiro governo de esquerda eleito no Brasil. A construção de alianças partidárias e a negociação de temas, prioridades e interesses entre os múltiplos atores que compuseram o Estado elegeram a cultura como área prioritária. O artista e político Gilberto Gil (no período de 2003 a 2008) e o também político e sociólogo Juca Ferreira (entre os anos de 2008 e 2010) assumiram o desafio de formular, executar e articular políticas culturais à frente do MinC.

O destaque para as gestões de Gil e Juca Ferreira nesta pesquisa deve-se ao projeto de governo que desenharam no MinC com o objetivo de institucionalizar a área da cultura com base em políticas de estado, fundada na criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Essas demandas foram prioritárias nas duas gestões, das quais, medidas e diretrizes para implantação refletiram nas ações direcionadas aos museus, como veremos nas próximas seções. De todo modo, as mudanças propagadas e instaladas no Ministério da Cultura durante a Era Lula partiram do entendimento de que o “acesso à cultura é um direito básico de cidadania” (Gil 2003, p. 11).

Segundo a cientista Anita Simis, o reconhecimento da cultura como um direito social implica em uma maior intervenção do Estado na vida dos cidadãos por meio dos mais variados mecanismos e instituições que assegurem sua implantação e observância (2007). Com isso, o Estado promove o acesso a todos criando políticas públicas de divulgação, fomento, como também de promoção, pois, para Simis a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. Portanto, além de favorecer a “cultura oficial”, a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, ao Estado cabe promover esse direito, estimulando o processo cultural, incentivando a produção cultural (sem interferências) e preservando o seu patrimônio (*Idem*).

Especialmente na gestão do ministro Gilberto Gil, a cientista observou que passamos a ter uma política cultural acentuada no binômio da diversidade e desigualdade, desfazendo-

se daquela exclusivamente sobre a identidade nacional. Simis (2007) considerou que o projeto político desse momento buscava o reconhecimento de uma identidade dialógica, intercultural que hibridiza e se relaciona. No seu primeiro ano de governo, o ministro criou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural com ações pautadas nas diversas expressões culturais, conferindo justo valor cultural, preenchendo lacunas e reparando erros, como avaliou o então secretário executivo do MinC, Juca Ferreira³⁷ (2005).

As ações da instituição na Era Lula conferem uma visão antropológica da cultura, proferida pelos ministros (Gil 2003; Ferreira 2005) e reconhecida por muitos estudiosos do campo (Botelho 2001; Rubim 2007, 2008; Barbalho 2007; Simis, 2007; Moraes 2009; Calabre 2014). O alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura como princípios básicos de cidadania incidia na revelação dos brasis, de múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc. O historiador Alexandre Barbalho considera que neste governo houve uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira que apontava para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas.

Entretanto, o historiador afirma: “mesmo fazendo referências às diferentes culturas, a gestão do ministro Gilberto Gil não consegue romper com a busca de uma harmonia entre os brasis” (Barbalho 2007, p. 56). A questão da identidade em seu conflito com a alteridade não atinge o cerne das ações públicas e os sentidos identitários assumidos são processuais e a identidade deixa de ser um fato consumado para ser uma produção, pondera Barbalho (*Idem*). Porém, as reflexões do cientista social Nilson Moraes (2009) sobre esse mesmo contexto político, recorda-nos que um governo não é uma unidade ou uniformidade, ele traduz uma condição que só existe no discurso ou no imaginário.

As tensões segundo Moraes (2007) são permanentes. E quando a sociedade é democrática e plural a unidade é aparente. A sociedade reivindica rearranjos no cotidiano e as instituições e dispositivos de representação e consolidação são confrontados. Essas tensões são claramente percebidas nos governos seguintes que criam ações antagônicas ao projeto

³⁷ Juca Ferreira esteve como secretário executivo do Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil, procedido o artista como ministro.

político do partido de esquerda, levando a um declínio na incorporação da diversidade e da diferença nas políticas culturais, quando em algum momento elas existiram. Deixaremos a análise desses conflitos para os capítulos seguintes, por agora nos interessa o momento que o Estado toma o lugar como agente principal na execução de políticas culturais permitindo que a sociedade civil participe da elaboração dessas políticas.

Para isso acontecer, viu-se uma reformulação na estrutura do próprio Minc. As secretarias passaram a ser organizadas sob a lógica da implementação de políticas, substituindo a estrutura anterior que estava voltada para as atividades e finalidades das leis de incentivo. Foram criadas as seguintes secretarias: Articulação Institucional; Políticas Culturais; Programas e Projetos Culturais (que mudou de nome ao longo do governo); Identidade e Diversidade Cultural (citada anteriormente); Fomento e Incentivo Culturais. A pesquisadora e gestora cultural Lia Calabre (2014) descreve as ações realizadas por cada secretaria nesse momento, sendo necessária a sua colocação nesta seção para entendermos os caminhos que levaram à criação do Programa Pontos de Memória.

Segundo Calabre (2014), um ponto em pauta, logo no início da gestão do ministro Gil, foi a reformulação da Lei de Incentivo que deveria ser substituída por uma mais adequada à nova realidade nacional. Alguns seminários³⁸ foram realizados pelo país para discutir e buscar subsídios que pudessem reformular a Lei Rouanet, a partir do encontro de secretários de cultura estaduais e municipais; investidores privados e fundações; investidores estatais; e agentes culturais autônomos. Com a abertura do diálogo entre o Minc e os mais variados atores sociais que atuavam no campo da cultura, os participantes dos eventos avançaram no debate sobre os principais entraves para o acesso ao financiamento público da cultura e os mecanismos que deveriam adotar para garantir a transparência e a descentralização do financiamento público.

Essa ação, realizada em 2003, iniciou o sistema de escuta pública do Ministério da Cultura para a construção de novas políticas culturais, estando em lugares nos quais nunca havia estado e criando uma rede de novos interlocutores, assim avalia Calabre (*Idem*). A

³⁸ O seminário “Cultura para todos” aconteceu de forma setorializada nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará.

análise das respostas obtidas nas consultas indicou que o mecanismo necessitava ser reformulado, porém os problemas poderiam ser resolvidos em curto prazo por meio de portarias ministeriais que divulgasse de forma sistemática a lei de incentivo, a capacitação dos produtores e de gestores nas diversas regiões do país. Fato que gerou a elaboração de programas de capacitação realizados pela Secretaria de Fomento à cultura. Outra constatação feita a partir do trabalho de escuta é o reconhecimento da importância da lei em determinadas áreas da produção cultural e regiões do país, sendo necessária à sua continuação.

No que se refere a construção e elaboração de novas políticas, a pesquisadora Lia Calabre (*Idem*) aponta a articulação da Secretaria de Políticas Culturais com órgãos de pesquisa federais, especialmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), como estratégia de produção e sistematização de informações sobre as próprias ações do Minc. Os estudos e análises que aconteceram a partir de 2003 foram importantes também para mapear e compreender o campo da economia da cultura. De acordo com a pesquisadora, as informações³⁹ geradas implicaram na estruturação do Sistema Nacional de Cultura que estava em curso na Secretaria de Articulação Institucional.

O desenho do SNC fora concebido com base em alguns elementos fundamentais, dentre os quais a gestora cultural destaca: as conferências e os planos de cultura (Calabre 2014). Ao longo do ano de 2005, o Minc organizou a 1ª Conferência Nacional de Cultura, que ocorreu em dezembro do mesmo ano. Formalmente, ela também foi uma etapa do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura. Tendo a sua importância para além disso, pois “foi a primeira vez que o governo reuniu os mais variados setores da sociedade para realizar uma ampla discussão sobre políticas culturais” (*Idem*, p. 148).

As conferências são consideradas espaços amplos de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para políticas específicas, agrupando reflexões e contribuições nos âmbitos local, estadual e

³⁹ Na pesquisa de Lia Calabre são mencionados 14 blocos de questões que levantaram informações sobre a estruturação do Minc, os instrumentos de gestão (leis, conselhos), mapeamento das ações, projetos, atividades, equipamentos, entre outros.

nacional (Ministério do Planejamento 2005). As pesquisadoras, Soto et al. (2010) consideram que uma conferência pública nunca é um fato isolado. Devido seguir uma continuidade de eventos periódicos que, em geral, varia entre dois e quatro anos, com o objetivo de avaliar o cumprimento das deliberações anteriores e estabelecer novas metas a serem cumpridas no período seguinte.

O mecanismo participativo para a 1ª Conferência Nacional de Cultural envolveu 53 mil pessoas em todo país, que se reuniram em 19 conferências estaduais e 1.197 conferências municipais⁴⁰ (Soto et. al 2010; Calabre 2014). Esse momento preparatório fora essencial para subsidiar as discussões e a elaboração de propostas de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura, sendo indicados os seguintes eixos: I- Gestão pública de cultura; II- Cultura é cidadania; III- Economia da Cultura; IV-Patrimônio Cultural; e V- Comunicação é cultura. A construção PNC foi um processo de longa duração, tomado como um grande exercício de democracia participativa (Botelho 2001; Rubim 2007, 2008; Barbalho 2007; Simis, 2007; Moraes 2009; Calabre 2014).

Em dezembro de 2010, o Plano Nacional de Cultura foi instituído como Emenda Constitucional prevista no artigo 215 (Lei° 12.343, de 2 de dezembro de 2010), integrado às ações do poder público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens de cultura; V – valorização da diversidade étnica e regional (Senado Federal 2021). O PNC é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas públicas culturais para pelo menos dez anos. O plano vigente⁴¹, aprovado em 2010, baseia-se em três dimensões da cultura que se complementam em: cultura como expressão simbólica; a cultura como direito de cidadania e a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico.

⁴⁰ A organização das conferências municipais e estaduais é uma atribuição dos governos locais.

⁴¹ O presidente Jair Bolsonaro sancionou com veto a [Lei 14.156/21](#), que prorroga a vigência do Plano Nacional de Cultura (PNC) até dezembro de 2022. Segundo o governo, a pandemia da COVID-19 impossibilitou a elaboração do novo plano.

Nesse mesmo caminho, Calabre (2014) destaca os esforços para a construção legal do Sistema Nacional de Cultura, com o objetivo de criar um arcabouço institucional que colabore para a estruturação e consolidação de políticas culturais democráticas. A institucionalidade da área previa a exigência da existência de um órgão gestor de cultura em diferentes níveis de governos que pudessem executar ações compartilhadas por meios de repasses entre os fundos de cultura. E ainda, o estímulo à prática de gestão pública mais democrática e participativa na medida que estabelece a realização de conferências e a criação de um conselho de política cultural partidário e deliberativo, com elementos fundamentais para participação no sistema.

Instituído como Emenda Constitucional prevista no artigo 216 (nº 71, de 29 de novembro de 2012), o Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na PNC e suas diretrizes constituem a estrutura nas seguintes esferas da Federação: I – órgãos gestores da cultura; II – conselhos de política cultural; III – conferências de cultura; IV – comissões intergestores; V – planos de cultura; VI – sistemas de financiamento à cultura; VII – sistemas de informações e indicadores culturais; VIII – programas de formação na área da cultura; e IX – sistemas setoriais de cultura. Cabendo aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios organizarem seus respectivos sistemas de cultura com leis próprias.

O Minc, com a reformulação no governo Lula, colocou em prática uma série de ações voltadas para as culturas populares, ciganas, indígenas, idosos, LGBTQIA+, ao apoiar projetos variados a partir de mecanismos diferenciados de fomento por meio da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. Segundo Calabre “a SID e a Secretaria de Políticas Culturais cumpriram um papel fundamental, junto ao Ministério das Relações Exteriores, no processo de construção da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco” (2014, p. 150). A atuação do Brasil ganhou destaque em toda a construção e aprovação do documento, trabalho que se propagou pelo país por meio de seminários que divulgavam os princípios da Convenção.

Por fim, mas não menos importante para esta pesquisa, a atuação do Estado de forma descentralizada e participativa para o campo cultural brasileiro que refletiram diretamente na formação dos Pontos de Memória, deu-se pela garantia das dinâmicas próprias das comunidades ao acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural a partir da

implantação do Programa Cultura Viva. Lançado em 2004 pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, posteriormente transformada em Secretaria de Cidadania Cultural, o Cultura Viva foi criado para valorizar a cultura de base comunitária, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil. Assim, contemplou dinâmicas culturais oriundas de diversos grupos – indígenas, quilombolas, matrizes africanas, urbana e periférica – e de todos os tipos de linguagem artísticas.

A base do Programa Cultura Viva foi a criação dos Pontos de Cultura (PC) que desde o reconhecimento dos primeiros coletivos culturais se multiplicaram em milhares pelo país, por meio das diversas ações viabilizada pelo Minc e outros órgãos das esferas governamentais, sobretudo pela articulação em suas comunidades e redes de PC, os chamados Pontões de Cultura. Na prática, essas iniciativas comunitárias obtinham a capacidade de atuação social e transformação do território, o papel do Estado fora reconhecer essas experiências, certificá-las como Ponto ou Pontões de Cultura e viabilizar a ação cultural continuada seja por meio de uma entidade ou por um coletivo (Secretaria Especial da Cultura 2021). Assim, obtiveram apoios e parcerias que permitiram a sua ampliação em uma Política Nacional de Cultura Viva decretada e sancionada pela Presidenta Dilma, no ano de 2014.

O conceito ampliado de cultura como base teórica para a implementação de programas e ações do MinC nos leva a observar que o contexto político nesse momento era favorável à elaboração de políticas culturais em bases mais democráticas, participativas, abrangentes e cidadãs, como descreve os estudiosos. O Estado, que reconhecia as problemáticas dos direitos culturais, da cidadania cultural e da economia da cultura, foi atuante por um período de pelo menos quinze anos (Calabre 2014). A continuidade e o aprofundamento desse projeto político animaram diversos setores da sociedade, incluindo o campo museal, conforme descreve a próxima seção.

3.2 Política Museal, institucionalização e museodiversidade

As mudanças institucionais instauradas no Governo Lula refletiram nas relações entre o museu, o Estado e a sociedade. Na prática, isso representou a formulação de políticas

públicas direcionadas aos museus e à museologia brasileira, que simultaneamente foram modificadas em suas relações estruturantes, relações gerenciais, políticas, econômicas, sociais, relacionais e simbólicas. Como ação prioritária do Ministério da Cultura, os museus tomaram lugar de negociação de poder e elaboração de estratégias operacionais que pudessem democratizar o próprio museu.

Segundo Nilson Moraes, “as relações entre Museu e poder são instáveis, imprevisíveis e descontínuas” (2010, p. 9), que dependem dos elementos conjunturais, alianças, orientações gerais e particulares das políticas, instituições e ações culturais, decorrentes de discursos, projetos sociais e imaginários que orientam as condutas sociais. No Governo Lula foram levadas em consideração as mudanças instauradas na segunda metade do século XX sobre a forma de ver, fazer e compreender Museu. Tempo que representou no reconhecimento dos museus como instituições de referência cultural que pode e deve ser utilizado como ferramenta ou instrumento de trabalho para diferentes segmentos sociais (Moraes 2009; Rangel 2010).

Com isso, o exercício do direito à memória, do direito à preservação, à mudança e à criação tornaram-se assuntos amplamente discutido e debatido no âmbito das políticas públicas culturais. Essas políticas deixaram de ser instrumento de poder do Estado para constituir um eixo de luta, que não se restringem a discursos e a imaginários políticos, e sim em novas condutas de empresas, partidos e movimentos organizados em defesa da cultura brasileira. Nessa conjuntura, passou-se a negociar a existência, o sentido e a transformação do museu (Moraes 2009).

O Ministério da Cultura, na gestão do Ministro Gilberto Gil, como plano de implementação de políticas públicas para os museus brasileiros, criou a Coordenação de Museus e Arte Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. Essa coordenação foi responsável em construir democraticamente a Política Nacional de Museus, lançada em 16 de maio de 2003. O documento, avaliado e amparado pelo Estado, fora resultado de um movimento social, de ação que extrapolava o mecenato, a descontinuidade e o personalismo das ações, instituições e políticas para o setor (Minc 2007, Moraes 2009).

Em termos metodológicos, o processo de construção da PNM deu-se em quatro etapas (Minc et al. 2006). A primeira fora a elaboração de um documento básico⁴² para discussão com representantes de entidades, instituições museológicas, universidades, além de profissionais de destaque na área. A segunda foi a apresentação e debate público deste documento, em reuniões nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília, em março de 2003, com participação de: diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores universitários, representantes de entidades e organizações museais no âmbito nacional e internacional. A terceira etapa, por sua vez, tratou da ampla disseminação e discussão do documento por meios eletrônicos e reuniões presenciais, em que profissionais de museus de diferentes áreas⁴³ do conhecimento puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Por fim, a quarta etapa consistiu na formação de uma equipe mista (representantes do poder público e da sociedade civil) para consolidar as diferentes sugestões e apresentar uma nova versão.

O Minc assegurou que a versão consolidada fosse submetida mais uma vez ao debate eletrônico, para então, ser publicada em outubro de 2003. Adotando, desta maneira, os seguintes princípios (Minc 2007):

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais;
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

⁴² Baseados na “Carta de Rio Grande” produzida no 8º Fórum Estadual de Museus e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura” de produção do Conselho Federal de Museologia (Minc 2007)

⁴³ Com destaque para: professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas.

Percebam que a Política Nacional de Museus abarca as práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltado para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, “com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira” (Minc et al. 2007, p. 24). Disseminada por todo território nacional, de forma sistemática, os agentes comprometidos com o seu desenvolvimento trabalharam dentro de sete eixos programáticos que orientaram os projetos e as ações museais. Os eixos definidos foram: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização de museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus; 7) aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

Os avanços, a partir da Política Nacional de Museus, foram perceptíveis de forma imediata. Um dos principais desdobramentos desta política foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN, em 2003. O Minc reconheceu que a singularidade do conjunto de museus do IPHAN, a inexistência formal de um setor na área federal, volta às ações no campo da museologia, eram motivos suficientes para a criação do DEMU (Minc et al. 2006). Coube ao Departamento iniciar o processo de mobilização política e corporativa para a implantação de um sistema de gestão que criasse programas específicos para as demandas nesse segmento cultural (Moraes 2009; Pereira 2018).

O DEMU, como mecanismo institucional, serviu para captar o debate sobre o projeto de museu que se pretendiam implantar no país, organizar as instituições existentes, homogeneizar ou influenciar os discursos, como também reconhecer as ações e concepções cotidianas dos museus (Moraes 2009). Em modo operante, o departamento atuou como instrumento estratégico da geração de profissionais que estavam consolidando a museologia social no Brasil, em que se reconhecia o papel político do museu de valorização das pessoas, dos territórios e dos patrimônios culturais. E que para além de instituições estruturadas,

reconheciam os processos museais que envolvem o jogo entre: memória e poder, esquecimento e resistência, tradição e contradição (Nascimento e Chagas, 2006).

Nilson Moraes (2009) revela que a formulação de políticas públicas é resultado de um demorado e intrincado processo que envolve interesses divergentes, confrontos e negociações entre várias instâncias ou arenas políticas e entre os atores que delas fazem parte. A revelação é necessária para ficarmos atentos que o caminho trilhado pelos diversos atores no DEMU não foi homogeneizador, ele se constituiu no campo de lutas e tensões diante do debate político, ideológico e social que representavam as mudanças nas políticas culturais. Lotado em uma instituição consagrada, como o IPHAN, de tradição conservadora e monumental, profissionais como José Nascimento Junior e Mário Chagas, de dentro do DEMU dedicaram-se a romper com os poderes políticos predominantes que envolviam o campo.

Como consequência do exercício de uma nova imaginação museal e contando com o estímulo e a parceria direta do DEMU, em todo país, foram: criados ou revitalizados sistemas estaduais de museus; realizados fóruns, seminários, jornadas e encontros para formação de profissionais; criados novos cursos de graduação⁴⁴ e pós-graduação em museologia de forma surpreendente; elaboração do mapeamento censitário dos museus no Brasil; e, reformulação do programa de financiamento. “O enfrentamento desse desafio, de acordo com as orientações do MinC, permitiu que a Política de Museus alcançasse uma dimensão efetivamente nacional e pública” (Minc et al. 2006, p. 32).

O conjunto de ações realizadas após a PNM levaram à criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 5 de novembro de 2004, por meio do decreto nº 5264. Em nível nacional, a institucionalização de um sistema de museus, segundo Tolentino (2007), veio atender uma antiga demanda do setor museológico explicitada no documento base da política de museus. Em que se pretendia criar uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, pudessem contribuir para a valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro, de modo a torná-lo mais representativo da diversidade étnica e cultural do país.

⁴⁴ Na Universidade Federal do Pará o Curso de Museologia fora criado em 2009 na Faculdade de Artes Visuais no Instituto de Ciências da Arte.

O Sistema Brasileiro de Museus foi delineado também pelo DEMU/IPHAN para melhorar a organização, gestão e desenvolvimento dos museus e dos processos museais no país a partir de três instrumentos de operação: 1) instrumento institucional – organização institucional do setor; 2) instrumento de fomento – dispositivos políticos e administrativos que foram pensados e desenvolvidos visando a revitalização dos museus; e 3) instrumento de democratização – formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais, redes temáticas, lançamento de editais, programas de capacitação e formação profissional, programa de cooperação internacional (Minc et al. 2006). Para garantir a representatividade do setor museológico no Sistema e a democratização da condução das políticas públicas para área, o SBM dispõe de um Comitê Gestor⁴⁵, que tem a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do campo museológico brasileiro (Moraes 2009).

Também é atribuição do SBM propor a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos legais para o melhor desenvolvimento das instituições museológicas no Brasil. Dentre as mais diversas e significativas necessidades do setor museal, distingue-se a falta de regulamentação, a disparidade de procedimentos e a ausência de critérios na gestão e nas práticas do setor museológico. Com fins de regulamentar a área, o Comitê Gestor do SBM propôs o estabelecimento do Estatuto dos Museus, aprovado em 2006, com a Lei nº 11.904.

De acordo com Átila Tolentino (2007), o Estatuto além de definir o conceito de museu, estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições, e regula outras atividades específicas. Inclui, ainda, dispositivos que regulamentam uma aplicação uniforme entre os regimes de proteção ao patrimônio cultural, sem os quais não é possível tornar efetivas as mudanças propostas. O especialista em políticas públicas considera que o dever dos museus de elaborar e implementar um plano museológico é um dos pontos mais relevantes desenvolvidos no Estatuto (*idem*). O plano deve conter

⁴⁵ Formado por: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Turismo, sistemas estaduais de museus, sistemas municipais de museus, museus privados, Conselho Federal de Museologia, ecomuseus e museus comunitários, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Associação Brasileira de Museologia e instituições universitárias que tenham cursos relacionados à área de museologia.

diagnóstico participativo, identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus, identificação dos públicos destinatários e dos programas essenciais.

A lei tem um papel significativo, pois trata-se da aprovação da primeira lei federal que regulamenta o campo dos museus no Brasil, ao possibilitar condições para o desenvolvimento dos museus e o fortalecimento das redes e sistemas de museus existentes. Trata-se de uma significativa regulamentação que visa promover o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, na medida em que se apoia e incentiva a valorização do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus. De todo modo, o Estatuto de Museus tornou-se o instrumento legal de orientação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado também em 2009, pela Lei nº 11.906.

Os estudos de Moraes (2009, 2011) indicam que a ação do DEMU não se reduzia apenas a um trabalho fechado no IPHAN e ao MinC, mas ampliava-se às diferentes instâncias que envolviam os profissionais e as instituições de museus. “Dispondo de aliados em diferentes instituições, com o mínimo de recursos financeiros, mas com vontade política, o DEMU pautava e liderava ações da área, ocupando o lugar de liderança que anteriormente era exercido pelas faculdades” (2011, p. 96). A articulação entre os profissionais de museus, militantes do campo e da sociedade levou à criação do IBRAM.

A autarquia federal passou a administrar os 28 museus que o IPHAN regia, incluindo os recursos, qualificação profissional e o aprofundamento das relações com a sociedade, produtores culturais e de conhecimento com profissionais do campo. Atuação que permitiu a negociação com diferentes demandas, situações e modos de fazer e compreender os processos culturais. Moraes (2009), em seu estudo, afirma que a criação do IBRAM pôs fim a um cenário político e institucional e o verdadeiro início ou aprofundamento do confronto que os profissionais da área museológica enfrentariam na afirmação de um campo que não se reduz às relações políticas, jurídicas e institucionais.

A atuação do DEMU, que não se esgotou com a criação do IBRAM, segundo Nilson Moraes (2011) garantiu o papel crítico e ativo de um Estado que liderava e disputava a hegemonia cultural por meio das instituições e políticas culturais propositivas. O pesquisador considera que o cotidiano do Instituto era revestido por uma força simbólica que envolvia os

indivíduos e os grupos que lutaram, resistiram e se envolveram com criação da Política Nacional de Museus. Um projeto político que não esteve desprovido de um conceito, como proferiu Marcelle Pereira (2017), em entrevista para esta pesquisa.

Na conversa, a museóloga Marcelle contou-me que o processo de constituição da PNM “foi durante muito tempo o lugar da gestação da própria museologia social” (Pereira, entrevista 2017), quando um “um grupo de museólogos bastante ativos, comprometidos e aguerridos” (*idem*) tiveram um olhar arrojado para o campo e enfrentaram o desafio de abarcar as experiências de base sociais, compromissadas com a sociedade e com o projeto político e ideológico que envolvia o país. Nomes como o do professor Mário Chagas, do antropólogo José Nascimento Junior e da servidora pública Eneida Braga⁴⁶ foram referenciados na entrevista como “figuras extremamente centrais” (Pereira, entrevista 2017) dentro desse grupo que constituiu o DEMU e assumiu o IBRAM, anos mais tarde. O grupo de museólogos experimentou vivenciar uma nova forma de ver, fazer e compreender museu e suas inserções sociais e culturais.

Segundo Moraes, um museu que não cabe e não se esgota em si, “um museu que é, também, parte das negociações sociais, da convivência com as novas tecnologias e diferenças simbólicas e da superação ou esgotamento do modo único de expor e de quem – socialmente – expor e considerar” (2010, p. 9). Percebo que foi por meio desse entendimento que os profissionais envolvidos no DEMU buscaram consolidar apoio às novas experiências de museus e memória, relacionadas a comunidades e movimentos sociais, com o intuito de acompanhar e fortalecer tais iniciativas que se organizavam. Na pesquisa realizada por Marcelle Pereira (2018, 2020), são mencionadas três experiências apoiadas pelo DEMU que foram emblemáticas para o campo dos museus, especialmente para fortalecimento da PNC, que serviram como aprendizado para a formulação do Programa Pontos de Memória.

A primeira é a experiência do Museu da Maré, supracitada nesta pesquisa, de acordo com Pereira (2020), a qualidade dos debates sobre a memória local realizada pelo CEASM, ficou claro para a equipe do DEMU a vocação para museu que apresentavam. Nesse sentido, ao incentivarem a proposta e dedicarem-se a consolidar a iniciativa, tornando um marco para

⁴⁶ Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus (DDFEM) no IBRAM.

a Museologia Social no Brasil, “foi possível compreender, com o surgimento do Museu, que eram viáveis outras experiências museais a partir dos processos colaborativos entre o poder público e os movimentos sociais voltados para o estímulo e valorização das trajetórias e cotidianos de cultura e memória de grupos minoritários e excluídos socialmente” (2020, p. 114). Assim, a experiência do Museu de Favela (MUF) foi apoiada pelo DEMU.

“O MUF já nasceu com um plano museológico e um forte modo de experimentalista, sem modelos nos quais se inspirar” (Pinto et al. 2012, p. 147). Essa experiência foi a primeira reconhecida como Ponto de Memória, no ano de 2008, sob cerimônia de inauguração do PPM. Marcelle Pereira, coordenadora técnica do MUF no ano de 2013 considera que essa experiência dá início à trajetória do Programa Pontos de Memória por meio da atuação de um grupo de moradores interessados em “experimentar a memória como fonte e recursos para a garantia de melhorias das condições de vida, segurança, educação e cultura” (2020, p. 114).

Outra experiência em destaque, para Pereira (2018, 2020), que contribuiu para a construção de bases mais sólidas para a implantação do Programa Pontos de Memória, foi a atuação da Rede de Museus, Memória e Movimentos Sociais. A rede surgiu em 2007 com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas. A troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória levou à formação de outras redes pautadas na museologia social que propiciaram a cooperação técnica entre os grupos tornando-se como ação continuada. No primeiro capítulo desta tese foram citadas alguma dessas experiências de trabalho em rede.

Por ora, continuaremos a discutir sobre o processo de implantação do Programa Pontos de Memória apresentando o cenário político e social que foram favoráveis para a criação dessa política de governo.

3.3 Política de memória, ponto a ponto

O Programa Pontos de Memória nasce do reconhecimento das práticas comunitárias de registro e definição do que é patrimônio, especialmente aquele que se quer musealizar, no âmbito da Política Nacional de Museus (Pereira 2020). Em que são respeitados os processos

museais de comunidades, grupos e movimentos sociais na salvaguarda e difusão do patrimônio museológico. Segundo Pereira (2020), o reconhecimento dos museus como processos na agenda política valoriza as experiências que ainda não se configuram como museus, mas que têm força para se transformarem, ou, mesmo aquelas que não têm pretensão de se tornarem um, mas atuam com as bases conceituais da PNM, especialmente a partir dos pressupostos da Museologia Social.

Vimos nas duas primeiras partes deste capítulo que houve um esforço do governo em ouvir as necessidades de grupos organizados em defesa da cultura brasileira, em sua complexidade e diversidade. Chamando para o centro das políticas culturais o museu e a sua museodiversidade, a integração dos patrimônios culturais de povos e minorias étnicas, assim como o compromisso desses espaços com as lutas do presente e do agora. As reflexões de Moraes (2011) sobre o mecanismo institucional do IPHAN/Minc, o DEMU revelou um agente político nesse processo de institucionalização de ações museológicas ao articular estratégias em diferentes setores do campo museal.

O DEMU cumpriu uma jornada de aprofundamento nas relações estabelecidas junto aos movimentos sociais ao realizar ações que dizem respeito à formação, o modo de compreender e fazer museológico, à orientação de debates, à organização da categoria e ao funcionamento dos museus em escala nacional (Moraes 2011; Pereira 2020). Essa trajetória política que levou à institucionalização do IBRAM tornou-se possível com a capacidade da equipe, à frente desses organismos, em discutir com outras instâncias do governo federal sobre a realidade que envolvia os profissionais e as instituições museais brasileiras. Essa abertura das diferentes instâncias do governo seguiam uma lógica de administração pública que alinhava projetos em torno dos principais pilares do Governo Lula: desenvolvimento de cidadania, garantia de igualdade de direitos e combate à violência.

No curso do processo de escuta e produção coletiva de políticas públicas que reorganizaram as estruturas (dentro e fora) do Ministério da Cultura, ações foram articuladas com os ministérios da Educação, da Justiça e do Meio Ambiente. Proporcionando uma distribuição de recursos econômicos que atendesse às diversas linguagens, revelasse os brasis e trabalhasse com as múltiplas manifestações culturais. Sabemos que a parceria

interministerial que levou à criação do Programa Pontos de Memória fora feita com o Ministério da Justiça, por meio do PRONASCI, com vista a diminuir a violência e buscar o ordenamento social a partir do registro da memória de grupos em situação de vulnerabilidade dentro das periferias brasileiras. Mas em que momento surge essa proposta?

Esse foi um questionamento que me acompanhou por muito tempo como agente social no processo de consolidação do Ponto de Memória da Terra Firme, então, quando surgiu a oportunidade de realizar esta pesquisa, dediquei-me a interrogar os profissionais que atuaram no planejamento e execução do PPM. Por empurrãozinho de Cláudia Feijó, representante do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, entrevistei José Nascimento Junior, que exerceu forte liderança no DEMU e tornou-se o primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Museus, na gestão que o PPM fora lançado. Nascimento descreveu um momento específico dessa ação interministerial que desencadeou em períodos mais tardes no Programa Pontos de Memória:

O Ponto de Memória na verdade surge quando Ministério da Cultura estava em uma conversa com Ministério da Justiça, na época da criação de Programas de Cultura em favelas, em comunidades, etc. O Ministério da Justiça queria fazer uma ação de minimizar a violência e procurou o Ministério da Cultura para pensar coisas. Eles já tinham um financiamento. A criação de museus não estava nesse universo. A questão do surgimento de museus foi que em uma reunião entre os dois ministérios... não existia nem o IBRAM, era ainda o DEMU, o Departamento de Museus do IPHAN. Quando chamaram o DEMU já tinha um desenho do Programa do Ministério da Justiça junto com o Ministério da cultura de Pontos de Leitura, vários que foram criados depois dessa reunião. Então eu falei: **“mas por que não podemos fazer pontos de memória?” (grifo nosso)** E me perguntaram: “o que é isso?”. Ué? “A gente criar dinâmicas de espaços de memória dentro das comunidades que isso realmente crie legados. Não é um museu físico, necessariamente, mas você pode fazer circuitos de território, criando um universo, utilizando as pessoas e comprometendo as pessoas com a memória do local. Não importa se é um prédio, não importa o espaço, pode ser um circuito dentro da favela, da comunidade, mas que isso vai criando uma rede de solidariedade a partir da memória”. Aí nessa reunião, as pessoas: “Você tem que elaborar e trazer pra gente”. Eu voltei para o DEMU, nós nos sentamos em cima do que eu tinha proposto no impulso (...) nós sentamos e estruturamos uma proposta dentro do perfil que o Ministério da Justiça estava buscando que eram comunidades com violência, em capitais, principalmente, para responder algumas demandas das capitais (...) nós apresentamos em uma outra reunião e foi aceita a proposta totalmente, quer dizer, incorporada, aceita já tinha sido e mandaram a gente só estruturar. Assim que surge a questão do ponto de memória, na época eu era diretor do DEMU (Nascimento, entrevista 2017)

O entrevistado destacou que estava na reunião o político Juca Ferreira, enquanto secretário executivo do Ministério da Cultura, e demais representantes de instituições

culturais, como os da Biblioteca Nacional. A narrativa apresentada por Nascimento nos transporta para o cenário político que buscava transversalizar a cultura, consubstanciada em práticas, políticas e em demandas contemporâneas. Apesar do antropólogo afirmar que o museu não estava no universo a ser contemplado nesse programa que viria a ser desenhado pelo Ministério da Justiça com o Ministério da Cultura, percebo que o fato de representantes do DEMU terem sido convidados para participarem desta reunião, demonstra o interesse do Estado (na ocasião) em tomar o museu como instrumento de transformação social, que pode e deve estar inserido em um projeto de cidadania que combate a violência.

Nessa reunião, o posicionamento de Nascimento esteve vinculado a um projeto de mudanças institucionais no país que envolvia os museus, iniciado com a criação do DEMU no IPHAN. Departamento público que reunia outros profissionais de museus e museólogos que defendiam um modo de compreender e fazer museológico pautado na museologia social, de modo que se buscava desenvolver processos colaborativos entre o poder público e os movimentos sociais que valorizassem o cotidiano cultural e a memória coletiva de diversos grupos sociais (Moraes 2009, 2011). Nascimento, como diretor do DEMU, não esteve desvinculado dessa compreensão sobre fazer museu, a fala dele descrita na narrativa acima representou um interesse de um coletivo em abarcar os processos museais na distribuição de recursos para a área cultural.

Reconhecidos na Política Nacional de Museus, os processos museais já eram uma realidade no Brasil naquele momento, como descrevemos em seções anteriores. Segundo Marcelle Pereira, os museus em territórios de periferia, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, foram as referências para que reconhecesse o papel importante desses processos na inclusão social e na democratização dos bens, da ação e da produção cultural. “Por que não podemos fazer Pontos de Memória?”

Os pontos culturais (sejam quais forem a denominação exata) proliferaram o país. O trabalho sistemático e integrado do Ministério da Cultura difundiu o setor em programas, políticas e ações de entendimento da cultura como um direito. Assim, fora assegurado o direito à memória de diversos grupos e povos que formavam as referências culturais do Brasil. De acordo com Inês Gouveia e Mirela Araujo (2020) os museus como instituições voltadas

para a construção da memória coletiva, nesse exercício, avançaram na politização das ações museológicas, trazendo resultados concretos à ampliação da participação dos grupos na formulação das suas narrativas e representações.

A denominação Pontos de Memória seguiu a lógica desse trabalho sistêmico e integrado do MinC, mas veio a reconhecer as dinâmicas de espaços de memória, como o CEASM na Maré e outros, que expressam o seu poder de resistência e criatividade por meio de movimentos sociais em defesa da memória local, que não se limitam à ação do estado. A proposta que ganha corpo com a criação do Programa Pontos de Memória, segundo a professora Marcelle Pereira, em entrevista, deve-se ao trabalho conjunto de Nascimento, Eneida Braga e Mário Chagas. Sem desmerecer o trabalho de outros profissionais⁴⁷ envolvidos, Marcelle afirmou: “eu acho que eles são um tripé: a política, a questão do fomento e o conceito” (informação verbal 2017).

Considerados pela entrevistada como figuras estratégicas na apropriação dessa política nacional de pontos de cultura, os três profissionais, de acordo com a sua capacidade política, constituíram o projeto ao qual Marcelle fora convidada a coordenar. O Nascimento “um grande visionário e articulador desse processo todo” (Pereira, entrevista 2017) nas palavras da professora, seria o ator político. Eneida Braga “que conhece os fluxos orçamentais, de gestão e de recursos do Ministério da Cultura e favoreceu a criação do PRODOC” (Pereira, entrevista 2017) é reconhecida no tripé como a responsável pelo fomento do projeto. O professor Mário Chagas, “uma figura emblemática nesse processo de construção como um elemento que a todo momento se justifica e referia a criação desse campo e a própria Política Nacional de Museus a partir das experiências de base” (Pereira, entrevista 2017) para Marcelle é o principal responsável pelo conceito do PPM.

O trabalho destemido e uma ideia audaciosa desses profissionais, como avaliou Pereira em entrevista (2017), levou à formulação do Projeto de Cooperação Técnica Internacional denominado “Desenvolvimento institucional e técnico operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil”. O PRODOC, firmado com

⁴⁷ Na sua tese de doutorado são citados os nomes de Vinícius Adalberto de Souza Barcelos e Atila Bezerra Tolentino.

a OEI/Brasil (como fora dito no capítulo anterior), orientou a construção do Programa Pontos de Memória com definição de objetivos, justificativas, orçamento, metas, ações e cronograma, na vigência de 2008 a 2015. A pesquisa da museóloga Marcelle assegura que o projeto elaborado inicialmente previu a capacitação de agentes de memória da comunidade; produção de material a partir dos acúmulos gerados para consultar e formar novos processos e a sistematização da metodologia de trabalho junto aos pontos, “com a geração de instrumentos que possam auxiliar as futuras formulações, planejamento, avaliação e apoio aos Pontos de Memória” (2020, p. 116).

O documento que auxiliou a gestão e manutenção do PPM definiu conceitualmente e metodologicamente o trabalho com a memória social com ênfase nas relações comunitárias. Tornando possível que a trajetória do programa (constituição, avanços e desafios) seja referenciada no campo das políticas públicas culturais em museus com participação e protagonismo de grupos e movimentos sociais (Pereira 2020). Reconhecendo e criando processos museais em todo país, a partir da seleção dos pontos pioneiros.

À essas experiências foram ofertadas oficinas e orientações a grupos e comunidades contando com o apoio técnico do IBRAM para que pudessem trabalhar suas memórias em ações locais. Esse apoio técnico estava pautado na discussão de temas voltados aos museus, à memória e ao patrimônio cultural, além de técnicas e procedimentos relacionados a modelos de criação e gestão de museus. As metas e objetivos do PRODOC previam forte inserção dos museus nas comunidades locais, de acordo com a pesquisa de Pereira (2018), por isso o apoio técnico do IBRAM ao fortalecimento das práticas relacionadas à criação de museus fora necessário para contribuir na afirmação da identidade cultural e territorial dessas comunidades.

Contudo, nas entrevistas com profissionais (Nascimento 2017; Pereira 2017; Gouveia 2020) que atuaram na realização desse PRODOC apreendo que mais do que incentivar essas comunidades a criarem seus próprios museus, a expectativa deste grupo era dar auxílio e formação na interlocução com a museologia social, estimulando processos de registro da memória, que desse sentido às lutas sociais, assim como o direito à terra, à educação, ao saneamento básico e por que não à memória? Isso implica dizer que foi reconhecido o direito

à memória de indivíduos e comunidades. Nessa conjuntura política, o direito à memória estava diretamente ligado à ideia de cidadania e ao exercício dos direitos culturais, algo que estava presente na Política Nacional de Museus (Gouveia e Araujo 2020).

Destacamos por aqui que o exercício de direito à memória foi incorporado no campo dos museus a partir de 1970. Ao refletirem sobre os sentidos e os usos das noções do direito da memória e do dever dos museus, as museólogas Inês Gouveia e Mirella Araujo afirmam que ambos são influenciados pela defesa dos direitos humanos. Por sua vez, garantem a liberdade, a igualdade e a fraternidade por meio de postulados internacionais, onde são reconhecidos juridicamente em cada país, respaldados em um conjunto de leis. No Brasil, temos a Constituição Federal de 1988.

Para as autoras, o direito à memória é o reconhecimento de um determinado grupo, de enfrentamentos políticos, de condições de autopercepção e das tensões geradas para a construção identitária. O dever do museu, portanto, implica no reconhecimento da resistência e da luta perante as violações que são imprescindíveis para o fortalecimento da identidade de um povo e/ou um grupo, mas igualmente imprescindíveis ao equilíbrio social (Gouveia e Araujo 2020). Nesse sentido, enquanto instituições que atuam na construção da memória coletiva, os museus “precisam ter um compromisso expresso com a vida e com as lutas de quem está aqui e agora”, assim defendem as museólogas (Idem 2020, p. 1089).

A criação de museus e processos coletivos de memória social podem partir dos tecidos de coesão dos indivíduos e grupos compartilhados por tradições e pertencimento de um mesmo território físico e simbólico e/ou pela memória de luta e de resistência às violações de direitos (Gouveia e Araujo 2020). No caso dos Pontos de Memória, os processos coletivos dão-se pela escuta das memórias e na formação da narrativa histórica de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Para Marcelle, “esses Pontos de Memória significam de alguma forma a expressão da garantia desse direito à memória” (Pereira, entrevista 2017), em vista de que, há o fortalecimento das narrativas daqueles que participam efetivamente dos processos.

É importante estarmos atentos que a referência dos Pontos de Memória, nessa pesquisa, é feita em torno das 12 comunidades participantes da Ação Piloto do PPM, as que

participaram integralmente das premissas metodológicas e das discussões conceituais desenvolvidas durante a execução do Projeto de Cooperação Técnica Internacional. O recorte sobre os pontos pioneiros deve-se ao desejo de aprofundarem os processos de salvaguarda da memória e da realização das exposições ao término das etapas de formação específica no campo da memória, do patrimônio cultural e dos museus. Segundo Pereira (2018), os aspectos relacionados à execução, planejamento, narrativas, discursos, definições de prioridades e escolhas dos caminhos a percorrer foram exclusivamente tomadas de decisão de cada Ponto de Memória.

Ao longo de doze anos, atuando como colaboradora no Ponto de Memória da Terra Firme e pesquisadora de museus, observei que as metodologias e práticas museológicas apreendidas pelos pontos pioneiros deram início ao processo de musealização dos territórios contemplados pela Ação Piloto do PPM. O elemento constituidor desses processos é o testemunho por meio da história oral, cabível de registro e preservação da memória que ainda não existe registrada ou é conhecida em grande parte. Em torno do que consideram como patrimônios culturais, os Pontos de Memória pioneiros cumprem etapas do processo de musealização – aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação.

A utilização da oralidade de diversas formas e com diferentes objetivos materializa o imaterial a partir de temas, por sua vez, pensados para representar a trajetória política, cultural e social desses territórios. Uma das principais ações estratégicas do processo de musealização desses grupos são as *rodas de memória*. São convidadas pessoas consideradas tesouros vivos dessas localidades para narrarem suas experiências pessoais com o lugar. Os participantes são convidados a conversarem sobre um tema específico, em formato de círculo, com o propósito de se enxergarem uns aos outros. Da memória individual à memória coletiva do grupo em roda, diferentes ferramentas são utilizadas para produzir registros desses patrimônios vivos desses territórios. Os Pontos de Memória utilizam de recursos audiovisuais: como gravadores, fotografias e câmeras de vídeos, ou ferramentas mais acessíveis, como o celular, para garantir que as memórias narradas possam ser registradas e componham um acervo museológico.

Outra ação dentro de processos de musealização do patrimônio imaterial dos Pontos de Memória são as oficinas participativas realizadas com os moradores que integram esses lugares. Geralmente é convidado algum morador do bairro que desenvolva uma prática de preservação do patrimônio imaterial coletivo para ministrar cursos práticos para perpetuar o conhecimento adquirido. Os temas são diversos: jardinagem em torno das plantas medicinais, como o produzido no bairro da Terra Firme, em Belém; o de reciclagem de materiais renováveis, na comunidade da Estrutural em Brasília; e o de costura no bairro de Taquaril, em Belo Horizonte, quando crianças puderam tecer tapetes que pudessem contar a história do lugar.

Mas dentre as diversas ações de musealização, o inventário participativo dos patrimônios culturais tem contribuído para registro do intangível dentro dessas localidades. Adotando como modelo o Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN – instrumento de identificação das referências culturais que passou a ser adotado como metodologia a subsidiar a instrução dos processos de Registro – os Pontos de Memória em suas localidades produzem suas próprias categorias para o registro de seus patrimônios. Os mais frequentes entre os grupos são: lutas sociais dos moradores, processo histórico do bairro, manifestações culturais existentes no lugar, o registro do cotidiano – em torno dos movimentos sociais e culturais que não aparecem entre os patrimônios reconhecidos das grandes cidades.

Observo que há uma necessidade de comunicar quais os patrimônios reconhecidos e aprendidos por esses Pontos de Memória, como etapa importante do processo de musealização. Diferentemente de museus que correlacionam o intangível com objetos, os processos museais dos pontos pioneiros comunicam seus patrimônios intangíveis por meio de trocas sociais e simbólicas entre os detentores, reconhecendo, nesses testemunhos, os patrimônios vivos das comunidades. Para isso, os processos museais consolidam-se em experimentos práticos de registro que ganham forma em: vídeos documentários distribuídos gratuitamente entre os moradores e grupos sociais para além dos territórios; blogs em que são registradas as narrativas coletadas no diálogo entre os testemunhos vivos e os agentes da memória dos lugares; exposições que se ampliam para produções itinerantes e a criação de outras ferramentas plausíveis de comunicação, como produção de minicursos, rodas de

conversa e entrevistas; promoção de eventos (feiras, cursos, festivais, amostra de cinema) que valorizam e refletem sobre o intangível em transformação desses lugares.

Segundo Fredrik Barth (1969, p. 34 apud Sahlins, 1997, p. 131), em relação às formas contemporâneas de organização “os movimentos políticos constituem novos modos de fazer com que as diferenças culturais sejam organizacionalmente relevantes”. Desse modo, movimentos políticos em torno da cultura oriunda da periferia põem em questão a possibilidade de colocar-se de forma diferente nas estruturas que compõem a cidade. O Programa Pontos de Memória é resultado de um movimento político no campo museal brasileiro que iniciou com a construção coletiva da Política Nacional de Museus (Alcântara 2016).

As transformações, no campo, foram favoráveis à formulação e aplicação de políticas públicas culturais afirmativas, com ampla participação popular de agentes comunitários envolvidos com seus patrimônios. O processo, ao longo dos anos, fortaleceu as iniciativas comunitárias como grupos políticos organizados importantes por contribuírem para transformações socioculturais e educacionais em seus territórios. O fortalecimento desses grupos deve-se muito ao movimento político, constituído em sua maioria por agentes comunitários presentes nos *pontos pioneiros*, que tomaram posicionamentos críticos frente às mudanças que começaram a surgir dentro do PPM (Moura, 2016).

As mudanças significativas no cenário político brasileiro interferiram diretamente no andamento do Programa Pontos de Memória, a partir de 2012, as estratégias sociais e simbólicas para o campo dos museus, que era prioridade quando se criou o PPM, tomaram outros direcionamentos. Contudo, a vontade política de narrar a sua própria vida permanece e os processos museais continuam a escrever a sua própria história, independentemente das estruturas do estado. Os pontos pioneiros seguem na luta pelo o que é urgente e agora, organizados pela vontade política de direito à memória.

A seguir, descreveremos os (re) arranjos sociais que esses grupos fazem para manter seus processos museais. Partindo das ações desenvolvidas pelo Ponto de Memória da Terra Firme. E a análise das entrevistas com as representatividades dos pontos pioneiros sobre o que pensam e fazem dentro dos processos que integram.

Capítulo IV

Ponto de memória, movimento em comunidade

A trajetória do surgimento dos Pontos de Memória, no Brasil, descrita nesta pesquisa, leva-nos a crer que o movimento em comunidade dessas iniciativas de memória e museologia social acontece na produção e nas trocas simbólicas dos sujeitos periféricos com os seus territórios. Esses sujeitos utilizam recursos (naturais, humanos e culturais) locais para criarem espaços de reexistência dentro das cidades onde habitam, comprometendo-os com as forças ativas da memória. Os museus nesse processo são ferramentas culturais que demonstram estratégias e procedimentos de desenvolvimento local ao mobilizarem a comunidade, revelarem os recursos, ilustrarem os objetivos e contribuírem com o processo de tomada de decisão da população (Varine 2014).

Vimos que essas experiências são reflexo do movimento científico, político e social no campo museal brasileiro que favoreceu a ressignificação cultural nos espaços museológicos em que os valores de uso e troca dos bens culturais inventariaram o próprio museu. Reconhecendo-o também como processo, um museu em desenvolvimento, “um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global” afirma Hugues de Varine (2014, p. 29). Como processo, o intelectual assegura que o museu é construído mês a mês, ano a ano, pelo povo, naturalmente com o auxílio de profissionais (Idem).

Importa nesse processo o conceito museológico articulado a um esforço global de desenvolvimento mais do que o sentido comum da palavra museu (Varine 2014). Em que as ações de pesquisa, preservação, conservação e comunicação (exposição e educação) são técnicas utilizadas também para propiciar a reflexão e a crítica dos sujeitos sobre a sua própria realidade. Podendo servir de todo o território e todo o patrimônio da comunidade envolvida.

Nesse sentido, os museus deixaram de ser lugares de realidade do outro, para serem lugares de realidade de si, a partir de uma relação de negociação entre os diferentes atores envolvidos no processo (Abreu e Filho 2007).

Reconhecendo os Pontos de Memória pioneiros como museus em desenvolvimento, o quarto capítulo desta tese reflete sobre o processo museal dessas iniciativas comunitárias, a partir da análise das entrevistas com as representatividades de PM, em que os questioneei sobre o que pensam de seus processos museais e como compreendem o Programa Pontos de Memória. Portanto, nas seções a seguir, serão descritos os arranjos sociais que essas iniciativas fazem para se tornarem museus que atuam no desenvolvimento territorial, social, cultural e político das comunidades que representam. Partirei assim da minha vivência com o Ponto de Memória da Terra Firme (Belém – PA) e da pesquisa in loco ao Ponto de Memória Lomba do Pinheiro (Porto Alegre – RS) para visitar outras iniciativas de Pontos de Memória, que foram descritas pelas suas representatividades em entrevista.

4.1 Museus de comunidade

A musealização, como prática social específica, segundo Mário Chagas (2009), venceu os limites e as fronteiras dos museus institucionais a partir do Movimento Internacional da Nova Museologia que se organizou na década de 1980. “Tudo passou a ser museável, ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado”, afirma o professor (2009, p. 49). Referindo-se aos desdobramentos museológicos e museográficos que passaram a ser praticados em qualquer situação que buscasse representações de memórias corporificadas.

O museu, como instrumento ou objeto, fora inventado e reinventado com liberdade pelos mais diferentes atores e grupos sociais (Chagas 2009). O movimento da Nova Museologia que levou à concepção da museologia social ao reafirmar os compromissos sociais dos museus contribui para libertar as pessoas da alienação cultural; permitir que elas desenvolvam suas capacidades de imaginação e criatividade; liberar a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio e valorizar a construção de sua própria história por meio da participação e do exercício de indignação (Chagas e Gouveia 2014, Varine 2014 e

Pereira 2015). Nesse mesmo sentido, Marcelle Pereira identifica que os movimentos sociais e comunidades encontram nos museus meios para manifestarem as suas insatisfações e enfrentamentos de injustiças sociais (2015).

No exercício do direito à memória, conforme a pesquisadora, esses movimentos identificam as dificuldades, lutas, resistências e conquistas do maior número de pessoas se fortalecendo na medida em que suas reivindicações e trajetórias passam a ser reconhecidas e debatidas, em sociedade, com maior profundidade (Pereira 2015). Não é a supervalorização da memória dos grupos oprimidos que a pesquisadora se refere, mas o processo de construção do testemunho da própria legitimidade da memória que se dá na linha tênue de separação das narrativas múltiplas e polifônicas das narrativas unificadas desses grupos. Nesse caso, Pereira identifica que os movimentos sociais utilizam a potência geradora dos museus “à serviço de seus ideais e projetos de poder” (Pereira 2015, p. 18).

Diante dessas abordagens sobre museus e museologia social amplamente debatidos por aqui. Neste capítulo, trago de maneira mais expressiva as discussões de dois pensadores do campo museal que me estimulam a pensar sobre o fenômeno museu e a sua existência como processo há algum tempo, em várias etapas da minha formação acadêmica. A antropóloga mexicana Tereza Morales Lersch⁴⁸ que é uma pesquisadora atuante dos museus comunitários no seu país, referência quando se trata de museologia social na América Latina. E Hugues de Varine Bohan, francês, pensador do campo, precursor do conceito de Ecomuseu⁴⁹, consultor em processos de desenvolvimento comunitário.

As reflexões e proposições desses intelectuais orgânicos me ajudam a pensar os Pontos de Memória pioneiros como museus formados por sujeitos diversos que se enriquecem como comunidades, ao desenvolverem pensamento crítico sobre suas realidades e organizarem ações coletivas transformadoras a partir da consciência da própria história (Lersch e Ocampo 2008, Varine 2014). Isso não implica dizer que se fecham e se limitam a essa categoria, pelo

⁴⁸ Pesquisadora e professora do Instituto Nacional de Antropologia e História do México tem se dedicado desde 1985 a criação de museus comunitários indígenas na cidade de Oxaca.

⁴⁹ Conceito criado por Hugues de Varine e Georges Henri Rivière em referência ao Ecomuseu em Le Creusot Montceau, que durante os anos 1970, teve a reputação de ser um novo tipo de museu.

contrário, a dinâmica como acontecem os levam a ter diferentes denominações que ressignificam as categorias institucionalizadas, sobretudo a de Pontos de Memória, direcionando ao mesmo entendimento sobre a quem servem: a comunidade e o seu desenvolvimento. Contudo, não esqueçamos que os museus conhecidos como Pontos de Memória pioneiros são processos coletivos que ganham vida no interior das comunidades, fortalecendo-as como sujeitos que criam, recriam e decidem sobre suas realidades (Lersch e Ocampo 2008).

Como esses sujeitos pensam e fazem museu? Como uma política de governo contribuiu para se organizarem politicamente como processos museais? E, como se definem sendo um Ponto de Memória? Essas inquietações foram motivos pelos quais eu conversei com algumas representatividades de Pontos de Memória pioneiros sobre as nossas experiências nos processos museais pelas periferias brasileiras. Ouvir sobre o que entendem de seus processos e compartilhar os meus pensamentos e sentimentos sobre os Pontos de Memória, no momento das entrevistas com essas representatividades, levaram-me a elaborar esta etnografia.

A fim de distanciar-se da autoridade etnográfica, como propõe James Clifford (2002), a pesquisa etnográfica apresentada é uma interpretação dos processos museais conhecidos como Pontos de Memória pioneiros a partir da visão compartilhada da realidade de sujeitos conscientes e politicamente significativos desses museus. Reconheço que essa interpretação é influenciada por subjetividades e nuances contextuais específicas que estiveram presentes no curso geral da negociação construtiva entre pesquisadora (eu) e interlocutores (eles e elas). Todavia, busquei também representar, nesse texto, as tensões e ambiguidades que envolvem as narrativas ou as ocorrências significativas de criação e consolidação dos Pontos de Memória pioneiros.

Descrevi nas subseções seguintes os museus de comunidade dos PM, seguindo dos (des)caminhos que me levaram à elaboração da etnografia em uma tentativa de demonstrar com essa ambiguidade o que esteve comigo durante o contato com outro território periférico que não fosse o de Terra Firme, em Belém. Para apontar a reconstrução desses territórios por meio de ações museais que são movidas pelos sujeitos que existem e resistem nesses lugares.

De forma que possamos identificar o movimento em comunidade para construção da memória social, por vez política, dos grupos que buscaram auto representação com os processos museais. A descrição nesse sentido fora elaborada para apreender a ressonância da política cultural nos Pontos de Memória que participaram do processo democrático de construção da política pública.

4.1.1 (Des)caminhos

Cheguei na cidade de Porto Alegre, em 30 de maio de 2017, para participar do 7º Fórum Nacional de Museus que aconteceria nos próximos cinco dias no centro de convenções da PUC/RS. Minha principal motivação para ir ao evento era conhecer o bairro Lomba do Pinheiro, periferia da capital Rio Grandense, onde acontece o processo museal do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro. Queria conversar com as pessoas que tomam à frente o processo em seu local de atuação, saber um pouco mais sobre o que fazem e como estavam trabalhando naquele momento em especial, em vista de que as mudanças políticas no governo federal afetaram diretamente o andamento do PPM no que diz respeito ao processo democrático de condução da política pública.

Eu havia retornado às minhas atividades com o Ponto de Memória da Terra Firme meses antes, com o intuito de desenvolver um trabalho colaborativo com o seu Conselho Gestor em atenção às etapas de produção dessa pesquisa e a vontade de registro do processo museal pelas pessoas que conduzem esse trabalho no bairro da Terra Firme, em Belém do Pará. Fui ao 7º FNM acompanhada da museóloga da UFPA, Maíra Airoza, que acompanha meu trabalho a algum tempo, das conselheiras do PMTF, as educadoras Helena Quadros e Camila Quadros e do arquiteto e colaborador no PMTF, Iuri Quadros. Cada um(a) de nós seguiu uma programação específica do evento de acordo com os interesses de pesquisa e atuação profissional, encontrando-nos em alguns momentos nas reuniões específicas ou atividades paralelas, como por exemplo, as reuniões dos PM pioneiros para tomadas de decisão frente aos encaminhamentos do IBRAM sobre o PPM naquele ano.

A seguir, na Figura 35, é possível ver uma fotografia com as pessoas que me acompanharam nessa imersão em campo. Trago a imagem para destacar a importância do trabalho de pesquisa feito de forma colaborativa, em vista de que as reflexões sobre os museus como movimentos em comunidade feitas por Maíra, Camila, Helena, Iuri e tantas outras pessoas encontradas nesse percurso acadêmico me ajudaram a chegar na produção final deste trabalho.



Figura 35 Da esquerda para direita: Maíra Airoza, Camila Quadros, eu, Helena Quadros e Iuri Quadros. Foto: Silva, 2017.

A minha articulação para conhecer o bairro Lomba do Pinheiro aconteceu antes da minha chegada à cidade de Porto Alegre. Com a professora e pesquisadora, Cláudia Feijó, que foi por muito tempo coordenadora do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, troquei mensagens telefônicas relatando o meu interesse em investigar os processos de ação, produção e compartilhamento de memória na comunidade, solicitando sua ajuda para intermediar o contato com o Conselho Gestor da iniciativa comunitária e agendamento de

visita in loco. Cláudia Feijó tornou-se uma voz ativa dentro do movimento dos pontos pioneiros por contribuir nos debates e nas mobilizações em rede territoriais para a defesa da representação civil no Programa Pontos de Memória, participando de todos os encontros nacionais realizados até o 7º FNM. Contudo, por interesses diversos naquele momento a representatividade comunicou o seu afastamento da coordenação do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro e considerava importante procurar a senhora Terezinha Medeiros que estava como coordenadora do PM, em 2017, com a certeza de que Terezinha me ajudaria com visita à experiência museal na cidade de Porto Alegre

Esse não seria o meu primeiro contato com Terezinha Medeiros e com outras representatividades de Lomba do Pinheiro, eu os conhecia de encontros das etapas participativas da política pública, porém no 7º FNM eu não estaria apenas como representante do Ponto de Memória da Terra Firme, eu seria uma pesquisadora em campo com os interesses acadêmicos, portanto, considerei necessário me apresentar como tal e deixar registrado meus objetivos com aquela visita. Enviei por e-mail uma carta de apresentação ao Conselho Gestor do PM Lomba do Pinheiro solicitando entrevistas com o grupo e a visita técnica ao território. Fui respondida com entusiasmo, os conselheiros dispuseram-se a conversar sobre suas experiências pessoais com a museologia conforme os intervalos das programações do Fórum, deixando pré-agendada a visita para os últimos dias da minha estadia em Porto Alegre.

Na pesquisa do museólogo David Minuzzo (2011) sobre as experiências museais em Lomba do Pinheiro, destacam-se práticas de educação patrimonial, de preservação das tradições orais e da reconstrução da história local, nesse território, desde 2005, com a criação do Museu Comunitário Lomba do Pinheiro (MCLP). Um museu que surgiu do encontro de diversos atores sociais da comunidade e agentes do campo museal (historiadores, cientistas sociais, turismólogos, museólogos, ambientalistas etc.) que trabalharam concomitantemente para registrar e preservar o patrimônio de Lomba do Pinheiro (Idem). Essa experiência museal na cidade de Porto Alegre atraiu os consultores do IBRAM, na etapa de mapeamento dos territórios que receberiam o Programa Pontos de Memória, identificando naquela comunidade o interesse pela preservação da memória social.

Durante a minha conversa com Cláudia Feijó (entrevista 2017) no 7º FNM, a representatividade do PM Lomba do Pinheiro enfatizou que o reconhecimento do IBRAM sobre esse projeto de memória no território legitimou as boas práticas desenvolvidas pelo MCLP, despertando em outras iniciativas comunitárias do bairro a inclusão de ações socioculturais de registro da memória. A afirmação da professora ajuda-nos a acreditar que em Lomba do Pinheiro já existia um movimento em comunidade para a criação de museus, onde a comunidade e seus representantes entendiam o direito que possuíam no controle dessas instituições e o que poderia ser feito a partir delas em relação ao desenvolvimento local, como por exemplo a interpretação das coleções comunitárias. Apesar de o Conselho Gestor do PM Lomba do Pinheiro ser originário desses agentes e atores que atuavam no MCLP, as ações das duas iniciativas comunitárias são distintas, como sinalizaram os conselheiros em entrevistas (2017).

O MCLP volta-se ao salvamento do prédio do armazém Vencedor que abriga a instituição, o trabalho da ONG Instituto Popular de Arte e Educação (IPDAE)⁵⁰ com a comunidade do bairro, visando a inclusão social e a coleção de objetos doados livremente pela comunidade, levando em conta suas expectativas e necessidades, além do acervo pessoal da família Remião⁵¹ (Minuzzo 2011). Enquanto, o PM Lomba do Pinheiro tem trabalhado de forma participativa com a comunidade para desenvolver ações diante de um inventário participativo definido previamente com os moradores sobre as possibilidades de acervo deste museu, como destacou Cláudia Feijó (entrevista 2017). A ação sistemática de levantamento, organização e descrição do acervo museológico e das manifestações humanas no território deram início com “um seminário na comunidade para discutir de forma ampla qual memória seria representada nesse ponto” (Idem).

O seminário mencionado pela Feijó é o de formação do Ponto de Memória, no primeiro ano da iniciativa (possivelmente em 2010), em que foram convidadas 33 vilas⁵² existentes no bairro Lomba do Pinheiro para que dessem início ao mapeamento do patrimônio material e

⁵⁰ Segundo a pesquisa de David Minuzzo (2011) a ONG denominada IPDAE já realizava ações de história oral no Lomba do Pinheiro desde 1997 por meio de rodas de memória com os moradores do lugar.

⁵¹ Proprietária da Fazenda Boqueirão que deu início ao processo de ocupação na região que hoje é o Lomba do Pinheiro.

⁵² Pequenas comunidades formadas de acordo com o processo de ocupação do território.

imaterial do lugar. O inventário participativo foi uma ação comum em todos os PM pioneiros durante a execução da fase metodológica do Programa Pontos de Memória que implicou na consolidação das iniciativas em seus lugares de atuação. A orientação do IBRAM era de que as próprias comunidades identificassem, selecionassem e registrassem as suas referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais (IBRAM/OEI 2016). Cabendo as próprias iniciativas a decisão sobre os métodos mais eficientes de divulgação e preservação de suas memórias e patrimônios.

Em Lomba do Pinheiro, o trabalho foi realizado a partir da divisão do bairro em quatro microrregiões (face) que foram mapeadas para colaborar para uma percepção global de acervo e das potencialidades culturais do território. Com a participação de mediadores do inventário que orientaram os membros das associações de 24 vilas⁵³ e 2 povos indígenas⁵⁴ a aplicarem os instrumentos de pesquisa, culminando na primeira listagem de referências culturais do lugar (Feijó 2014). O acervo coletado nessa ação formou-se com: os bens patrimoniais móveis que foram doados, emprestados ou mesmo permaneceram em seus locais de origem; os bens patrimoniais imóveis mapeados, listados, registrados e fotografados; e, as manifestações culturais, consideradas patrimônio imaterial, que foram listadas, necessitando de registro posterior (IBRAM/OEI 2016).

O inventário participativo do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro foi disponível em um material cartográfico como meio de divulgação e preservação das memórias e dos patrimônios identificados. Com destaque para: paradas de ônibus, figueiras, pinheiros (pinus e araucárias), nascentes, sítios arqueológicos, os povos indígenas, equipamentos públicos, dentre outros que podem ser visualizados na próxima Figura 36.

⁵³ Vila Elo Dourado; Vila das Pedreiras; Vila Chácara das Peras; Vila São Francisco; Vila Mapa; Vila Quinta do Portal; Vila Morada da Colina, Santo Antônio e Pinheiros; Vila Jardim Lomba do Pinheiro; Vila Goiás; Vila Nova São Carlos; Vila Jardim 1º de maio; Vila Viçosa; Vila Pinhal; Recreio da Divisa; Vila Panorama; Vila Riachão das Flores; Vila Bonsucesso; Vila Santa Filomena; Vila Serra Verde; Vila Nova Serra Verde; Vila São Pedro; Vila Santa Helena; Vila Jardim Franciscano; Vila São Claro.

⁵⁴ M`bya Guarani e Kaingang



Figura 36 Cartografia do bairro Lomba do Pinheiro a partir das referências culturais levantadas no inventário participativo. Fonte: Feijó, 2014.

Outras ações museais se desdobraram desse primeiro inventário participativo do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, como: formação de educadores e professores em educação patrimonial; rodas de memória voltadas para o registro da história oral; exposições temporárias conhecidas como Museus de Rua; e o projeto Lombatur. Antes mesmo de ingressar no curso de doutorado, tinha uma vontade de vivenciar um dos roteiros de visita do projeto de turismo comunitário Lombatur, pois ouvia muito de Cláudia (até mesmo de Helena) o sucesso dessa prática na cidade atraindo público diverso para conhecer o patrimônio local daquela comunidade. Contudo, o momento da minha estadia em Porto Alegre foi delicado, havia uma desarticulação aparente do Conselho Gestor da iniciativa, reportada também nas entrevistas.

O importante é que a visita aconteceu. A receptividade afetuosa da conselheira Tereza Dutra nos⁵⁵ conduziu por um roteiro em alguns patrimônios inventariados pelo PM Lomba do

⁵⁵ Mencionei no primeiro capítulo que fui ao bairro Lomba do Pinheiro acompanhada de Maíra Airoza (UFGA), Adriano Almeida (PM Grande Bom Jardim), Waldemar Lima (UFS) e Silmara Kuster (UNB).

Pinheiro. Tereza inicialmente nos apresentou os painéis produzidos para a exposição itinerante do Museu de Rua que estavam guardados em sua residência. Cada painel, contava um pouco da narrativa de vida de moradores do bairro com destaque para os saberes e fazeres do cotidiano. Um projeto do Programa Lomba do Pinheiro: Memória, Informação e Cidadania, atividade de extensão da Faculdade de Museologia da UFRGS em parceria com o MCLP e o Ponto de Memória.

Neste projeto, os moradores da comunidade, depois de reuniões de planejamento com alunos da museologia e outros agentes do campo, produziram, por meio de oficinas, um plano expográfico que se consolidou na montagem da exposição temporária e itinerante denominada de Museu de Rua. A exposição em painéis era montada em espaços ao ar livre com a intenção de que o morador visitante de Lomba do Pinheiro reconhecesse como fator importante para a construção da história e da memória coletiva do lugar, no contato com as vivências e experiências de luta dos outros moradores que participaram da atividade (Zen e Vargas 2010). A nossa anfitriã, Tereza Dutra foi uma das moradoras que estiveram envolvidas no planejamento e montagem da exposição, assumindo também o compromisso de conservar alguns desses painéis na sua própria residência, em vista de não encontrar uma melhor solução.

Orgulhosa, a conselheira nos mostrou cada painel que ocupava o corredor de acesso aos cômodos de sua casa, bem no ponto de passagem da sala para cozinha, entre brinquedos de seus netos (que moravam com ela), materiais de construção para reforma do lar e outros utensílios que se alocavam naquele espaço pequeno e estreito. Na Figura 37, verifica-se como aquele acervo estava armazenado na sua casa. Na imagem, também é possível ver, em destaque, o painel que conta a história do seu grupo de fuxico, organização de mulheres do bairro que desenvolvem um trabalho social de produção de artesanato pautado na economia solidária. Dias antes dessa visita, conversamos sobre a sua inserção no PM Lomba do Pinheiro onde me contara que recebeu o convite para participar do museu quando se reunia com seu grupo de fuxico, dizendo assim:

(...) fui convidada para participar junto e começamos a fazer uma história com itens da colcha de retalhos. Aí nós tínhamos nessa época 29 mulheres que participavam do fuxico. Foi feito um trabalho da colcha de retalho, foi passado um filme e tudo e cada mulher desenhou a sua vida na colcha de retalho, seja bordado ou pintado, a

gente desenhou naquela colcha de retalho. Então, essa foi a nossa primeira participação no Ponto de Memória e dali foi surgindo idéias de fazer a memória das famílias do bairro (Dutra informação verbal 2017).



Figura 37 Painéis que compõem a exposição Museu de Rua do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.
Foto: Alcântara, 2017.

Na minha experiência com o Ponto de Memória da Terra Firme a falta de um espaço físico para conservar e guardar o acervo do museu é recorrente desde a sua criação. No exercício desta pesquisa, muitos foram os relatos sobre a dificuldade de um espaço em que os conselhos pudessem se reunir, desenvolver suas ações museais (rodas de memória e oficinas participativas são alguns exemplos) e expor o material coletado durante as atividades de pesquisa. Ouvei e presenciei que as casas dos conselheiros, quando possível, são compartilhadas como extensões dos processos museais, especialmente quando esses museus não possuem alguma instituição parceira que viabiliza em alguns momentos espaços para guarda de acervo e outras demandas que surgem no decorrer dos processos.

No caso do PM da Terra Firme temos o Museu Goeldi, instituição com a qual formou-se uma parceria sólida com a iniciativa comunitária por intermédio da Dra. Helena Quadros.

O PM da Terra Firme utilizava alguns dos espaços (por exemplo: salas, parques e auditórios) do museu científico para reuniões e realização de atividades com público diverso, porém a guarda do acervo sempre foi uma responsabilidade do grupo gestor. Não temos, até o momento, um local adequado que sirva como uma espécie de reserva técnica para o museu de comunidade, os nossos produtos de difusão (como exemplo: exposições, cartilhas, vídeos, equipamentos de audiovisual) estão distribuídos pelas casas dos conselheiros e colaboradores (inclusive a minha) sob os cuidados e manutenção de cada um, sem políticas de proteção ao acervo e sem instalações adequadas para que o patrimônio seja preservado.

No que diz respeito ao PM Lomba do Pinheiro essa parceria era consolidada com o MCLP. A discussão inicial sobre onde esse Ponto de Memória iria ser alocado e onde ele deveria existir foi tratado também no seminário de formação da iniciativa comunitária, em que as representatividades do bairro presentes no encontro consideraram não fazer sentido criar outro lugar de memória em Lomba. Evitar a fragmentação e aproveitar o trabalho comunitário que já era praticado foram os principais argumentos para que o PM Lomba do Pinheiro alocasse no espaço do MCLP nos primeiros anos de sua existência (Feijó, entrevista 2017). Contudo, no decorrer dos anos passaram a existir divergências entre as duas coordenações, principalmente, no que se refere à participação comunitária nas tomadas de decisões sobre distribuição de recurso financeiro e condução das ações museais. As duas iniciativas romperam desencadeando em uma série de problemas (Feijó, entrevista 2017; Dutra, entrevista 2017), a guarda e conservação do acervo, assim como a desarticulação do Conselho Gestor do PM, foram alguns identificados em campo.

A representatividade do PM Grande Bom Jardim também levantou essas questões em entrevista. Adriano Almeida me narrou que a articulação em rede no território de Fortaleza é uma das características do lugar, a base organizacional de pessoas com consciência crítica influenciou na formação do Conselho Gestor por instituições pautadas na luta pelos direitos humanos, de recorte territorial abarcando os cinco bairros que compõem o Grande Bom Jardim (entrevista 2020). Essa formação é dinâmica e reflete o cenário macropolítico, segundo o entrevistado, por dois motivos: “primeiro o território é grande, segundo é difícil a gente manter uma coesão, um processo de coesão política por longo tempo. E os interesses das instituições são contingenciais, elas são de acordo com o contexto” (Idem).

Em processos museais, a sinergia está na base da capacidade de decidir coletivamente as questões essenciais do museu, tolerando as diferenças e aceitando a pluralidade das comunidades, na relação entre o meio material e o social e nas relações entre as pessoas (Varine 1987; Scheiner 2012). Os Pontos de Memória pioneiros são compostos no seu interior de várias comunidades, grupos sociais e organizações políticas que ao se relacionarem, divergências e conflitos surgem durante as tomadas de decisões do processo. Através do tempo, esses museus de comunidade constroem forças no interior (e fora dele) para fortalecer a autonomia, a habilidade, as experiências e os recursos sociais que os mantêm como organismos vivos que compartilham um mesmo território e uma cultura, de modos de vida e atividades dinâmicas (Lersch e Ocampo 2008).

Entre as atividades dinâmicas, a preservação e conservação do acervo museológico desses Pontos de Memória tem sido um dos maiores desafios enfrentados desde as formações dessas iniciativas, como pontuou Adriano Almeida sobre a experiência do PM Grande Bom Jardim: “do processo de produção expográfica, a gente começou a constituir acervo. Inclusive, isso hoje é um problema, esse processo de guarda e conservação de acervo. Não temos reserva técnica ou não temos espaço para a reserva técnica. Mas nós temos a reserva técnica” (entrevista 2020). É fato que a constituição de uma reserva técnica adequada que torna a conservação preventiva dos acervos museológicos como prioridade não é única e exclusivamente desses processos museais.

Diversos museus institucionalizados pelo Brasil, nos últimos anos, têm enfrentado duras condições de falta de segurança, de infraestrutura, limpeza e de gestão no âmbito da manutenção desses acervos. O desmonte das instituições culturais iniciado com o Golpe de 2016, agravado pelo (des)governo de Jair Bolsonaro, reflete diretamente na falta de recursos para manutenção das reservas técnicas. Vejam os acontecimentos que provocaram incêndios ao Museu Nacional no ano de 2018, ao Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG em 2020 e a Cinemateca Brasileira neste ano de 2021.

Diferentemente desses museus institucionais que possuem um acervo de referências da memória coletiva nacional, o acervo museológico dos Pontos de Memória pioneiros é formado por *coisas* patrimoniais do cotidiano de um passado mais recente de classes e grupos

étnicos tendencialmente não contemplados em outros museus, constituídos por objetos doados ou emprestados que retratam as realidades existentes dessas comunidades. A doação de objetos patrimoniais como ato de vontade cria espaços de memória, segundo Lersch e Ocampo 2008. Espaços que podem se configurar como uma reversa técnica ou um espaço que se configura no imaginário da comunidade, atravessado por lembranças, carregado de memórias afetivas que contam histórias sobre suas origens, sobre o que procurou acrescentar e/ou excluir nelas, como reflete Jacques Le Goff (2003).

Os museus comunitários voltam-se para a construção de sujeitos sociais, comunidades e povos que projetem sua vida como interpretadores e autores de sua própria história (Lersch e Ocampo 2008). O estímulo à criação coletiva para expressar as histórias à maneira deles próprios criam espaços de organização no interior desses museus que impulsionam novas propostas e projetos comunitários. Penso que assim se deu no processo museal em Lomba do Pinheiro, a produção das colchas de retalhos despertou o interesse de contar a história das famílias do lugar, conforme me disse Tereza Dutra. Considerando importante também reunir fotografias, fazer desenhos, registrar experiências para conhecer a si mesmos e a própria comunidade, como observei nos painéis da exposição Museu de Rua. Atraindo o próprio olhar da comunidade durante os roteiros do Lombatur, por exemplo, para que se aproprie e valorize o que já é seu, o território, o local de moradia, de trabalho e de convívio entre os moradores (Zen et al. 2011).

Segundo Terezinha Medeiros, a importância do Ponto de Memória para o território “é que as pessoas puderam se conhecer, muitos nem se conheciam, porque na comunidade Lomba do Pinheiro, eles vêm de todas as etnias e vêm de vários lugares do Rio Grande do Sul, desde 1960, tem esse êxodo de pessoas para a Lomba” (entrevista 2017). Medeiros me apontou uma das principais características desse lugar, a sua diversidade étnica, marcada pela presença de três etnias indígenas (M`Bya Guarani, Kaingang e Charrua) e por referências culturais de origem lusitana e africana. Além da migração de pessoas oriundas do interior do estado que é muito comum nos centros urbanos.

O patrimônio cultural torna-se um pretexto para refletir seriamente sobre o presente e o futuro quando o museu tem o território como sua expressão segundo Varine (2012), sendo

possível avançar coletivamente quando se identifica laços patrimoniais em cada um. Portanto, entendo que o inventário participativo do patrimônio, sobretudo imaterial, de 22 vilas e 2 povos indígenas em Lomba do Pinheiro fora um convite para que esses grupos sociais pudessem se reconhecer criando coletivamente produtos de difusão (mencionados acima) que valorize cada pessoa, cada um dos sujeitos que constroem o Lomba do Pinheiro, avançando no pensamento crítico e social sobre si mesmo e a sua comunidade. Acredito que a boa receptividade de Tereza Dutra ao nos guiar pelo bairro vem desse reconhecimento como parte integrante do museu Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, manifestada em palavras quando me disse:

Eu conheço os museus a partir do Ponto de Memória. Até então eu estudei, eu cresci, estudei e não sabia e nem entendia o que era museu. Para mim museu era coisas antigas, eu não tinha idéia do que era museu. A partir do Ponto de Memória que eu comecei entender o que era museu, o que é museu. Até hoje eu falo com algumas amigas: o que é o museu? E elas falam: ah não, mas museu é só coisa velha. E eu digo que não, que eu faço parte do museu, também é a minha biografia. Eu faço parte do museu, aí tu consegues entender o que vem a ser o museu (informação verbal 2017).

O Museu de Tereza Dutra foi-nos revelado pelas caminhadas, paradas, conversas e trocas de saberes na visita à Lomba do Pinheiro. Após nos mostrar com orgulho os painéis da exposição Museu de Rua que estavam alocados na sua casa, Tereza nos convidou a sair pelo bairro em direção a alguns lugares significativos para ela no território: a escola infantil da sua vila, o Centro de Tradições Gaúchas que existe no lugar, a comunidade indígena Kaingang e a casa da comunitária Maria onde costuma reunir o grupo de fuxico.

Foi, então, que me dei conta do que eram as vilas, comunidades menores do bairro Lomba do Pinheiro, que foram reportadas em entrevistas, mas que eu não conseguia compreender até o momento da visita ao lugar o que de fato essas pessoas estavam falando. No meu entendimento, as vilas urbanas são constituídas de casas germinadas com frente para uma rua de único acesso, geralmente localizadas nos centros das cidades, como vestígios ainda dos cortiços que abrigavam famílias de baixa renda no processo de urbanização das cidades brasileiras, comum no centro de Belém. Na periferia da capital paraense, as vilas são constituídas por familiares que se servem do mesmo espaço para construir casas

independentes abrigando núcleos menores dessas organizações sociais, como por exemplo a Vila Simão, no beco do bairro do Guamá, que se formou da casa dos meus avós maternos, abrigando uma parte de minha família.

Contudo, a configuração do espaço em Lomba do Pinheiro mudou a minha concepção sobre o espaço urbano periférico. A paisagem das periferias de onde venho é constituída de ruelas estreitas, com justaposição de casas e prédios (inacabados em sua maioria), construídas a beira ou por cima de rios e igarapés, atravessadas por pontes que garantem o acesso às outras partes dos bairros. Formadas por pessoas que povoaram esses territórios de forma desordenada com a chegada de equipamentos públicos e infraestrutura adequada para atender parte da população da capital. Guamá e Terra Firme tornaram-se bairros populosos, movimentados e sonoros.

O território que corresponde à Lomba do Pinheiro até meados do século XX, constituía-se em uma área rural da capital do estado do Rio Grande do Sul, povoada por famílias que cultivavam produtos hortifrutigranjeiros (trigo, aipim, mandioca, milho, batata doce, feijão, pera, laranja etc.), criavam animais (suínos e bovinos) e produziam derivados (leite e ovos) para subsistência e venda de excedentes no centro da cidade de Porto Alegre (Minuzzo 2011). A partir de 1950, ocorreu, na região, um aumento populacional devido o êxodo rural de famílias que ocuparam de forma desordenada os loteamentos (e arredores) criados pela prefeitura da cidade. No entanto, a falta de infraestrutura adequada tornou-se latente no território, propiciando a criação de associações de moradores em diversos núcleos ou vilas, como são chamadas na região, com o propósito de melhorar as condições de existência no lugar, garantindo assim às famílias o acesso a: energia elétrica, água tratada, posto de saúde, transporte público, escolas e reparos às estradas de circulação (Minuzzo 2011).

As vilas, nessa paisagem, são núcleos menores da população que habita esse território. No período de formação do bairro as famílias que desenvolviam práticas rurais viviam isoladamente em vilas entre as lombas, que são caminhos percorridos por meio de ladeiras ou elevação crescente. Com o avanço nas melhorias estruturais do bairro e o aumento

populacional, as vilas correspondem as mais de 30 comunidades organizadas⁵⁶ entre as inclinações e estradas que formam a paisagem do lugar (Minuzzo 2011). Em campo, a composição do espaço urbano na periferia Lomba do Pinheiro gerou estranhamento.

Durante a caminhada, a moradora Tereza Dutra chamava nossa atenção para paisagem do bairro (Figura 38 e 39). No horizonte de vários pontos enxergamos as lombas, montanhas acentuadas, vegetação campestre com árvores nativas em destaque e um céu livre para contemplação. Abaixo, ladeiras, ruas de terra, casas construídas sob solo de pedras. Paisagem que me remetia uma ideia de ruralidade, onde se via muito verde, poucas pessoas nas ruas, casas com quintais e cercados baixos, sons suaves onde conseguia distinguir o barulho de cada coisa em movimento. Tamanho foi o meu espanto que até os cachorros chamaram a minha atenção por serem mais peludos.



Figura 38 Registro de uma das lombas do bairro Lomba do Pinheiro.
Foto: Alcântara, 2017.

⁵⁶ Reconhecidas pela Prefeitura de Porto Alegre, além das ocupações mais recentes que desencadeiam em outros núcleos.



Figura 39 Avenida João de Oliveira Remião, principal via de acesso ao bairro Lomba do Pinheiro.
Foto: Alcântara, 2017.

Compreendo que a composição do espaço urbano é reflexo do desenvolvimento dinâmico das relações sociais que seguem um movimento dialético, nem sempre harmônico por ora conflituoso, dadas às relações de poder de natureza política ou não, determinadas pelo modo de produção capitalista e sua acumulação desigual (Silva e Veiga 2019). Certamente, o meu estranhamento da paisagem em Lomba do Pinheiro deve-se por não compreender as relações sociais que produzem e reproduzem esse espaço urbano, além de estar em contato, pela primeira vez, com uma região de relevo e clima distinto do lugar que nasci e de outros que já visitei. Para entender essa complexidade teria que percorrer muitas lombas e adentrar na vida e no cotidiano das Terezas, da Cláudia e do senhor Eduíno, meus interlocutores de Lomba do Pinheiro.

Lamento não ter tido tempo para vivenciar esse cotidiano, deixarei essas inquietações guardadas no caderno de campo para momentos posteriores (quem sabe?) poder respondê-las. No entanto, o estranhamento é importante para essa investigação, pois reitera a multiplicidade das cidades em que acontecem os processos museais conhecidos como Pontos

de Memória e a diversidade de sujeitos que constroem, dão forma e sentido a esses espaços urbanos. Em Lomba do Pinheiro, por exemplo, há o reconhecimento das identidades étnicas com referência à realidade do território.

Na caminhada com Tereza Dutra fomos até a entrada da povoado indígena Kaingang no bairro Lomba do Pinheiro. Apesar de nascer, pertencer e viver na Amazônia eu fui ter contato com etnias indígenas somente na universidade, devido às políticas públicas afirmativas da UFPA que retiraram as vendas dos meus olhos, ampliaram minha audição e ofertaram-me conhecimento e pensamento crítico sobre os outros e a mim mesma. O momento em que estive em Porto Alegre estava passando pelo processo de transição capilar depois de vinte (ou mais) anos de alisamento químico, havia mudado de cidade recentemente, vindo morar em Altamira, no Pará, onde há uma relação (mesmo que conflituosa) com os diversos sujeitos que habitam a cidade.

Isso tudo para dizer que até o momento dessa visita eu pouco tinha contato com indígenas e não tinha adentrado em uma comunidade. Havia um estranhamento da minha parte na forma como se relacionar com esses grupos, por isso fiquei surpresa que nem turista (o que é muito lamentável reconhecer) quando vi a circulação desses grupos pelo bairro de Lomba do Pinheiro. Desconhecia pessoas que se reconheciam como indígenas nas periferias que eu vivenciava em Belém, muito menos demarcação de terras indígenas (TI) na capital. Fui ver e presenciar esse contato somente em Altamira, meses antes de estar em Porto Alegre. Porém, “as considerações sobre Eu e as suas múltiplas identidades” (Cardoso de Oliveira 2006) que o próprio processo de participação do Ponto de Memória da Terra Firme provocou em mim (tornar-me antropóloga e me reconhecer como mulher preta, periférica e amazônida são alguns exemplos) estranhei por estar estranhando a diversidade étnica e cultural daquele lugar.

Cardoso de Oliveira disse-nos que o reconhecimento das identidades étnicas começa pelo auto reconhecimento (2006), por isso, não gostaria de evitar o registro dessas provocações em campo. Considero importante refletir sobre o meu amadurecimento como pesquisadora, sobretudo cidadã, que no exercício da etnografia desvia-se de preconceitos, estereótipos e caminhos que eventualmente são percebidos nas múltiplas situações concretas

vivenciadas na pesquisa. Faz parte do processo se ver e se reconhecer. Durante a caminhada por Lomba do Pinheiro, não tive a oportunidade de conversar com algum indígena Kaingang, pois não fomos autorizados a entrar⁵⁷ na TI sem agendamento prévio, tivemos acesso somente à entrada do território, onde foi possível fazer os seguintes registros (Figura 40 e 41). Contudo, observamos a presença das etnias no cotidiano do bairro fazendo uso dos seus marcadores identitários (como por exemplo o uso da língua nativa) para perpetuar seus valores e concepções de mundo naquela cultura.



**Figura 40 Registro da placa que sinaliza a demarcação de terra do povoado indígena Kaingang em Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS).
Foto: Alcântara, 2017.**

⁵⁷ Não recebemos autorização para a visita devido ter tido um agendamento prévio. Mas Tereza Dutra assegurou que a comunidade indígena reconhece a importância do Ponto de Memória da Terra Firme para a memória do bairro, fazendo registro de algumas manifestações culturais dessa comunidade.



Figura 41 Recinto Comunidade Kaingang, Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS).
Foto: Alcântara, 2017.

É no movimento de construção da cidade pelos sujeitos diversos que os pontos pioneiros se encontram. O movimento em comunidade desses sujeitos deve-se ao enfrentamento das desigualdades que se exprime em todas as dimensões da vida urbana (social, econômica, política e cultural). Os sujeitos sociais que atuam nesses museus criam um movimento de fazer cidade por meio do registro da memória social e salvaguarda dos patrimônios culturais, onde as experiências pessoais e sociais compartilhadas em grupo combatem a uma ordem urbana de solidão e negação das cidades (Agier 2011). Os processos museais recorrem às narrativas de vida, as memórias do passado (Pollak 1989), para reforçar sentimentos de pertencimento e manter a coesão entre aqueles que vivenciam o mesmo território, em uma perspectiva de construção do espaço e de trocas simbólicas e sociais entre as pessoas.

Separei dois trechos das entrevistas com as representativas de Pontos de Memória pioneiros para nos ajudar a refletir sobre como são gerados esse sentimento de pertencimento e coesão entre as pessoas pelo registro da memória social. O primeiro trecho é da minha conversa com Viviane Rodrigues do Museu Cultura Periférica quando comentou sobre uma das entrevistas de história de vida durante o inventário participativo de Jacintinho,

em Maceió. No segundo, Wellington Pedro me contou também de uma experiência com o inventário participativo do PM de Taquaril para dizer o que se quer e se deve guardar nesse museu.

Lembro que uma vez eu entrevistando um senhor pelo Ponto de Memória, eu perguntava para ele: “porque era importante participar do movimento?” Ele disse: “minha filha, eu ficava aqui na porta de casa pensando que só eu que tenho problema com essa terra, com essa falta de água, com essa falta de semente, eu achava que era um problema meu, na hora que eu participei do movimento e eu pude estar em lugares com gente diferente, eu vi que todo mundo tinha os mesmos problemas e às vezes um já tinha encontrado a solução e passava para o outro, então, movimento serve pra isso, serve para a gente não se sentir sozinho e serve pra gente encontrar soluções dentro de um coletivo” (Rodrigues informação verbal 2020).

No Taquaril, no processo de inventário participativo fez uma atividade que chamava “aqui eu vivi”, que era um inventário de narrativas curtas de coisas que as pessoas passaram na comunidade. E aí em um depoimento de uma moradora, ela fala da rua que ela morava, que não era uma rua asfaltada, que tinha terra. Falar sobre as ruas do bairro foi uma proposta do museu, de levar a história do nome das ruas. E no depoimento ela começou a falar que o marido dela lutou muito para que a rua fosse calçada e no dia que chegou todo material, não era nem para asfaltar, era para o calçamento mesmo, como pedra e terra. Ele ficou com uma alegria tão grande, com uma felicidade tão grande que ele teve um infarto e o socorro não conseguiu chegar até a casa dele há tempo porque tinha na rua pedras e terra. No final ela disse assim: “ele morreu em cima da pedra, as pessoas tentaram tirar, mas ali no monte de terra ele já não tinha a vida, mas foi bom porque aqui eu tenho meu lugar, eu tenho meu espaço e ele ajudou muito pra conquistar isso”. Essas são as histórias que a gente quer levar para o museu, mais do que dizer como que construíram o nome da rua, mas dizer que nessa rua tem pessoas que moram e que essas pessoas têm as suas histórias, então o que nós levamos para o museu, mais que objetos, são as pessoas (Silva informação verbal 2019).

Técnicas de entrevistas e rodas de conversa são as principais ações museais das iniciativas, realizadas de acordo com a realidade do lugar, onde se convoca as comunidades a apropriarem-se e empoderarem-se, de diversas formas, de sua memória (IBRAM e OEI 2016). Poder falar em primeira pessoa e ouvir o que outro tem a dizer são situações que os pontos pioneiros criam dentro das comunidades para valorizar a memória social dos lugares que atuam, bem como o fortalecimento de suas identidades, impulsionando a melhoria da qualidade de vida nas comunidades, sobretudo no que se refere à autoestima dos moradores que enfrentam violência física e moral diariamente devido o abandono e descaso público (Alcântara 2019). A vontade política de dizer de onde vieram, quem são e para onde querem

ir permeiam as intenções desses grupos de intervir nas realidades jurídicas, culturais e políticas por meio das narrativas e dinâmicas de memória.

4.1.2 (Re)existências

Qual a importância de um museu na periferia?

Essa foi uma pergunta que permeou toda a minha investigação sobre o objeto de estudo desta tese, dedicando-me, no trabalho de campo, a acessar o entendimento dos interlocutores sobre o que pensam a respeito desses museus em processos nas periferias que representam, sobretudo com as representatividades dos Pontos de Memória entrevistados. Mas antes de revisitar as experiências dos pioneiros, ministrei com Camila Quadros, educadora e conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme, a oficina participativa “Viver para lembrar, morrer para esquecer?” durante a 15ª Semana Nacional de Museus no bairro da Terra Firme, como atividade do PM local.

Conforme já mencionei por aqui, ouvimos os conflitos internos dos participantes da ação museal após algumas dinâmicas de interações entre eles e o bairro, fazendo uma amostra do trabalho desenvolvido pelo Ponto de Memória da Terra Firme. Assim, em um dado momento da programação, exibimos os vídeos documentários produzidos pelo PMTF que retrata o cotidiano do bairro e faz um registro dos movimentos culturais do lugar para questionar o público sobre: o que é um museu na periferia? Entre algumas narrativas que nos foram reveladas, sugerimos que os presentes respondessem em uma única palavra o significado de museu na periferia.

Utilizando a dinâmica de palavras geradoras⁵⁸ de Paulo Freire, escrevemos na lousa branca da Escola Mário Barbosa (local que realizamos a oficina) as palavras que nos foram ditas: conhecimento, valorização, movimento, dizer, comunidade, dentre outras. A ideia é que definíssemos juntos um conceito a partir das palavras que foram mencionadas pelo grupo. O resultado da dinâmica está ilustrado na Figura 42, a seguir, tendo a seguinte definição:

⁵⁸ Dinâmica freireana, utilizada nos Círculos de Cultura propostas pelo educador Paulo Freire, na qual são valorizados os saberes e conhecimentos populares.

Museu na periferia é dar espaço ao **novo**, é **narrar à vida**, é **valorizar o conhecimento**, a **diversidade** e o **movimento** em **comunidade**. Mas, museu na periferia, é, sobre- tudo, dar **representatividade** (grifo nosso)

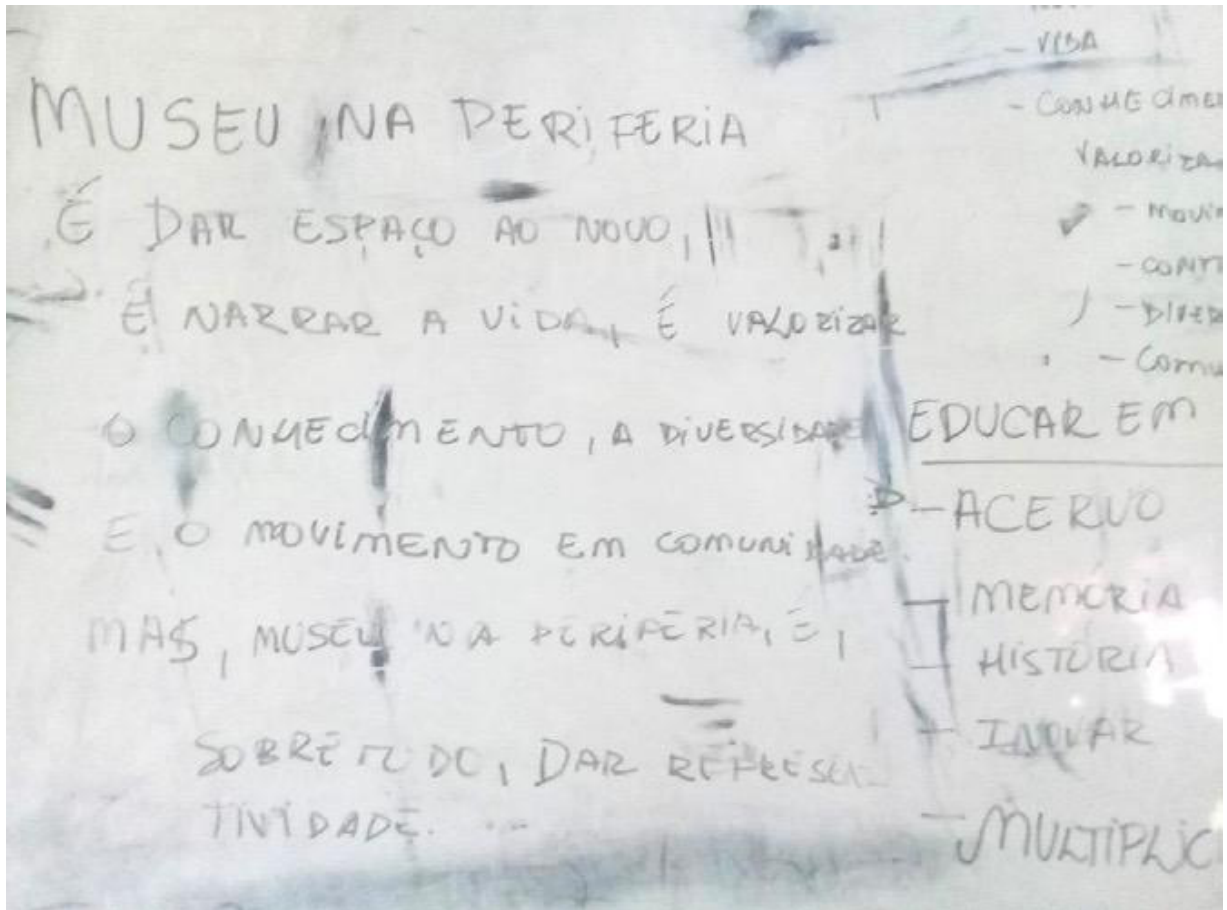


Figura 42 Conceito de museu na periferia elaborado a partir da dinâmica de palavras geradoras com os participantes da oficina "Viver para lembrar, morrer para esquecer?" do Ponto de Memória da Terra Firme. Foto: Quadros, 2017.

A definição de museu na periferia elaborada em grupo durante a atividade com moradores do bairro da Terra Firme ajudou-nos a refletir sobre os agravantes sociais e antagonismos de classes que são marcadores dos territórios periféricos pelo Brasil. Porém, reconhecemos que a organização social de parte da população que reside nesses espaços possibilita a transformação desses territórios, visando constantemente à melhoria na qualidade de vida (Alcântara e Quadros 2018). E dentre os atos de transformação desses grupos, observamos o processo de musealização de seus territórios a partir da vontade política de registro da memória (Idem).

Segundo Fernandes e Mata (2015) a formação de periferias se dá para além da distância geográfica, elas indicam uma distância simbólica constituída pela perda de qualquer coisa que coloca em ordem o urbano, como também pela perda de recursos materiais e de um estilo de vida marcado por padrões de conforto e acesso a esses recursos. Sabemos que essas construções simbólicas dentro das cidades geram os mais variados estigmas, rótulos, etiquetagem social sobre esses lugares. Frente a isso, os professores consideram que: “viver nas periferias desqualificadas gera uma condição social subalterna, e esta tem um impacto sobre o indivíduo, desde logo sobre seu corpo e a sua saúde, mas também sobre o seu autoconceito” (2015, p. 8).

Consideramos que essa desqualificação se deve a condição de subalternidade em que as populações que vivem nesses territórios estão sujeitas, no entanto, entendemos também que são essas condições que motivam as pessoas a se movimentarem em comunidade para lutarem contra essas opressões sociais (Alcântara e Quadros 2018). Acompanhamos de perto esse movimento em Terra Firme. Muito antes de mim, Camila Quadros, acompanhou sua mãe Helena Quadros (desde quando estava na sua barriga, literalmente) nas ações coletivas entre o Museu Goeldi e os moradores do bairro da Terra Firme na realização de projetos de acordo com as demandas desses moradores. Eu me insiro no movimento a partir da vontade política de parte desses moradores em registrar as histórias e memórias de luta e resistência no lugar, orientando na produção de metodologias de registro e pesquisa do grupo constituído como Ponto de Memória da Terra Firme.

Refletindo com os estudos sobre memória social de Ecléa Bosi (1999) observamos que em Terra Firme o processo museal instaurado no bairro possibilita um novo arranjo social, que se dá pela ação de refazer, reconstruir e repensar as experiências lembradas e vividas. E o que foi mencionado por Fernandes e Mata (2015) sobre os impactos nos corpos, saúde e autoconceito dos indivíduos são vencidos conforme esses rearranjos sociais acontecem, principalmente, quando suas memórias possam servir como meios de resistência e empoderamento social. A partir dessas reflexões e das nossas experiências no bairro, reconhecemos que o processo museal do Ponto de Memória da Terra Firme consegue enaltecer e *valorizar a própria vida*, o conhecimento local, a *diversidade* e o *movimento* em

comunidade, permitindo a *representatividade* dentro de instituições marcadas pelas relações de poder, como os museus (Alcântara e Quadros 2018).

De mesmo modo, quando revisito as outras experiências de Pontos de Memória pioneiros pelo contato com suas representatividades, observo que o movimento em comunidade apreendido nesses processos melhora a autoestima dos diversos sujeitos que são envolvidos, formando estratégias para vencer as relações opressoras que se instauram em seus lugares. Mas como se dá esse trabalho de resistência? Que estratégias utilizam? E quais são as mudanças observadas por essas representatividades durante o processo museal?

Os processos museais dos Pontos de Memória pioneiros acontecem em territórios vulneráveis e preconizados socioespacialmente, segregados das cidades, marcados por violações históricas de direitos e baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme refletiu o cientista social Adriano Almeida, em entrevista (2020). As características comuns desses territórios não passaram despercebidas durante a seleção das comunidades que participaram da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória que reuniu esses lugares e seus movimentos sociais em torno de ações museais que pudessem valorizar as memórias e os patrimônios locais das partes fragmentas das cidades. Abordagens da Antropologia Urbana, nos estudos de Ulpiano de Menezes (2006) e Magnani (2014, 2016), apontam que as cidades só podem ser abordadas como um todo fragmentado, devido os pontos múltiplos de apropriação desigual que se formam no processo de ocupação dos territórios e o modo de segregação produzida pelo espaço urbano.

As transformações socioespaciais que ocorreram nas cidades brasileiras, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, tornaram-se evidentes na forma como os sujeitos sociais se apropriaram, consumiram e produziram o espaço urbano, criando áreas de ocupação e utilização do solo e a formação de novas áreas urbanas. O surgimento dos territórios periféricos são reflexos desse processo de transformações socioespaciais, dado pela ocupação desordenada de famílias pobres, precarizadas de moradia, que se movem em direção às áreas das cidades que são destinadas a outros fins que não seja a instalação de residências, mas que são percebidas por essas famílias como espaços propícios a

sobrevivência, mesmo que não apresentem infraestrutura adequada para moradia e bem-estar da população.

Assim, as famílias subiram os morros, desceram as ladeiras e ocuparam as beiras dos rios construindo moradias que pudessem abrigá-los de acordo com as condições financeiras que lhes eram favoráveis. Porém, a falta de água potável para beber, a falta de escolas para as crianças, a falta de transporte que pudesse levar os trabalhadores para outras partes da cidade, não os assegura uma vida urbana digna que pudessem usufruir de todos os elementos que integram uma cidade, as desigualdades nas dimensões da vida urbana tornou-se latente. E as famílias entenderam que era um direito delas a permanência com qualidade de vida naqueles espaços urbanos, em contrapartida, o poder público demonstrara, por vezes à força, que nem direito essas famílias tinham.

As famílias cansadas do descaso público que não as reconhecia como populações das cidades, mobilizaram-se em comunidade para compreender as demandas diversas e trabalhar coletivamente em benefício das pessoas e dos lugares ocupados. Adriano Almeida ao descrever sobre esse processo de ocupação na periferia de Fortaleza, fez a seguinte afirmação: “aí percebemos que as demandas eram múltiplas e integradas. Não dava para cuidar só de uma dimensão. Daí veio a necessidade de uma articulação em rede” (Almeida entrevista 2020). O entrevistado referia-se ao trabalho da Rede DLIS, já citado em momentos anteriores nesta pesquisa sendo a organização comunitária que abarcou as ações museais e originou a criação do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

Contudo, compreendo que essa articulação em rede também é presente nos outros territórios dos Pontos de Memória pioneiros em outras configurações e denominações, como os centros comunitários em Terra Firme, as associações de moradores em Lomba do Pinheiro e na Estrutural; e o Centro de Estudos e Pesquisas Afro Alagoano, o Quilombo, referência de organização social para o Museu Cultura Periférica de Maceió. Ambos citados em entrevista, institucionalizados, ou não, como representações dos territórios, exigem uma participação permanente dos comunitários em momentos diversos para fins diferentes, como reivindicações de escolas, centros de saúde, asfaltamento de ruas e todos os demais benefícios próprios da vida urbana. Nas comunidades periféricas esses movimentos tornaram-

se “um trabalho político na questão da sobrevivência mesmo, porque ou você se organiza politicamente ou você é engolido pelo sistema”, como enfatizou a representatividade do PM da Estrutural, Abadia Teixeira em nossa conversa (informação verbal 2017).

A entrevistada descreveu ainda que na Cidade Satélite da Estrutural o trabalho de resistência teve o protagonismo feminino especialmente, cujo reconhecimento desta ação veio somente com o Ponto de Memória. Leiam o que ela me disse:

O trabalho político era de resistência. Nós somos de uma comunidade que vem da ocupação, onde as mulheres que eram protagonistas pareciam mulheres solteiras, mas eram mulheres cujos maridos não assumiam. Então, tinha protagonismo também. E essa questão de enfrentamento, mulheres fazendo o enfrentamento era uma coisa nova, porque, assim, você vai para a linha de frente, mas na hora da conquista quem aparece na linha de frente são os homens. Entendeu? Quem aparece nas discussões são os homens e a estrutural não é diferente, nós tivemos que aprender, tivemos que enfrentar o machismo, o direto à moradia, porque como você bem disse lá no seu inventário que era a luta por direitos, o Distrito Federal e o Brasil inteiro não tinham política de moradia, agora está mais clara essa política. Nós precisamos morar e nós fizemos esse enfrentamento e essa qualificação que você se refere, ela vai acontecendo na luta, no seu dia a dia, você vai conquistando uma coisa aqui e uma coisa ali e a gente vai aprendendo. Porém quando o Ponto de Memória chega ele qualifica exatamente por aquilo que você falou, busca parceria, você vai na universidade, você fala, vai nas pessoas que compreendem, você faz encontros, eu acho que nós crescemos muito quando fazemos os nossos encontros e são duas vias, eu ajudo você, você me ajuda, a gente debate com os professores, nos minicursos, nas instituições, nas divergências ali que a gente cresce (Teixeira informação verbal 2017)

O protagonismo do movimento em comunidade por mulheres também é observado no bairro da Terra Firme, com o papel significativo das conselheiras do Ponto de Memória da Terra Firme, Chiquinha e Chiconá. As duas moradoras chamadas Francisca (a primeira Francisca Rosa e a segunda Maria Francisca), receberam esses apelidos por terem se tornados amigas, lutado juntas em defesa do bairro e possuírem uma diferença de estatura que as diferencia quando estão reunidas. Elas atuaram como educadoras populares e gestoras no Centro Comunitário Bom Jesus, nas décadas de 1970 e 1980, onde estiveram envolvidas em causas sociais e políticas para o bairro e outras periferias de Belém (Figura 43). No PMTF, Chiquinha e Chiconá dão continuidade ao trabalho comunitário liderando ações museais no lugar que foram importantes para a consolidação do processo, como a produção dos vídeos documentários, a realização do inventário participativo e as ações de fins ambientais, voltados

para a plantação de espécies nativas da região amazônica em áreas ociosas do bairro da Terra Firme.



Figura 43 Chiquinha e Chicona (da esquerda para direita) do bairro da Terra Firme. Foto: Lacerda, 2021.

Mas essa falta de reconhecimento do trabalho feminino apontado por Abadia sobre as ações na Estrutural, também é observado no bairro de Belém. Na pesquisa de mestrado de Camila Quadros, ela faz uma reflexão sobre a “ausência” dessas mulheres que gerou sentimentos confusos em filhos, quando a pesquisadora entrevistou uma das filhas de Chicona e observou “nas expressões sérias e no ar de indignação” (2018, p. 75) que as lutas travadas pela mãe pouco mudaram as referências no bairro, especialmente no que se trata de direitos básicos, nos quais a saúde e a educação são deficitárias. Mas o que lhe traz indignação é o não reconhecimento de parte das lideranças do CCBJ sobre o papel político desempenhado por esta mulher, acarretando um evento específico, a sua expulsão da organização social. Contudo, com participação das Chicas (como me refiro a Chiquinha e Chicona) no processo museal, é contada a história do centro comunitário no bairro da Terra Firme de forma que haja um trabalho de valorização da memória dessas senhoras.

O sociólogo francês Michael Pollak (1992) nos ajuda a refletir que a memória é um fenômeno construído em que se trabalha coletivamente para enquadrá-la de acordo com os nossos investimentos extremamente políticos, no que diz respeito à coerência, unidade e identidade da organização. Percebo essa construção com clareza no Ponto de Memória da Terra Firme, especialmente quando se trata de narrar as histórias das organizações com os quais os conselheiros de alguma maneira estão envolvidos. O processo museal nesse sentido é apreendido como uma unidade que fora feita das cisões de agrupamentos anteriores que criaram identidades coletivas, de fundo heterogêneo de memória ou de fidelidade à memória antiga.

Sendo mais específica, a composição do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme é originária de duas organizações, o Centro Comunitário Bom Jesus e o Museu Paraense Emílio Goeldi, que se encontraram por meio do projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade” ainda em 1985, e ao longo dos trinta e seis anos foram construindo memórias de forma que se transformasse em histórias, histórias parciais e plurais deste encontro. Essas histórias, registradas em ações citadas no primeiro capítulo, culminaram no processo museal do bairro da Terra Firme onde vê-se o protagonismo feminismo representado pelas Chicas, Eliete Santana, Madalena Pantoja, Sâmia Queiroz e Paula Santos como lideranças comunitárias do CCBJ somada às histórias e memórias de mulheres que iniciaram o trabalho no Museu Goeldi, como Helena Quadros, Jéssica Luiza e Camila Quadros.

O protagonismo feminino do Ponto de Memória da Terra Firme também foi reconhecido pela pesquisadora Marcelle Pereira quando afirmou que o grupo: “é um ponto de mulheres, feito por mulheres e ancorado por elas” (2018, p. 188). Observo que o fazer por mulheres implica no pensar e propor ações que visem o bem-estar das famílias do bairro como um todo, cabendo listar: projetos de alimentação saudável, implantação de jardins e hortas comunitárias, oficinas para formação de mulheres, dentre outras que serão descritas no próximo capítulo. E o ancorado por elas, deve-se ao reconhecimento da atuação dos conselheiros João Batista (liderança comunitária também no CCBJ), José Maria Souza e Edvaldo Sales que é pautado na articulação política com outros movimentos sociais do bairro, principalmente em outros conselhos, como de saúde e segurança.

O conselho do PM da Terra Firme feito e ancorado por mulheres, ocupa espaços institucionalizados, assim como Abadia e suas companheiras, para falar de si e dos seus pares, trocando conhecimento e movendo as estruturas sociais que lhes são postas (Figura 44). São essas mulheres que quando chegam na portaria do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, local de uso restrito, a entrada é permitida sem questionamentos de uma coordenação ou gerência do museu. São essas mulheres que são convidadas a proferir uma conferência na Universidade Federal do Pará⁵⁹ em que possam ter a um posicionamento político afirmando “a memória tecida nos afetos e pelas expectativas diante do devir” (Gondar 2016, p. 24). O fato é que essas mulheres continuam a movimentar-se em comunidade por meio dos processos museais, onde podem manifestar suas indignações, atender demandas pessoais e comunitárias, especialmente fazer uso da primeira pessoa para falar de si e dos movimentos que participam.



Figura 44 As mulheres da Amazônia (descritas pelo professor Mário Chagas) no evento da I Teia dos Pontos de Memória, em Salvador (BA). Da esquerda para direita: Helena Quadros, Jéssica Luiza, Chiquinha, Nerci, Mário Chagas, Ana Cláudia Silva e Chiconá.

Foto: Acervo pessoal de Helena Quadros, 2009.

⁵⁹ A UFPA é só um exemplo dentre outras instituições científicas que essas pessoas foram convidadas a estar.

No ano passado, em 2020, com a intenção de apresentar os resultados parciais desta tese, participei do Pré-evento do Comitê de Patrimônios e Museus da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia sob o tema “Antropologia e museologia social: avanços e desafios”⁶⁰, com colegas pós-graduandos de outras universidades do país em um dos debates sincrônicos. A mediadora do debate, a professora Luciana de Carvalho⁶¹, nos questionou se na busca do patrimônio e dos museus dos diferentes processos museais apresentados no evento havia alguma relação com o esgotamento de outras demandas jurídicas, como o direito à cidade, o direito ambiental, que em algumas esferas não se tem avançado no país, especialmente nos últimos anos. A antropóloga, que coincidentemente esteve na banca examinadora da minha dissertação de mestrado, descreveu a Terra Firme, como um lugar onde a população vive sob uma pressão constante de “encolhimento dos direitos” (expressão usada por ela).

Esclareci no evento que não saberia afirmar se houve um esgotamento de demandas nos territórios periféricos, especialmente em Terra Firme, mas que os processos museais possibilitaram um novo entendimento sobre as realidades desses lugares e das pessoas, pelo menos em uma parte da população. Essa parte que usa os museus como ferramenta para se organizarem politicamente em vista de criar possibilidades de existência e resistência nas cidades. Passando a questionar a realidade de expropriação do território e dos patrimônios, bem como, outras demandas que os acompanham por décadas.

Na conversa com as representatividades dos Pontos de Memória pioneiros essa inquietação da professora Luciana de Carvalho fora discutida, de forma que reconheceram que as outras demandas existem, mas que com o trabalho dos sujeitos sociais envolvidos nos processos uma parte das populações passou a exigir outros direitos, como a memória, servindo-se das ferramentas de registro e salvaguarda patrimonial para questionar demandas antigas. As representatividades dos PM de Estrutural, Lomba do Pinheiro e Taquaril que foram entrevistadas nesta pesquisa, ao refletirem sobre a existência dos processos museais nas periferias que representam me deram exemplos, descritos a seguir, dos quais é possível

⁶⁰ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=0ZiTP39eJaU&t=3344s>

⁶¹ Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

tomarmos nota das resistências aos processos nos territórios e o que passaram a questionar sobre suas realidades.

A gente saiu para as ruas e perguntava “o que você acha de ter um museu?” e as pessoas respondiam “não, não quero saber de museu, eu quero saber é de comida” (Teixeira informação verbal 2017).

Na verdade, a população da periferia não queria nem falar sobre isso porque existiam coisas básicas que não eram feitas, e até a gente explicar para eles que cultura é uma expressão de pessoas e das civilizações, se levou anos (Mattos informação verbal 2017).

Por mais que exista um processo de resistência e de luta para as garantias de direitos básicos. E os direitos básicos iniciais na sua constituição é a moradia, é o direito a rua asfaltada, a água encanada, o transporte público. A gente começa a identificar esses direitos supridos. Acho que a luta ela nunca termina, mas você tem um avanço, você começa a identificar também o direito ao lazer e o direito também pela memória, é guardar essa história (Silva informação verbal 2017).

Learchs e Ocampo (2008) defendem que esses museus em comunidade podem ser um instrumento para gerar consciência sobre as realidades sociais que os sujeitos estão atravessados, servindo como instrumentos para convocar à ação. Os pesquisadores, desta maneira, afirmam que é gerado “um espaço de organização onde a reflexão sobre história desemboca em iniciativas para intervir nessa história e transformá-las” (2008, p. 4), exemplificando algumas intervenções que são reconhecidas nesses museus, como: projetos de fortalecimento da cultura tradicional, de formas distintas de expressão artística, até mesmo o desenvolvimento do turismo comunitário que possa beneficiar e valorizar os modos de vida e expressões culturais nos lugares que os museus atuam. Em algumas experiências, o trabalho em rede por meio de intercâmbios culturais gera alianças (comuns e forjadas) que permitem realizar projetos comunitários conjuntos, especialmente quando trata-se de formação pessoal para atender as necessidades diversas das comunidades representadas.

Reconheço que ações descritas por Learchs e Ocampo (2008) são realizadas nos museus em comunidade dos Pontos de Memória pioneiros, citadas neste capítulo, contudo sabemos que o processo de tomada de consciência sobre as realidades sociais dos diversos sujeitos das comunidades representadas não é adotado de forma rápida e simplificada. As demandas dessas comunidades são tão urgentes e complexas que não há tempo para pensar e discutir sobre outras necessidades que não são consideradas como básicas. E na contramão dessas urgências, não nos ensinam a compreender a cultura como resultado de um processo

de interação histórica entre indivíduos que determinam as formas básicas de existir, tanto individualmente quanto coletivamente, por exemplo, determinando o que comemos e como comemos, necessidade na Cidade Satélite da Estrutural narrada por Abadia.

Entender que nossas realidades são reflexos culturais de um processo histórico de dominação e subordinação de classes e de raças é um dos principais objetivos dos movimentos sociais. Esses movimentos ajudam a entendermo-nos como sujeitos sociais, seres de relações, capazes de refletir, de fazer crítica e de ser conscientes de sua historicidade, tornando-nos capazes de optar, criar e transformar a realidade (Learchs e Ocampo 2008). Que, em territórios de periferia urbana estão marcadas pela falta de comida, casa, água, segurança; ou seja, pela falta de direitos básicos. Por isso, os processos museais criados nesses territórios identificam que há uma negação ou não entendimento do que são direitos culturais por parte da população, em vista de a cultura estar associada a lazer e manifestações festivas apenas, reconhecendo-a como não prioritária frente aos outros direitos considerados essenciais.

O movimento em comunidade dos museus reconhece o direito à memória como um direito cultural dessas populações marcadas pela falta de demandas múltiplas e integradas, convocando esses grupos a repensarem sobre as narrativas intencionais que os colocam em posições de invisibilidade, no contato com outras políticas e ações públicas que lhes são tão caras e urgentes (Gouveia e Araujo 2020). O professor Mário Chagas (2002) revela-nos que o poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos, referindo-se o poder às situações estratégicas complexas numa sociedade determinada, em que por meio de instituições de memória, como os museus, tenta construir uma tradição que possa vincular o presente ao passado ou orientar o próprio presente. Segundo o intelectual, “o poder em exercício empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma concepção de mundo, mas como o passado é um não lugar e o seu esquecimento é necessário, as possibilidades de insubordinação não são destruídas” (2002, p. 57).

Tão logo, podemos lembrar (ou não esquecer) que essa memória fora colocada naquela situação de subordinação e reascender o que fora vivido. O poder dos museus em comunidade está envolvido nessa circunstância de dar outro direcionamento às memórias vividas que foram postas em esquecimento. O professor e pesquisador Wellington Pedro,

representatividade do PM de Taquaril, considera que o movimento social nas periferias brasileiras de reascender o que fora vivido é um direito como outro direito social que parte da vontade política das populações desses territórios em organizarem-se para dizer de si (Silva informação verbal 2017).

Inúmeros são os exemplos de como os Pontos de Memória pioneiros propiciam esse reascender da memória social dos territórios que representam. Destaquei três compartilhados em entrevistas que me ajudaram a compreender como esses processos se concretizam em ações museais e como conseguem reunir as demandas dentro do mesmo movimento de mudança da realidade social de seus lugares. A primeira transcrição é de Viviane Rodrigues sobre o Museu Cultura Periférica que fora criado para atuar nas periferias de Maceió (Alagoas), voltando-se principalmente para as demandas dos movimentos negros da cidade. A segunda narrativa é da jovem assistente social, Jéssica Luiza do Ponto de Memória da Terra Firme, que me contou da experiência expositiva dos conselheiros da iniciativa quando têm contato com moradores de outros bairros de Belém, ao descreverem sobre processo museal que acontece em Terra Firme. E a terceira transcrição é do PM Lomba do Pinheiro quando Tereza Dutra me disse sobre como as ações museais desdobraram-se em outras ações comunitárias pelo bairro.

Como a gente funciona? Com ações. Então, a gente escolheu que as exposições estão sempre em espaços abertos, a gente faz dentro da feira livre do bairro, a gente já fez em uma praça no centro da cidade. Então a gente saiu querendo ocupar os espaços, aí as oficinas para nós, todas as oficinas que acontecem na casa de “Sil” (Silene, umas das integrantes do Museu Cultura Periférica que cede sua casa para realizar ações museais e locar acervo) para nós são ações que fazem parte do museu e do quilombo (outras iniciativas comunitárias de Jacintinho). Então as oficinas de capoeira, as oficinas do Bumba, as parcerias que a gente faz com os outros grupos fomentando espaço pela cidade, grupo do museu sempre é citado, principalmente quando a gente faz oficinas trabalhando essa questão da memória porque os outros grupos têm interesse (Rodrigues informação verbal 2020).

Nossas experiências, a gente tenta levar as experiências pessoais como moradores e do bairro, porque a gente primeiro conta um pouco sobre a história do bairro até quando a gente chegou, quais foram os objetivos, o que a gente foi aprendendo. E aí a gente conta as nossas experiências pessoais também porque são lutas, tanto que a Chiquinha e a Chiconá, pelo que eu conheço da história delas, elas lutaram pelo bairro, então essas experiências são boas porque a gente acaba ganhando mais conhecimento, sendo mais forte como pessoa e tentar lutar pelos nossos direitos (Gusmão informação verbal 2019).

Desse trabalho foi surgindo tanto o trabalho social. O trabalho de envolvimento com artesanatos, resgate de vida, horta comunitária. Então, foi saindo dali pessoas

contando suas vidas, o que passava, a saúde da Lomba, os postos de saúde trabalharam juntos também porque aí mandavam as pessoas com depressão, com problemas de saúde, várias doenças para trabalharem na horta e da horta nós trazíamos essas pessoas aqui para dentro para contarem as suas histórias. E dali as pessoas foram se desenvolvendo, dali muitas foram se reerguendo, foram trabalhar, saíram daquela situação de risco também e o resultado que deu para nós do ponto de memória foi muito bom (Dutra informação verbal 2017).

Os estudos de Chagas (2002) apontam que a relação memória e poder faz parte da constituição do próprio museu, os quais nos alerta que existe essa relação também nos projetos mais alternativos, onde incluem os Pontos de Memória pioneiros. Em que pode haver uma função emancipadora ou coercitiva dos dois movimentos da memória: o que se dirige ao passado, outro que orienta para o presente. Observo que os processos museais estudados são bons exemplos para notarmos que não há um modelo automatizado e que há uma preocupação dessas iniciativas em recorrerem ao passado para manter o jogo de uso da memória em movimentos que se constroem ou são construídos pelas práticas sociais.

E na prática de registrar a memória social das pessoas e dos lugares, por meio de fotografias, filmagens, entrevistas, trocas de conhecimento, fazem escolhas, exercem poder de escolha de lembrança e esquecimento. E aí que mora o perigo, segundo Mário Chagas, pois deve-se evitar a ação autoritária e destrutiva desse poder, bem como a saturação da memória do passado, a saturação do sentido e conseqüentemente bloqueio da ação e da vida (2002). Com essa reflexão, fiquei a pensar sobre que escolhas os Pontos de Memória pioneiros fazem e como se servem da ação museal para firmarem compromissos com as práticas sociais do presente sem reproduzir sistemas autoritários e saturar memória.

Em outro momento da conversa com o professor Wellington Pedro (entrevista 2017), o também pesquisador sobre os Pontos de Memória pioneiros considerou que esses processos museais escolhem em sua maioria, falar, registrar e rememorar as lutas políticas que foram e são vivenciadas nos territórios que representam. Atribuindo a esses grupos uma representação da luta política do presente, onde se luta e se fortalece coletivamente. Sob o reconhecimento dos pioneiros como museus de comunidade, assim como Learsch e Ocampo (2008) discutem sobre as experiências de museus comunitários, observo que os processos

coletivos estudados ganham vida no interior das comunidades criando forças para desenvolverem múltiplos projetos futuros, alheios ao que se quer mudar.

As mudanças foram apontadas por outras representatividades entrevistadas quando me narraram sobre a importância desses Pontos de Memória para as periferias brasileiras, sobretudo, as que essas representações vivenciam. O recorte das entrevistas, transcritos a seguir, apresentam as mudanças observadas por esses sujeitos políticos em Estrutural (primeiro trecho), Lomba do Pinheiro (segundo trecho), Terra Firme (terceiro trecho) e Grande Bom Jardim (quarto trecho). De maneira que as narrativas reunidas expõem os sentimentos envolvidos nos processos museais como conquistas desse trabalho de resistência dentro das cidades.

A gente foi entendendo que essa ferramenta ou esse instrumento chamado museu e chamado Ponto de Memória em que encaminha para um museu comunitário era importantíssimo naquele momento. Hoje a gente pensa é museu. Só que naquele momento quando a gente começou a compreender era importantíssimo para sabermos que a nossa história tinha valor, que era uma proposta de ser guardada, visitada, pesquisada. Aquilo deu um **sentimento de pertença na comunidade e de tornar uma pessoa especial, de existência (grifo meu)**: “eu sou importante para algumas pessoas pelo menos”. Isso eu acho que é uma coisa importante para a gente (Teixeira informação verbal 2017).

Outra coisa também foi o momento que nós fizemos esse projeto, o empenho da população em se apropriar do projeto, a proposta que nós fizemos de puxar as entidades comunitárias para fazer esse trabalho coletivo deu um tipo de empoderamento que cada associação de moradores preserva o banner feito com todo o carinho, mostras para as pessoas visitantes, porque cada banner tem um nome que colaborou no projeto, então eu acho que o empoderamento das pessoas da periferia **alavancou uma auto estima muito grande e isso não tem preço (grifo meu)**. Entrevista com Eduíno Mattos (informação verbal 2017).

Eu acho que para aqueles que não conheciam, ele contribui na forma de conhecer e valorizar o que tem aqui, porque tem muita gente que mora, mas não gosta do bairro terra firme, que tem preconceito, nasceu, cresceu, às vezes tem até família, mas não defende o seu bairro, mas não entende, não compreende e não sabe nem um terço de como que se deu a criação do bairro, então eu acho que para a **valorização do próprio morador (grifo meu)**, valorizar. Porque se diante de todas as lutas, de todas as pessoas passaram o que passaram para que hoje tivesse os benefícios que tem hoje, entendeu? (Queiroz informação verbal 2019).

A gente também é um patrimônio. E os nossos valores simbólicos também são patrimônio e as nossas relações também são patrimônio. A gente consegue hoje reconhecer na fala, pelo menos eu, reconhecer na fala de pares essa noção do patrimônio mais ampliado. E, a importância da manipulação da linguagem para produzir narrativa boa que nos afirme enquanto organização, enquanto território de direitos. Então, nesse sentido a museologia é um instrumento político porque também trabalha a nossa identidade. A gente se afirmar enquanto ser, ser de direito,

por esse recorte ou usando da museologia e da memória para produzir narrativas sobre nós, positivas, né? A gente é conhecido na cidade como o lugar do “vixe”, “vixe, vocês são do Bom Jardim?”. **A museologia serve para gente para isso, para ajudar a gente a fortalecer a nossa existência identitária e a nossa luta por direitos de afirmar um território bom (grifo meu).** Entrevista com Adriano Almeida (informação verbal 2020).

No ato de lembrar, reviver e reconstruir novos mundos no território que vivem (Bosi 1994), os Pontos de Memória, como museus em comunidade, inventam uma forma de contar suas histórias e dessa maneira participam da definição da própria identidade em vez de consumir identidades impostas (Learsch e Ocampo 2008). “Criam conhecimento em vez de amoldar-se a uma visão central, a de interpretação dominante da história nacional que sempre os exclui e os esquece (ou manipula os registros)” (Learsch e Ocampo 2008, p. 3). E assim, lutam contra a desvalorização histórica e dos feitos da vida cotidiana em comunidade.

A importância de museus nas periferias brasileiras dá-se pela criação de espaços, processos e equipamentos de (auto)representação social, política e cultural de grupos sociais presentes nesses territórios, que partem do ato de lembrar e reviver as memórias para resistirem nos lugares que vivem. Os grupos ao recriarem outras realidades possíveis de existência atingem “o que vem de dentro”, como observou a pesquisadora Viviane Rodrigues do Museu Cultura Periférica. E o que vem de dentro são justamente as frases grifadas nos trechos das entrevistas acima e as palavras citadas durante a dinâmica da oficina em Terra Firme.

No momento que se apropriaram dos museus, instituições criadas para que a elite legitime seus próprios valores, os grupos que lideram os processos museais nas periferias narram a vida em comunidade valorizando o conhecimento do morador. Que por sua vez, fortalece-se e reconhece-se como sujeito de um território, cuja identidade social é formada em referência aos outros, numa relação de negociação direta entre a memória individual e a memória dos outros. Michael Pollak, ao refletir sobre a memória como um fenômeno construído social e individualmente, afirma que a “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (1992, p. 5) na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si.

Considero que a reconstrução social das comunidades periféricas em que acontecem os Pontos de Memória pioneiros está pautada na afirmação identitária dos sujeitos que compõem o território, despertando neles a autoestima individual e o sentimento de pertencimento a um lugar que é seu por direito. Contudo, é importante lembrarmos que os PM são representações das comunidades estudadas, que ao desenvolverem ações museais conseguem atingir parte dos sujeitos que habitam esses territórios. A parte que é tocada pela mobilização social por meio do registro da memória social e da salvaguarda dos patrimônios culturais.

4.1.3 (Auto)representação

Os Pontos de Memória pioneiros representam um movimento de organização e valorização das práticas culturais que acontecem nos territórios de periferia no Brasil, dispendo valer os interesses dos sujeitos sociais que integram esses processos de autorepresentação e construção de identidades, assim como reforça os sentimentos de pertencimento e autoestima daqueles que vivenciam esses territórios (Abreu 2008). Desdobrando-se em ações museais e museográficas inventadas e reinventadas em museus não institucionalizados, servem-se da memória em processo e das dimensões do patrimônio para construir novas relações, novos mundos e novas produções de sujeitos frente às realidades sociais que enfrentam.

Os estudos sobre memória social apontam que ela está inserida em um campo de lutas e relações de poder, onde se configura o movimento entre lembranças e esquecimentos (Gondar 2006, 2016; Abreu 2016; Lifschitz 2016). Como conceito transversal eminentemente ético e político, segundo a pesquisadora Jô Gondar (2016), ao entrarmos em contato com esse campo de análise, demos conta de que a escolha sobre o que vale ou não ser recordado diz respeito a uma intencionalidade quanto ao futuro, onde desenha-se um mundo que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. E o que se quer lembrar, muitas vezes, tem vínculos de coexistência paradoxal com o não querer esquecer, inscrevendo-se no processo de registro da memória por meio da escrita, dos documentos, das fotografias, dos objetos e mais recentemente, na cena contemporânea, as inscrições da memória no meio digital.

As pesquisas de Gondar (2006, 2016) revelam que a memória, por ser social, é viva, pulsante e em constante mudança, tornando a representação como uma parte cristalizada ou legitimada em uma coletividade. Os conflitos que criam essas representações estão na esfera do irrepresentável, segundo a pesquisadora, inseridos no corpo, nas sensações, nos afetos, nas intervenções e nas práticas de si. “Não mais uma memória fincada na conservação do passado, e sim uma memória de rastros e resíduos, porosa e aberta ao imprevisível” (2016, p. 34). Essas reflexões de Gondar ajudam-nos a compreender a memória como processo que não exclui as representações coletivas para inserir o irrepresentável. Mas o que pensar dos Pontos de Memória pioneiros quando se lança essa concepção?

Os processos museais investigados nesta pesquisa fundamentam-se nas relações do cotidiano e na contemporaneidade entre as pessoas, as coleções, os espaços e os patrimônios para enfrentarem situações concretas da vida social e política das comunidades que representam (Chagas 2008; Abreu 2016). No exercício de operar essas relações de memória e poder, servem-se de coisas concretas para gerarem saberes capazes de produzir práticas inovadoras de ressignificação da ferramenta museu e da sua participação nas lutas de diferentes movimentos sociais, propiciando experiências museográficas dialógicas e polifônicas de valorização das contramemórias e de narrativas poéticas com seus patrimônios materiais e espirituais; compondo o que o professor Mário Chagas chamou de nova imaginação museal (2008). Sendo assim, os vínculos que se estabelecem nessas relações produzem memórias sociais, plurais em conteúdos de lembranças e formas de lembrar, que por sua vez transformam os acontecimentos em maneiras singulares de apropriação das experiências cotidianas (Abreu 2016).

Cada pessoa que participa dos Pontos de Memória contribui para interpretar a vida em comunidade, ao selecionarem de forma específica e significativa a realidade e a história dos territórios que vivenciam. A seleção ocorre no ato de criar temáticas, capacitar sujeitos, realizar entrevistas ou ser entrevistado, reunir objetos, tomar fotografias, criar desenhos. Experiências que proporcionam um autoconhecimento e ao mesmo tempo gera conhecimento sobre a comunidade a qual pertence (Lersch e Ocampo 2008). Nesse sentido, percebo que a memória que torna essas experiências concretas não é única e nem guia-se por

um só caminho, à luz das experiências vividas no presente, fundamenta-se nos pensamentos, reflexões e imaginações compartilhadas coletivamente (Abreu 2016).

Vejamos, a seguir, o que fora narrado pelas representatividades dos Pontos de Memória pioneiros, entrevistados nesta pesquisa, quando compreenderam que suas experiências pessoais importavam para a criação desses museus nas comunidades. Os trechos das entrevistas de Eduíno Mattos, Tereza Dutra e Teresa Medeiros nos descrevem sobre o despertar da vontade de registro da memória e da autorepresentação desses comunitários quando se inserem no processo museal de Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre. E ainda, apontam indícios de como as memórias do lugar representáveis e irrepresentáveis se inscrevem nesse processo.

O museu tradicional, principalmente no estado mais racista que existe no Brasil, que é o Rio Grande do Sul, os museus estão tapados de figurões caudilhos, onde não representa a população, representa aquele pequeno grupo e as revoluções que houve aqui foram todas burguesas, e eu sempre tive curiosidade de preservar a sabedoria local. Eu entro numa casa velha por exemplo, eu sempre entro lá e fotografo, eu sei que ela vai ser derrubada ou vai cair, porque ninguém cuida, mas eu registro porque ali está a história e aí eu me interessei por isso porque é interessante um museu da região onde as pessoas possam levar lá uma panela e dizer "olha, essa panela aqui da minha bisavó, vamos botar aqui como acervo" (Mattos informação verbal 2017).

Como eu já expliquei, memória não pode morrer, memória é para sempre, é uma continuação de vida e de qualquer coisa, eu penso, no meu entender por que eu não tenho muito estudo, mas memória, uma foto, uma coisa que você tem guardado, uma gravação, é uma memória pública, da nossa comunidade (Dutra informação verbal 2017).

Quando começou esse ponto eu pensei bem diferente, eu pensei "é um museu onde vão guardar coisas velhas, a gente vai juntar na comunidade coisas velhas que não se usam mais e vai levar para o museu", eu imaginava assim "só mais um prédio cheio de coisas velhas dentro", e na realidade não é assim, é um prédio cheio de imaginários, todo nosso imaginário ali (Medeiros informação verbal 2017).

Ao invés de explorarem as narrativas tradicionais do lugar, as representatividades nos falam de reconstrução de uma história elitizada, de dominações e representações burguesas por uma geração ativa da memória que satisfaz as necessidades locais. Revelou-se, portanto, que o Ponto de Memória Lomba do Pinheiro fora criado por um imaginário que procura reverter a prática de colecionismo de objetos que não geram forças culturais e identitárias com a comunidade do lugar, por uma prática de inventários de coisas que transitam no

cotidiano dessas pessoas, findando em ressonâncias entre aqueles que participam do processo museal e outros que contribuem para a interpretação da realidade vivida. Uso o termo “coisas” para me referir à materialidade descrita nas narrativas desta pesquisa, podendo ser artefatos, mercadorias ou objetos, como as citadas acima: painéis e fotografias.

Os estudos de Daniel Miller indicam que a importância dada às coisas não é justificada pelo seu estado físico, referindo-se à forma e função, e sim pelo o que elas representam (2013). O antropólogo define as coisas como um sistema de trechos e ou troços que usadas como sinônimos na “sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (2013, p. 83). Nos museus em comunidade a cultura material do cotidiano de um passado recente são elucidadas em contextos socioculturais nos quais os significados das coisas são gerados e as coleções são criadas para serem portadoras de informações que cada um descreverá à sua maneira, com ou sem ajuda de um mediador (Alcântara e Gontijo 2015).

No Ponto de Memória da Terra Firme, por exemplo, não tivemos ainda a experiência de formar coleções representáveis em coisas, ousaria dizer que a justificativa seja pela falta de um espaço que possa abrigar esse acervo material. Contudo, nos doze anos de existência, o processo museal no bairro da Terra Firme tem acontecido por meio de ações continuadas que contribuem no movimento de interpretação da vida no bairro, resultando em atividades e produtos que atendam a realidade que é demandada pelos moradores, em relação à capacidade e potencialidades do conselho gestor do museu em atender essas demandas. No ato de criar, executar e manter o processo, ações foram e são realizadas mês a mês, ano a ano, pelo conselho e naturalmente com o auxílio de profissionais, onde me incluo.

Nessa configuração, ativamos no bairro da Terra Firme a memória enquanto instrumento de interação social e ferramenta para a construção de novas relações, novos mundos e novas produções entre os moradores. Regina Abreu (2016) refere esse tipo de configuração a uma concepção moderna de vontade de memória que sugere intenção deliberada, projeto, trabalho e construção de sujeitos em conteúdos cristalizados. Os conteúdos desse processo museal específico serão apresentados no próximo capítulo, onde revisitarei o Ponto de Memória da Terra Firme depois da minha pesquisa sobre a formação da

iniciativa comunitária como museu (Alcântara 2016) e apresentarei os arranjos feitos até o momento para que o museu seja um processo continuado.

Por ora, é interessante prosseguirmos com as discussões sobre o representável e o irrepresentável nesses Pontos de Memória pioneiros. Chamo atenção, portanto, para o trecho da entrevista com o professor Wellington Pedro do Ponto de Memória do Taquaril. Percebam as importâncias levantadas pela representatividade sobre os caminhos que se desdobram ao fazer parte do museu em processo.

O Ponto de Memória do Taquaril ele não tem êxito por hoje fazer parte de pesquisas e por ter um reconhecimento institucional e até podemos ver no território nacional por outras iniciativas. Mas a importância dele é o processo de transformação local das pessoas envolvidas e que toda essa trajetória do Ponto, eu vejo isso como uma das maiores importâncias, por isso que hoje tanto faz para mim se o ponto continua existindo enquanto estrutura física ou se ele continua existindo enquanto processo porque não vai ser um museu que vai dizer das pessoas que atuaram ali, mas são os caminhos que cada um tomou por fazer parte em algum momento do processo do museu (Silva informação verbal 2017).

A museóloga, professora, pesquisadora e educadora museal, Maria Célia Santos afirma: “Por si só, um museu não quer dizer nada. Não é senão um conceito indicando uma ação a ser executada, um conceito prático significando que para encontrar a realidade à qual faz alusão, é preciso encontrar não o homem abstrato, mas o homem real, no conjunto das relações sociais” (2014, p. 79). Santos nos fala de um olhar museológico que convoca à ação-reflexão da dinâmica da vida dos diferentes sujeitos que têm contato com o fenômeno museu, espaço ou território musealizado, que propicia um momento único de aprendizagem e de crescimento conjunto. A reflexão da professora é fundamentada na sua experiência de mais de quarenta anos como profissional e pensadora do campo da museologia brasileira, especialmente no desenvolvimento de processos museais com diferentes grupos sociais na Bahia.

Ações museais com diferentes sujeitos (comunitários e profissionais são os exemplos citados pela professora) extrapolam a ação interna do museu e incorporam diferentes saberes e fazeres que passam a olhar o fenômeno a partir de muitos olhares, para, em seguida dar-lhe a vida, como pondera Maria Célia Santos (2014). Ela refere-se à produção de conhecimento

que relaciona teoria e prática, no exercício de reflexão crítica e criativa, e acima de tudo, no comprometimento que busca cidadania e desenvolvimento social. Nesse sentido, Santos defende que “o processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, buscando atingir a missão de formar cidadãos capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper” (2014, p. 98).

Percebo que a professora está atenta ao fazer museológico de pesquisadores, museólogos, educadores que se dedicam a democratizar o uso do conhecimento de forma intrínseca com as suas posturas diante do mundo. Trago as reflexões de Maria Célia Santos por reconhecer, em seu trabalho com grupos sociais distintos, uma doação de um fazer museológico ajustado às diversas realidades. Tornando possível reduzir o distanciamento entre o discurso e a prática, entre a academia, as instituições museológicas e os atores que estão envolvidos no fazer museal (Idem). E é desta forma que vi a educadora Helena Quadros atuar em Terra Firme, extrapolando o campo da museologia e da educação para interagir com os moradores do bairro em suas dinâmicas da vida, buscando enfrentar e solucionar problemas não somente com os conhecimentos adquiridos na academia.

A professora Helena Quadros foi a minha principal interlocutora nesta pesquisa, até o momento da sua partida repentina no mês de abril deste mesmo ano, como vítima da COVID-19. A família, os muitos amigos, o Conselho do Ponto de Memória da Terra Firme e eu, ainda estamos incrédulos com o ocorrido, tentando nos reerguer em meio a tanta dor. Escrevi em outro momento que o trabalho da educadora Helena Quadros por meio do projeto de extensão “O Museu Goeldi leva educação em ciência a comunidade” despertara em membros da comunidade de Terra Firme o interesse de criar o seu próprio museu. As suas ações extramuros, que criaram relações dialógicas e polifônicas com o bairro, fez dela uma das principais personagens nesse processo museal em Terra Firme, havendo reconhecimento da maioria do conselho gestor e do movimento dos Pontos de Memória pioneiros, incluindo representatividades e profissionais atuantes no campo (Alcântara 2016). No quinto capítulo, veremos de forma mais específica essa atuação quando descreverei as ações que a educadora Helena Quadros coordenou e criou no PMTF de forma que pudesse estimular o desenvolvimento pessoal, principalmente dos conselheiros.

No caminho inverso, no contato com os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, sobretudo com os moradores do bairro, observo as transformações ocorridas em cada indivíduo, a mudança na forma de pensar, “os caminhos que cada um tomou por fazer parte em algum momento do processo do museu”, como referiu-se Wellington Pedro (Silva, entrevista 2017) sobre o processo museal de Taquaril, narrativa transcrita anteriormente. As muitas atitudes dos muitos sujeitos sociais que estiveram ou estão envolvidos no fazer museal também me foram descritas no exercício desta pesquisa em Terra Firme, conforme podem ser percebidas nas narrativas abaixo.

Eu digo que tudo tem que ter seu próprio interesse, mas tem a iniciativa, aquele que te encoraja a fazer então o Ponto de Memória mudou muito a minha vida em relação a conhecimento que eu tinha pouco, com relação a minha própria história e cultura, ao meu bairro, em relação a correr atrás das coisas. Então, me ajudou a abrir minha mente, trazer mais conhecimento, expandir mais, até hoje ainda me ajuda, vem um com uma informação depois vem outro e a gente dialoga um com outro. Isso aí é muito bom porque tu cresces nisso (Queiroz informação verbal 2019).

O Ponto de Memória mudou na minha vida no sentido de conhecimento, porque eu aprendi muito com pedagogas. Tanto que daí surgiu também a minha profissão, porque eu trabalhava como recepcionista e esse meu trabalho eu já fazia o trabalho de uma assistente social dentro do hospital que eu trabalhava. E aí eu decidi estudar e fazer faculdade para isso. Eu fui estudando no decorrer do ano e fui vendo que o Ponto de Memória é praticamente tudo o que eu estava estudando na prática, tanto que o meu TCC eu fiz sobre movimentos sociais dentro do bairro da Terra Firme. E tudo isso mudou para mim, porque eu acabei tendo uma outra visão de movimento e de luta por espaço. Então, para mim o Ponto de Memória mudou bastante nesse sentido de conhecer a história do meu bairro, a minha história e das outras pessoas, ter esse outro olhar diferente (Gusmão informação verbal 2019).

(..) quando eu entrei para o Ponto a gente melhorou muito, a gente melhorou muito com a atuação nos movimentos. Tipo assim hoje em dia a gente não se prende só ao parque Amazônia, a gente milita em outros movimentos, a gente é do CONSEG conselho de segurança comunitária, a gente é do GAJU, do Ponto de Memória, a gente faz parte do conselho escolar, a gente já fez parte do conselho escolar do Mario Barbosa, então a gente já cresceu muito e tudo isso com pensamento de melhorias no nosso bairro (Souza informação verbal 2020).

O museu de comunidade por ser um processo, mais que um produto, segundo Lersch e Ocampo (2008), “combina e integra processos complexos de constituição do sujeito coletivo da comunidade, através da reflexão, autoconhecimento e criatividade” (2008, p. 4). A combinação e integração desses processos de constituição dos sujeitos dos Pontos de Memória pioneiros, revelam-nos que no movimento participativo, dialógico e solidário de

consolidação desses museus de comunidade geram-se sujeitos sociais que compreendem suas capacidades de transformação individual e coletiva. As narrativas de Sâmia Queiroz, Jéssica Gusmão e José Maria Souza, transcritas acima, falam de transformação pessoal, troca de conhecimento e comprometimento social dessas pessoas motivadas pelas ações museais realizadas com o Ponto de Memória da Terra Firme.

A legitimação das histórias e valores pessoais durante o processo de consolidação das iniciativas comunitárias produzem o fortalecimento das identidades, dos territórios e das comunidades humanas de pertencimento (Lersch e Ocampo, 2008). De forma que os sujeitos desenvolvem múltiplos projetos futuros (individuais e coletivos), com o despertar da capacidade de iniciativa e criatividade de se tornarem empreendedores e promotores de ações (Priosti 2007). Nesse momento, é importante deixar claro, que estou me referindo aos sujeitos que de forma voluntária a serviço de suas memórias e do seu patrimônio se responsabilizam com o território.

Hugues de Varine, ao refletir sobre o lugar da comunidade no fazer museu, considera que os promotores e atores no seio de suas comunidades de pertencimento estão envolvidos em um processo mais global de desenvolvimento dos territórios, “trazendo-lhe um novo instrumento de conhecimento, de valorização, de proteção de um patrimônio comum, com uma finalidade de transmissão, de acolhida/recepção” (2007, p. 3). Portanto, apreendo que os sujeitos sociais que integram as comunidades representadas nos Pontos de Memória pioneiros, na troca com as pessoas (profissionais sobretudo) que estão a serviço do projeto comunitário, trazem para o processo as preocupações mais urgentes das comunidades, os grupos sociais diferentes, os ritmos sociais, a utilização do espaço territorial e as linguagens diversas. Configurada, ou não, na memória individual dos habitantes e de conhecimentos herdados ou vividos em matéria de patrimônio imaterial para os museus.

O museu, neste sentido, é só um projeto frente ao que são capazes de fazer para compreender os seus valores. Todavia para ser representativo deve estar enraizado em um terreno humano e se nutrir da cultura viva da comunidade envolvente (Varine 2007). Pensando nas estratégias de organização de memória e afirmação da identidade coletiva do que esses museus de comunidade apreendem como bens patrimoniais, recorro às

considerações de Cecília Londres (2009) sobre participação na construção e apropriação dessa categoria na sociedade, que tem permitido, na contemporaneidade, envolver políticas, projetos, ações e reflexões em torno da ampliação da prática de preservação do patrimônio cultural integrado.

A prática social de preservação do patrimônio implica em um processo de interpretação da cultura como produção não apenas material, mas também simbólica, portadora de signos cujo alcance ultrapassa os limites empíricos e cuja função, mais do que representar, é de organizar e constituir a vida social (Gonçalves 2009). Vimos que esse entendimento da categoria deve-se à incorporação do conceito antropológico de cultura que aproximou os grupos multiétnicos, multirreligiosos e extremamente heterogêneos das práticas de colecionamento, registro, bem como tombamento, participando dos processos de escolhas sobre o que deverá ser preservado (Londres 2009). A principal herança dessa tomada de consciência sobre os bens culturais é o Decreto 3.551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial na Constituição Federal Brasileira e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e outras providências (BRASIL 2000).

No âmbito dos museus, o decreto possibilitou o surgimento de novas instituições e movimentos de preservação das memórias e dos patrimônios como canais de luta política de grupos diversos que assumiram atitudes ativas diante de seus processos. A vontade política de autorrepresentação e preservação de culturas inseriu-se nos movimentos sociais como expressões de construções de culturas e ou identidades singulares. A mobilização civil no campo dos museus propiciou o debate e implantação da Política Nacional de Museus, em 2003, discutida no capítulo anterior, a qual desdobrou-se a criação de inúmeros exemplos de museus em áreas marginalizadas e consideradas de “risco social” vinculado a movimentos sociais, ONGs e organismos estatais, inventário de rituais, festas, folias, modos de fazer e de culturas populares, como descreveu Regina Abreu (2008).

O movimento pela “emergência do outro” (idem) que levou à criação do Programa Pontos de Memória, onde comunidades periféricas pelo Brasil apropriaram-se de seus patrimônios como instrumento para conquistas urgentes e emergenciais, que ao musealizar um conjunto patrimonial de um território na ênfase do trabalho comunitário, estabelece

relações com o espaço, o tempo e a memória (Scheiner 2012) e leva-nos a compreender que o processo de ampliação da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual, implica na tentativa perene de democratização do campo no país. É certo que estamos tratando de duas décadas atrás, o cenário hoje é de aniquilação desses direitos, mas a importância dada ao reconhecimento dos direitos culturais de diferentes grupos foi fundamental para que as periferias brasileiras pudessem ter acesso à cultura e ter a liberdade de criar.

O exercício do direito à memória e do direito à preservação como direitos culturais colocou em prática os processos museais nas periferias dos pontos pioneiros, nos quais as comunidades deixaram de ser objetos musealizáveis para tornarem-se agentes organizadores de suas memórias. Os Pontos de Memória pioneiros formaram-se na pretensão de preservar seus patrimônios como mecanismos de registro das memórias compartilhadas na relação de apropriação do invisível (Sepúlveda 2004) e do capital cultural coletivo da comunidade, como patrimônio vivo, evolutivo e em permanente criação (Varine 2005). No movimento de (auto) representação buscam inscrever as memórias que transitam nas formas de comunicação criativa das dimensões do patrimônio.

Na confluência das mais variadas coisas (Miller 2013) os atores e promotores de ações nos Pontos de Memória pioneiros, com auxílio de profissionais ou não, tornam-se responsáveis em conservar e preservar os objetos, os documentos, as fotografias, como foi sugerido pelos seus detentores. Coisas patrimoniais da mãe, do pai, dos avós e até mesmo dos vizinhos que livremente doadas e ou emprestadas são representativas das realidades existentes nessas comunidades. De forma que as narrativas orais e rituais, das relações afetivas e religiosas, possam ser apreendidas, sentidas e modificadas. Sendo o irrepresentável as escolhas de seleção, atribuição e jogo de poder que detentores e promotores de ações nos museus fazem para inventar novas formas de expressar as histórias das comunidades e de seus territórios.

Observo que mesmo não sendo as coisas o foco principal dentro dos Pontos de Memória pioneiros, elas possuem uma ligação direta com o que vem sendo exposto, uma vez que envolve, constrói e reconstrói os sujeitos e suas representações (Alcântara 2016). Percebo, assim, que as iniciativas comunitárias dentro dos museus desejam ir além dos

objetos, mas não sem eles, uma vez que “o objeto documenta, imprime certas marcas nos sujeitos, dinamizando interna e externamente um processo comunicativo intercultural”, de acordo com afirmações de Silveira e Lima Filho (2005, p. 43). Em minhas pesquisas com Gontijo (2015), sobre as coisas valorizadas pelo morador de Terra Firme, defendemos que a elas são atribuídos significados que envolvem conquista, poder e transformação para o sujeito, elementos que contribuem para o ser/estar do indivíduo, fazendo com que sejam compreendidos como patrimônios, porque se atribui a essas coisas, sentidos e significados novos, agenciando o morador em novas formas de agir.

Na conversa com Camila Quadros sobre o seu entendimento do processo museal em Terra Firme (2019), a pedagoga acredita que o fazer museal no bairro propicia esse entendimento comunitário de que as coisas transitadas livremente, em diversos contextos, possuem sentidos e significados possíveis de patrimonialização no lugar. Daí podemos relembrar o Percorso Interativo realizado com os alunos da Escola Mário Barbosa que ao fim do roteiro descreveram novos olhares sobre Terra Firme, durante a programação da Oficina “Viver para lembrar, morrer para esquecer?”, em 2018. A seguir temos o depoimento de dois jovens que participaram da atividade que ao observarem que uma das alunas da escola durante a parada no Horto Mercado Municipal dirigiu-se a uma barraca de farinha solicitando um punhal do alimento para degustação, atraindo outros alunos que estavam no grupo para a barraca, levando a vendedora oferecer uma boa quantidade em saco plástico para os jovens reunidos (Alcântara e Quadros 2018).

“A interação da Thais com a feirante é comum, não espontânea, isso é uma forma da gente se relacionar com as pessoas, que é única, que é singular, é cultural” (Alan informação verbal 2017)

“Isso é muito significativo para identidade do bairro, para a nossa identidade” (Izabella informação verbal 2017)

De acordo com Stuart Hall, as “representações compreendidas como processo cultural que resulta em identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia, fornece possíveis respostas: “Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem quero ser?” (2006, p. 14). Desse modo, ao relacionarmos o pensamento de Hall com os museus e os

processos museais, entendemos que os símbolos, objetos presentes nessas iniciativas são marcadores que estabelecem diferenças entre identidades, mas também podem ser elementos que contribuem para a constituição e percepção subjetiva dos sujeitos sociais (Alcântara e Quadros 2018). Para além dos objetos, consideramos que nos museus de comunidades as relações entre as pessoas e das pessoas com as coisas permitem observar o território-museu de outro jeito, com significado e significante que estão presentes no processo de construção de uma autorrepresentação (Gomes e Oliveira 2010).

Portanto, apreendemos que as observações feitas pelos jovens moradores do bairro sobre a atitude da aluna recaem sobre as relações das pessoas com o seu lugar e com outras pessoas que ocupam o mesmo espaço, permitindo a construção da identidade coletiva de Terra Firme. A interação não considerada espontânea pelo Jovem 1, nos remete ao entendimento de que ela foi resultado da ação museal proporcionada pelo Ponto de Memória da Terra Firme, que não reduziu somente ao percurso, mas a um convite à observação, interação e reflexão sobre nossos atos e fatos no decorrer da atividade, logo, um convite a refletir sobre quem somos e o nosso lugar ali (Alcântara e Quadros 2018). Em outro momento de reflexão o jovem Cristian fez a seguinte provocação:

Hoje em dia a gente vê as periferias como um lugar de crime, de tráficos de drogas e não é. É muito além disso! A gente conseguiu ver, ouvir coisas que não via, não parava para pensar. Eu consegui vê tudo isso no nosso bairro. Existe sim crime, existe tudo isso. Mas é muito mais do que a nossa sociedade pode resumir. O bairro da Terra Firme é um poço de cultura. A gente tem que saber vê isso, capturar esses momentos. Saber que é uma feira, mas que tem uma história por trás dela. Saber como foi que esse bairro surgiu. Então, espero que depois disso aqui, vocês possam vê o bairro de outras formas, buscar ir além do que aparenta ser (Cristian informação verbal 2017).

No depoimento transcrito de Cristian, verificamos que as histórias impostas sobre lugares como Terra Firme acabam por determinar estereótipos negativos sobre o território e a sua comunidade. Quando o aluno afirma que mesmo com a presença do crime o bairro da Terra Firme é um poço de cultura identificamos a violação simbólica que os moradores sofrem diariamente, obscurecendo a realidade sociocultural da maioria dos moradores do lugar. Desta forma, apreendemos que as ações museais do Ponto de Memória da Terra Firme permitem que as pessoas possam “buscar ir além do que apresentam ser” como propõe o

morador, além do que pensamos, falamos e até somos enquanto sujeitos que acreditamos na transformação social do bairro (Alcântara e Quadros 2017).

Ao fim das nossas análises, Camila Quadros e eu, defendemos que o autoconhecimento incentivado pelo Ponto de Memória da Terra Firme trata-se da qualidade de fazer-se notar o outro e a si mesmo, de tal modo no lugar que as relações entre “eu e o outro” se estabelecem. Igualmente, observamos que essa é a principal proposta do Ponto de Memória em processo museal no bairro, ao instigar o morador que também é visitante a interagir, questionar, provocar o lugar que vive. Para isso defende-se o direito à memória, o direito a exercer sua cidadania no seu lugar de origem. Sejam elas, centros ou periferias da sua própria história (Alcântara e Quadros 2018).

Ampliando a discussão para os demais pontos pioneiros as ações museais provocam o que entendemos como alteridade, a qualidade de reconhecer o outro como diferente provocando em nós o autorreconhecimento, possível a partir da relação que estabelecemos entre nós (eu) e o outro (s), conforme afirma a pesquisadora Lília Schawarcz (2014). O sentimento de estranhar em reconhecer no outro a sua importância esteve presente nas narrativas transcritas dessa seção, levando-me a perceber o quanto essa alteridade é presente nos processos continuados dos Pontos de Memória pioneiros.

Os museus de comunidade, o valor predominante, segundo Learsch e Ocampo (2008), é a memória que recria, reinterpreta as histórias significantes. Nos Pontos de Memória investigados nos envolvemos com as pessoas, os trabalhos, as histórias, exercendo o direito à memória. Essas iniciativas comunitárias permitem que as comunidades representadas possam falar de si, sobre si e para quem desejar, vencendo imposições e interferências históricas.

4.2 A visão da política pública

As representatividades das comunidades periféricas de Brasilândia (São Paulo – SP), Beiru (Salvador – BA), Coque (Recife- PE), Estrutural (Brasília-DF), Grande Bom Jardim (Fortaleza -CE), Jacintinho (Maceió – AL), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre – RS), Pavão-

Pavãozinho- Cantagalo (Rio de Janeiro-RJ), São Pedro (Vitória – ES), Sítio Cerrado (Curitiba – PR), Taquaril (Belo Horizonte – MG) e Terra Firme (Belém-PA) foram convidadas a integrar a Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus, no período de 2009 a 2013. A proposta supracitada era de que pudessem conduzir, inicialmente, processos museais em suas comunidades para preservação da memória local e regional, visando a consolidação em museus. Fundamentada na Política Nacional de Museus, o PPM fez um experimento prático com os grupos que conduziram os processos difundindo bases conceituais e relativas ao campo museal, produção de projetos museológicos e museográficos e ainda a criação de metodologias participativas para preservação da memória social no Brasil (Avelar 2015).

A prática denominada de Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória tornou-se possível devido um termo de cooperação institucional e técnica operacional entre o Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura e a Organização dos Estados-Ibero Americanos. A Ação-Piloto assegurou que as 12 (doze) iniciativas comunitárias convidadas pudessem instituir seus processos museais (atrelados a conceitos da museologia social) e construir coletivamente as estratégias do programa, no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da memória social de povos, comunidades, grupos e movimentos sociais pelo país. O trabalho coletivo de profissionais do campo museal, agentes do governo e comunidades periféricas contribuiu para a institucionalização do Programa Pontos de Memória no estado brasileiro como política pública aplicável às ações de museologia social por meio da Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017 (Brasil 2017).

Investigamos que as novas ações museais e as novas bases sobre as quais as ações patrimoniais se orientam era uma realidade no país quando o Programa Pontos de Memória fora planejado e executado. A luta pelo reconhecimento e pela afirmação da memória dos movimentos sociais ganhava espaço nas instâncias de poder do estado brasileiro como uma tentativa de unificar as vozes silenciadas, construindo “lugares de memória” de representação dos próprios movimentos (Ferraz 2008). Nesse sentido, os pontos pioneiros, ao demonstrarem interesse em valorizar, identificar as memórias que retratam as dificuldades, lutas, resistências e conquistas dos seus lugares inauguraram uma possibilidade de

reconhecimento, visibilidade e transformação coletiva no movimento de apropriação do fenômeno museu (Pereira 2018).

O processo de criação do Programa Pontos de Memória que se inicia com a Ação – Piloto e se finda na institucionalização da política, levou a acreditar que todos estavam colaborando com a construção de uma política pública pautada no direito à memória. O exercício desse direito foi impulsionado com a criação de museus e processos museais autônomos e contra – hegemônicos no Brasil, garantindo que as narrativas plurais fossem identificadas no diálogo entre a diversidade de práticas sociais contemporâneas e a reparação histórica de grupos sociais negligenciados no país (Gouveia e Araujo 2020). No contato com as representatividades dos Pontos de Memória pioneiros identificamos que a escuta e o registro das memórias partem de vontades políticas, que nem sempre estão vinculadas a políticas de Estado, para exercer influência ou confrontar outros grupos com a finalidade de mudar a imagem negativa atribuída aos territórios que representam e as pessoas que ajudam a mudar a realidade desses lugares.

A busca pelo direito à memória, desse modo, tornou-se estratégia e tática de sobrevivência desses grupos sociais nos territórios periféricos, ao narrar a vida e valorizar o patrimônio de pessoas comuns que diariamente resistem nesses lugares, sem a intervenção do Estado. Com a reinterpretação dos objetivos e metas do Programa Pontos de Memória as iniciativas comunitárias de pontos pioneiros exercem funções de agentes políticos, culturais e sociais dentro dos seus territórios reproduzindo uma cultura própria e independente, com o objetivo de mover as estruturas operantes nas cidades brasileiras, em vista de que o modelo de cultura hegemônico de todo o país tende a colocá-los em uma situação de subalternidade. Percebam nas falas transcritas, a seguir, de José Maria Souza do PMTF, de Abadia Teixeira do PM da Estrutural e Viviane Rodrigues do Museu Cultura Periférica, quais as percepções e usos do direito à memória nos processos museais investigados nesta pesquisa.

A garantia de tu poder contar a história mais tarde, nós por exemplo, eu sou nascido e criado na Terra Firme então tem coisas na Terra Firme que aconteciam e assim, se o direito á memória a gente precisava ter, mas a gente não teve por que não tinha ninguém que dissesse assim “olha, vocês precisam saber da memória do teu bairro” a gente só foi perceber esse direito quando o Ponto de Memória chega na Terra Firme, a gente vai buscar a memória. (Souza 2019).

A gente precisa olhar para trás e saber disso, inclusive para que hoje a gente possa olhar e saber que hoje o que temos foi um avanço, então eu acho que esse direito a memória de uma certa forma ele faz a gente compreender os avanços que nós tivemos e valorizar isso, ou quem sabe colocar isso no currículo, dizer que isso é importante, que as escolas reconheçam. Porque até hoje nós estudávamos a história dos vencedores, não eram dos nossos antepassados, os que produziam, os que de fato trabalhavam, a história dos vencedores que pensava nossa vida. Como é você poder olhar para trás e ter direito de olhar lá nos seus antepassados e de dizer “não, o que o meu avô fazia desse jeito, era importante”? E o estado tem que reconhecer isso, tem que aparecer nos livros, isso tem que ajudar a melhorar saúde pública, isso tem que ajudar a melhorar a educação, isso tem que me ajudar a ter direito de fazer uma faculdade, não pode mais hoje uma criança ficar sem estudar, isso tudo é um direito à memória (Teixeira, entrevista 2017).

Sim, com certeza, cada vez mais porque tudo que esse satanás (referência ao Presidente da República Jair Bolsonaro) defende é a invisibilidade das memórias pelas quais a gente luta, então cada vez mais é necessário se falar nelas, se falar nessas pessoas, se sustentar nessas pessoas e eu acho que quando a gente vê, às vezes a gente quer pegar a história de uma pessoa fantástica que teve muito êxito na vida mas pode pegar a da Dona que teve êxito e não teve o direito de ser conquistado (Rodrigues, entrevista 2020)

A tese de Marcelle Pereira sobre o Programa Pontos de Memória destaca que a política de estado acumulou avanços no que se refere a consolidação do campo da museologia social no Brasil, como fruto da Política Nacional de Museus que caminhava para uma política de direito à memória e de dignidade de grupos e comunidades historicamente excluídos social e culturalmente (2018). O destaque da professora para importância desse programa deve-se ao exercício de construção coletiva de uma política pública, que teve a participação da sociedade civil com a realização da Ação-Piloto com as 12 comunidades periféricas que iniciaram ou fortaleceram seus processos museais. O exercício de construção coletiva fora reconhecido e apreendido por todos nós que tivemos a oportunidade de participar desse processo democrático, e ainda, levando-nos a ocupar espaços imagináveis que nos fortaleceram como sujeitos sociais dentro dos nossos lugares de existência e resistência nas cidades que moramos.

“Eu cresci dentro do Ponto de Memória, nessa discussão da memória e hoje eu faço um doutorado pesquisando o programa por ter feito parte do programa” a afirmação de Wellington Pedro (entrevista 2017) sobre a importância do PPM na sua história de vida poderia ter sido expressa também por mim ao mencionar o valor do Ponto de Memória da Terra Firme na minha vida. A elaboração desta teoria etnográfica deu-se no exercício da

política pública dos Pontos de Memória que para esse contexto particular fora direcionada para as mudanças pessoais, ao me reconhecer no museu de Terra Firme e observar as mudanças na vida das pessoas que vivenciam esse processo. As transformações pessoais foram mencionadas em vários momentos desta pesquisa quando os entrevistados faziam reflexões sobre a forma de pensar e agir ao terem contato com os museus e a museologia apresentadas diante dessa política cultural.

Percebo que a visão satisfatória que os interlocutores desta pesquisa possuem sobre a política pública deve-se ao período de implantação da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória, cujo trabalho de fortalecimento e desenvolvimento das práticas nos territórios se deu de forma colaborativa à medida que se avançavam as reuniões, as visitas técnicas e os diálogos de reconhecimento das iniciativas comunitárias. Na pesquisa de Marcelle Pereira (2018) sobre essa fase de implantação do programa, identificamos que a metodologia de criação da política pública fora definida de forma processual e colaborativa entre as representatividades das iniciativas comunitárias, com destaque para pessoas que já desempenhavam a função de agentes de memória com iniciativa política e social nos grupos, e os consultores técnicos do Programa Pontos de Memória. As metas e objetivos que definiram as diretrizes do PPM, em vista do PRODOC, são descritas a seguir, cujas etapas foram realizadas nos 12 territórios que participaram da Ação-Piloto.

1) A sondagem e contatos com as comunidades de “risco social” indicadas pelo Pronasci (no período de 3 meses, de setembro a novembro de 2009); 2) Intercâmbio entre as comunidades para que elas conheçam o Programa Pontos de Memória e troquem experiências (em dezembro de 2009); 3) Diagnóstico das potencialidades presentes nas comunidades para a implantação de Pontos de Memória (de janeiro a março de 2010); 4) Oficinas de capacitação para os agentes de memória da comunidade, com 10 temas diferenciados, atendendo turmas de 15 pessoas (março a maio de 2010); 5) Elaboração do inventário patrimonial das comunidades (janeiro a junho de 2010); 6) Elaboração de um plano de trabalho para cada Ponto de Memória, como produto final das oficinas (Toledo 2009 apud. Pereira 2018).

Essas diretrizes foram norteadoras para a concepção do Programa Pontos de Memória na sua fase de implantação, com a participação dos grupos, coletivos e movimentos sociais que assumiram o desenvolvimento das práticas de memória em favor das reivindicações sociais nos territórios que integraram o experimento prático da política (Pereira 2018). A consolidação das plenárias, reuniões, seminários, Teias da Memória e outros encontros para

discussão do andamento da política por vezes mudaram o curso dessas etapas, dos quais pudemos enquanto iniciativas comunitárias traçar novas estratégias para garantir que as metas e objetivos pudessem ser atingidos. O planejamento de ações e o fortalecimento da dinâmica do PPM ganhou força na medida que cada etapa descrita acima fosse vencida.

Os caminhos que as iniciativas comunitárias tomaram para a consolidação dos seus processos museais dizem respeito às necessidades locais de cada território e o enfrentamento das dificuldades e desafios em crescimento conjunto com as comunidades que representam, possíveis de serem observadas quando nos envolvemos com os processos, pesquisando e ou militando junto aos grupos, de mesmo modo como revisito o Ponto de Memória da Terra Firme nesta pesquisa. As entrevistas também foram ferramentas utilizadas na pesquisa para adquirir conhecimento sobre a política cultural do Programa Pontos de Memória, especialmente no que se refere à experiência e ao envolvimento das representatividades das iniciativas comunitárias e profissionais que colaboraram para a sua implantação. A troca de saberes entre esses sujeitos sociais propiciou a construção coletiva da política pública, considerada como um processo de vanguarda na museologia brasileira.

O programa alcançou reconhecimento nacional e internacional no que se refere à aplicação na prática dos conceitos atrelados à museologia social, compartilhando saberes e fazeres das experiências metodológicas dos pontos pioneiros, o que contribuiu para um maior desenvolvimento e qualificação, inclusive do seu pessoal (Alcântara 2016). Viviane Rodrigues do Museu Cultura Periférica, o Ponto de Memória na cidade de Maceió, Alagoas, ao relatar a sua experiência como mestrandia no Intervención Social, Cultura y Diversidade na Universidad Pablo de Olavide, na Espanha, onde o Programa Pontos de Memória é referenciado como exemplo de museologia social na América Latina, fez a seguinte afirmação: “a gente deu uma renovada na museologia brasileira, fez com que os olhos do mundo se voltassem para o Brasil graças aos pontos de memória e não a museologia tradicional” (informação verbal 2020).

O reconhecimento da importância dessa política pública deve-se ao planejamento não executado de forma técnica, mas no processo educativo de ação e reflexão alcançado com a participação política de profissionais atuantes no IBRAM, lideranças comunitárias dos territórios que integraram a Ação-Piloto e agentes do campo que atuavam nas iniciativas de

memória e museologia social existentes no país até então, como por exemplo, o Museu da Maré. Essa prática foi incorporada no cotidiano do Programa Pontos de Memória por um período de aproximadamente cinco anos (2009 a 2014), de forma que o IBRAM ouviu e construiu junto aos agentes do campo a política cultural. Sem titubear, o cientista social Adriano Almeida, representatividade do PM Grande Bom Jardim, faz referência a essa prática de negociação para a construção programa como jogo político conscientemente praticado pelas partes (informação verbal 2020).

A observação de Adriano Almeida é feita em torno da articulação dos pensadores, militantes e intelectuais orgânicos a serviço das comunidades periférica que negociaram com o Estado e as instituições culturais, nesse caso específico o IBRAM, para transformar o campo museal brasileiro, movimentando atores, discursos e projetos em direção a museologia social. Leiam, abaixo, o trecho da entrevista em que o cientista fez essa observação.

O Ponto de Memória, o programa, ele foi a realização da Carta de Santiago. O próprio Nascimento gostava muito de iniciar a sua fala, falando isso. Que é o único programa federal latino-americano que regulamenta a Carta de Santiago e por conta da contingência da política, pensadores, militantes, intelectuais orgânicos ocuparam cadeiras estratégicas. E trataram de usar a máquina pública à serviço da comunidade. E eles sabiam que a política era melindrosa. Marcelle sabia, Mário Chagas sabia que a qualquer momento eles seriam alvos de guilhotina, da dança das cadeiras. Aí eles precisavam da gente, periferia, para fortalecê-los politicamente. E a gente comprou taticamente esse jogo. Jogamos! Na medida que eles precisavam da gente, a gente precisava deles para gestar uma política federal. Porque ninguém sabia o que era, mas estava fazendo. Não sabia onde ia dar, mas estava fazendo. E fazia nos embates (Almeida, entrevista 2020).

As transformações do campo, observadas pelo entrevistado, estão pautadas na Carta de Santiago de 1972, impulsionadora do movimento da Nova Museologia, como já discutimos em outro momento desta pesquisa. Contudo, é importante relembrar que esse movimento apontou-nos caminhos do respeito à diferença e à pluralidade para a construção de uma Museologia, atenta às múltiplas realidades e ao crescimento técnico, onde se reconhecem os limites e se abrem para o crescimento conjunto, a partir da interação com as comunidades, assumindo o seu compromisso social, na busca de cidadania e do desenvolvimento social, como garante Maria Célia Santos (2014). A Carta de Santiago, nesse sentido, é um postulado que orienta o papel dos museus na América Latina, frente aos problemas do meio rural, do

meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico e da educação permanente dessas sociedades (ICOM 1972).

Percebo que a menção de Adriano Almeida sobre a fala de José Nascimento Junior, de que o Programa Pontos de Memória regulamenta a Carta de Santiago nas experiências latino-americanas de museus, aponta a simbologia que foi e é a construção dessa política pública para os envolvidos. Segundo Pereira (2018), o PPM teve um papel prioritário dentro do IBRAM, em articulação à Política Nacional de Museus, que de forma direta o Estado apoiava o desenvolvimento de práticas autônomas e autogestionadas quando investia na criatividade e ações de cidadania participativa, de incentivo de práticas museais em território de povos tradicionais, urbanos e demais minorias. Esse apoio fez parte do trabalho do Ministério da Cultura em modificar as relações estruturantes, gerenciais, políticas, econômicas, sociais, relacionais e simbólicas da museologia e dos museus no país (Moraes 2009).

A reflexão de Adriano Almeida ajuda-nos a entender também que a construção do Programa Pontos de Memória não foi resultado de etapas tranquilas e inevitáveis de um processo, como toda política pública, fora feita nos embates de seleção, inclusão e exclusão, frente às opções, hierarquias de prioridades, cronograma de ação e uma agenda social (Moraes 2009). Na conversa com Viviane Rodrigues, do Museu Cultura Periférica, temos conhecimento de um exemplo desses embates que ocorrem no movimento entre as partes que dão continuidade ao processo de implantação e consolidação da política pública. Na narrativa transcrita, abaixo, Vivi nos conta como as representatividades dos Pontos de Memória conseguiram participação nas reflexões, avaliações e definições de diretrizes para museologia social entre o 5º FNM, ocorrido em 2012 na cidade de Petrópolis, e o 6º FNM ocorrido em Belém, no ano de 2014.

Em 2012 no Fórum de Petrópolis, o Fórum construiu uma estrutura em que não tinha espaço para a museologia social, não fazia parte da programação do Fórum uma discussão relacionada com a museologia social. Em 2012, como éramos 32 iniciativas presentes no Fórum e mais de 32 pessoas, porque como a gente estava no Rio, as iniciativas de lá tinham mais de 1 pessoa dentro, a gente tinha um coro interessante. Já no primeiro dia nós decidíamos íamos discutir uma política relacionada com a museologia social dentro do Fórum sim, de modo autônomo. A gente não tinha sala, nada dentro do Fórum, a gente ficou ali nas poltronas discutindo mesmo as coisas e se articulando para cobrar por parte da organização do Fórum um espaço para nós. E durante aquele dia a gente conseguiu enfim construir um espaço para nós,

construímos um espaço para nós e conseguimos estar dentro das reivindicações que faziam parte do documento final do Fórum. Então, a gente brigou tanto por espaço em 2012 que quando foi em 2014 a gente teve direito a um auditório. E eu lembro que na minha fala em 2014 na Teia eu fazia justamente essa retrospectiva, de que nós éramos tão empoderados que no Fórum de 2 anos atrás não havia espaço para nós, mas a gente lutou por esse espaço e agora, em 2014, a gente tinha um espaço amplo que não era fruto de uma caridade do IBRAM não, era fruto de uma luta pelo direito à memória que a gente tinha conquistado (Rodrigues, entrevista 2020).

O evento narrado por Vivi revela-nos que, nesse processo de implantação do Programa Pontos de Memória como política pública, o Estado não é o único ator, os movimentos sociais que levaram à consolidação dos processos museais nos territórios de periferia do país, os agentes sociais que se dedicam ao trabalho de registro da memória social de minorias, assim como os intelectuais orgânicos citados por Adriano Almeida, integram a complexa interação de atores para concretude da política cultural. A descentralização da cultura com ideia e formação de redes sociais para a política de museus fora garantida na PNM, cuja implantação nos primeiros anos produziu condições para o desenvolvimento de processos participativos de criação, de avaliação e de definição de estratégias que atendem as demandas dessa pluralidade de atores políticos e sociais. Por isso, nesse jogo conscientemente praticado pelas partes é possível observarmos que as representatividades dos PM conseguem reivindicar, ser ouvidas e assegurarem espaços e ações que redirecionam o andamento da política pública.

Nesse momento específico em que conseguem manter o processo participativo de construção das políticas públicas brasileiras, como definiu Nilson Moraes (2010), o Estado é apreendido como um instrumento social, paradoxalmente, também, “um espaço ou lugar institucional de formulação de estratégias de resistência e de contra - discursos em relação aos grupos e às alianças em exercício no poder” (2010, p. 11). Sendo a principal arena de negociação, acesso, intermediação e pressão. Em que a formulação de políticas culturais envolvia movimentos políticos de sustentação de discursos, de estratégias, de ação, de alianças tecno-burocráticas e de conjuntura política com relacionamento mútuo e diretamente de conformação de um campo a serviço do desenvolvimento do capital ou em seu enfrentamento (Moraes 2009).

Observo que os diversos segmentos sociais e projetos socioculturais trabalharam de forma colaborativa para manter o Estado nesse papel de coordenador e gestor do Programa Pontos de Memória. De forma que os cientistas e intelectuais vinculados aos universos culturais, acadêmicos e populares assumiram esse papel de criadores, inventores e inovadores da política museal, como por exemplo os profissionais entrevistados nesta pesquisa. Assim como, as representatividades entrevistadas e demais sujeitos sociais que se vincularam à proposta dos Pontos de Memória ao adotarem o papel de inaugurar os ideários compartilhados pelos intelectuais, desenvolvendo produtos culturais a partir dessa política pública e pondo em prática os processos museais nos territórios de periferia pelo Brasil.

A museóloga Marcelle Pereira, que esteve como coordenadora da Coordenação de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais do IBRAM, entre os anos de 2009 e 2012, na sua entrevista, destacou que os Pontos de Memória foram pensados para justificar e qualificar o discurso de criação do próprio Instituto Brasileiro de Museus. Em vista de que o IBRAM foi criado para pensar em museologia social e educação, assumindo o compromisso com esses temas centrais e com essa memória de povos organizados e carentes economicamente (Pereira, entrevista 2017). Na perspectiva de atuação das iniciativas comunitárias, a entrevista com a professora Inês Gouveia (consultora do PPM no mesmo período coordenado por Marcelle) traz a reflexão de que o programa reconheceu e, por vez, deu nome às metodologias de registro da memória social existentes nas comunidades, assim como, nos espaços museais criados sob influência do movimento da Nova Museologia (entrevista 2020).

O próprio DEMU na época, depois o IBRAM, ele experimenta essa inovação de políticas públicas por meio do Programa Ponto de Memória. Essa é a principal importância, se a gente cria um Instituto Nacional de Museu com uma coordenação e uma direção que se chama “processos museais” eu já estou assumindo que existem outras coisas para além do museu, que existe uma outra perspectiva do campo museal para além dos museus. Então, essa construção já está assumindo na origem de todo o processo que a inovação da museologia social pode ser experimentada e isso se dá com o Ponto de Memória. Uma política pública nacional focada nessa memória de povos organizados e carentes economicamente, então nessa construção a gente acaba vendo que os Pontos de Memória são pensados para justificar o discurso, para qualificar o discurso (Pereira, entrevista 2017).

Nossa, é fundamental, foi e é. Foi na perspectiva de atuação programa e é na perspectiva de atuação dos grupos que fazendo diversas atividades, implementando metodologias, recriando, e mesmo os que não tiveram continuidade, tiveram complementos. É uma correspondência prática com uma idéia, que no meu ponto

de vista estava para desabrochar desde os anos 70, desde os anos 80, porque ainda que você tenha no Brasil diversos museus que preferem essa política de Ponto de Memória, a ocasião de fatores, isso acontece com volume. E o volume nesse caso faz muita diferença porque tem grupos que algumas vezes querem mostrar que estão fazendo, que estavam desenvolvendo metodologias, mas que não estavam em contato, que não haviam também dado nome a isso que estavam fazendo. Enfim, era uma super ocasião e essa correspondência veio por meio do nome e do Programa Ponto de Memória e um meio, na minha perspectiva, um meio de divulgar essa atuação da museologia social dentro desse contexto, desse programa, a partir desse nome e com essa configuração (Gouveia, entrevista 2020).

Acompanhamos, no capítulo anterior, que a criação, no ano de 2009, do Instituto Brasileiro de Museus, deu-se a partir de um movimento político de intelectuais do campo museal brasileiro, profissionais militantes e sociedade civil que no âmbito das políticas públicas para museus, geridas pelo IPHAN até então, destinou-se a fortalecer práticas relacionadas à criação, promoção e formulação de políticas e ações museais. A narrativa, transcrita acima, de Marcelle Pereira sobre o reconhecimento dos processos museais frente a essa institucionalização do campo nos ajuda a pensar sobre o cenário macropolítico que se deu a criação desse instituto. Os novos compromissos e prioridades dos museus com essas políticas museais, sobretudo após a formulação da Política Nacional de Museus, em 2003, correspondia ao que vinha sendo feito nos diversos espaços museológicos, institucionalizados ou não, mas, de certo modo, importava a legitimação do Estado sobre o que se produzia ou buscava produzir, como identificamos na fala da professora Inês Gouveia sobre esse processo.

Entendo também que Gouveia faz referência à realização de ações pautadas na função social dos museus, em uma compreensão teórica e prática de que as instituições devam ser um canal efetivo de comunicação local de ações educativas, de inclusão social e de interações, de forma que permita que seus espaços sejam explorados e constantemente ressignificados e reinterpretados por seus funcionários e visitantes (IBRAM 2016). Sabemos que o papel social do Museu Paraense Emílio Goeldi cumpre-se desde 1985 com o projeto “O Museu Goeldi Leva Educação em Ciência a Comunidade” em que moradores do bairro da Terra Firme desenvolvem ações museais que valorizem as práticas comunitárias e estimulem o desenvolvimento pessoal e de coesão social no bairro (Quadros 2019). A criação do Ponto de Memória da Terra Firme, em 2009, é observada como uma reinterpretação desse projeto de inclusão social e interação com o museu, que na troca constante de conhecimento,

experiências e vivências entre os moradores e equipe técnica, potencializou as forças para a concepção do processo museal no bairro da Terra Firme.

Há quem acredite que o PMTF é uma ação do projeto “O Museu Goeldi Leva Educação em Ciência a Comunidade” devido a execução de ações integradas entre as duas iniciativas para que consolidasse o processo museal em Terra Firme. Contudo, a coordenadora do projeto, a educadora Helena Quadros, em sua tese de doutorado, registrou que a criação do Ponto de Memória da Terra Firme teve a finalidade de reescrever a história e a memória do bairro por meio de um museu comunitário e itinerante, sendo o museu de ciência o seu maior parceiro na defesa de melhorias nas condições de vida e reconhecimento da identidade do lugar como processo museal continuado (2019). A percepção dos conselheiros do PMTF, moradores do bairro é de que havia um esforço de Helena Quadros para que os dois trabalhos pudessem acontecer com vocação para a inclusão social e interação comunitária, conforme demonstram os trechos das entrevistas com Chicon e Batista, transcritos respectivamente, abaixo.

Olha, eu acho que sim porque o Ponto de Memória ele leva para a periferia muita coisa que o pessoal não conhece. Olha, uma coisa que foi feito muito que a Helena fazia. Ela arrumava o ônibus e levava esse povo tudinho para o museu, ninguém conhecia museu, ninguém sabia o que era museu. Esse pessoal teve gente que disse para mim: “Ah, o museu já foi mais bonito, hoje a gente nem vê mais, só casa, só prédio”, mas é assim mesmo, a gente nasce pequenininho e depois vai crescendo. Então, eu acho que o Ponto de Memória é um museu, entendeu? De qualquer maneira ele busca o museu (Araújo, entrevista 2019).

Aí eu explico: “olha, o Ponto de Memória da Terra Firme, ele se deu em uma parceria junto com o museu, com o museu de pesquisa e o museu lá da nove de janeiro”. Porque até então a gente não tinha o espaço, e aí como nós começamos a fazer, a participar dessas oficinas dentro do museu, nós conseguimos espaço para a comunidade. Eles abriram as portas, por isso que tem portas abertas, que eles abriram as portas para a comunidade e a gente poderia começar a levar as crianças do bairro para conhecer o museu. O nosso museu que é histórico aqui no Pará. Até hoje tem o museu de portas abertas, quer dizer, para mim é histórico isso porque a gente não tinha esse espaço e agora as crianças do bairro podem hoje visitar o museu, os pais, as mães, porque tem pessoas ainda que não conhece lá o museu. Foi daí para cá foi que surgiu o Ponto de Memória. E o Ponto de Memória veio a ser... veio alertar mais ainda as comunidades, nós começamos a participar diretamente. Hoje eu me sinto muito feliz quando eu vou nas oficinas do Ponto de Memória que encontro o auditório lotado como aconteceu a pouco, agora. Os moradores do bairro, as escolas estão interessadas em participar. Aqui na Tucuruvi tem uma escola que foi, praticamente, onde nós começamos o trabalho. Dentro dessa escola que foi o Brigadeiro Fontenele, nós fizemos lá, fizemos a gincana, a primeira reunião e tem a primeira escola. Agora já tem várias escolas, o Mario Barbosa. E o mais interessante de tudo é que os professores e as diretoras de escola passaram a perceber a importância do Ponto de Memória, tanto é que hoje quando tem uma oficina eles se

interessam mesmo, vem os professores, vem os alunos, todo pessoal vem assistir as oficinas, é muito importante mesmo (Anjos, entrevista 2020).

Portanto, no caso do bairro da Terra Firme, podemos dizer que o Programa Pontos de Memória, nomeia o processo que já havia começado com o Museu Paraense Emílio Goeldi, de acordo com o pensamento de Inês Gouveia. A ação museal motivada pelo trabalho coordenado por Helena Quadros é reconhecida nas falas de Chicon e Batista, cujo as trocas de saberes e experiências com os demais moradores contribuiu para fortalecer socialmente e politicamente o território perante a situação de muitos anos de invisibilidade, negação e abandono político. A importância do Programa Pontos de Memória, ao meu ver, é o despertar dessa comunidade para a garantia do direito à memória, que não se limita a uma política de estado.

A criação do PPM é resultado de um processo de construção de uma nova lógica de administração pública que ampliou os canais de comunicação e de participação da sociedade civil durante o Governo Lula (Calabre 2015). Na agenda do Ministério da Cultura, onde o programa fora planejado, essa lógica representou a formulação e a realização de políticas públicas em circunstâncias democráticas, que por sua vez, significou o enfretamento das tristes tradições que marcavam a trajetória das políticas culturais no país, assinaladas por Antônio Rubim (2007 a, 2007 b, 2008, 2015) como ausências, autoritarismo e instabilidades. O Estado, nesse processo, reconheceu outras modalidades de cultura – populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientações sexuais, das periferias, audiovisuais, digitais, e outras já apontadas no terceiro capítulo desta pesquisa – que foram valorizadas, potencializadas e asseguradas pelo governo.

A formulação e a realização do Programa Pontos de Memória em circunstância democrática representaram a concretização da Ação-Piloto com os pontos pioneiros, aproximando o governo federal, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus às comunidades periféricas. No período de 2009 a 2013, com o apoio do IBRAM, 11 dos 12 Pontos de Memória pioneiros⁶² implantaram a metodologia do PPM consolidando seus museus de forma

⁶² Com exceção do Ponto de Memória de Brasilândia, São Paulo, que no decorrer do processo em alguns momentos não conseguiu se articular de forma coletiva para participar de todas as etapas da Ação-Piloto. A

processual e comunitária. As etapas dessa metodologia resumiram-se em cinco momentos: 1) identificação; 2) qualificação (participação em seminários e oficinas); 3) realização de inventário participativo; 4) realização de ações museais para compartilhamento e difusão de memórias; 5) reforço da rede de Pontos de Memória nas Teias Nacionais das memórias (IBRAM e OEI 2016).

Em quatro edições, o cumprimento das Teias da Memória foi o principal canal de comunicação e participação das comunidades que desenvolvem processos museais, sobretudo as periféricas, para construção coletiva de proposição e agendas estratégicas para o fortalecimento da política pública. Na avaliação de Pereira (2018), esses eventos nacionais representaram momento oportuno para a criação das ações em redes dos Pontos de Memória e do aprofundamento das reflexões sobre as experiências de museologia social que cresciam no Brasil, a pesquisadora avalia ainda:

Importante destacar que estes momentos de troca, significaram também oportunidade para que as práticas pudessem estabelecer parâmetros para as solicitações ao Instituto Brasileiro de Museus, no momento, principal articulador e fomentador destas redes em surgimento. Com o propósito inicial de reunir as iniciativas para que estas pudessem compreender um cenário de franco crescimento, o Ibram também se alimentava das questões e das solicitações a que era constantemente submetido pelas experiências. As possibilidades de articulação entre governo e sociedade civil, que levando em consideração as disputas por autonomia e ao mesmo tempo um desejo de “tutela” levam os Pontos de Memória e as demais iniciativas a reverem seus próprios propósitos (pp. 151-152)

O cenário, em franco crescimento, mencionado por Marcele Pereira (2018), deve-se ao aumento do quantitativo de iniciativas de memória e museologia social reconhecidas como Pontos de Memória pelo IBRAM, com o lançamento dos editais Prêmios Pontos de Memória nos anos de 2011, 2012 e 2014. O mapeamento de outras iniciativas por meio desses editais acarretou ao número de mais de 150 PM premiados⁶³ pelo IBRAM, em duas categorias: 1) Ponto de Memória no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza cultural e que tenham participado do desenvolvimento de ações de memória social

partir da IV Teia da Memória, em 2014, na cidade de Belém, a iniciativa comunitária voltou a integrar a Rede dos Pontos de Memória pioneiros.

⁶³ Nos referidos editais foram premiadas 48 iniciativas de memória e museologia social no ano de 2011, 60 iniciativas no ano de 2012 e 47 iniciativas no ano de 2014.

e processos museais com atuação comprovada de no mínimo de 3 (três) anos; 2) Ponto de Memória no Exterior: pessoa física, brasileiro (a) nato (a), equiparado (a) ou naturalizado (a), maior de 18 anos, que desenvolva iniciativa que se caracterizem em ações de registro e representação da memória da comunidade brasileira no exterior (MINC, IBRAM 2012). A expansão do número de PM implicou no redirecionamento da política pública que avançava por outras regiões brasileiras e por outros segmentos culturais.

Essa nova orientação fez parte de um processo gradativo que o Instituto Brasileiro de Museus iniciou no ano de 2012, de substituição de prioridades, de gestão e de postos estratégicos dentro da instituição, tendo em vista as mudanças políticas estruturantes no Ministério da Cultura com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff. Segundo Lilia Calabre (2015), nesse momento político o Minc seguiu uma lógica administrativa que priorizava ações de curto prazo, de resultado mais imediato e portadoras de um grau significativo de visibilidade. A expansão do Programa Pontos de Memória, portanto, é apreendida como uma medida desse processo de substituição de prioridades, aumentando o quantitativo de PM e dando outra dimensão política ao programa, que não necessariamente é pior ou melhor que a proposta inicial.

Nessa configuração política, os pontos pioneiros não deixaram de ser assistidos pelo IBRAM por conta do PRODOC Pontos de Memória, com a Organização dos Estados Ibero-Americanos, passando no ano de 2012 pela sua primeira revisão substantiva, inserindo o objetivo de “promover por meio da articulação em rede, a difusão de bases metodológicas dos Pontos de Memória e a capacitação de multiplicadores para atuar em ambientes articulados e integrados nas áreas de memória e Museologia” (Prodoc 201, p. 6 apud Pereira 2018, p. 132). Com o fim da Ação-Piloto e o aumento expressivo das iniciativas de memória e museologia social no país, o trabalho em rede entre os pontos pioneiros, outras iniciativas e ou instituições parceiras, fortaleceu os processos museais estudados. As trocas, auxílios mútuos e difusão de ideias e projetos compartilhados em rede contribuíram também para o estabelecimento de parâmetros frente ao IBRAM, como citou Pereira (2018), no que diz respeito ao processo participativo nas lógicas gerenciais do Programa Pontos de Memória.

Atuando como catalisadoras e gerenciais, as redes de iniciativas de memória e museologia social contemplaram outras práticas e experiências de processos museais que com o passar dos anos se autodeclararam Pontos de Memória. Até novembro de 2014, quando realizou a IV Teia da Memória, em Belém, o IBRAM havia identificado um número aproximadamente de 300 iniciativas de memória e museologia social no país, a maioria estava articulada em redes territoriais e temáticas (IBRAM e OEI 2016). A integração e a participação em rede dos Pontos de Memória pioneiros, no Programa Pontos de Memória, são observadas desde os primeiros encontros nacionais das representatividades que trabalhavam para elaborar e pôr em prática nos territórios a metodologia processual da Ação-Piloto.

Nesses encontros, os pontos pioneiros trocaram experiências, criaram vínculos afetivos e políticos que foram impulsionadores para a atuação coletiva dentro do Programa Pontos de Memória, disputando autonomia e a tutela do estado para a manutenção de seus processos museais (Pereira 2018). O propósito desse grupo passou a ser a institucionalização do programa como uma política pública de direito à memória, mobilizando assim os demais pontos premiados e outras iniciativas a debaterem junto à política nacional que garantiria o reconhecimento e a valorização da memória social. Esse movimento para a institucionalização ganha força ainda em 2012, no 5º Fórum Nacional de Museus, quando as representatividades presentes criaram a Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa do Programa Pontos de Memória, visando fortalecer o programa de forma ampla e democrática para a implantação de um Comitê Gestor que tivesse a participação dos Pontos de Memória existentes (IBRAM 2014).

A COGEPACO contou com as representatividades das seguintes iniciativas: Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, Ponto de Memória Grande Bom Jardim, Museu Cultura Periférica, Ponto de Memória Mangue do Coque, Ponto de Memória de Taquaril, Ponto de Memória Rural do Rio, Museus dos Kanindé, Rede Cearense de Museus Comunitários e Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias e Memória Social do Rio Grande do Sul. O trabalho de dois anos da comissão enfrentou uma nova gestão na presidência do IBRAM, na direção do DPMUS e da COMUSE, identificando uma perda de memória institucional e desconhecimento dos compromissos assumidos pelas gestões anteriores (IBRAM 2013). A repactuação da continuidade do processo tendo em vista as novas prioridades embaçou-se

na Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social elaborada durante o Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários, promovido pelo IBRAM, em 2012.

Na Carta assinada por 32 representatividades do campo da museologia social e 25 representantes institucionais do IBRAM foram definidos 6 (seis) princípios de autonomia, descentralização, diversidade e cooperação em rede do Programa Pontos de Memória; 14 (quatorze) propostas para a criação, funcionamento, conteúdo e sustentabilidade das redes estaduais; 17 (dezesete) propostas de agendas que deveriam ser cumpridas no programa em formato de encontros presenciais, formação e parcerias institucionais. Das quais já se apontavam um interesse dessas representatividades em estimular os processos de institucionalização do programa e dos próprios Pontos de Memória. Essa institucionalização implicaria na implementação de um estatuto e a constituição das iniciativas como personalidade jurídica em âmbito individual, e a criação de uma portaria que reunisse ações de políticas públicas para serem aplicáveis em âmbito nacional pelo IBRAM.

O trabalho da COGEPACO, de forma sistematizada, cumpriu uma agenda de debates internos, realizados de forma virtual sobre as atribuições e encaminhamentos de propostas do IBRAM e a participação de debates coletivos com as iniciativas de Pontos de Memória em encontros regionais que pudessem assegurar a gestão participativa do programa durante a sua institucionalização. Entre os encaminhamentos feitos pelo IBRAM e discutidos pelos Pontos de Memória estavam a criação de um Comitê de Gestão Compartilhada com representação do governo e da sociedade civil (IBRAM 2013), principal pauta de debate da IV Teia da Memória. Evento ocorrido no 6º Fórum Nacional de Museus em Belém, onde reuniu mais de 120 Pontos de Memória com representatividades dos pioneiros e premiados.

Nas reuniões regionais da COGEPACO que serviram de preparação para a IV Teia da Memória, as iniciativas de memória e museologia social consideraram pertinente a criação de um Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória, ao invés de um Comitê de Gestão Compartilhada de proposta do IBRAM. A sugestão das iniciativas do conselho é devido as funções que a instância colegiada possui de consulta, deliberação, proposição e mobilização permanente que implicaria na construção e

fortalecimento das políticas públicas de memória e museologia social. No momento da IV Teia, a tramitação da institucionalização do Programa Pontos de Memória caminhava na Procuradoria do IBRAM para a formulação da portaria que viria a ser decretada pela presidência⁶⁴ do instituto, a escolha da instância participativa e institucionalizada da sociedade civil iria ser assegurada nesta portaria.

Durante três dias de intensos debates, a minuta da portaria que instituiria o Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória foi aprovada em assembleia geral na IV Teia da Memória. No 4º artigo da minuta encontra-se a composição do conselho de forma paritária por dez representantes do governo e dez representantes da sociedade civil, dever-se-ia com a seguinte constituição (IBRAM 2017, pp. 160-161):

- I – 4 (quatro) representantes indicados pelo presidente do IBRAM;
- II – 1 (um) representante indicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- III – 1 (um) representante indicado pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC)/MinC;
- IV – 1 (um) representante indicado pelo Ministério da Educação (MEC);
- V – 1 (um) representante indicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- VI – 1 (um) representante indicado pela SEPPIR;
- VII – 1 (um) representante indicado pela FUNAI;
- VI – 5 (cinco) representantes dos Pontos de Memória, sendo um por cada região do país;
- VII – 1 (um) representante eleito pelos 12 (doze) Pontos de Memória pioneiros;
- VIII – 2 (dois) representantes de redes regionais;
- IX – 2 (dois) representantes de redes temáticas.

Os representantes da sociedade civil que viriam compor o Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória foram eleitos na mesma plenária da IV Teia da Memória, propondo-se a ocupar o cargo no biênio 2015-2017 (Alcântara 2016, IBRAM 2017). A seguir, o quadro 1 apresenta os nomes das representatividades e seus devidos suplentes, eleitos, conforme indicação das suas respectivas entidades.

⁶⁴ No ano de 2014, o jornalista e político mineiro, Angelo Oswaldo estava como Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Quadro 1 Representatividades civis do Conselho de Gestão Participativa e compartilhada do Programa Pontos de Memória, biênio 2015-2017. Fonte: (IBRAM 2016)

REPRESENTAÇÃO/REGIÃO	NOME DO TITULAR	NOME DO SUPLENTE
Norte	Helena do Socorro Alves Quadros – PM Terra Firme (PA)	Francisca Rosa Silva dos Santos – PM Terra Firme (PA)
Nordeste	José do Nascimento Pereira de Almeida – PM Maracrioula (MA)	Karl Marx Santos Souza – Museu do Cangaço Fundação Cabras de Lampião (PE)
Sul	Cláudia Feijó da Silva – PM Lomba do Pinheiro (RS)	Sarah Brito – PM Trajetos da Memória (RS)
Centro-oeste	Maria Abadia Teixeira de Jesus – PM Estrutural (DF)	Sônia Sueli Costa de Sousa – PM Recordança
Temática	Anselmo José da Gama – Rede de Memoriais e Museus de Terreiros da Bahia (BA)	Tony Boita – Rede LGBT de Memória e Museologia Social
Pontos Pioneiros	Adriano Almeida – PM Museu Comunitário Grande Bom Jardim (CE)	Kleber Sebastião Silva – PM Brasilândia (SP)
Rede Estadual Territorial	Philipi Emanuel Lustosa Bandeira – Rede Cearense de Museus Comunitários (CE)	Aurelina de Jesus Cruz Carias – Museu Vivo de São Bento (RJ)
Rede Estadual Territorial	Raimundo Melo – Rede de Pontos de Memórias e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte (RN)	Sonia Aparecida Fardin – Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo (SP)

A composição deste conselho de representatividade dos Pontos de Memória, existentes até o ano de 2014, é observada como uma ação estratégica dos pontos pioneiros para a garantia do maior número de representação na instância colegiada, toda essa articulação está descrita na minha dissertação quando estive acompanhado o posicionamento político do PMTF durante a programação da IV Teia da Memória (Alcântara 2016). Portanto, no quadro 1 visualizamos que além da representação por serem pontos pioneiros, o que os legitima como os primeiros Pontos de Memória reconhecidos pelo IBRAM, as representatividades dessas iniciativas presentes na plenária alçaram também representação na categoria por região, estando presentes em três cadeiras das cinco destinadas a essa categoria, com destaque para a região norte que elegeu as representatividades do PMTF, Helena Quadros e Francisca Rosa (Chiquinha). Nessa oportunidade os conselheiros eleitos (Figura 45) participariam de forma efetiva das tomadas de decisão da política pública propondo desde diretrizes para aplicação dos recursos destinados ao programa a apoio e fomento de Pontos de Memória pelo país, prevendo, assim, a manutenção dos canais de

comunicação e de participação democrática criado em gestões anteriores do IBRAM (IBRAM 2016).



**Figura 45 Representatividades civis do Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa dos Pontos de Memória, titulares e suplentes.
Foto: Alcântara, 2014.**

Contudo, o que presenciamos no biênio 2015 a 2017 foi a descontinuidade das ações do Programa Pontos de Memória, levando até ao esgotamento de projetos que haviam sido elaborados com as representatividades de PM. Não havendo sequer a publicação da portaria que institucionalizaria o Programa Pontos de Memória, assim, o seu Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada, amplamente discutidos no período de 2012 a 2014, como descrevemos acima. O biênio tratado corresponde exatamente à construção do golpe de estado que se deu no Congresso Nacional, na mídia, em segmentos do Judiciário e no mercado financeiro que levou ao impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

Observamos, de forma espantosa e revoltante, a formulação do novo governo de Michael Temer, o vice-presidente eleito, que se articulava antes mesmo do impedimento da

presidenta Dilma Rousseff, prevendo uma série de medidas que levaria à transição governamental com substituição dos ministros nas pastas ministeriais. Assim ele fez, já em seu governo interino. A extinção e a recriação do MINC, após protestos e mobilizações nacionais de grupos de artistas e culturais que iniciaram o movimento “Ocupa MINC”⁶⁵, é um bom exemplo dessa mudança política que acarretou cortes orçamentários, descontinuidade de ações e esvaziamento da capacidade operacional (Barbalho 2018, Calabre 2020).

Segundo Lilia Calabre (2020), a alternativa encontrada no setor cultural nessa conjuntura política foi a utilização das alternativas de fomento locais (municípios e estados), ampliação das campanhas de financiamento coletivo e as rendas obtidas nas bilheterias. Os Pontos de Memória, por sua vez, fortaleceram o trabalho em rede como alternativa de atuação autônoma e gerenciadas para a manutenção dos processos continuados das iniciativas de memória e museologia social, de forma que concretizaram ações em parceria com outras instituições culturais e comunitárias de âmbito local. Embora, percebamos que a ascensão do crescimento da formação de redes territoriais e temáticas que vinha sendo observada no momento anterior ao golpe de estado foi diretamente afetada pela descontinuidade de ações nas instâncias culturais do governo, sobretudo no IBRAM, como refletiu em entrevista a representatividade do Museu Cultura Periférica, Viviane Rodrigues, sobre esse momento para os Pontos de Memória pioneiros:

Em 2014 não se permitiu que crescesse as redes estaduais, só ficaram vivas as redes estaduais que têm uma instituição por trás, que aí são as redes que conseguem se manter porque tem uma ONG. Então, o Rio de Janeiro tem o Museu da República, a gente muda para São Paulo e tem uma outra instituição que apoia. Então eu vejo que as redes que conseguiram se manter foram as que conseguiram apoio de uma instituição. E a gente aqui no estado em Alagoas a gente tentou criar uma, mas não rolou. Sergipe, também não. Então, a maioria das redes estaduais que estavam em processo de fomentação... isso parou. Fica muito complicado hoje sem um apoio estatal ou uma instituição grande. Para você manter uma rede necessita de gente que venha de outras cidades e isso tem um custo. Mas eu acho que uma rede que a gente conseguiu manter foi a rede dos pioneiros porque é uma rede que só a tecnologia consegue nos unir, a gente só não consegue fazer uma ação unidos porque não temos como nos reunir (Rodrigues, entrevista 2020).

⁶⁵ Em protesto a recriação do Ministério da Cultura os edifícios do ministério nas capitais brasileiras foram ocupados por artistas e agentes culturais. Contudo, com o crescimento do ato e o simbolismo que as ocupações alcançaram tornaram-se atos de resistência ao golpe de estado

O trabalho em rede das iniciativas de memória e museologia social cumpre um papel de fortalecimento dessas experiências, ao criarem condições para cooperação, troca de conhecimento, ações compartilhadas e estratégicas entre os grupos, instituições e processos que associam o seu fazer à museologia social, como tem feito a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, desde o ano de 2013. O exemplo citado por Viviane ganha destaque nesta pesquisa porque tem, entre os seus fundadores, os intelectuais orgânicos que participaram ativamente da construção e desenvolvimento da política pública dos Pontos de Memória, sendo eles: o professor Mário Chagas, como diretor do Museu da República; a professora e agente cultural, Inês Gouveia e Cláudia Rose, coordenadora do Museu da Maré. Participam da REMUS-RJ o Sistema Estadual de Museus e o Curso de Museologia da UNIRIO que cooperaram com incentivos, formações, fomento e debates em torno de políticas públicas direcionadas à memória, patrimônio e museus no estado do Rio de Janeiro, dando o devido apoio institucional às iniciativas, como mencionou Viviane Rodrigues em sua entrevista.

No trabalho em rede dos Pontos de Memória pioneiros, objeto de estudo desta pesquisa, o apoio institucional foi enfraquecido, a partir de 2014, quando o IBRAM promoveu o esgotamento da continuidade de seus projetos direcionados à memória social. Isso não implica dizer que a rede não exista, o que vivenciamos é um movimento diferente das redes territoriais, que pela facilidade de estarem em territórios próximos e receberem as mesmas políticas públicas de fomento locais conseguem movimentar-se em outra dinâmica que não corresponde a da rede dos pontos pioneiros, principalmente no que se refere aos encontros presenciais, importantes para o fortalecimento das redes. Viviane Rodrigues mencionou a tecnologia como o principal mecanismo de encontro dos pontos pioneiros desde então (entrevista 2020), iniciado com um grupo de e-mail o espaço foi ampliado com as mensagens instantâneas do grupo de WhatsApp, denominado de “Equipe Ovo”, em menção ao pioneirismo dos Pontos de Memória.

Essa tecnologia mantém a comunicação entre as representatividades dos Pontos de Memória pioneiros, servindo principalmente como canal de divulgação das ações realizadas pelos museus em níveis locais, como participante⁶⁶ da “Equipe Ovo”, percebo que nos

⁶⁶ Atualmente o grupo possui 18 participantes, com representatividades de todos os Pontos de Memória pioneiros.

processos museais são incorporadas ações que atendam não somente aspectos culturais das populações representadas nesses museus. Diante desse processo contínuo e planejado de desmonte de políticas públicas, programas e projetos, que o país tem sofrido ao longo dos últimos anos seis, temos vivido uma crise – econômica, social, política, cultural e sanitária, notadamente com o avanço da COVID - 19 – sem precedentes em que os mais atingidos são os moradores das periferias brasileiras. Acompanhamos, então, a inserção dos pontos pioneiros em outros grupos que atuam diretamente nesses aspectos da vida da população periférica, um bom exemplo, é a atuação do PM Grande Bom Jardim no Comitê Popular de Enfrentamento à COVID-19 nas periferias de Fortaleza, Ceará (Figura 46)



Figura 46 Divulgação da ação do Comitê Popular de Enfrentamento à COVID-19 no Grande Bom Jardim e demais periferias de Fortaleza. Fonte: Adriano Almeida, 2021.

Essa atuação dos Pontos de Memória pioneiros retoma aquela discussão sobre a existência dessas iniciativas comunitárias nos territórios periféricos pelo Brasil, antes mesmo da chegada do IBRAM, em que o trabalho na periferia, com gente da periferia, sempre existiu.

Como afirmou Viviane Rodrigues: “eu diria que a queda dentro de uma discussão de uma política nacional de direito à memória não significa que seja uma queda dos Pontos em seus territórios, são coisas diferentes” (entrevista 2020). O que notamos, portanto, foi um redirecionamento das ações e uma ampliação dos debates nos territórios locais. Acredito que esses Pontos de Memória tragam para os debates urgentes (do agora), questões sobre a historicidade dos problemas e a importância do registro das ações, de forma que possam avaliar, mais adiante, as mudanças e os enfrentamentos dessas populações nesse momento de crise. Mas isso é gatilho para uma outra pesquisa.

O que continuamos a analisar nesta seção é como o verdadeiro retrocesso político e os acontecimentos cotidianos que mantêm os modelos tradicionais de fazer política implicam na condução do Programa Pontos de Memória. As iniciativas de memória e museologia social que foram impulsionadas por essa política pública mantiveram seus trabalhos em redes como garantia de que os processos museais continuassem mesmo sem o apoio institucional do IBRAM. Nos canais de comunicação (redes sociais, blogs e sites), criados a partir dessas redes, visualizamos o resultado desse trabalho com acesso aos materiais de divulgação, publicações acadêmicas e parcerias consolidadas. Os Pontos de Memória pioneiros, além de formarem uma rede própria, inserem-se nas territoriais e temáticas com a intenção de fortalecerem suas ações locais e ampliarem suas redes de contato, mantendo-os em situação de visibilidade local e nacional.

Em 2017, o IBRAM planejava a realização do 7º Fórum Nacional de Museus na cidade de Porto Alegre, como tinha acontecido nas últimas cinco edições inseriram na programação apresentação dos Pontos de Memória pioneiros. Contudo, o convite fora feito diretamente a três representatividades de PM de forma que pudessem compartilhar suas experiências pessoais em mesas redondas com os participantes do 7º FNM. Os convidados foram: Helena Quadros do Ponto de Memória da Terra Firme; Abadia Teixeira do Ponto de Memória da Estrutural e Wellington Pedro do Ponto de Memória de Taquaril. É incontestável a importância do trabalho dessas três representatividades nos processos museais, sobretudo para a construção da política pública, essas pessoas conseguem ocupar diferentes espaços levantando pautas importantes que nos ajudam a pensar e repensar sobre os nossos posicionamentos enquanto atores sociais, com gentileza e assertividade avançam as

discussões sem apresentar conflitos diretos com as representatividades das instituições públicas. Acredito que todos nós sentimo-nos representados por Helena, Abadia e Welligton.

Contudo, ao sabermos do convite dos três para participarem do 7º FNM visualizamos a oportunidade de ampliar o debate e garantir a participação do maior número de representatividades de Pontos de Memória no evento. Em vista de que, a presença somente dessas pessoas não manteria as discussões da política pública, sendo o Fórum de Museus um espaço destinado a refletir, avaliar e delinear diretrizes para as políticas museais. Dessa forma, as redes de Pontos de Memória retomaram as discussões sobre a institucionalização da política pública mobilizando as iniciativas para que agissem em contestação a programação do IBRAM exigindo a participação do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória no 7º FNM. Após uma série de cartas enviadas por e-mail direcionadas à gestão do instituto, a participação do conselho foi garantida no evento.

O presidente do IBRAM, Marcelo Mattos Araújo, a diretora do DPMUS, Renata Bittencourt, e a coordenadora da COMUSE, Cinthia Oliveira presidiram uma reunião pública com o Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória no primeiro dia do 7º FNM, tendo como principal pauta a institucionalização do PPM no âmbito do IBRAM. A apresentação dos gestores sobre a condução das políticas destinadas à museologia social nos últimos três anos demonstrava um cenário enfraquecido politicamente e financeiramente para o PPM, em que a principal ameaça certamente era a falta de representatividade nos encaminhamentos da política pública. Esse cenário não era novidade para os participantes da reunião, mas a oportunidade do encontro firmava o compromisso de avanço nas discussões institucionais e na troca de informações sobre possíveis estratégias que manteriam os processos museais frente a essa realidade.

Assim, fora proposto pelo IBRAM a substituição da instância colegiada votada em assembleia na IV Teia da Memória pela criação do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, com 5 (cinco) representantes da sociedade civil, que se reuniriam virtualmente com a COMUSE periodicamente e teriam um encontro presencial a cada ano, além da programação do FNM. A proposta do IBRAM foi vista pelas representatividades presentes na reunião - conselheiros, profissionais, agentes e intelectuais do campo da museologia social - como uma

desarticulação da representação civil na gestão participativa do PPM. Em vista de que o comitê se tratava de uma instância colegiada de caráter consultivo destinada a promover debates e propor ações, estratégias e diretrizes com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social; com o número reduzido de representantes que nem sequer foram eleitos para representar todas as iniciativas de memória e museologia social no país. A pauta fora debatida internamente entre os presentes, em encontros paralelos à programação do 7º FNM, com o objetivo de apresentar uma contraproposta aos gestores do IBRAM.

No encontro com o presidente Marcelo Araújo, discutiu-se também a importância de outros apoios institucionais aos Pontos de Memória, dando como exemplo a REMUS-RJ que se fortalecia naquele ano específico com a cooperação das iniciativas de memória e museologia social e com a obtenção de emendas parlamentares para o campo no estado do Rio de Janeiro, tornando possível a realização de ações de formação de pessoal e estruturação de museus, assim como a produção de produtos de difusão como documentários e livros. A experiência da REMUS-RJ mais uma vez chamou a atenção e possibilitou formar outras parcerias com outras instituições públicas que também se dedicam ao trabalho e fomento de políticas públicas no campo da museologia social, em âmbito local e regional. No 7º FNM viu-se consolidar parceria dos Pontos de Memória, sobretudo por meio das redes territoriais, com o Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco e com a Secretaria de Estado de Cultura do Espírito Santo que estavam com representatividades no encontro dos PM.

Em resposta à proposta do IBRAM, os agentes do campo e as representatividades dos Pontos de Memória aprovaram a formação do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória com a condição de que as 10 (dez) representatividades eleitas na IV Teia pudessem compor o Comitê Consultivo, havendo novas eleições na programação do 8º FNM, naquele momento, previsto para acontecer no ano de 2019, na cidade de Fortaleza, Ceará. E ainda, negociaram a definição da data de até 40 dias para que a Portaria pudesse ser publicada, levando em consideração que havia uma promessa de mais de dois anos do IBRAM de que essa institucionalização acontecesse. Portanto, o que se vivenciou no 7º FNM em atenção ao Programa Pontos de Memória foi uma negociação da continuidade do processo participativo na construção e implementação de políticas para a memória e museologia social no país. Na

Figura 47, temos uma imagem desse momento de diálogo com os representantes do IBRAM na programação do fórum de 2017.



Figura 47 Reunião entre a DPMUS, COMUSE e Procuradoria do IBRAM com as representatividades dos Pontos de Memória presentes no 7º Fórum Nacional de Museus. Foto: Airoza, 2017.

Quando conversamos, Wellington Pedro e eu, sobre o que ele esperava com os novos desdobramentos do Programa Pontos de Memória durante os bastidores do 7º FNM, o professor e pesquisador do campo da museologia social fez a seguinte reflexão:

Eu acho importante dizer que na atualidade a gente vive um contexto político muito desfavorável. Nós vivemos sim um golpe de estado e ele influencia em todas as decisões. Existe um conformismo em dizer que não há verba, o que não há é um interesse. A verba existe, ela só está sendo aplicada em outros setores, não existe é um interesse de aplicar a verba na cultura. E aí, atualmente, o cenário que eu vejo é que nós não estamos em um momento de negociação e avanços, essas iniciativas continuam desenvolvendo seu trabalho na sua base porque ele existia antes do IBRAM, se fortalecem com o IBRAM, mas continua existindo sem ou com o IBRAM. Mas a minha expectativa com relação ao programa é que a gente possa voltar sim a

ter espaços de negociação e que o programa possa se configurar enquanto uma política pública, sim, mas não vejo que o momento atual é favorável para isso, eu acho que as nossas ações continuam sendo feitas dentro das comunidades, elas não deixam de acontecer (Silva, entrevista 2017).

O caminho desfavorável e sem avanços apontado por Welligton Pedro iniciou ainda em 2017, posto que apesar da institucionalização do Programa Pontos de Memória tenha se concretizado com Portaria nº 315 (BRASIL 2017), três meses após o 7º FNM, o que vivenciamos a partir daquele ano foi o não cumprimento dessa política, frente a um processo de desmonte das políticas culturais brasileiras no Governo Temer. O Comitê Consultivo, por exemplo, reuniu uma única vez com o IBRAM durante a programação da Teia da Memória – Região Sudeste⁶⁷, no ano de 2018, em que puderam conversar sobre a atuação da museologia social na relação com as políticas públicas e com os museus formalmente instituídos e sobre as ações estratégicas para a manutenção do programa. Contudo, um dia após o término do evento o então Presidente da República, Michel Temer assinou a Medida Provisória nº 850 (BRASIL 2018), de 10 de setembro de 2018, que transformou o IBRAM em Agência Brasileira de Museus (ABRAM).

A criação da ABRAM foi uma resposta à crise institucional e política no campo museal brasileiro após o incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 2018, que destruiu a mais antiga instituição científica do país levando em chamas mais de 70% de seu acervo. Ao invés de valorizar os museus e o campo museal, o Estado fazia a escolha de privatizar os museus nacionais e acabar com as políticas públicas criando uma agência reguladora para atuar de forma autônoma, e ainda, determinava o uso de parte da arrecadação das empresas para o Sistema S (Sesc, Senai, Sesi e Senac) para financiar a reconstrução do Museu Nacional. O desmonte declarado das instituições federais levou a uma mobilização⁶⁸ no campo museal brasileiro para que a MP nº 850/2018 fosse revogada. Os

⁶⁷ Evento realizado pela Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, juntamente com a Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Espírito Santo, com apoio da Universidade Federal do Espírito Santo, nos dias 07, 08 e 09 de setembro de 2018.

⁶⁸ Em dezembro de 2018, após ouvir a opinião de representantes do campo museal brasileiro, incluindo o próprio IBRAM, a comissão mista aprovou por unanimidade relatório que recomendou a manutenção do IBRAM e criação de fundação privada voltada à arrecadação, gestão e aplicação de fundos e recursos para o setor museal.

Pontos de Memória, por sua vez, manifestaram repúdio a criação da ABM, indignando-se principalmente pela verticalização das políticas públicas adotadas no referido governo que desconsideraram os atores sociais envolvidos na criação e consolidação das políticas de memória e museologia social brasileira.

Em 12 de fevereiro de 2019, a Câmara dos Deputados rejeitou a Medida Provisória nº 850/2018, que autorizava o Governo Federal a extinguir o IBRAM e criar a ABRAM, levando a matéria a arquivamento. Esse cenário instável no campo museal brasileiro, decorrente do contexto macropolítico que passou por grandes transformações com o golpe de estado de 2016, levou-me a questionar enquanto pesquisadora e agente do campo sobre: há quem serviu a institucionalização do Programa Pontos de Memória? O PPM passou a existir para quem? Sobretudo, quando em 2019 assume a Presidência da República Jair Bolsonaro, inflamando os debates e agindo de forma intolerante, autoritária, obscura e conservadora em todos os setores da sociedade brasileira.

Sei que essas perguntas ainda me acompanharão por algum tempo, o desmonte da tradição participativa de produção de política pública museal e de produção de cultura no Brasil agravou-se com a Pandemia da COVID-19, doença devastadora em todas as partes do mundo, severa ainda mais ao povo brasileiro que passa por um governo agressivamente neoliberal na economia e perversamente ultraconservador nos costumes. Entretanto, há de se reconhecer que só o fato do Programa Pontos de Memória ainda existir juridicamente nessa conjuntura política é um feito, como me disse Adriano Almeida em entrevista (2020). O mais importante nesse momento é que saibamos que os processos museais dos Pontos de Memória dentro das comunidades que representam continuam mesmo sem o apoio do IBRAM, ao desenvolverem projetos independentes por meio de parcerias com outras instituições e de premiações de editais públicos municipais e estaduais.

O Ponto de Memória da Terra Firme, por exemplo, no último ano, aprovou três projetos nos editais prêmios vinculados a Lei Aldir Blanc no estado do Pará, como descreverei no próximo capítulo. A Lei nº 14.017/20 que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (Brasil 2020), foi uma

conquista do setor após mobilização nacional de diversos agentes do campo e de parlamentares que trabalharam comitadamente para sistematizar e aprovar a lei em decorrência da COVID-19 (Calabre 2020). Na cidade de Belém, os recursos destinados à Lei Aldir Blanc têm sido redistribuídos pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT-PA) e pela Fundação de Cultura do Município de Belém (FUMBEL).

A educadora Helena Quadros dedicou-se assiduamente para o alcance dos recursos para o Ponto de Memória da Terra Firme, envolvendo todo o Conselho Gestor da iniciativa na tarefa de escrever os projetos que seriam contemplados e mobilizando outras pessoas que pudessem colaborar com a realização dos projetos no futuro, como a mim e a sua estagiária Ana Carla Araújo. Mas Helena partiu em abril de 2020, sem ver esses projetos concretizarem-se. Uma terrível perda, para todos nós, que desde então buscamos nos encontrar como grupo em meio a tanta dor. Os projetos estão em andamento, mas sem o mesmo brilho e a alegria de Helena Quadros, certamente a principal força motriz dessa iniciativa de memória e museologia social no bairro da Terra Firme.

Se o processo museal dos Pontos de Memória deve ser continuado, como mantê-lo vivo com diferentes mudanças? Formulo mais essa pergunta ao me dar conta das transformações sem precedentes que os pontos pioneiros têm vivenciado, especialmente no que se refere à experiência do PM Terra Firme. Os escritos de Hugues de Varine sempre se voltam para essa questão do processo continuado sendo bastante claro que os museus em movimento são feitos de acordo com as ideias, as necessidades, os objetivos de um momento na vida da comunidade (2014). E uma vez atingindo o objetivo inicial, ao menos parcialmente, as diferentes consequências secundárias diferidas, o museu vai perdendo progressivamente sua utilidade, ao menos para a comunidade (Varine 2012).

Não quero trazer com essa reflexão uma visão pessimista dos processos continuados dos Pontos de Memória pioneiros, pelo contrário, quero deixar registrado que mudar direções, haver pausas e até mesmo a interrupção faz parte do processo. Eu acredito e defendo que esses museus servem suas comunidades e o seu desenvolvimento por meio de ações coletivas em defesa dos territórios periféricos, onde o direito à memória como um direito à vida é envolvido no movimento político de urgências do agora. E nesse movimento,

em algum momento, podem acontecer transformações que não foram previstas por aqueles que iniciaram o projeto de construção desses museus. Mudam-se os atores, com isso mudam as prioridades, as visões e as estratégias de sobrevivência dentro e fora das comunidades. Em relação à visão do Programa Pontos de Memória, atualmente, “eu sinto que o momento é de stand by”, usando aqui uma afirmação de Adriano Almeida (entrevista 2020).

Capítulo V

O Museu na periferia de Belém do Pará

A céu aberto, sem portas e janelas, sob o entendimento que o território é um artefato musealizado e que os moradores além de habitantes-visitantes são agentes em seus lugares de pertencimento, no ano de 2009, em Belém do Pará, Amazônia brasileira, um grupo formado por moradores do bairro da Terra Firme e agentes sociais do campo dos museus criou o Ponto de Memória da Terra Firme. Uma iniciativa comunitária, participativa, de caráter sociocultural e educacional que se apropria dos princípios da museologia social para desenvolver ações transformadoras dentro do bairro visando maior qualidade de vida para os moradores do lugar. O Conselho Gestor do PMTF, que lidera a iniciativa comunitária, tem trabalhado na última década para reconstruir a história de Terra Firme pelas narrativas de seus moradores (Quadros et al. 2013; Alcântara 2016), contribuindo assim para a afirmação da identidade coletiva do território.

A história do bairro começa na segunda metade do século XX, quando deu início o processo de ocupação do lugar que se transformaria no território denominado Terra Firme, onde famílias oriundas do interior do estado, regiões vizinhas ou do centro urbano de Belém fixaram moradia nas delimitações do rio Tucunduba e Avenida Perimetral (Ramos 1997, Alves 2010, Moura e Quadros, 2018). O desejo dessas famílias era garantir o direito à moradia em terras que vinham recebendo investimentos para melhorar a infraestrutura da região, pois abrigaria o novo campus da Universidade Federal do Pará e outras instituições, como o campus de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi. Mas por muito tempo essa gente ficou relegada ao esquecimento e abandono de políticas públicas, por serem considerados pelo estado invasores de terras pertencentes à união.

O abandono e o descaso público motivaram os moradores do bairro da Terra Firme a criarem organizações civis, especialmente centros comunitários, como organismos políticos de reivindicações e garantias de direitos para a comunidade e seu lugar. Algumas dessas organizações como os Centros Comunitários Bom Jesus e Da Paz, formaram uma parceria com o MPEG, em 1985, por meio do projeto supracitado “O Museu Goeldi leva educação e ciência a comunidade”, estreitando a relação entre os vizinhos – Museu Goeldi e os moradores do bairro da Terra Firme, após a instalação do campus de pesquisa da instituição. A parceria, que se estende até os dias de hoje, despertou em alguns moradores do lugar a vontade de possuir o próprio museu do bairro da Terra Firme, gerido e mantido pela comunidade, uma vez que essas pessoas entendem que os museus também são ferramentas para a transformação social de um lugar.

Essa vontade de possuir o museu da Terra Firme também foi impulsionada por um conjunto de ações do Instituto Brasileiro de Museus que mapeou em 12 capitais brasileiras iniciativas comunitárias que trabalhavam ou desejavam fazer um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias (IBRAM e OEI 2016, Pereira 2018). Trata-se do Programa Pontos de Memória, amplamente debatido nesta pesquisa, que com o incentivo de criação de processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, busca reconhecer e valorizar vossas memórias como parte integrante e indispensável da memória social brasileira (IBRAM 2021). No bairro da Terra Firme, então, tem-se constituído um processo museal pautado na realidade do lugar, sendo uma ferramenta política de reivindicação de direitos sociais e culturais.

Em 2021, o Ponto de Memória da Terra Firme comemora 12 anos de existência enquanto “museu diferente” de Terra Firme, como costuma afirmar a conselheira e moradora do bairro Francisca Rosa, a Chiquinha. O último capítulo desta pesquisa faz uma interpretação do processo museal desenvolvido no bairro da Terra Firme ao longo do tempo, de forma que possamos elucidar como a prática social dos Pontos de Memória pioneiros acontecem, levando em conta a funcionalidade dessas experiências museais de preservação, de investigação, de comunicação e sobretudo de função social política. As seguintes seções descrevem as ações museais do PM Terra Firme, de modo estrutural, em que se observou os

fundamentos da museologia social na prática, possibilitando a criação de ferramentas próprias de registro da memória social no bairro periférico de Belém.

5.1 Terra Firme, ação museal

As políticas econômicas e sociais destinadas à região amazônica na década de 1970, segundo a historiadora Edivânia Alves (2010) provocaram um aumento populacional na cidade de Belém e uma ocupação desenfreada de seus limites territoriais, por famílias de baixa renda vindas de outros estados (por exemplo, Maranhão, Piauí e Ceará) e do interior do Pará visando os benefícios dessas políticas públicas. A Terra Firme constitui-se como bairro nesse período, quando parte desta população migratória ocupou terras pertencentes à UFPA nas delimitações do rio Tucunduba e da Avenida Perimetral da Ciência⁶⁹, redesenhando a área adjacente aos bairros Marco, Canudos, Guamá, Universitário e Curió-Utinga, como é possível ver no mapa abaixo (Figura 48). Estima-se que atualmente a população do bairro da Terra Firme é de aproximadamente 62.000 habitantes (IBGE 2011).

⁶⁹ Avenida que abriga os principais centros de pesquisa com sede na Amazônia oriental.

Localização do bairro da Terra Firme, Belém-PA

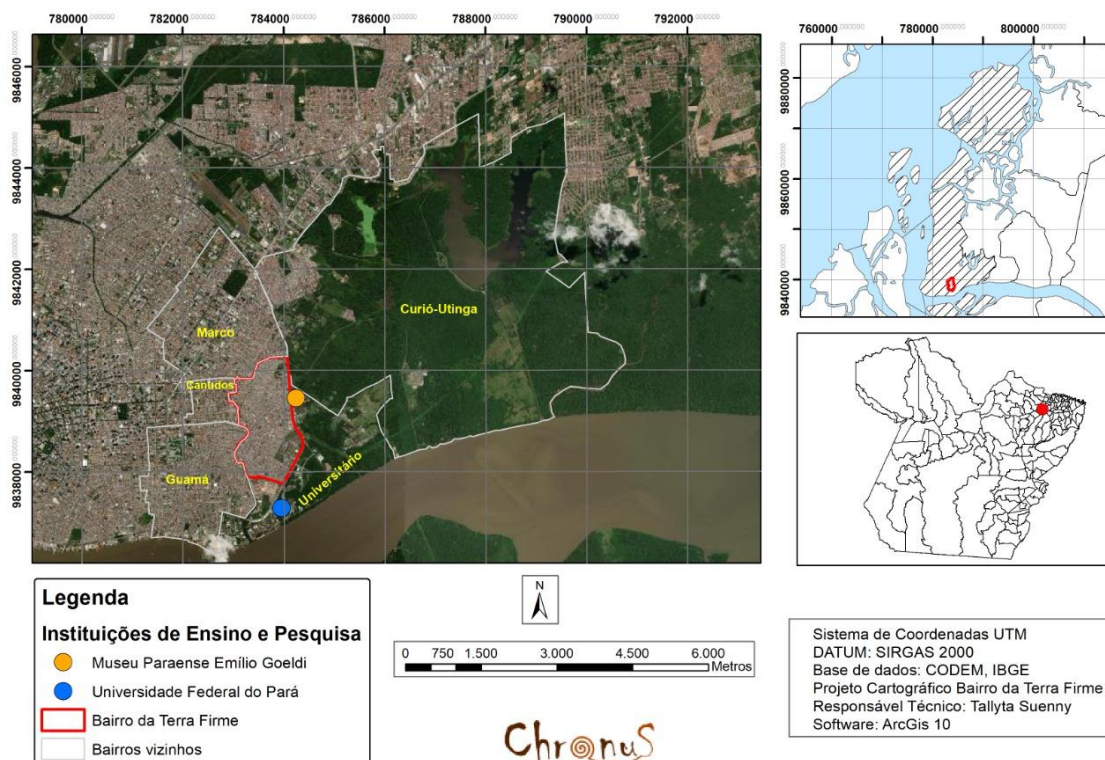


Figura 48 Localização geográfica no bairro da Terra Firme em Belém-Pa. Cartografia: Tallyta Suenny, 2021.

O nome do lugar é uma ironia à área alagada que sofria constantemente influência das chuvas e marés, vindas do rio Tucunduba e afluentes do rio Guamá, que deságuam na área central de Belém. Sem condições de moradia digna, os primeiros moradores encontraram apenas uma estreita faixa considerada *terra firme*, por isso o nome (Alves 2010, Alcântara 2016, 2019). Na cidade de Belém, o bairro tem atribuição de lugar perigoso, controlado pelo tráfico de drogas, dominado pela violência e, logo, marginal. Atribuem-se, assim, estereótipos negativos ao território que influenciam diretamente na baixa autoestima da maioria de seus moradores. No entanto, é importante enfatizar que a violência é recorrente em toda a cidade, porém o processo histórico de ocupação que resultou no abandono do poder público no bairro e os índices de violência elevados constantemente faz com que o bairro da Terra Firme sofra preconceitos até hoje.

Em contrapartida, diversos grupos culturais surgem, no lugar, em combate às situações de descaso e imposição do poder público e a outros segmentos da sociedade belenense. Os

grupos contribuem para melhoria da qualidade de vida ao propiciarem aos moradores espaços de sociabilidades e discussões dos problemas recorrentes em Terra Firme. Assim, encontram-se, no lugar, projetos culturais voltados para a dança, teatro, música, expressão corporal; organizações de moradores preocupadas com a falta de espaços de lazer e áreas arborizadas no território; associações de pais e mães que participam de conselhos nas escolas públicas do lugar; dentre tantos outros tipos de iniciativas comunitárias importantes para o bem-estar do território como um todo (Alcântara 2019).

O Ponto de Memória da Terra Firme consolida-se no bairro com o mesmo comprometimento das outras iniciativas comunitárias, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores por meio de ações que viabilizem transformações sociais no lugar. As ações realizadas pelo PMTF constituem-se no processo museal do território, de valorização da memória social e do patrimônio cultural produzidos no bairro da Terra Firme. Desde 2009, vem transformando-se em um museu comunitário e territorial na periferia de Belém, de formação da consciência da comunidade que o museu serve, contribuindo para levá-la a agir em reação às desigualdades e tensões sociais, permitindo maior proximidade da instituição ou iniciativa com o público, atribuições do que se é entendido como *museu integral* (Scheiner, 2012).

No curso do processo museal, em diversos momentos atuei junto ao Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, atuações que considero importantes para a consolidação do museu no bairro e especialmente para a minha formação profissional e acadêmica. Até aqui, participei de inúmeros debates, reflexões e escritos para analisar e compreender como o Ponto de Memória acontece na periferia de Belém, buscando recorrentemente fazer uma interpretação simbólica dos arranjos sociais e políticos que a iniciativa comunitária faz para que o museu se movimente. Nesta seção e na próxima, pela primeira vez apresento uma análise estrutural do PMTF levando em consideração o seu processo histórico de formação e consolidação como museu comunitário e territorial no bairro da Terra Firme. Sendo apenas, uma matriz ou modelo de análise construído a partir das minhas observações da realidade social do Ponto de Memória da Terra Firme.

5.1.1 Diretrizes

O processo museal realizado no bairro da Terra Firme pelo Ponto de Memória serve-se dos princípios da museologia social que reconhece a importância dos museus na defesa das realidades e potencialidades de comunidades específicas. As ações decorrentes desse processo seguem diretrizes fundamentadas na Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Museologia Social, produzida no ano de 2012, por representatividades de Pontos de Memória, museus comunitários e agentes do campo da museologia social que orienta os princípios adotados pelos Pontos de Memória pioneiros, sobretudo. Tem-se acompanhado, assim, que a atuação do Ponto de Memória da Terra Firme adota as diretrizes listadas no diagrama, abaixo, com o objetivo de contribuir na luta pela permanência com maior qualidade de vida dos diversos grupos sociais existentes no bairro da Terra Firme:



Diagrama 1 Diretrizes do Ponto de Memória da Terra Firme

5.1.2 Ações continuadas

O Ponto de Memória da Terra Firme adota a produção de metodologias participativas para o desenvolvimento de ações museais no bairro da Terra Firme, que trazem para o cerne das discussões dos direitos sociais e culturais, desta comunidade periférica de Belém do Pará, os fundamentos da museologia social. Em doze anos de existência, esses fundamentos foram incorporados nas ações contínuas da iniciativa comunitária, possibilitando a criação de ferramentas próprias de registro da memória social dos moradores do bairro, de valorização do patrimônio cultural e ambiental do território e de construção de cidadania ativa por agentes sociais deste lugar. As ferramentas criadas pelo PMTF correspondem às fases de formação e consolidação dos Pontos de Memória pioneiros, atendendo as realidades do bairro da Terra Firme e as demandas locais de seus moradores.

Em conformidade com as ações realizadas até o momento pelo PMTF, considero que a iniciativa comunitária passou por sete fases de fortalecimento no bairro da Terra Firme, conforme a descrição abaixo. Essas fases traçam uma linha do tempo histórica do seu processo museal que evidenciam quais atividades são promovidas e articuladas pelo Ponto de Memória e como estão em conformidade com as diretrizes traçadas na subseção anterior.

- *Apresentação*: fase observada nos primeiros contatos dos moradores do bairro da Terra Firme e agentes sociais dos museus que atuam no território com os representantes do IBRAM, que ao lançarem o Programa Pontos de Memória desejavam conhecer aspectos da vida social, cultural e política do lugar.
- *Formação*: fase determinada pelo processo de criação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme que passaria a planejar, executar e avaliar as ações museais no bairro da Terra Firme;
- *Consolidação*: fase que corresponde ao planejamento estratégico da iniciativa comunitária, levando em consideração os fundamentos da museologia social e as demandas do bairro da Terra Firme;
- *Lançamento*: fase realizada em um único momento para apresentar ao bairro da Terra Firme e agentes culturais do município de Belém o processo museal realizado no território com moradores do bairro;

- Trabalho em rede: fase contínua determinada após o cumprimento das etapas anteriores que caracteriza a manutenção das relações institucionais e colaborativas entre iniciativas comunitárias de interesse comum, museus, instituições culturais e congêneres;
- Ação: fase também contínua realizada em paralelo ao trabalho em rede que corresponde ao cumprimento de ações museais no bairro da Terra Firme, atendendo as demandas e potencialidades dos moradores do lugar;
- Divulgação: fase contínua em paralelo as ações e o trabalho em rede que colabora com a divulgação do PMTF com o intuito de legitimar o processo museal no bairro da Terra Firme, participando de encontros e debates sobre memória, museus e patrimônio dentro da rede de museologia social criada no país, formando novas parcerias para consolidação do trabalho no bairro e divulgando as ações contínuas realizadas pela iniciativa comunitária.

A seguir, as fases são representadas dentro de uma linha do tempo histórica que lista as ações realizadas pelo Ponto de Memória da Terra Firme em seu processo museal (Diagramas 2 e 3).

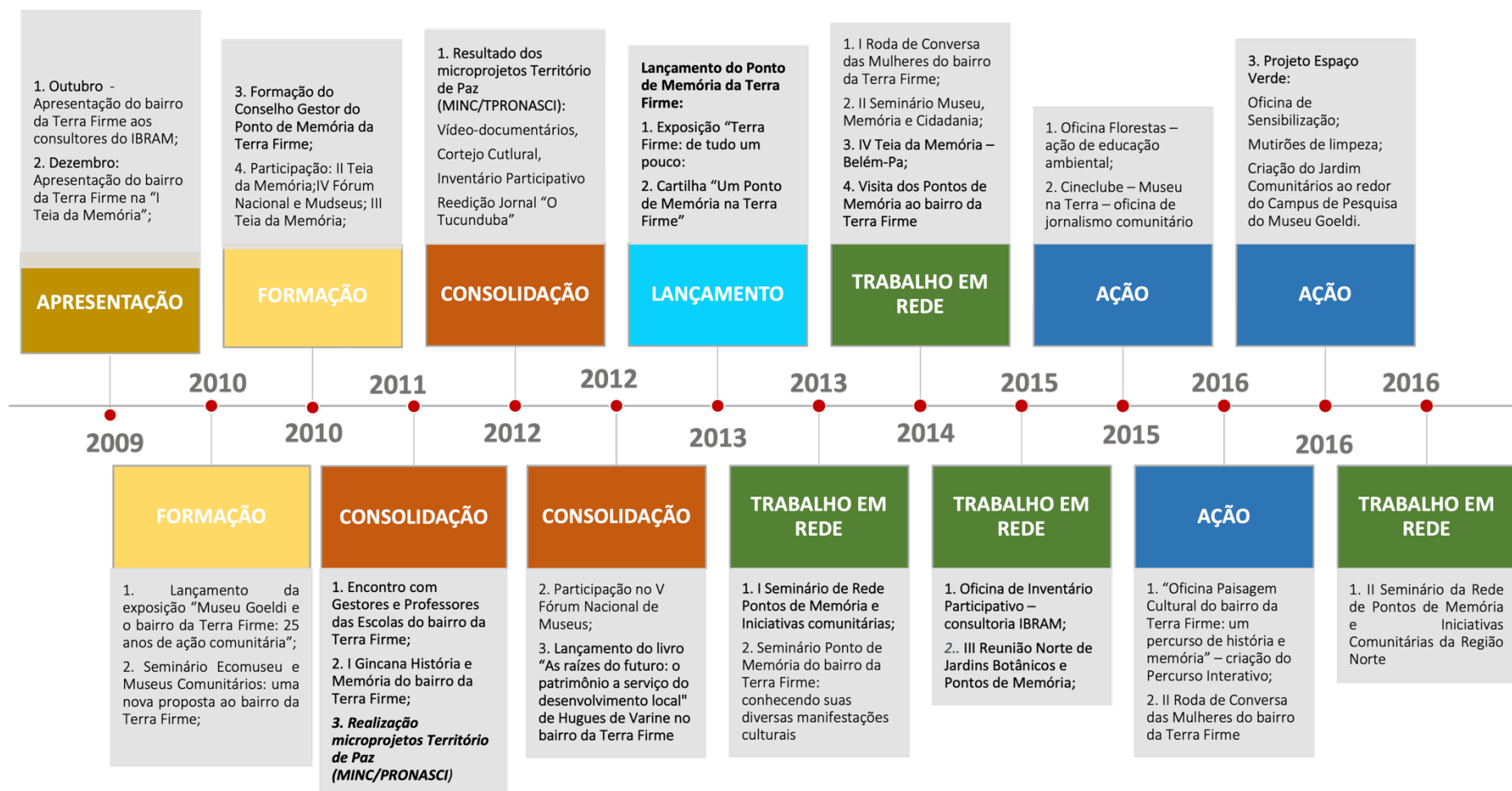


Diagrama 2 Linha do tempo histórica do Ponto de Memória da Terra Firme, período de 2009 a 2016.

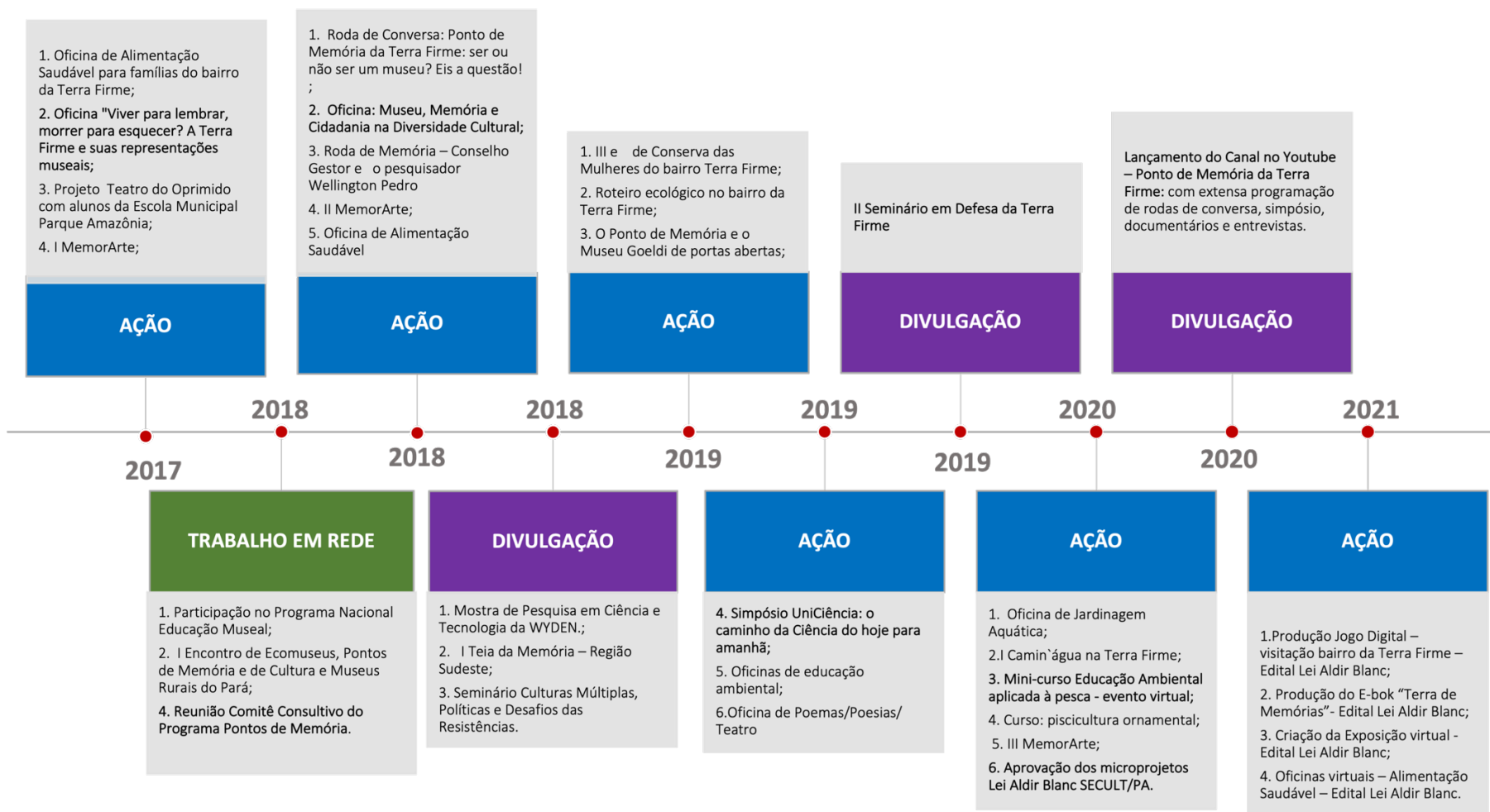


Diagrama 3 Linha do tempo histórica do Ponto de Memória da Terra Firme, período de 2017 a 2021.

5.2 Terra Firme, imaginação museal

A imaginação museal do Ponto de Memória da Terra Firme é determinada dentro de quatro eixos temáticos – pesquisa, mobilização, educação e comunicação. Os eixos correspondem ao agrupamento das ações museais em temas transversais que atendem as diretrizes do PMTF e as vivências dos moradores de Terra Firme. No decorrer dos próximos anos, entendo que esses agrupamentos podem ser modificados em vista de atender outros objetivos e temas demandados durante a realização de novas ações museais com os moradores de Terra Firme. Contudo, as evidências históricas do processo museal no bairro da Terra Firme apontam, nesse momento, para a seguinte matriz conceitual do Ponto de Memória da Terra Firme (Diagrama 4), de modo que possamos figurar os eixos temáticos e os seus direcionamentos, descritos nas subseções subsequentes.



Diagrama 4 Matriz conceitual da imaginação museal do Ponto de Memória da Terra Firme.

5.2.1 Pesquisa, registro da memória social

As atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Ponto de Memória da Terra Firme envolvem um conjunto de práticas, ferramentas e métodos de investigação que ampliam as interpretações do Conselho Gestor sobre a experiência da iniciativa comunitária como processo museal no bairro da Terra Firme. As pesquisas são realizadas por agentes colaboradores e membros do Conselho que manifestam o interesse em revisitar conceitos, atribuições, funções e conteúdos que estão envolvidos das diversas finalidades do Ponto de Memória enquanto iniciativa comunitária de caráter sociocultural e educacional. O processo de elaboração das pesquisas é realizado de forma conjunta com o Conselho Gestor do PMTF que se dispõe a colaborar com as atividades de busca de coleta de dados empíricos e documentais, atendendo aos objetivos de cada investigação científica.

No exercício dessas atividades, os pesquisadores são convidados a contribuir para o registro da memória social da Terra Firme produzindo produtos de difusão que congregam os resultados das pesquisas, como por exemplo: vídeos documentários, produção bibliográfica, organização de eventos e produção de documentos técnicos como fichas catalográficas. O material compartilhado com o Ponto de Memória adquire novas funções no processo museal do bairro ao comunicar e expor a memória social, o patrimônio ambiental e cultural e a identidade coletiva dos moradores do lugar. O Ponto de Memória da Terra Firme, nesse eixo, tem uma parceria consolidada com o Museu Paraense Emílio Goeldi, especialmente por causa do projeto “O Museu Goeldi leva educação e ciência a comunidade”, que oferta anualmente bolsas de iniciação científica a jovens pesquisadores que possuem interesse de investigação no território do bairro, atendendo os objetivos gerais da iniciativa comunitária Ponto de Memória.

O tipo de pesquisa, a autoria e os produtos gerados entre as principais pesquisas realizadas em parceria com Ponto de Memória da Terra Firme estão descritos no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 Pesquisas científicas desempenhadas sobre o Ponto de Memória da Terra Firme.

PERÍODO	PESQUISA	AUTORIA	INSTITUIÇÃO	PRODUTO COMPARTILHADO
2010 a 2011	Iniciação científica	Isabella Barrigão, Turismóloga. Orientação: Dra. Helena Quadros.	Programa de Iniciação Científica/MPEG.	Cadastramento dos Centros Comunitários ativos no bairro da Terra Firme no período da pesquisa.
2010 a 2011	Iniciação científica	Cilane Melo, Turismóloga. Orientação: Dra Helena Quadros .	Programa de Iniciação Científica/MPEG.	Registro das da histórias de vida dos moradores mais velhos do bairro da Terra Firme.
2011 a 2012	Iniciação científica	Camila Alves Quadros, Pedagoga Mestra Em Educação. Orientação: Dr. Nelson Sanjad.	Programa de Iniciação Científica/MPEG	Registro das da histórias de vida dos Conselheiros do PMTF.
2014	Trabalho de conclusão de curso	Sílvia Giese Guerreiro, Museóloga. Orientador: Prof. Dr. Diogo Jorge De Melo	Faculdade De Artes Visuais, Curso De Museologia/ UFPA.	Consultoria museológica.
2014 a 2018	Tese de doutorado	Ana Cláudia Dos Santos Da Silva, Turismóloga, Dra. Ciências Socioambientais. Orientação: Prof. Dr. Sílvio José De Lima Figueiredo.	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ NAEA/ UFPA	Elaboração do Percurso Interativo no bairro da Terra Firme em parceria com o PMTF.
2014 a 2016	Dissertação de mestrado	Camila Moura Alcântara, Turismóloga Ma. em Antropologia Social Orientação: Prof. Dr. Fabiano Gontijo	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFPA	Registro do processo de formação do Ponto de Memória da Terra Firme.
2016 a 2018	Dissertação de mestrado	Camila Alves Quadros, Pedagoga Ma em Educação. Orientação: Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)/ ICED/UFPA	Oficinas participativas com o Conselho do PMTF; Oficinas de formação para o Conselho do PMTF; Vídeo-documentário sobre a história de vida dos Conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme.
2016 a 2019	Tese de doutorado	Helena Do Socorro Alves Quadros, Pedagoga Dra Em Educação Orientação: Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)/ ICED/UFPA	Registro da parceria entre o Museu Goeldi e o bairro da Terra Firme; Itinerância da exposição do “Museu de Portas Abertas” no espaço público do bairro da Terra Firme.
2016 a 2021	Tese de doutorado:	Camila Moura Alcântara, Turismóloga Ma. em Antropologia Social Orientação: Profa. Dra. Renata de Godoy	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFPA	Oficinas participativas com o Conselho do PMTF; Organização de produções bibliográficas e expositivas.
2017	Tese de doutorado:	Marcelle Pereira, Museóloga Dra. em Sociomuseologia. Orientação: Prof. Dr. Mário Chagas	Universidade Lusófona De Humanidades E Tecnologias – ULHT	Roda de conversa com o Conselho Gestor do PMTF.
2017 – em andamento	Tese de doutorado	Wellighthon Pedro da Silva, Me em Letras Orientação: Carmem Jená Caetano	Programa de Pós-Graduação em Linguística/ UNB	Oficinas participativas com o Conselho do PMTF; Oficinas de formação para o Conselho do PMTF;

O quadro 2 indica que o Ponto de Memória da Terra Firme, em doze anos de atuação, foi objeto de pesquisa de 11 (onze) investigações científicas, realizadas por pesquisadores nos mais diferentes níveis de produção acadêmica. O trabalho colaborativo com o Conselho Gestor da iniciativa comunitária chama atenção para a oferta de produtos de difusão que contribuem para o fortalecimento do processo museal no bairro da Terra Firme. As oficinas participativas, as rodas de conversa e os registros do fazer museal, no bairro, compartilhado com os conselheiros e moradores colaboraram para o redesenhar das ações estratégicas do

Ponto de Memória. Em vista de que as trocas de conhecimento com os pesquisadores ajudam os agentes, à frente do processo museal, a repensarem suas ações e direcionarem o trabalho a favor das memórias e dos patrimônios considerados importantes para os moradores de Terra Firme.

5.2.2 Mobilização social

O Ponto de Memória da Terra Firme, enquanto organização social, tem um papel fundamental em congregar ações que propiciam a união comunitária em defesa da transformação social do bairro da Terra Firme. O processo de formação do território como bairro periférico, marcado pela segregação social e carência de equipamentos coletivos, provocou o surgimento de diversos projetos comunitários que se dedicam à garantia de políticas públicas para o lugar. Nesse sentido, as representatividades do Conselho Gestor do PMTF participam de outras iniciativas que mobilizam a comunidade a buscarem soluções para mudar a realidade social do bairro.

A participação dos conselheiros nessas outras organizações sociais contribui para consolidar a experiência do Ponto de Memória no bairro da Terra Firme, especialmente por desenvolver práticas museais que abrem caminho para pensar a realidade política, histórica e cultural dos moradores do lugar. Incorporando amplas dimensões simbólicas e sociais aos seus patrimônios, cabíveis de memória e representação (Alcântara 2019). Desta maneira, o processo museal que há em Terra Firme está comprometido com as amplas dimensões da museologia social determinadas por Chagas e Gouveia (2014), reconhecendo a capacidade intrínseca da comunidade em ser autêntica, consciente e gestora dos seus valores (Alcântara 2016).

As ações de mobilização social do Ponto de Memória da Terra Firme ampliam a visibilidade da realidade que envolve os moradores do bairro, de modo que as representatividades da iniciativa são agentes transformadores ao compartilharem e defenderem o sentimento de pertencimento a aquele lugar dentro de uma rede de informação e contatos com pessoas e instituições sociais dentro e fora de Terra Firme. A

seguir, no Quadro 3 faz-se referências às ações sociais que o Conselho Gestor insere-se dentro do território.

Quadro 3 Ações de mobilização social no bairro da Terra Firme que tem a participação do Ponto de Memória

AÇÃO SOCIAL	DESCRIÇÃO	PROJETOS ASSOCIADOS	CONSELHEIROS
Alimentação Saudável	Promoção de eventos que incentivem o consumo conscientes e saudável de alimentos das famílias do bairro da Terra Firme, respeitando a sua cultura alimentar.	Ação desenvolvida em parceria com o Museu Goeldi, com a promoção do Festival da Gastronomia Inteligente.	Francisca Rosa dos Santos Maria Francisca Araújo Helena Quadros
Educação e Cultura	Desenvolvimento de atividades de dança e teatro para crianças e jovens do bairro, com o objetivo de preencher o tempo ocioso desses moradores visando também o enfretamento da criminalidade presente no território.	Ação em parceria com o Grupo de Apoio a Juventude, da região do Parque Amazônia, atuante no bairro da Terra Firme desde 2005; Escola Estadual Mário Barbosa.	Camila Quadros Jéssica Luiza José Maria Souza
Esporte e Lazer	Promoção de atividades recreativas com a juventude do bairro da Terra Firme, como exemplos colônia de férias e campeonatos esportivos, propiciando diversão e bem estar aos moradores.	Parceria com o Grupo de Apoio a Juventude, da região do Parque Amazônia.	José Maria Vale
Meio Ambiente	Realização de ações de educação ambiental, conservando os recursos naturais existentes no lugar e implementando ações para melhoria da paisagem.	As atividades acontecem em parcerias com outras instituições, como o Museu Paraense Emílio Goeldi que tem contribuído para a arborização do bairro e outras organizações sociais que tem trabalhado na defesa do Rio Tucunduba e melhoria na qualidade de vida das famílias que moram a margem dos rio.	Francisca Rosa dos Santos José Maria Maria Madalena Pantoja Helena Quadros

As ações para melhorias das condições de vida dos moradores de Terra Firme pautadas na alimentação saudável; educação e cultura; esporte e lazer; meio ambiente são de interesse dos conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, conforme a descrição da tabela X. Os interesses desses conselheiros dão-se pelas funções sociais que já desempenhavam no bairro antes mesmo de iniciarem o processo museal no território, congregando as ações e incorporando as dimensões da museologia social na realização e promoção de atividades que possam atender essas necessidades dos moradores do lugar. A importância do Ponto de Memória, nesse sentido, também é de articular uma nova rede de colaboradores para o bairro da Terra Firme, chamando a atenção de centros de pesquisa, instituições culturais e

congêneres para a conversão de ações museais, ambientais, educacionais, culturais, esportivas e de bem para a população do bairro.

5.2.3 Educação popular

O Ponto de Memória da Terra Firme adota a educação popular como prática social de luta pela preservação da memória social do bairro da Terra Firme, ao promover atividades com intencionalidades pedagógicas para a difusão de conhecimento e troca de saberes sobre a realidade do lugar. As atividades educativas, portanto, são direcionadas para o convívio da diversidade, o conhecimento das diferentes culturas e o respeito entre as pessoas que participam do processo museal no território. Envolvendo mudanças de atitudes, posturas e novas concepções sobre a vida em Terra Firme.

Os conselheiros da iniciativa comunitária têm realizado quatro tipos de atividades pautadas na educação popular – eventos científicos, encontros de formação, oficinas participativas e atividades exploratórias – descritas no quadro 4, abaixo, que envolvem especialmente dois aspectos da prática social: a educação patrimonial e a educação ambiental. No que se refere à educação patrimonial, as atividades dirigem-se à construção de relações efetivas dos moradores do bairro da Terra Firme com os bens culturais produzidos coletivamente sejam de dimensões materiais ou imateriais. A educação ambiental, por sua vez, direciona para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação dos recursos naturais existentes no bairro, assim como a criação de hortas e jardins comunitárias que atendam as necessidades alimentares e de bem-estar dos moradores do lugar.

Quadro 4 Atividades realizadas pelo Ponto de Memória da Terra Firme pautadas na educação popular.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	ORGANIZADORES
Eventos científicos	Realização de simpósios, seminários e fóruns com o objetivo de promover debates científicos sobre a realidade social e cultural do bairro da Terra Firme. Temas recorrentes: museus, memória, patrimônio, educação e meio ambiente	Museu Goeldi Universidade Federal do Pará	Camila Quadros Helena Quadros
Encontros de formação	Cursos de formação para o Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme voltados para as ações desenvolvidas pelo grupo. Temas recorrentes: museografia, audiovisual, agente museal e ambiental.	Instituto Brasileiro de Museus Museu Goeldi Rede Brasileira de Jardins Botânicos Universidade Federal do Pará	Camila Quadros Helena Quadros
Oficinas Participativas	Atividades de planejamento, elaboração e avaliação de ações realizadas pelo Ponto de Memória com os moradores do bairro da Terra Firme. Temas recorrentes: cultura, meio ambiente, museus e patrimônio	Escolas do bairro da Terra Firme Museu Goeldi	Camila Quadros Helena Quadros Jéssica Luiza Francisca Rosa
Exploratória	Atividades exploratória no bairro da Terra Firme com moradores, pesquisadores e visitantes que desejam conhecer o lugar pela perspectiva do Ponto de Memória.	Escolas do bairro da Terra Firme Museu Goeldi	Camila Quadros Helena Quadros Jéssica Luiza Francisca Rosa José Maria Vale Paula Lacerda João Batista dos Anjos

Inspirados na concepção teórica e metodológica de Paulo Freire sobre educação popular, a formação de pessoas conscientes sobre as questões patrimoniais e ambientais do bairro da Terra Firme é a principal missão dos conselheiros envolvidos nessas atividades educativas. De modo que trabalham junto a agentes e pesquisadores para desenvolver ações educativas libertadoras e dialógicas que levem ao processo de construção do exercício da cidadania ativa, a ocupação do espaço público e a permanente luta pelos direitos sociais. Assumindo o compromisso de construir democraticamente o processo museal do bairro da Terra Firme com o compartilhamento dos saberes presentes no lugar.

5.2.4 Nós, comunicação

A inovação, a arte e a cultura produzidas no bairro da Terra Firme enfrentam o imaginário problemático construído por narrativas de pobreza e de violência veiculadas pela mídia de massa sobre e nesse lugar. As narrativas racistas, preconceituosas e estereotipadas negativamente sobre Terra Firme silenciam e apagam a sua efervescência cultural. A possibilidade da câmera na mão, de forma improvisada, e o uso de mídias acessíveis pelo celular tem mudado este cenário com a produção de contra-narrativas sobre o bairro, produzidas e legitimadas pelos moradores, veiculadas dentro do território e fora dele.

O Ponto de Memória da Terra Firme prima por desenvolver atividades de comunicação com a juventude do bairro de modo que o trabalho de registro da memória social do lugar possa melhorar a autoestima desses moradores, contribuindo para a mudança da imagem negativa sobre o território. Nesse aspecto, evidencia-se quatro tipos de linguagens que são promovidas recorrentemente pela iniciativa comunitária – produção audiovisual, exposições itinerantes, produção bibliográfica e veiculação nas redes sociais. As linguagens descritas no quadro 5, a seguir, comunicam o processo museal do bairro e produzem a contra-narrativa sobre o lugar.

Quadro 5 Atividades de comunicação realizada pelo Ponto de Memória da Terra Firme

PRODUTOS	DESCRIÇÃO	FINANCIAMENTO/PARceria	ORGANIZADORES
Audiovisual	Vídeos documentários produzidos para apresentar aspectos da vida no bairro da Terra Firme e registrar o trabalho do Ponto de Memória no lugar.	Instituições culturais de instância federal e estadual.	Camila Quadros Jéssica Luiza Paula Lacerda
Exposições	Exposições itinerantes que percorrem o bairro e a região metropolitana de Belém para contar a história da Terra Firme sob a perspectiva da museologia social.	Instituições culturais de instância federal e estadual; Museu Goeldi.	Camila Quadros Francisca Rosa Helena Quadros Jéssica Luiza José Maria Vale João Batista dos Anjos
Produção bibliográfica	Produção de material bibliográfico que descrevem o processo de formação e consolidação do Ponto de Memória da Terra Firme.	Instituições culturais de instância federal e estadual.	Camila Quadros Helena Quadros Edvaldo Sales
Redes sociais	Canais de divulgação das ações realizadas pelo Ponto de Memória da Terra Firme.	Trabalho desenvolvido sem financiamento.	Helena Quadros Jéssica Luiza Paula Lacerda

Os conselheiros envolvidos nas ações de comunicação têm buscado financiamentos e parcerias institucionais para que se produzam produtos de difusão do processo museal do bairro da Terra Firme, com o objetivo de atingir o maior número de pessoas e democratizar o acesso cultural no território. Neste ano de 2021, por exemplo, com o financiamento da Lei Aldir Blanc, o Ponto de Memória da Terra Firme tem dedicado-se a lançar três produtos de difusão que com a divulgação nas mídias sociais da iniciativa comunitária estima-se que o processo museal alcançará um público diverso e divulgará a realidade social do bairro da Terra Firme, sob a perspectiva da museologia social. Até dezembro próximo, o PMTF lançará os seguintes produtos: E-book Terras de Memória, Jogo Digital do Ponto de Memória da Terra Firme (Figura 49) e Exposição virtual Memórias Compartilhadas.



Figura 49 Material de divulgação do Jogo Digital do Ponto de Memória da Terra Firme. Imagem: Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme, 2021.

As tecnologias digitais têm sido um recurso importante de comunicação do processo museal dentro e fora do bairro da Terra Firme, de modo que apresenta, em tempo real, a vida em Terra Firme, sob olhares dos agentes sociais do lugar. “Narrativas reais e verdadeiras feitas por nós, para nós e de nós para fora”, como costuma afirmar o jornalista e ativista político Raul Santiago. Além do mais, essas tecnologias têm atraído novas parcerias institucionais que contribuem com o Ponto de Memória em outras frentes de ações museais. Todo esse trabalho tem chamado a atenção da mídia de massa, nos últimos anos, que tem divulgado, ainda que de maneira principiante, o comprometimento do Ponto de Memória da Terra Firme com o bairro musealizado.

Memórias de uma tese que não termina por aqui.

Os Pontos de Memória, investigados nessa pesquisa, seguem o fluxo do movimento em comunidades para criar espaços de encontro e de celebração da memória, dispendo valer dos interesses (urgentes) dos sujeitos sociais que integram esses processos de (auto)representação e construção de identidades. E são nesses espaços de encontros que grupos, povos, comunidades ou movimentos sociais registram o que é mais valioso para a permanência, a resistência e a afirmação enquanto coletivo – a memória construída nas relações, nos mundos e nas práticas culturais desses sujeitos. A dinâmica da memória dos sujeitos que integram esses processos museais se definem aos seus modos e interpretações das realidades sociais vividas por cada grupo.

No exercício desta tese, busquei apresentar o conhecimento desses grupos sobre o fazer museu em seus lugares de pertença, de modo que possam contar suas histórias e preservar suas memórias por meio de narrativas construídas e legitimadas por eles mesmos. Identificando, assim, a potência de vida ativa que cresce dentro das comunidades periféricas brasileiras para registrar a memória social e salvaguardar o patrimônio cultural dos diversos grupos sociais que vivem nos espaços urbanos. Em Belém do Pará, como vimos, a potência de vida da memória está associada à luta constante por transformação social dentro do bairro da Terra Firme.

As ações museais realizadas pelo Ponto de Memória da Terra Firme reascende o desejo de luta dos moradores do bairro para criar possibilidades diversas de formação, conhecimento e crescimento em comunidade. O trabalho coletivo em torno da memória social gera uma relação de identificação com o outro, que fortalece a luta constante desta população por bem-estar e qualidade de vida na periferia paraense. O Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, com doze anos de atuação, tem buscado, por meio da afetividade e do encontro entre os sujeitos, criar agenciamentos, novas invenções que associam memória e criatividade para inspirar o movimento de luta no bairro de Belém. A criatividade dessa iniciativa

comunitária é impulsionada por outro movimento, o da museologia social que cresce e multiplica-se nas margens da sociedade brasileira, sobretudo no lugar do periférico que reflete e tem uma leitura crítica de mundo e da forma como sua história é contada.

O movimento dos Pontos de Memória pioneiros, conectado pelas redes e fortalecido pelas instituições museais brasileiras, como Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu da República, tem ampliado o campo de atuação dessas iniciativas comunitárias e garantindo que os processos museais mantenham-se após as mudanças configuradas no contexto macropolítico do país. As memórias do tempo mais recente têm invertido a lógica do processo de atuação dos Pontos de Memória investigados, quando uma vez impulsionados pelo Estado para compartilhar os seus recortes de mundo, esse mesmo Estado, ou melhor dizendo, uma versão que sobreviveu dele, aplica uma política de apagamento das experiências e silenciamento das vozes que foram amplificadas por todo o processo de construção coletiva das políticas museais brasileiras.

Por todo o trabalho colaborativo de elaboração dessa pesquisa etnográfica, vimos a política do Programa Pontos de Memória ser alterada, indo em direção à manutenção das tristes tradições que acompanham as políticas culturais brasileiras. Contudo, em meio a ausência, o autoritarismo e a instabilidade das ações previstas pelo Estado brasileiro observamos como os museus em processos se enriquecem em comunidades e têm resistido às adversidades da vida nos territórios marcados pela privação e abandono de políticas públicas. As soluções criativas impulsionadas pelas forças ativas da memória nesses museus têm se destacado como caminho e estratégia dessas comunidades para interferirem no mundo social que vivem.

Espero que, a partir desta leitura aprofundada sobre os Pontos de Memória pioneiros, outros trabalhos possam ser inspirados a pensar sobre as diferentes possibilidades de ser e se afirmar como museu. E que além disso, nossas teses, dissertações ou qualquer outro tipo de trabalho acadêmico em espaços não institucionalizados possam contribuir para fortalecimento dos grupos, povos e comunidades em direção ao seu crescimento territorial, social, cultural e político. Somos seres inquietos e em constante troca, que não percamos essa vontade de dizer quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir.

A tese não finda, porque as memórias ainda estão sendo processadas e os museus imaginados. O meu trabalho com o Ponto de Memória da Terra Firme recomeça com esta pesquisa. Quero poder escrever sobre as novas décadas que ainda vivenciaremos em comunidade no fazer museal, levando em consideração os novos objetivos e metas traçados para a permanência do legado da Dra. Helena Quadros, a maior incentivadora dessa iniciativa e desse trabalho acadêmico.

Referências

- ABREU, R. 1996. Síndrome de museus? *Série Encontros e Estudos* (2): 51-68.
- _____. 2007. *Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*, in Apostila Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular, pp. 54-63. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal.
- _____. CHAGAS, M. 2007. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. *Revista Brasileira de Museus e Museologia* (3): 130-152.
- _____. LIMA FILHO, M. 2007. A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil, in *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Editado por M. Lima Filho, M; C. ECKERT; J. BELTRÃO, pp. 21-45. Blumenau: Nova Letra.
- _____. 2008a. A emergência do outro no campo do Patrimônio Cultural. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (7): 9-20.
- _____. 2008b. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica, in *E o Patrimônio?* Editado por R. Abreu e V. Dodebei, pp. 33-59. Rio de Janeiro: Contra-capa. 150p.
- _____. CHAGAS, M. 2009. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina. 320p.
- _____. 2012. A metrópole contemporânea e a proliferação dos “museus espetáculos”. *Anais do Museu Histórico Nacional* (44):53-71.
- _____. LIMA FILHO, M. ATHIAS, R. 2016. *Museus e Atores Sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora da UFPE/ABA. 200p.
- _____. 2016. Memória social: itinerários poéticos-conceituais, in *Porque memória social?* Editado por V. DODEBEI et al. pp. 41-66. Rio de Janeiro: Hídrida.
- AGIER, M. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Tempo. 216p.
- _____. 2015. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana* (online) (21): 483-498.
- ALCÂNTARA, C. M; GONTIJO, F. 2015. Os museus, as coisas e as comunidades: novas percepções a partir do bairro da Terra Firme em Belém, Pará. *Revista Ventilando Acervos* (3): 92-109.

ALCÂNTARA, C. M. 2016. *Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-Pa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____; GODOY, R. 2017. Os museus emanados da periferia e suas perspectivas para o Turismo Cultural. *Revista O Ideário Patrimonial*. (8): 73-91.

_____; QUADROS, C. A. 2018. Ponto de Memória da Terra Firme: um museu comunitário na periferia Amazônica. *Revista Amazônica*. (10) 762-788.

_____. 2019. Museus em periferias urbanas brasileiras. *Revista Horizontes Antropológicos*. (53): 169-201.

ALAN. 2017. Depoimento. *Oficina Viver para Lembrar, morrer para esquecer?* Concedido a Camila Moura Alcântara e Camila Alves Quadros. MP3- áudio – 0,5 MB (Duração 2:00 min).

ALMEIDA, A. 2020. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. Apple MPEG-4 audio - 29,5 MB (Duração 59:10 min).

AVELAR, L. 2015. *Museus comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museus do Taquaril*. Dissertação de Mestrado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

ALVES, E. 2010. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém.

BARBALHO, A. 2007. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. in *Políticas culturais no Brasil*. Editado por A. RUBOM, pp. 37-60. Salvador: EDUFBA.

BARBALHO, A. 2018. Política cultural em tempos de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de políticas públicas*. (22): 239-260.

BERREMAN, G. 1980. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia, in *Desvendando máscaras sociais*. Editado por A. ZALUAR, pp. 123-149. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOLTON, L. 2003. The object in viwe: Aborigines, Melanesians, and Museums, in *Museums and source communities*. Edited L. BROWN e L. PEERS, pp.215-232. Routledge.

BORGES, L. 2014. Museu e Cidade: travessias na arena simbólico-política. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* (7): 223-248.

BOSI, E. 1999. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 484p.

BOTELHO, I. 2001. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva* (15) 73-83.

BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico.

_____. 2007. *Política Nacional de Museus*. Organização e textos: J. NASCIMENTO. M. CHAGAS. Brasília: MinC. 17p.

_____. 2009. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. *Institui o Estatuto de Museus*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm> . Acesso em 27 de jun. De 2021.

_____. 2000. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf> . Acesso em 13 de set. de 2021.

_____. 2010. *Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020*. Ministérios da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: MinC/Ibram. 134p.

_____. 2017. Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19284452/do1-2017-09-11-portaria-n-315-de-6-de-setembro-de-2017-19284342> . Acesso em 13 set. de 2021.

_____. 2020. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>> Acesso em 16 de set. de 2021.

BRULON, B. 2020. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrar a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista*. (28): 1-30.

CALABRE, LIA. 2014. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (58): 137-156.

_____. 2015. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014, in Políticas culturais no governo Dilma. Editado por: A. RUBIM, A. BARBALHO, L. CALABRE. Salvador: EDUFBA. 33-48p.

_____. 2020. A arte e a Cultura em Tempos de Pandemia: os vários vírus que nos assolam. *Extraprensa* (13): 7-21

CANCLINI, N. 2008. Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento, in *A Cultura pela Cidade*. Editado por C. Texeira *et al.*, pp. 15-32. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2006. *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP. 2º ed. 221p.

CHAGAS, M. 2002. Memória e poder: dois movimentos, in *Cadernos de Sociomuseologia* (19): 35- 67.

_____. 2007. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em Questão* (13): 207-224.

_____. 2008. A radiosa aventura dos Museus, in *E o Patrimônio*. Editado por R. Abreu e V. Dodebei, pp. 113-124. Rio de Janeiro: Contra-capá.

_____. 2009. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM. 258p.

_____. GOUVEIA, I. 2014. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM, Museologia social*. (41): 9 – 22.

CHUVA, M. 2012. Por uma história da noção de patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 147-163

CLIFFORD, J. 2002. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2º ed. 319p.

COSTA, H. 2012. Museologia e Patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas* (7): 87-101.

CRISTIAN. 2017. Depoimento. *Oficina Viver para Lembrar, morrer para esquecer?* Concedido a Camila Moura Alcântara e Camila Alves Quadros. MP3- áudio – 1 MB (Duração 7:00 min).

DURHAM, E. R. 1986. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas, in *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Editado por R. Cardoso et al. pp. 17-38 Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2004. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. Organização O. R. Thomaz. São Paulo: Cosac Naify.

DUTRA, T. 2017. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida a Camila Moura Alcântara. MP3- áudio – 61,5 MB (Duração 42:41 min).

FEIJÓ, C. 2014. Relações entre comunidades e turismo: os museus comunitários como mediadores da construção participativa, in *Paesaggi d'acque, cultura alimentare e artigiana. Pratiche comunitarie a confronto*, Argenta. Disponível: <<http://docplayer.com.br/78471859-Relacoes-entre-comunidades-e-turismo-os-museus-comunitarios-como-mediadores-da>

[construcao-participativa-claudia-feijo-da-silva-argenta-2014.html](#)> Acesso em 30 de julho de 2021.

_____. 2017. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida a Camila Moura Alcântara. MP3 áudio - 29 MB (Duração 20:07 min).

FERNANDES, L. MATA, S. 2015. *Viver nas “periferias desqualificadas”: do que diz a literatura às percepções de interventores comunitários*. Ponto Urbe. Disponível: <<http://pontourbe.revues.org/2658>> Acesso em 30 Junho 2017.

FERRAZ, J. D. F. 2008. Movimentos sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais in *E o Patrimônio?* Editado por R. Abreu e V. Dodebei, pp. 99-112. Rio de Janeiro: Contra-capta. 150p.

FERREIRA, J. 2005. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura in *Seminário Nacional de Políticas Públicas para culturas populares*. pp. 19-20. Brasília: Ministério da Cultura.

FILHO, M. L.; ABREU, R.; ATHIAS, R. 2016. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora Universitária. 280p.

FIOCRUZ. 2021. *Dicionário histórico-bibliográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em 19 de maio de 2021.

FOOTE WHYTE, W. 1980. Treinando a observação participante. In: Zaluar, Alba (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

FORTE, F. A. P. 2008. *Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08*. Estudos (35): 575-587.

FREITAS, M. F. 2014. Museu de cidade: entrecruzamento patrimônio e cidades. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação* (4): 1-8.

FRUGÓLI, H. 2003. A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (18): 107-216.

_____. 2005. O urbano em questão na Antropologia: interfaces com a Sociologia. *Revista de Antropologia*. (48): 133-165.

_____. 2007. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 72p.

GEERTZ, C. 1926. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 323p.

_____. 2009. *Obras e Vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 3a edição. 208p.

GIL, G. 2003. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília: MinC. 88p.

GLUCKMAN, M. 2010. Análise de uma situação social na Zululândia moderna, in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Editado por B. Feldman-Bianco et al. São Paulo: Global.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social, in *O que é memória social?*. Editado por J. GONDAR e V. DODEBEI, pp. 27-42. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

_____. 2016. Cinco proposições sobre memória social, in *Porque memória social?*. Editado por V. DODEBEI et al. pp. 19-40. Rio de Janeiro: Híbrida.

GONGALVES, J. 2005. Ressonâncias, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos* (23): 15-36.

_____. 2007. Os limites do patrimônio, in in *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Editado por M. Lima Filho, M; C. ECKERT; J. BELTRÃO, pp. 239-248. Blumenau: Nova Letra.

_____. 2009. O patrimônio como categoria de pensamento, in *Memoria e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Editado por R. Abreu e M. Chagas, pp.25-33. Rio de Janeiro: Lamparina.

_____. 2015. O mal estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos* (28): 211-228.

GOMES, A; OLIVEIRA, A. 2010. A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* (3): 36-41.

GOUVEIA, I. 2020. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural `a museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. MP3 áudio - 58,5 MB (Duração 40:38).

_____. ARAUJO, M. 2020. Direito de memória e dever de museus, in: *Anais do 4º Seminário Brasileiro de Museologia: democracia, desafios para a universidade e para a museologia*. Editado por: A. L. A. Gomes et al., pp. 1075 – 1090. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação.

GUSMÃO, J. 2019. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. MP3- áudio – 62,7 MB (Duração 43:34 min).

HALL, S. 2006. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A. 56p.

HANNERZ, U. 2015. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópoles: Vozes. 405p.

IBRAM. 2012. *Carta dos Primeiros Pontos de Memória*, Brasília.

_____. 2013. Memória da reunião entre Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/ Participativa (COGEPACO) e equipe do Programa Pontos de Memória. Disponível em: <

<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/memoria-reuniao-cogepaco.pdf>
> Acesso em 13 de set. de 2021.

_____. 2016. ORGANIZAÇÕES DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social*. Brasília. 98p.

_____. 2017. Relatório do 6º Fórum Nacional de Museus: museus criativos. Brasília, IBRAM. 304p.

_____. 2017. Portaria no 315, de 6 de setembro de 2017. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 174, 11 set. 2017a. Seção 1, p. 6.

ICOM. 1972. Declaração de Santiago, in *Legislação sobre museus*. Editado por Câmara dos Deputados, pp. 101-108. Brasília: Edições Câmara.

_____. 1984. Declaração de Quebec, in *Legislação sobre museus*. Editado por Câmara dos Deputados, pp. 109-111. Brasília: Edições Câmara.

ISABELLA. 2017. Depoimento. *Oficina Viver para Lembrar, morrer para esquecer?* Concedido a Camila Moura Alcântara e Camila Alves Quadros. MP3- áudio – 0,5 MB (Duração 2:00 min).

LE GOFF, Jacques. 2003. *Memória*. In: História e Memória. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LERSCH, T. M; OCAMPO, C. C. 2008. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? Kansas City: Conferência Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas. (Tradução: OM Priosti – maio de 2008). Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>. Acesso em 6 jun. 2014.

LIFSCHITZ, J. 2016. Em torno da memória política, in *Por que memória social?* Editado por V. DODEBEL et al. pp: 67-84. Rio de Janeiro: Híbrida.

LONDRES, C. 2009. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural, in *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Editado por R. Abreu e M. Chagas, pp.59-79. Rio de Janeiro: Lamparina.

MACIEL, M. ABREU, R. 2019. Antropologia dos museus: um campo de estudos em expansão. *Revista Horizontes Antropológicos* (53): 7-15.

MAGNANI, J. G. C. 2014. A metrópole sob o olhar do antropólogo. *Revista USP*. (102): 53-67.

_____. 2016. Antropologia urbana: desafios e perspectivas. *Revista USP* (59): 174-203.

MALINOWSKI, B. 1978. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural. 754p.

MEDEIROS, T. 2017. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida a Camila Moura Alcântara. MP3- áudio – 57,7 MB (Duração 40:05 min).

MENEZES, U. 2006. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano, in *Patrimônio atualizando o debate*. 33-76.

MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS. *Plano Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Minc/Iphan/Demu. 144p.

_____. IBRAM. 2012. Edital de seleção pública nº09, de 16 de novembro de 2012. Prêmio Pontos de Memória 2012. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/Edital_PontosMemoria2012.pdf> Acesso: 13 de set. de 2021.

MINUZZO, D. K. 2011. Lomba do Pinheiro, memória, informação e cidadania: vozes, olhares e expectativas de seus agentes e atores sociais. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Graduação em Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MILLER, D. 2013. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar. 245p.

MILLER, D. 2020. *Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social*. Disponível <<https://blogdolabemus.com/>>. Acesso em 11 fev. 2021.

MORAES, N. A. 2009. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Museologia e Patrimônio* (2): 54-69.

_____. 2010 Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer, in *O caráter político dos museus*, pp: 7-26. Editado por: GRANATO, M. SANTOS, C. LOUREIRO, M. Rio de Janeiro: MAST.

_____. 2011. Museu, poder e políticas culturais no Brasil. *Musas*. (5): 80-101. MOUTINHO, M. 1993. Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia* (1):

MPEG. 2017. Festival de Gastronomia Inteligente. Página Atividades Educativas. Disponível em: <<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/educacao/atividades/festival-de-gastronomia-inteligente>>. Acesso em: 1 de jun de 2021.

NASCIMENTO, J. 2017. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida a Camila Moura Alcântara. MP3 audio - 46,2 MB. (Duração 32:04).

NOGUEIRA, A. G. R. 2014. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses* (7): 45-67.

PEIRANO, M. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

PEREIRA, M. 2015. Museologia social e sociologia das ausências no contexto da Amazônia brasileira: uma aproximação teórica, in *Cadernos de Sociomuseologia* (6): 5-35.

_____. 2017. *Entrevista. Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. MP3 áudio - 98 MB (Duração 01:08:01).

_____. 2018. *Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência de fazer museal*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

_____. 2020. Política Pública de Direito à Memória: apontamentos sobre a trajetória do Programa Pontos de Memória. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília* (9): 111-128.

PINTO, R; SILVA, C; LOUREIRO, K. 2012. *Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela*. 1º ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela.148p.

PRIMO, J. 1999. Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, (15): 5-15

POLLAK, M. 1992. Memória e identidade social, in *Estudos Históricos* (5): 200-212.

QUADROS, H; FERREIRA, E. 1993. *O Museu Paraense Emílio Goeldi e a Comunidade do Bairro da Terra Firme: a educação ambiental mostrando novos rumos*. Belém: NUMA/UFPA.

QUADROS, H. 2019. A epistemologia da educação museal na Amazônia paraense: um estudo sobre o Programa O Museu Goeldi de Portas Abertas. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém.

QUADROS, C. ALCÂNTARA, C. QUADROS, H. 2013. *Um ponto de memória na Terra Firme*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 48p.

QUADROS, C. A. 2014. A Educação como Direito Humano Fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de educação não formal no bairro da Terra Firme. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Belém.

QUEIROZ, S. 2019. *Entrevista. Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. MP3- áudio – 37,9 MB (Duração 26:20 min).

RAMOS, J. 2013. A história da ocupação urbana no Tucunduba – Belém/Pará, in: *IV Reunião Equatorial de Antropologia, XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Grupo de Trabalho 1 – Território e identidades: quilombos, espaço urbano e região. Ceará: ABNNE.

RANGEL, M.F. 2010. Políticas públicas e museus no Brasil, in *O caráter político dos museus*, pp: 117-138. Editado por: GRANATO, M. SANTOS, C. LOUREIRO, M. Rio de Janeiro: MAST.

RODRIGUES, V. 2020. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. Apple MPEG-4 áudio - 37,3 MB (Duração 01:13:34).

RUBIM, A. C. 2007. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios, in *Políticas culturais no Brasil*. Editado por A. RUBIM, pp. 11-36. Salvador: EDUFBA.

_____. 2007. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. *O público e o privado* (9): 33-47.

_____. 2008. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (31): 183-203.

_____. 2015. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado, in *Políticas culturais no governo Dilma*. Editado por: ARUBIM, A. BARBALHO, L. CALABRE. Salvador: EDUFBA. 11- 32p

SANTOS, M. S. 2002. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia* (19) 115-137.

_____. 2014. *Um compromisso social com a museologia*. Cadernos do CEOM (41): 71-114.

SANT'ANNA, M. 2009. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização, in *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Editado por R. Abreu e M. Chagas, pp 49-58. Rio de Janeiro: Lamparina.

SCHEINER, T. 2012. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas* (7): 15-30.

SEPÚLVEDA, M. 2004. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (19): 53-73.

SILVA, J. 2013. *Cultura periférica, a voz da periferia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, A. SANTOS, M. FIGUEREDO, S. 2017. Memória, patrimônio e museus no contexto do bairro da terra firme: Um roteiro interativo/perceptivos em bairro pobre de Belém/Pa. *Revista Turismo e Desenvolvimento* (27): 357-361.

SILVA, W. P. 2017. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. MP3- áudio – 61,5 MB (Duração 42:44:00 min).

SILVA, T; VEIGA, D. 2019. As relações sociais na produção do espaço urbano. *Geopauta* (3) 142-157.

SILVEIRA, F; LIMA FILHO, M. 2005. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Revista Horizontes Antropológicos* (11) 37-50.

SIMIS, A. 2007. A política cultural como política pública, in *Políticas culturais no Brasil*. Editado por A. RUBOM, pp. 133-155. Salvador: EDUFBA.

SOTO, C. CANEDO, D. OLIVEIRA, G. SALGADO, J. 2010. Políticas Públicas de Cultura: Os mecanismos de participação social, in *Políticas culturais no Brasil*. Editado por A.A. C. RUBIM, pp. 25-47. Salvador: EDUFBA.

SOUZA, J. 2020. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida a Camila Moura Alcântara. MP3- áudio – 78,2 MB (Duração 54:19 min).

TEXEIRA, M. A. 2017. Entrevista. *Pesquisa Pontos de Memória: de política cultural à museus em periferias*. Concedida à Camila Moura Alcântara. Apple MPEG-4 áudio - 43,8 MB (Duração 44:47).

TOLENTINO, A. B. 2007. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista CPC* (4): 72-86.

TOMMASI, L. 2013. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política & Sociedade* (12): 11-34.

TURINO, C. 2009. Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi. 256p.

VAN VELSEN, J. 2010. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Editado por B. Feldman-Bianco *et al.* pp São Paulo: Global.

VASCONCELLOS, C. M. 2011. Museus antropológicos na contemporaneidade: perfil, perspectivas e novos desafios, in *Anais do Seminário de Investigación en Museología de los países de lengua portuguesa y española*, pp. 707-715

VARINE, H. 2005. O museu comunitário é herético?. Coletânea de Artigos, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=7>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

_____. 2007. O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços, in *Congresso Anual das Associações de Museus Italianos*. Tradução: O. PRIOSTI. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>>. Acesso em 6 jun. 2014.

_____. 2010. A Respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), in *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro*, documentos selecionados. Editado por M. Bruno. pp. 38-51. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo.

_____. 2012. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço o desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz. 256p.

_____. 2014. O museu comunitário como processo continuado, in *Cadernos do CEOM* (41): 25-35

ZEN, A. M. VARGAS, M. I. T. 2010. *Museu de rua: uma ação cultural e educativa para o bairro Lomba do Pinheiro*. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168110>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

ZEN, A. M. D; SILVA, C. F; MINUZZO, D. K. 2011. Turismo comunitário como mediador cultural: a experiência da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS, in *Em Questão* (17): 33-48.

Sites Visitados

Blog Museu Cultura Periférica

< <http://museuculturaperiferica.blogspot.com/>> Acesso em jun de 2021.

Blog Editora Abadia Catadora

<<http://editoraabadiacatadora.blogspot.com/2016/07/bibliografia-dacoordenadora-e.html>>

Acesso em jun de 2021.

Portal do IBRAM

<<https://www.museus.gov.br/>> Acesso em jan de 2021.

Portal do Museu Paraense Emílio Goeldi

< <http://www.museu-goeldi.br/portal/> > Acesso em dez de 2019.

Portal do Senado Federal

< <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>> Acesso jun de 2021.

Portal da Secretaria Especial de Cultura

<<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura>> Acesso jun de 2021

